



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2019

(nº 634/2019, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase".

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 634

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia.

Brasília, 2 de dezembro de 2019.

Brasília, 19 de Novembro de 2019

Senhor Presidente da República,

Trata-se de pleito de concessão da garantia da República Federativa do Brasil para operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Ceará (CE) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) – BIRD, no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase".

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, ambas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, de que trata o atual Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, e alterações, e a operação foi registrada no Banco Central do Brasil.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional analisou as informações referentes ao Mutuário, informando que o Ente recebeu classificação “B” quanto à sua capacidade de pagamento, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado, pelo Ministério da Economia, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, e o cumprimento substancial das condições de efetividade, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, desde que, previamente à formalização dos instrumentos contratuais, sejam cumpridas as condicionalidades apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Município em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes

OFÍCIO Nº 418/2019/SG/PR

Brasília, 2 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase”.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, substituto

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 17944.101410/2019-38
Palácio do Planalto- 4º andar - Sala: 402 - Telefone: 61-3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF- <http://www.planalto.gov.br>

SEI nº

DOCUMENTOS PARA O SENADO

**ESTADO DO CEARÁ
X
BIRD**

“Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável –
Projeto São José III – 2ª Fase”

PROCESSO Nº 17944.101410/2019-38



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

PARECER SEI Nº 3033/2019/ME

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Ceará - CE e o Banco Internacional para a Reconstrução de Desenvolvimento (Banco Mundial) - BIRD, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA), para financiamento, parcial, do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase";

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; DL nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.101410/2019-38

I

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer da minuta contratual que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Estado do Ceará - CE;

MUTUANTE: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - BIRD;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

FINALIDADE: financiar parcialmente o "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase".

2. Juridicamente, importa observar que o pronunciamento desta PGFN restringe-se tão-somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. Neste sentido, as formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

II

Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº 2643/2019/ME (SEI 4590177), onde consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. No tocante à verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União, em conformidade com o parágrafo 6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, estabeleceu a STN o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de contados a partir de 23/10/2019, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%; entretanto, caso a operação não seja contratada até 31 de dezembro do ano corrente e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar da STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.

5. Segundo informa a STN no mencionado Parecer SEI Nº 2643/2019/ME, por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas à STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado pelo ente no SADIPEM, assinado em 09/10/2019 pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Ceará (SEI 4473429); informa, ainda, a STN, que os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 2175943); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 2177741); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 2907248); d. Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 4473479); e. Quadro de despesas com pessoal complementar referente ao 2º quadrimestre de 2019 (SEI 4473500); f. Declaração de aceitação das condições contratuais relativas à sobretaxa de exposição (SEI 4473528)..

6. A STN apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União, vez que o Estado cumpre os requisitos para a concessão de garantia, condicionado:

- 1. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- 2. à verificação, pelo Ministério da Economia, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- 3. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

7. Nos termos do referido Parecer SEI Nº 2643/2019/ME (item de nº 35), a classificação fiscal do Ente atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a análise do pedido de verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

Aprovação do projeto pela COFIEX

8. Consigna a STN (item nº 23 - Parecer SEI 2643/2019/ME), que "a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), por meio da Recomendação nº 1223, de 10/12/2010 (SEI 2176016), por intermédio de seu Secretário-Executivo e do seu Presidente, "recomendou a autorização da preparação do Projeto no valor total de até US\$ 200.000.000,00 provenientes do BIRD, com contrapartida de até US\$ 100.000.000,00, ambos divididos igualmente entre a primeira e a segunda fases do Projeto, sendo que a presente análise refere-se à segunda"; tal recomendação foi aprovada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 27.12.2010. "Durante a análise pré-negociação do pleito realizada pela STN, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia informou que permanecia válida a mencionada Recomendação, por meio de mensagem eletrônica (SEI 2203697); confirmando esse entendimento, posteriormente, foi emitida pela COFIEX a Resolução nº 5, de 29/05/2019 (SEI 3899265)".

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

9. A Lei nº 16.348, de 26/09/2017 (SEI 2175943), autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, "*as cotas de Repartição das Receitas Tributárias estabelecidas no art. 157, incisos I e II, e no art. 159, inciso I, alínea "a" e inciso II, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas*".

10. Em cumprimento do art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF Nº 48, foi realizada pela COAFI/STN a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Ofício SEI nº 40866/2019/ME, de 17/10/2019 (SEI 4555040, fls. 12-13), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

11. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente deverá assinar contrato de contragarantia com a União previamente à concessão da garantia.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

12. O referido Parecer SEI Nº 2643/2019/ME consigna que "Declaração do Chefe do Poder Executivo" (SEI 4473429, fls. 18-24) informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do ente para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei nº 15.929, de 29/12/2015. A declaração citada informa ainda que constam da Lei nº 16.795, de 27/12/2018, que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício de 2019, dotações necessárias e suficientes para a execução do Projeto em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida."

Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor

13. Aduz a STN que, em relação à adimplência financeira com a União na presente data, não constam pendências em relação ao ente; ressalta-se que o exame de adimplência do Mutuário será levada a efeito por ocasião da prolação de parecer desta PGFN, que antecede a assinatura do contrato.

Capacidade de Pagamento e Classificação da Situação Fiscal

14. Consigna a STN que, "conforme consignado na Nota Técnica SEI nº 5249/2019/ME, de 10/10/2019 (SEI 4516061), a capacidade de pagamento do ente foi classificada em "B". Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União".

Regularidade quanto ao pagamento de precatórios

15. Quanto à regularidade do ente relativamente ao pagamento de precatórios, a verificação deverá ser feita por ocasião da emissão do Parecer (PGFN) prévio à assinatura do contrato de garantia.

Certidão do Tribunal de Contas do Ente

16. A STN ressalta (item nº 11 de seu Parecer), no que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, que a "Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 4473479) atestou o cumprimento pelo ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2018) e ao exercício em curso (2019).

17. Com efeito, o Ente apresentou, na forma do art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado, a Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (SEI 4473479), em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2018): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO), 55, §2º (publicações do RGF) da LRF; o atendimento aos artigos 167 inciso III (Regra de Ouro), 198 (gastos com Saúde) e 212 (gastos com educação) todos da Constituição Federal;

b) quanto ao exercício curso (1º, 2º, 3º e 4º bimestres e 1º e 2º quadrimestres de 2019), o cumprimento dos artigos 11, 23, 52 e 55 §2º da Lei Complementar nº 101/2001 e 167, inciso III (regra de ouro) da Constituição Federal.

Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício em curso

18. O referido Parecer SEI Nº 2643/2019/ME consigna, que, "por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017, da STN, foram submetidas à Secretaria do Tesouro Nacional informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico

disponibilizado pelo ente no SADIPEM, assinado em 09/10/2019 pelo Chefe do Poder Executivo" (SEI 4473429).

Limite de Restos a Pagar

19. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, a STN declara, no referido Parecer SEI Nº 2643/2019/ME, que, tendo em vista o entendimento da PGFN, consagrado no Parecer SEI Nº 323/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MFPGFN-ME, não cabe verificação de tal requisito para fins de emissão de seu Parecer.

Limite de Parcerias Público-Privadas

20. Informou a STN (item 33 de seu Parecer) que o o "ente atestou no SADIPEM, por meio da aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo" (SEI 4473429, fls. 18-24), que firmou contrato na modalidade de PPP e declarou, ainda, que as despesas com PPP situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, o que corrobora a informação constante de seu RREO relativo ao 4º bimestre de 2019 (SEI 4473545, fls. 31-33)".

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente

21. A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará emitiu o Parecer nº 02/2019 (SEI 4901873), para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, em que conclui pela regularidade da contratação, legalidade e exequibilidade das obrigações constantes da minuta contratual.

Registro da Operação no Banco Central do Brasil

22. A STN consigna que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA844332 (SEI 4473754).

III

23. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - BIRD e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição (minutas contratuais (SEI 2347462 e 2347819) e contrato de garantia (SEI 2347462)).

24. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

25. O mutuário é o Estado do Ceará - CE, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar,

oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

26. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Economia para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (b) seja verificado, pelo Ministério da Economia, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

É o parecer.

PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO

Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À aprovação da Senhora Procuradora-Geral de Consultoria Fiscal, Financeira, Societária e Econômico-Orçamentária.

MAURÍCIO CARDOSO OLIVA

COORDENADOR-GERAL

De acordo. À Senhora Subprocuradora-Geral da Fazenda Nacional.

MAÍRA SOUZA GOMES

PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE CONSULTORIA FISCAL, FINANCEIRA, SOCIETÁRIA E
ECONÔMICO-ORÇAMENTÁRIA

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Economia.

ANA PAULA LIMA VEIRA BITTENCOURT

SUBPROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Souza Gomes, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária**, em 12/11/2019, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral**, em

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_documento...



12/11/2019, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Magaldi Netto, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 13/11/2019, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Subprocurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 18/11/2019, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4760797** e o código CRC **2C193A9E**.

Referência: Processo nº 17944.101410/2019-38

SEI nº 4760797

Registro de Operações Financeiras

Nota: Declaração sob inteira responsabilidade do declarante. O Banco Central do Brasil não se responsabiliza pela veracidade das informações.

CPF do responsável:	Nome:	Telefone:	E-mail:
766.618.903-63	FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA	(85) 31080576	FERNANDA.MARA@SEFAZ.CE.GOV.BR

Informações gerais

Código:	Tipo de operação:	Situação:
TA842863	Financiamento de organismos	Elaborado
Devedor:	Moeda de denominação:	Valor de denominação:
07.954.480/0001-79 ESTADO DO CEARA	USD - Dólar dos Estados Unidos	USD 100.000.000,00
Possui encargos:	Data de inclusão:	Data/hora de efetivação:
Sim	29/06/2019	-

Informações complementares:

CONFORME MINUTA DO CONTRATO DE EMPRESTIMO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO CEARA E O BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUCAO E DESENVOLVIMENTO: EMPRESTIMO REALIZADO PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTORURAL SUSTENTAVEL - PROJETO SAO JOSÉ III - FASE 2 NUMERO DO PROCE3SSO NO SADIPEM: 17944.101410/2019-38.

Saldo:	Ingresso:	Remessa/Baixa:
USD 0,00	USD 0,00	USD 0,00

Participantes

Credores

CDNR	Nome	Valor da participação	Relacionamento com o devedor
602707	INTL.BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT	100.000.000,00	Não há relação

Garantidores:

Residente	Identificador	Nome	Valor
Sim	00.394.460/0289-09	MINISTERIO DA FAZENDA	100.000.000,00

Outros participantes:

Nenhum outro participante cadastrado.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****Registro de Operações Financeiras**

Nota: Declaração sob inteira responsabilidade do declarante. O Banco Central do Brasil não se responsabiliza pela veracidade das informações.

CPF do responsável: 766.618.903-63 Nome: FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO
CARNEIRO PACOBAHYBA Telefone: (85) 31080576 E-mail: FERNANDA.MARA@SEFAZ.CE.GOV.BR

Condições de pagamento

Sistema de amortização: Constante Unidade de prazo: Mês Meio de pagamento: Moeda
Possui juros? Sim Condição de início: Assinatura do contrato
Custo total estimado no início da operação: 3,85 % aa Forma de pagamento dos juros: Postecipado

Condições de pagamento de principal

Ordem	Número de parcelas	Carência	Periodicidade	Prazo
1	52	66 Meses	6 Meses	372 Meses

Condições de pagamento de juros

Ordem	Número de parcelas	Periodicidade	Prazo	Taxa de juros (aa)
1	62	6 Meses	372 Meses	100,00% (Libor USD 6 meses) + 1,19%



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 2643/2019/ME

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos artigos 23 e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI).

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 100.000.000,00.

Recursos destinados ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES
PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE
CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA
DA UNIÃO

Processo SEI nº 17944.101410/2019-38

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Estado do Ceará para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e da RSF nº 48/2007, com as seguintes características (SEI 4473429, fls. 02 e 08-10):

- a. **Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- b. **Valor da operação:** US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA);
- c. **Destinação dos recursos:** Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase;
- d. **Prazo de carência:** até 66 meses;
- e. **Prazo de amortização:** até 306 meses;
- f. **Prazo Total:** até 372 meses;
- g. **Periodicidade da Amortização:** semestral;
- h. **Sistema de Amortização:** *Disbursement-Linked Amortization Repayment Schedule*: cada desembolso possui carência de até 66 meses e segue um cronograma próprio de amortização constante;
- i. **Taxa de Juros:** LIBOR semestral acrescida de *spread* variável determinado periodicamente pelo Banco;

j. **Atualização monetária:** variação cambial;

k. **Liberações previstas:** US\$ 3.268.839,68 em 2019, US\$ 17.231.160,32 em 2020, US\$ 21.250.000,00 em 2021, US\$ 31.250.000,00 em 2022, US\$ 18.250.000,00 em 2023, US\$ 6.250.000,00 em 2024 e US\$ 2.500.000,00 em 2025;

l. **Aportes estimados de contrapartida:** US\$ 2.580,78 em 2019, US\$ 8.747.419,22 em 2020, US\$ 10.625.000,00 em 2021, US\$ 15.625.000,00 em 2022, US\$ 10.625.000,00 em 2023, US\$ 3.125.000,00 em 2024 e US\$ 1.250.000,00 em 2025;

m. **Lei(s) autorizadora(s):** nº 16.348, de 26/09/2017 (SEI 2175943);

n. **Demais encargos e comissões:** Comissão de abertura (*front-end fee*) de 0,25% aplicado sobre o montante do empréstimo. Comissão de compromisso de 0,25% a.a. aplicado sobre o saldo não desembolsado do empréstimo. Sobretaxa de exposição (*exposure surcharge*) de 0,5% a.a. aplicável no caso de o limite de exposição do Banco ao país ser excedido, em relação ao excesso, multiplicado pela proporção do empréstimo em relação ao total de empréstimos do banco no país sujeitos à cobrança desse encargo. Juros de mora: acréscimo de 0,5% à taxa de juros em caso de mora.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017, da STN, foram submetidas a esta Secretaria informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado pelo ente no SADIPEM, assinado em 09/10/2019 pelo Chefe do Poder Executivo (SEI 4473429). Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 2175943); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 2177741); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 2907248); d. Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 4473479); e. Quadro de despesas com pessoal complementar referente ao 2º quadrimestre de 2019 (SEI 4473500); f. Declaração de aceitação das condições contratuais relativas à sobretaxa de exposição (SEI 4473528).

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 2907248), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/06/2013 (SEI 3813845, fls. 01-02), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 2177741) e a aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo" do SADIPEM (SEI 4473429, fls. 18-24), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 19/2011, que, entre outras, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nº 40/2001 e nº 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	

Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 2400807, fl. 03)	3.891.066.738,84
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" (SEI 4473429, fls. 19-20)	25.856.343,24
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustadas	3.865.210.395,60
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 2400807, fl. 02)	908.064.839,15
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	908.064.839,15

b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 4473545, fl. 03)	4.559.772.943,10
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" (SEI 4473429, fl. 20)	30.000.000,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital do exercício ajustadas	4.529.772.943,10
Liberações de crédito já programadas (SEI 4473429, fl. 32-33)	1.370.666.657,18
Liberação da operação pleiteada (SEI 4473429, fl. 32-33)	13.528.093,02
Liberações ajustadas	1.384.194.750,20

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2019	13.528.093,02	1.370.666.657,18	20.637.782.853,75	6,71	41,92
2020	71.311.156,98	1.093.890.928,11	20.753.207.365,05	5,61	35,09
2021	87.943.125,00	588.133.640,74	20.869.277.431,05	3,24	20,25
2022	129.328.125,00	443.060.584,00	20.985.996.662,26	2,73	17,05
2023	75.527.625,00	365.567.644,00	21.103.368.689,39	2,09	13,06
2024	25.865.625,00	45.043.434,00	21.221.397.163,42	0,33	2,09

* Projeção da RCL pela taxa média de 0,559287362% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado, conforme quadro abaixo:**

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2019	1.034.625,00	1.647.549.046,10	20.637.782.853,75	7,99
2020	1.481.413,45	1.791.743.451,55	20.753.207.365,05	8,64
2021	2.676.936,50	1.737.636.962,62	20.869.277.431,05	8,34
2022	4.138.246,27	1.853.334.413,28	20.985.996.662,26	8,85
2023	6.358.894,23	1.830.237.408,77	21.103.368.689,39	8,70
2024	7.667.154,24	1.704.655.213,95	21.221.397.163,42	8,07
2025	9.675.487,76	1.586.908.353,25	21.340.085.755,80	7,48
2026	13.586.812,04	1.371.222.134,57	21.459.438.158,47	6,45
2027	25.969.851,72	1.302.421.135,77	21.579.458.084,05	6,16
2028	31.302.852,76	1.105.064.619,39	21.700.149.265,90	5,24
2029	33.798.740,89	1.082.615.042,05	21.821.515.458,28	5,12
2030	34.139.906,38	1.023.734.131,88	21.943.560.436,43	4,82
2031	33.734.622,37	989.118.196,13	22.066.287.996,73	4,64
2032	32.931.312,62	934.149.694,76	22.189.701.956,75	4,36
2033	32.128.002,87	865.694.418,70	22.313.806.155,46	4,02
2034	31.324.693,12	722.389.038,23	22.438.604.453,27	3,36
2035	30.521.383,37	615.742.045,71	22.564.100.732,19	2,86
2036	29.718.073,62	569.093.764,21	22.690.298.895,93	2,64
2037	28.914.763,87	526.153.306,64	22.817.202.870,06	2,43
2038	28.111.454,12	501.712.303,07	22.944.816.602,07	2,31
2039	27.308.144,37	391.888.655,03	23.073.144.061,56	1,82
2040	26.504.834,62	365.659.342,67	23.202.189.240,31	1,69
2041	25.701.524,87	315.137.161,01	23.331.956.152,44	1,46
2042	24.898.215,12	263.410.577,73	23.462.448.834,51	1,23
2043	24.094.905,37	187.585.739,74	23.593.671.345,66	0,90
2044	23.291.595,62	157.640.401,78	23.725.627.767,73	0,76
2045	20.927.056,44	151.387.515,53	23.858.322.205,39	0,72
2046	16.445.757,99	142.244.834,50	23.991.758.786,27	0,66
2047	10.978.009,61	121.172.128,85	24.125.941.661,08	0,55
2048	4.841.698,86	61.308.702,21	24.260.875.003,75	0,27
2049	1.542.500,98	2.709.471,81	24.396.563.011,56	0,02
2050	398.025,87	710.077,91	24.533.009.905,25	0,00
Média até 2027 :				7,85
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				68,29
Média até o término da operação :				3,83
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				33,30

* Projeção da RCL pela taxa média de 0,559287362% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	20.599.450.852,11
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	9.782.658.439,52
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	3.924.820.598,03
Valor da operação pleiteada	413.850.000,00
Saldo total da dívida líquida	14.121.329.037,55
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,69
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	34,28%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante das alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 4º bimestre de 2019), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 4473545, fl. 16). Adicionalmente, assinala-se que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 2º quadrimestre de 2019), homologado no Siconfi (SEI 4473561, fl. 08).

7. Observa-se, ainda, que o valor total das amortizações da Dívida Consolidada informado pelo ente no Cronograma de Pagamentos da aba "Operações Contratadas" (R\$ 14.369.314.155,12, SEI 4473429, fls. 13-14) diverge do valor da Dívida Consolidada ao final do exercício anterior constante do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RGF do 2º quadrimestre de 2019 (R\$ 13.865.126.013,10, SEI 4473561, fl. 08). O ente apresentou a devida justificativa para a referida divergência por meio da Nota Explicativa nº 8, inserida em 07/10/2019 no SADIPEM (SEI 4473429, fl. 25), informando que ela se deveu à variação cambial positiva ocorrida entre 31/12/2018 e 30/08/2019.

8. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 3,83%, relativo ao período de 2019-2050.

9. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e nº 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 2: **Enquadrado**.

10. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia desses requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

11. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI [4473479](#)) atestou o cumprimento pelo ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2018) e ao exercício em curso (2019).
12. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificou-se mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria (SEI [4473661](#)).
13. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001, mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI [4473699](#), [2401769](#) e [3804730](#)).
14. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o ente encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (SEI [4473661](#)).
15. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI [4473709](#)).
16. Também em consulta ao SAHEM (SEI [4473709](#)) verificou-se que o ente consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI/STN). Em decorrência disso, consultou-se a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM/STN), por meio do Sistema de Controle do Espaço Fiscal, que registra que a contratação da operação não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001 (SEI [4473730](#)).
17. Relativamente às despesas com pessoal, a presente análise foi realizada com base na Certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI [4473479](#)), na Declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI [4473429](#), fls. 18-24), no Quadro de despesas com pessoal complementar referente ao 2º quadrimestre de 2019 (SEI [4473500](#)), nas Notas Explicativas nº 7 e nº 8, ambas de 07/10/2019, inseridas pelo ente no SADIPEM (SEI [4473429](#), fl. 25) e nos Demonstrativos de Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2019 homologados no Siconfi (SEI [4473561](#), [4473577](#), [4473597](#), [4473616](#), [4473633](#) e [4473651](#)).
18. Ainda no que tange às despesas com pessoal, observou-se, a partir da documentação mencionada, a utilização pelo ente das Resoluções TCE/CE nº 2.582/2009 e nº 2.230/2010 para não computar como despesa com pessoal os valores pagos a título de abono permanência e as despesas com pensionistas, respectivamente. Devido ao fato de que tais deduções não se encontram dentre aquelas autorizadas pelo art. 19, § 1º, da LRF, o ente encaminhou, por meio do SADIPEM, Quadro demonstrativo de despesas com pessoal complementar relativo ao 2º quadrimestre de 2019, assinado pelo Chefe do Poder Executivo, em que explicita tais valores e os considera nos cálculos de despesas com pessoal (SEI [4473500](#)).
19. Observa-se, ainda, que o Quadro demonstrativo complementar (SEI [4473500](#)), o Quadro de despesas com pessoal presente na declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI [4473429](#), fls. 18-24), e o RGF da Assembleia Legislativa referente ao 2º quadrimestre de 2019 (SEI [4473577](#)) indicam limite máximo de despesas com pessoal da Assembleia Legislativa de 2,34% em relação à RCL. Contudo, a Certidão do TCE (SEI [4473479](#)), indica que o limite máximo de despesas com pessoal para a Assembleia Legislativa é de 1,94% da RCL, de modo que a soma dos limites máximos da Assembleia e do Tribunal de Contas do Estado perfazem o percentual de 3,00% da RCL, o que está de acordo com o estabelecido na LRF, art. 20, inciso II, alínea "a". Deste modo, tendo em vista que o mencionado Quadro demonstrativo complementar (SEI [4473500](#)) indica que a despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa no 2º quadrimestre de 2019 foi de 1,69% da RCL do ente, observa-se portanto, que o referido órgão se encontra abaixo de seu limite máximo de 1,94% da RCL, conforme indicado na Certidão do TCE (SEI [4473479](#)).
20. Dado o exposto ao longo dos parágrafos 17 a 19 acima, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às despesas com pessoal foram considerados como atendidos até o 2º quadrimestre de 2019.

modo que o Estado do Ceará cumpre o disposto no artigo 23 da LRF.

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

21. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

22. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, “c”, e 11, parágrafo único, “j” e “l”, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste parecer.

RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX

23. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Recomendação nº 1223, de 10/12/2010 (SEI 2176016), recomendou a autorização da preparação do Projeto no valor total de até US\$ 200.000.000,00 provenientes do BIRD, com contrapartida de até US\$ 100.000.000,00, ambos divididos igualmente entre a primeira e a segunda fases do Projeto, sendo que a presente análise refere-se à segunda. Durante a análise pré-negociação do pleito realizada pela STN, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia informou que permanecia válida a mencionada Recomendação, por meio de mensagem eletrônica (SEI 2203697). Confirmando esse entendimento, posteriormente, foi emitida pela COFIEIX a Resolução nº 5, de 29/05/2019 (SEI 3899265), que estabelece o seguinte:

Que o prazo de validade das Recomendações ou Resoluções para a preparação de projetos ou programas multifásicos aplica-se apenas à primeira fase do projeto/programa. Que as negociações relativas às demais fases somente podem ocorrer quando tenham sido cumpridas as condicionalidades constantes das respectivas Recomendações ou Resoluções. Que a presente Resolução se aplica também às Recomendações ou Resoluções já expedidas.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

24. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do ente, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e nº 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5 deste parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

25. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 2º quadrimestre de 2019 (SEI 4473561, fl. 14), que o ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

RESTOS A PAGAR

26. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, § 2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme exarado no Parecer SEI Nº 323/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MFPGFN/COF, de 09/11/2018 (SEI 3813845, fls. 12-19), tem o seguinte entendimento:

16. [...] o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não fixa nenhum limite de inscrição de Restos a Pagar e, consequentemente, não pode fundamentar a negação de concessão de garantia pela União por descumprimento da alínea "c" do inciso II do art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e nem tampouco pela alínea "e" do mesmo dispositivo da citada resolução do Senado Federal ou do inciso IV do § 1º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e (2) [...] o mesmo art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se presta como exigência para a concessão de garantia pela União.

17. Finalmente, sugiro a revogação parcial do Parecer PGFN/COF/Nº 468/2008, especificamente dos seus itens 10 e 15.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

27. A aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo" (SEI 4473429, fls. 18-24) informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do ente para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei nº 15.929, de 29/12/2015. A declaração citada informa ainda que constam da Lei nº 16.795, de 27/12/2018, que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício de 2019, dotações necessárias e suficientes para a execução do Projeto em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

28. A Lei nº 16.348, de 26/09/2017 (SEI 2175943), autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, "as cotas de Repartição das Receitas Tributárias estabelecidas no art. 157, incisos I e II, e no art. 159, inciso I, alínea "a" e inciso II, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas".

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

29. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão (SEI 4473479), atestou para os exercícios de 2017 e 2018 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2018 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

30. Sobre o cumprimento do art. 11 da LRF, relativo aos exercícios de 2018 (último analisado) e 2019 (em curso), a Certidão do Tribunal de Contas competente atestou o cumprimento do pleno exercício de competência tributária (SEI 4473479).

DESPESAS COM PESSOAL

31. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante dos parágrafos 17 a 20 deste parecer.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

32. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

33. A esse respeito, o ente atestou no SADIPEM, por meio da aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo" (SEI 4473429, fls. 18-24), que firmou contrato na modalidade de PPP e declarou, ainda, que as despesas com PPP situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, o que corrobora a informação constante de seu RREO relativo ao 4º bimestre de 2019 (SEI 4473545, fls. 31-33).

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

34. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 2º quadrimestre de 2019 (SEI 4516163, fl. 09), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 34,30% da RCL.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

35. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017. Conforme consignado na Nota Técnica SEI nº 5249/2019/ME, de 10/10/2019 (SEI 4516061), a capacidade de pagamento do ente foi classificada em "B". Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

36. Em cumprimento do art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF Nº 48, foi realizada pela COAFI/STN a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Ofício SEI nº 40866/2019/ME, de 17/10/2019 (SEI 4555040, fls. 12-13), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS E FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

37. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 2907248), em conformidade com a Nota nº 436/2013 – STN/COPEM (SEI 3813845, fls. 01-02), juntamente com os dados básicos e as abas "Dados Complementares" e "Cronograma Financeiro" preenchidos no SADIPEM (SEI 4473429, fls. 02 e 08-10), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

38. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, não constam pendências em relação ao ente, conforme já mencionado no parágrafo 15 deste parecer.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

39. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, § 10, inc. IV, "a", e no art. 104, parágrafo único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (ROF)

40. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA842863 (SEI [4473754](#)).

CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

41. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP/STN), tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Ofício SEI nº 109/2019/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN/FAZENDA-ME, de 09/09/2019. O custo efetivo da operação foi apurado em 2,92% a.a. para uma duration de 15,07 anos. Considerada a mesma duration, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 4,57% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação (SEI [3898895](#), fls. 03-06). Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme Resolução nº 3, de 25/07/2018 (SEI [2351787](#)), do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN.

HONRA DE AVAL

42. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de Obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV/STN), com posição em 18/10/2019 (SEI [4473773](#)), em que foi verificado não haver, em nome do ente, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos à concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do ente.

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

43. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de empréstimo (SEI [2347462](#), fls. 06-27 e 31-44), das condições gerais (SEI [2347819](#)) e do contrato de garantia (SEI [2347462](#), fls. 28-30).

III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOUREIRO NACIONAL

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

44. No que tange às competências da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e em relação às cláusulas que envolvem riscos e/ou impactos financeiros à União como garantidora da operação, destacam-se, a partir das minutas dos contratos de empréstimo, os pontos abaixo:

Prazo e condições de efetividade

45. As condições de efetividade do referido contrato estão discriminadas no artigo IX das condições gerais (SEI [2347819](#), fls. 27-28) e no artigo IV do contrato de empréstimo (SEI [2347462](#), fls. 08-09). O Estado do Ceará terá um prazo de 120 dias a partir da assinatura do contrato para cumprir as condições de efetividade, conforme cláusula 4.02 do contrato de empréstimo (SEI [2347462](#), fl. 09).

46. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições de efetividade por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

Vencimento antecipado da dívida e *cross default*

47. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BIRD terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não financeiras, conforme estabelecido na seção 7.06 do artigo VII das condições gerais (SEI 2347819, fls. 24-25).

48. Adicionalmente, destaca-se que a minuta do contrato prevê o *cross default* por razões financeiras com outros contratos do ente com o BIRD, conforme estabelecido no item "a" da seção 7.06 do artigo VII das condições gerais (SEI 2347819, fl. 24).

49. A respeito dessas hipóteses, cumpre informar que a STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

50. Cabe esclarecer, também, que a minuta contratual prevê, no artigo V das condições gerais (SEI 2347819, fls. 16-18), que o BIRD acompanhará periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório, acompanhamento este que é usualmente realizado pelo banco nas operações garantidas pela União. A minuta contratual também exige que os mutuários apresentem relatórios com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

51. No item "d" da seção 7.02 do artigo VII da minuta das Condições Gerais (SEI 2347819, fl. 20), é previsto o *cross suspension*, suspensão de desembolsos da operação no caso de suspensão de desembolsos em outro contrato do mutuário com o BIRD ou com a *International Development Association* (IDA), instituição subsidiária do BIRD, que faz parte do *World Bank Group*. No entanto, por se tratar de causa de suspensão de desembolsos, e não de vencimento antecipado, não representa risco relevante ao Tesouro Nacional.

Cessão de direitos e obrigações e vedação à securitização

52. A minuta contratual não menciona a possibilidade de cessão de direitos ou securitização da operação. Nesse sentido, cabe salientar que, conforme descrito no parágrafo 41 deste parecer, não haveria, no presente caso, restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito.

Sobretaxa de exposição (*exposure surcharge*)

53. Conforme exposto no parágrafo 1 deste parecer, as minutas contratuais preveem o pagamento de uma sobretaxa de exposição (*exposure surcharge*) de 0,5% a.a., aplicável no caso de o limite de exposição do banco ao país ser excedido. Essa previsão encontra-se na cláusula 2.09 da minuta do contrato de empréstimo (SEI 2347462, fl. 08). Por solicitação dos representantes do Estado do Ceará durante as negociações do empréstimo, ficou acordado e registrado em ata (SEI 2347462, fls. 01-05) que seria discutida uma sistemática de aviso ao garantidor e ao mutuário sobre a situação da exposição total do banco ao país. Conforme registrado na referida ata, atualmente o limite mencionado é de US\$ 16,5 bilhões.

54. Além disso, na ata da negociação da operação referente ao Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará (SEI 4590115), tratado nesta Secretaria por meio do processo 17944.101471/2019-03, ficou registrado que foram solicitadas ao BIRD informações adicionais a respeito do impacto de uma possível redução do limite de exposição do banco ao país sobre os contratos que possuem previsão de cobrança da sobretaxa de exposição, tendo sido ressaltado

ser realizada pela STN. Os questionamentos foram reforçados por meio do Ofício SEI Nº 1540/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME, de 31/07/2019 (SEI 4590143), enviado à diretoria do BIRD para o Brasil.

55. Com vistas a sanar as dúvidas apresentadas, os representantes do BIRD, em reunião ocorrida no dia 18/09/2019, esclareceram que há um acompanhamento periódico do limite de exposição estabelecido para cada país com vistas à sua não extrapolação, mas que a redução deste limite pode ocorrer por meio de decisão colegiada da diretoria do banco a qualquer tempo. Em relação à sistemática de aviso ao garantidor e ao mutuário, o banco informou que concederá acesso às informações sobre a exposição do BIRD ao Brasil na plataforma *Client Connection* da instituição. O referido acesso, na data da elaboração deste parecer, encontra-se em fase de disponibilização.

56. Diante do exposto, solicitou-se, por meio do Ofício SEI Nº 25440/2019/ME, de 02/10/2019 (SEI 4266793), declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Ceará quanto à aceitação das condições que dizem respeito à aplicabilidade da sobretaxa de exposição, nos termos do contrato negociado. A declaração, assinada em 08/10/2019 e por meio da qual o Chefe do Poder Executivo manifesta sua aceitação das condições mencionadas, foi inserida na aba "Documentos" do PVL no SADIPEM (SEI 4473528).

57. Ademais, destaca-se que, conforme dados da Coordenação-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública (CODIV/STN - SEI 4590150), atualmente o saldo devedor das operações garantidas junto ao BIRD é de US\$ 15.727.162.950,14, e o saldo devedor da dívida contratual da União junto ao BIRD é de US\$ 588.255.467,70, que somados perfazem um total de US\$ 16.315.418.417,84, abaixo portanto do limite de US\$ 16,5 bilhões. Ressalta-se, entretanto, que existe o risco de extrapolação do limite, seja em razão da dinâmica de liberações e amortizações das operações junto ao BIRD ao longo dos anos, seja em razão de uma possível redução do limite, conforme destacado nos parágrafos 53 a 55 acima, ainda que o banco realize um acompanhamento periódico do limite de exposição estabelecido para cada país com vistas à sua não extrapolação, conforme destacado no parágrafo 55.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2017

58. Em 22/05/2017, foi publicada a Lei Complementar (LC) nº 159, de 19/05/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos estados e do Distrito Federal. Dentre os dispositivos constantes dessa LC, destaca-se o art. 17, o qual, em suma, impede a União de executar contragarantias, durante a vigência do RRF, em caso de inadimplência em operações de crédito que sejam por esta garantidas e que tenham sido contratadas anteriormente à homologação do pedido de adesão do ente ao referido Regime.

59. Ao estabelecer esse mecanismo, o mencionado artigo implica uma elevação dos riscos a que o Tesouro Nacional está sujeito ao conceder garantia em operações de crédito de estados e Distrito Federal após a publicação da citada LC, caso da operação de crédito objeto deste parecer. Assim, faz-se relevante salientar que a concessão da garantia da União para o presente caso eleva o montante total de dívidas garantidas que podem vir a ser honradas pela União sem a execução imediata da contragarantia, nos termos do art. 17 da citada Lei Complementar, caso o ente tomador do recurso faça adesão ao RRF.

60. Ainda no que tange ao RRF, o art. 13, inc. III da Portaria MF nº 501/2017 veda a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento de entes que apresentarem elevado risco de aderir ao RRF, verificado mediante o atingimento cumulativo de pelo menos 90% dos três requisitos constantes nos incisos I, II e III, do caput do art. 3º da LC nº 159/2017. De acordo com o Ofício SEI nº 77/2019/GERAP/CORFI/SURIN/STN/FAZENDA-ME, de 30/07/2019 (SEI 3813483, fls. 03-05), a COREM/STN apurou que se encontram em risco de aderir ao RRF os estados de Goiás, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a operação em comento não se enquadra na vedação do citado inciso III do artigo 13 da Portaria MF nº 501/2017.

IV. CONCLUSÃO

61. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação de

operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

62. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

63. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União, que fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições de efetividade;
- b. à verificação, pelo Ministério da Economia, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

64. Considerando o disposto na Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de 23/10/2019, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2019 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151/2018.

65. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Daniel Maniezo Barboza

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

Mariana Cunha Eleutério Rodrigues

Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME.

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Documento assinado eletronicamente

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para as providências de sua alçada.

Documento assinado eletronicamente

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Maniezo Barboza, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 23/10/2019, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Cunha Eleuterio Rodrigues, Gerente**, em 24/10/2019, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 24/10/2019, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 24/10/2019, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 24/10/2019, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 24/10/2019, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4590177** e o código CRC **32269796**.

Referência: Processo nº 17944.101410/2019-38

SEI nº 4590177

Criado por daniel.barboza, versão 128 por daniel.barboza em 23/10/2019 16:25:42.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
Gerência de Créditos Vinculados a Estados e Municípios III

OFÍCIO SEI Nº 40866/2019/ME

Brasília, 16 de outubro de 2019.

Ao Senhor

RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO

Coordenador-Geral da COPEM

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala A, Térreo
70048-900 Brasília-DF

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado do Ceará.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.101886/2019-79.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Referimo-nos ao Ofício SEI nº 39929 de 15/10/2019, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Estado do Ceará.
2. Informamos que as Leis Estaduais nº 16.348, de 26/09/2017, e nº 16.545, de 07/05/2018, concederam ao Estado do Ceará autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 157 e 159, inciso I, alínea 'a', e inciso II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:

.Margem R\$ 12.998.506.733,60

.OG R\$ 47.826.924,87

4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Estado do Ceará.

5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2018, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - Margem e OG (SEI nº 4532639);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Rafael de Sousa Pena

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Souza Pena, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros Substituto(a)**, em 17/10/2019, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4532692** e o código CRC **DC01F151**.

Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo, Edifício Anexo ao Bloco P - Bairro Esplanada dos Ministérios
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
(61) 34 12 3 153 - e-mail coafi.df.stn@tesouro.gov.br

Processo nº 17944.101886/2019-79.

SEI nº 4532692

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Estado do Ceará
VERSÃO BALANÇO:	2018
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2018
MARGEM =	12.998.506.733,60
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Balanço Anual (DCA)

Balanço Anual (DCA) de 2018

RECEITAS PRÓPRIAS		13.055.656.568,76
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	153.596.285,88
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	11.979.209.212,86
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	922.851.070,02
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		6.356.918.518,75
1.7.2.1.01.01.00	FPE	5.196.425.631,65
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO (UF)	31.528.802,24
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	1.128.964.084,86
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	562.907.752,50
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	806.387.622,00
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00
3.3.30.00.00.00		348.000,00
3.3.40.00.00.00		3.451.299.165,65
3.3.41.00.00.00		314.780.501,71
3.3.45.00.00.00		0,00
3.3.46.00.00.00		0,00
3.3.50.00.00.00		1.142.664.840,82
3.3.60.00.00.00		17.272.057,71
3.3.70.00.00.00		9.576.195,80
3.3.71.00.00.00		108.832.217,72
3.3.73.00.00.00		0,00
3.3.74.00.00.00		0,00
3.3.75.00.00.00		0,00
3.3.76.00.00.00		0,00
3.3.80.00.00.00		0,00
Margem		12.998.506.733,60

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2018

RECEITAS PRÓPRIAS		12.848.234.988,95
Total dos últimos 12 meses	ICMS	11.841.800.958,22
	IPVA	859.706.149,40
	ITCD	146.727.881,33
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		7.647.828.827,30
	IRRF	1.128.964.084,86

Total dos últimos 12 meses	Cota-Parte do FPE	6.495.532.039,16
	Transferências da LC nº 87/1996	23.332.703,28
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	684.101.236,69
	Serviço da Dívida Externa	
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	806.387.622,00
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	3.341.737.179,10
Margem		15.663.837.778,46

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Estado do Ceará
Ofício SEI:	39929 de 15/10/2019
RESULTADO OG:	47.826.924,87

Operação nº 1

Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	100.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,1440
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	30/08/2019
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	151.298.174,91
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2050
Qtd. de anos de reembolso:	32
Total de reembolso em reais:	626.979.636,83
Reembolso médio(R\$):	19.593.113,65

Operação nº 2

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	139.880.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,1440
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	30/08/2019
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	218.021.708,22
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2050
Qtd. de anos de reembolso:	32
Total de reembolso em reais:	903.481.958,86
Reembolso médio(R\$):	28.233.811,21



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
Coordenação de Relações Financeiras Intergovernamentais
Gerência de Análise de Capacidade de Pagamento e Publicações de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 5249/2019/ME

Assunto: Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, e STN nº 882, de 18 de dezembro de 2018 - Estados e Distrito Federal.

Senhor Coordenador da CORFI,

A presente Nota Técnica realiza a análise da capacidade de pagamento dos Estados e Distrito Federal de acordo com a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 882 de 18/12/2018.

I – METODOLOGIA DE ANÁLISE

1. A classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

- I – Endividamento;
- II – Poupança Corrente; e
- III – Liquidez.

2. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados os números apurados no processo da avaliação definitiva dos cumprimentos de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com a Portaria STN nº 882 de 18/12/2018.

3. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 882 de 18/12/2018.

4. Neste sentido, os Estados signatários do PAF, à exceção de DF e RR, firmaram aditivo aos contratos de refinanciamento da Lei nº 9.496/97 aderindo aos novos conceitos do Programa e revisaram, em 2018, o PAF no novo formato. Assim, pode-se citar dois principais produtos do novo PAF, a partir de 2017: (i) os ajustes dos dados publicados pelos Estados em seus demonstrativos para que eles estejam de acordo com os conceitos dos Manuais; (ii) a avaliação do cumprimento das metas com base nos dados ajustados, ou seja, à luz do MDF/MCASP. Quanto aos Estados que não aderiram ao PAF da LC 156/16 em 2018, cabe destacar que as avaliações ainda foram feitas de acordo com as metas e conceitos anteriores à LRF. Há também o caso específico do RJ que por ter ingressado no Regime de Recuperação Fiscal - RRF, foi dispensado da fixação de metas do PAF de 2018, embora tenha aderido aos novos termos do PAF. Por fim, cabe destacar também que quatro Estados não são signatários do PAF: AP, PI, RN e TO (PI e RN encerraram em 2012 suas obrigações vinculadas ao PAF).

5. Assim, para fins de padronização e com o objetivo de obter uma base de dados consolidada de todos os Estados, estendemos os ajustes realizados para adequação ao MDF/MCASP aos dados de 2018 para DF, RR, RJ, AP, PI, RN e TO, que não tiveram seus dados ajustados na avaliação preliminar de 31 de julho. Os valores ajustados, incluindo os registrados de 2015 a 2017, com as respectivas justificativas seguem anexos à esta nota (Documentos 4399110 e 4399342, respectivamente).

6. Para os Estados que firmaram o aditivo aos contratos de refinanciamento da Lei nº 9.496/97 referente ao Novo PAF os ajustes realizados para adequação dos dados estão explicados nas notas e processos relacionados abaixo.

Estado	Número do Processo SEI	Nota Técnica	Nº documento SEI
Acre	12600.105072/2018-08	Nota Técnica SEI nº 3745/2019/ME	4222777
Alagoas	17944.109662/2018-24	Nota Técnica SEI nº 3800/2019/ME	4226521
Amazonas	12600.105748/2018-55	Nota Técnica SEI nº 3824/2019/ME	4228492
Bahia	12600.104900/2018-82	Nota Técnica SEI nº 3867/2019/ME	4231718
Ceará	12600.105043/2018-38	Nota Técnica SEI nº 3987/2019/ME	4244363
Espírito Santo	17944.109669/2018-46	Nota Técnica SEI nº 3844/2019/ME	4230154
Goiás	17944.109583/2018-13	Nota Técnica SEI nº 3993/2019/ME	4244701
Maranhão	12600.105054/2018-18	Nota Técnica SEI nº 3850/2019/ME	4230679
Minas Gerais	17944.109668/2018-00	Nota Técnica SEI nº 3853/2019/ME	4230968
Mato Grosso do Sul	12600.104868/2018-35	Nota Técnica SEI nº 3855/2019/ME	4231129
Mato Grosso	12600.106542/2018-42	Nota Técnica SEI nº 4166/2019/ME	4260505
Pará	17944.109664/2018-13	Nota Técnica SEI nº 3869/2019/ME	4231783
Paraíba	17944.109671/2018-15	Nota Técnica SEI nº 3871/2019/ME	4231806
Pernambuco	12600.104865/2018-00	Nota Técnica SEI nº 3868/2019/ME	4231767
Paraná	17944.109666/2018-11	Nota Técnica SEI nº 4074/2019/ME	4252005

Rondônia	12600.105016/2018-65	Nota Técnica SEI nº 3872/2019/ME	4231835
Rio Grande do Sul	12600.105014/2018-76	Nota Técnica SEI nº 3994/2019/ME	4245046
Santa Catarina	17944.109663/2018-79	Nota Técnica SEI nº 3852/2019/ME	4230950
Sergipe	17944.109667/2018-57	Nota Técnica SEI nº 3849/2019/ME	4230647
São Paulo	12600.104902/2018-71	Nota Técnica SEI nº 3845/2019/ME	4230379

7. Para os demais Estados, os ajustes realizados para adequação dos dados constam do processo SEI 17944.102911/2019-31, Nota Técnica SEI nº 5407/2019/ME, documento nº 4412729.

8. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	$DC < 60\%$	A
		$60\% \leq DC < 150\%$	B
		$DC \geq 150\%$	C
Poupança Corrente	PC	$PC < 90\%$	A
		$90\% \leq PC < 95\%$	B
		$PC \geq 95\%$	C
Liquidez	IL	$IL < 1$	A
		$IL \geq 1$	C

9. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	
C	A	A	
A	B	A	B
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

II – DO CÁLCULO DOS INDICADORES

Indicador I - Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Dívida Consolidada Bruta

10. **Dívida Pública Consolidada** – montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

11. **Receita Corrente Líquida** – somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb) e outras receitas também correntes, deduzidas as transferências Constitucionais a Municípios, a Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, a Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, a Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e os pagamentos para formação do FUNDEB.

Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Despesas Correntes - DCO

12. **Despesas Correntes** – gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Abrange as transferências a Municípios e desconsidera os lançamentos das perdas líquidas com o FUNDEB. Utilizar-se-ão as despesas empenhadas do exercício.

Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

13. **Receita Corrente Ajustada** – somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do FUNDEB) e outras receitas também correntes, consideradas as receitas intraorçamentárias e os recursos repassados aos Municípios e desconsideradas as restituições de receitas, os pagamentos para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

14. **Obrigações Financeiras** – obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

15. **Disponibilidade de Caixa Bruta** – ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

III - RESULTADOS DOS INDICADORES

16. A seguir são apresentados os valores apurados para cada um dos indicadores necessários à capacidade de pagamento e a classificação final de cada ente, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/2017, e a Portaria STN nº 882/2018, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 882/2018.

UF	Indicador 1 - Endividamento	Nota Indicador 1	Indicador 2 - Poupança Corrente	Nota Indicador 2	Indicador 3 - Liquidez	Nota Indicador 3	CAPAG
AC	82,87%	B	92,61%	B	16,86%	A	B
AL	121,53%	C	89,84%	A	41,80%	A	B
AM	51,00%	A	91,81%	B	81,48%	A	B
AP	77,05%	B	82,59%	A	95,02%	A	C*
BA	75,11%	B	96,32%	C	69,22%	A	C
CE	72,27%	B	92,21%	B	55,69%	A	B
DF	43,17%	A	97,06%	C	1992,62%	C	C
ES	50,10%	A	88,33%	A	8,90%	A	A
GO	92,37%	B	96,26%	C	-1021,89%	C	C
MA	56,40%	A	97,97%	C	167,22%	C	C
MG	208,72%	C	106,55%	C	2417,75%	C	D
MS	85,25%	B	100,36%	C	98,87%	A	C
MT	45,87%	A	97,71%	C	-576,52%	C	C
PA	23,11%	A	92,69%	B	90,27%	A	B
PB	47,97%	A	92,71%	B	44,06%	A	B
PE	67,87%	B	96,06%	C	-307,57%	C	C
PI	67,49%	B	94,73%	B	79,51%	A	B
PR	64,96%	B	94,21%	B	62,81%	A	B
RJ	272,53%	C	105,00%	C	482,17%	C	D
RN	30,36%	A	91,13%	B	702,16%	C	C
RO	65,41%	B	89,53%	A	49,86%	A	B
RR	57,20%	A	87,83%	A	233,10%	C	C
RS	216,30%	C	101,95%	C	569,42%	C	D
SC	105,79%	B	97,11%	C	25,34%	A	C
SE	61,83%	B	97,72%	C	101,65%	C	C
SP	204,45%	C	93,68%	B	72,78%	A	B
TO	46,35%	A	94,56%	B	539,40%	C	C

17. Devido à aplicação do art. 5º da Portaria MF nº 501 de 2017, por conta da Ação Cível Ordinária nº 3.285, ajuizada pelo Estado do Amapá no Supremo Tribunal Federal - STF, na qual o Estado requer a suspensão da execução de contragarantias justificada por sua grave crise fiscal e de liquidez, fica revista a Nota Final da capacidade de pagamento do referido Estado para "C".

18. O detalhamento dos ajustes dos dados utilizados no cálculo dos indicadores dos Estados e do Distrito Federal é apresentado no Relatório Ajustes da Avaliação - 2018 (documento Sei nº 4399342), desta Nota Técnica.

19. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 882 de 18/12/2018, para os anos de 2015 e 2016, as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

20. As análises de capacidade de pagamento realizadas são válidas até a próxima avaliação quanto ao cumprimento de metas do referido Programa, para os Estados com Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e o Distrito Federal, ou até a publicação do próximo Balanço Consolidado, para os demais Estados. Não obstante isto, os resultados apresentados nesta Nota estão sujeitos à aplicação do art. 5º da Portaria MF nº 501, de 2017.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
THIAGO DANTAS BHERING DOMINONI
Gerente de Projeto da GERAP

De acordo. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
ACAUÃ BROCHADO
Coordenador da CORFI

De acordo. Encaminhe-se a COPEM com vistas a instruir as deliberações do Grupo Técnico do CGR.

Documento assinado eletronicamente
ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Coordenador-Geral da COREM



Documento assinado eletronicamente por Itanielson Dantas Silveira Cruz, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios, em 10/10/2019, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Acauã Brochado, Coordenador(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais, em 10/10/2019, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Thiago Dantas Bhering Dominoni, Gerente de Projeto, em 10/10/2019, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4396296 e o código CRC 0E507174.

Referência: Processo nº 17944.109949/2018-54.

SEI nº 4396296

AGREED MINUTES OF NEGOTIATIONS BETWEEN
THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL;
THE STATE OF CEARÁ
AND
THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND
DEVELOPMENT (IBRD)
REGARDING
THE CEARA RURAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND
COMPETITIVENESS PROJECT - PHASE II
(Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase)

May 9, 2019

1. **Introduction.** Negotiations for a proposed IBRD loan of one hundred million Dollars (\$100,000,000) for the Ceara Rural Sustainable Development and Competitiveness Phase II (the Project) were held between representatives of the State of Ceará (the Borrower), the Federative Republic of Brazil (the Guarantor), the Ministry of the Economy General Attorney's Office (*Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/ME*), the Secretariat of Economic International Affairs and the National Treasury Secretariat (collectively the "Guarantor Delegation" and the "Borrower Delegation"), and IBRD (the "World Bank Delegation") at the Bank office in Brasília on May 9, 2019 with video-conference to the Bank headquarters in Washington DC. Members of the Borrower, Guarantor and Bank Delegations are listed in Annex 1 to these Minutes. These Minutes record and clarify key understandings regarding the proposed Project.
2. **Conditions of Negotiations.** The following actions were defined as Conditions of Negotiations: (i) the procurement plan included in the STEP system; (ii) a draft Operational Manual; and (iii) final Project Procurement Strategy for Development (PPSD). All conditions have been fulfilled. The Bank reviewed and cleared the draft Operational Manual on May 8, 2019.
3. **Documents Discussed.** The draft Loan Agreement (LA) dated May 9, 2019, the draft Guarantee Agreement (GA) dated May 9, 2019; and the draft Disbursement and Financial Information Letter (DFIL) were reviewed. These minutes are not a complete record of these Negotiations but are intended to set forth certain important agreements reached between the Borrower and the Bank and are reflected in the revised version of the LA (Annex 2), GA (Annex 3) and DFIL (Annex 4). Such changes and understandings are indicated in the paragraphs below.
4. **Project name.** The parties agreed that the name of the project in English will remain the same and the name in Portuguese will be "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase".
5. **Project Appraisal Document (PAD):** The PAD dated May 6, 2019 was reviewed by the Secretariat of Agrarian Development (SDA) and minor changes were agreed upon. During negotiations, the agreed changes to the LA, the GA and the DFIL were reflected in the revised PAD. However, during the Bank's internal clearance processes prior to Board approval, adjustments for consistency and clarity purposes may be necessary.

6. **Loan Financial Terms.** The financial terms of the Project Loan, as per the Financial Terms Worksheet submitted by the Borrower (Annex 5 to these Minutes), are summarized in the table below. The Borrower confirmed that it agrees with these financial terms.

IBRD Financial Product	IBRD Flexible Loan with a Variable Spread
Currency and Amount	100,000,000 United States Dollars
Front-end Fee	One quarter of one percent (0.25%) of the Project Loan Amount. Capitalized.
Commitment Charge	One quarter of one percent (0.25%) per annum of the Unwithdrawn Project Loan Balance. Accrues starting 60 days after loan signature and payment due twice a year.
Repayment Terms	Disbursement-Linked Amortization Repayment Schedule – Level Repayment, with 25 years of Final Maturity, including a grace period of 5 years and repayment on March 15 and September 15 of each year.
Single Borrower Limit Surcharge	One half of one percent (0.5%) per annum of the “Allocated Excess Exposure Amount” for each said day (“Exposure Surcharge”) as defined in the Loan Agreement payable semi-annually in arrears of each payment date.

7. **Exposure Surcharge.** The Bank team clarified the additional Loan conditions approved by the Bank’s Board of Executive Directors on February 11, 2014. They apply to loans containing the clause providing for situations in which the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit (as said terms are defined in subparagraphs (a) and (b) of Section 2.09 of Article II of the Loan Agreement). For any loan amount exceeding the previous Single Borrower Limit of US\$ 16.5 billion, the Borrower shall pay to the Bank a surcharge at the rate of one half of one percent (0.5%) per annum of the amount of excess exposure multiplied by the proportion of eligible loans based on the relative weight of the disbursed amount of said eligible loans. The Bank delegation explained the potential implications of the Standard Exposure Limit and how this was established by the Bank’s Board of Directors to govern Bank lending to the largest emerging market borrowers, including the Federative Republic of Brazil. The Delegations agreed to discuss about systematic way to inform the Guarantor’s National Treasury Secretariat and the Borrower on the status of the Total Exposure.

8. **Amortization Schedule.** The Borrower confirmed the amortization schedule attached (Annex 6 to these Minutes) and reflected in Schedule 2 of the LA. The amortization schedule is valid for an expected Board Date of July 18, 2019. Should there be a change in the Board Date, the amortization schedule may need to be updated and the Borrower will be informed accordingly.

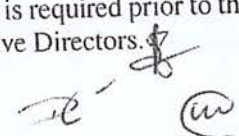
9. **Withdrawal of Loan Proceeds.** The table of disbursement categories and the withdrawal conditions for the Project were discussed and agreed with the Borrower as indicated in Section IV of Schedule 2 to the LA. The term “up to” was removed from the percentage column as the amount specified in the table indicates the maximum amount to be financed by the Bank, therefore, it is unnecessary to include this term.

10. **Disbursement Arrangements:** The DFIL and the relevant aspects about the disbursement arrangements under the LA were discussed and agreed with the Borrower Delegation and the Guarantor Delegation.


11. **Conditions of Signing.** During negotiations, it was also agreed that the Borrower would follow closely the approval of the Project with the Brazilian Senate in order to submit the signing of the LA exclusively to the compliance of the effectiveness conditions.

TE

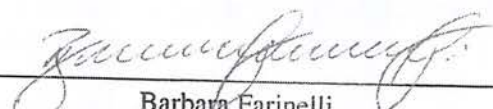
W

12. **Conditions of Effectiveness.** The specific conditions of effectiveness read as per Section 4.01 of the LA and are: (a) the adoption of the Operational Manual; (b) the signing of the Management Agreement; (c) the signing of the Partnership Agreements; (d) the signing of the Auditing Agreements; and (e) the signing of the Cooperation Agreements. The deadline for the effectiveness is currently 120 days after signing of the LA. If this timeframe needs to be extended, the Borrower in consultation with the Guarantor will request an extension. The maximum deadline to complete signing and effectiveness is 18 months after the Bank's Board approval (currently planned for July 18, 2019). The legal agreements for a Bank Loan terminate if the conditions for their effectiveness, if any, are not met by the date specified in the agreements. When warranted, Management may decide to extend the effectiveness deadline; normally the deadline is not extended beyond 18 months after Bank Loan approval. The General Attorney's Office of the Guarantor's Ministry of the Economy (*Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/ME*) confirmed that all effectiveness conditions need to be met before they allow the signature of the legal agreements. The Bank agreed to have its legal department review each condition and provide a confirmation to PGFN before the signature ceremony.
13. **Project Manager.** Any institution to be selected as the Project Manager for the Project will undergo a fiduciary and technical assessment approved by the Bank in order to proceed with the signing of the Management Agreement.
14. **Loan Closing Date.** The Project Closing Date is December 31, 2025. The Guarantor advised that an extension of the Closing Date or any changes to the Loan Agreement would require approval from the *Comissão de Financiamentos Externos (COFIE)* through GTEC, and shall be formally requested by the Borrower to COFIE.
15. **Significant Changes.** No significant changes to the Project were discussed during the negotiations.
16. **Statutory Committee.** According to Article III, Section 4 (iii) of the Bank's Articles of Agreement, a project proposed to be financed or Guaranteed by the Bank shall be accompanied by a report/recommendation ("Statutory Committee report") to be issued by a competent committee ("Statutory Committee") whose members shall include an expert selected by the Governor representing the member in whose territory the operation in question is located. The Guarantor's Governor, by a letter dated November 8, 2014, confirmed that the Guarantor official signing these Minutes on behalf of the Guarantor, shall be considered to be the Federative Republic of Brazil's expert on the Statutory Committee, and that said official's signature of the Minutes shall be deemed to constitute the signature of the Statutory Committee Report. The parties acknowledge that the Legal Department of the Ministry of Economy (*PGFN/ME*) should be designated for signing these Minutes of Negotiations with respect to the financing for this Project.
17. **Access to information.** The Project Appraisal Document (PAD) was reviewed and updated to take into account comments and observations made by the Secretariat of Agrarian Development (SDA) during negotiations. Pursuant to the World Bank Policy on Access to Information, the Bank will disclose the PAD, the related legal agreements and other information related to the Project and the legal agreements and related documents. The Borrower and Guarantor Delegations confirmed that the Bank may publicly release the PAD once the operation is approved by the Bank's Board of Executive Directors.
18. **Acceptance of Negotiated Documents.** The Borrower and the Guarantor Delegations confirmed their agreement with the negotiated legal agreements, related documents and these Minutes, which constitute the full and final agreement of the Borrower and the Guarantor with the aforementioned documents. No additional confirmation at this time or evidence of acceptance of these documents is required prior to the submission of the proposed Project for the consideration by the Bank's Board of Executive Directors.
- 

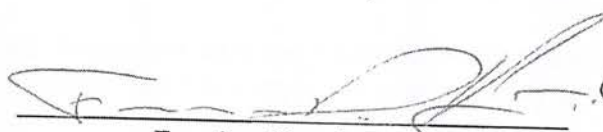
19. **Next Steps.** (a) The Bank delegation informed that the proposed operation is expected to be submitted to its Board of Directors for consideration on June 21, 2019; (b) in parallel to the Bank's Board approval, the Borrower and the Guarantor will expedite the necessary procedural and administrative steps to present the Project to the Brazilian Senate for approval and subsequent signature of the LA and the GA.



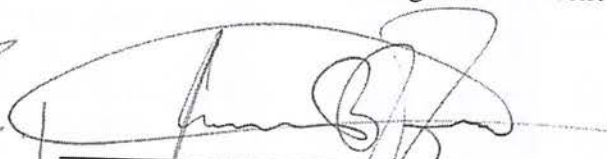
Paulo Magaldi Netto
Ministry of Economy General Attorney



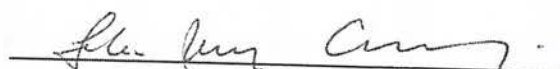
Barbara Farinelli
TTL and World Bank Agricultural Economist



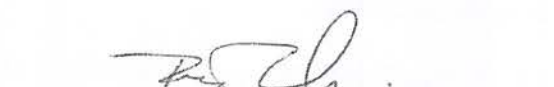
Francisco Deassis Diniz
Secretary of Agrarian Development of the
State of Ceará




Rommel Barroso da Frota
State of Ceará General Attorney



Lilia Maya Cavalcante
Secretariat of Economic International Affairs



Ruy Takeo Takahashi
National Treasury Secretariat



Paulo Sergio Rocha
Secretariat of Finance of the
State of Ceará



Andrea Guimarães Cerqueira dos Santos
Secretariat of Planning and Management of the
State of Ceará

List of Annexes:

- Annex 1: Members of the Borrower, Guarantor and Bank Delegations
- Annex 2: Loan Agreement
- Annex 3: Guarantee Agreement
- Annex 4: Disbursement and Financial Information Letter
- Annex 5: Financial Terms Worksheet
- Annex 6: Amortization Schedule

Members of the Borrower Delegation

Francisco Deassis Diniz, Secretário de Estado, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, SDA
Wilson Vasconcelos Brandão Júnior, Secretário Executivo, SDA
Lafaele Almeida de Oliveira Mesquita, SDA
Ilo Pinheiro Cavalcante, SDA
Viviany Macedo Peixoto Silva, SDA
Ana Karina Cavalcante Holanda, SDA
Francisco Humberto de Carvalho Neto, SDA
Regis de Albuquerque Silva, Orientador de Célula, Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)
Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos, Orientador de Célula, SEPLAG
Rommel Barroso da Frota, Procurador do Estado, Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Paulo Sérgio Rocha, Coordenador, Secretaria da Fazenda (SEFAZ)
Fábio Silva Duarte, Orientador de Célula, SEFAZ

Members of the Guarantor Delegation

Vitor de Lima Magalhães, Secretariat of Economic International Affairs, Ministry of Economy
Lilia Maya Cavalcante, Secretariat of Economic International Affairs, Ministry of Economy
Paulo Magaldi Netto, Ministry of Economy General Attorney, Ministry of Economy
Juliana Diniz Coelho Arruda, National Treasury Secretariat, Ministry of Economy
Ruy Takeo Takahashi, National Treasury Secretariat, Ministry of Economy

Members of the World Bank Delegation

Brasilia, Brazil

Doina Petrescu, Manager, Operations, LCC5C
Paul Procee, Program Leader, LCC5C
Paula Freitas, Senior Water Resources Management Specialist, LCC5C
Barbara Farinelli, Agricultural Economist, GFA04
Isabella Micali-Drossos, Senior Counsel, LEGLE
Susana Amaral, Senior Financial Management Specialist, GGOLF
Tania Lettieri, Operations Officer, LCC5C
Alexandra Leao, Legal Consultant, LCC5C
Julia Conter, Operational Analyst, LCC5C

Washington, DC

Miguel Navarro-Martin, Manager, FABBK
James Seward, Program Manager, GGEPM

Webex

Jose Janeiro, Senior Finance Officer, WFACS

Loan Agreement

Legal Department
CONFIDENTIAL DRAFT
Isabella Micali Drossos
May 9, 2019
NEGOTIATED TEXT

LOAN NUMBER _____-BR

Loan Agreement

(Ceará Rural Sustainable Development and Competitiveness Project – Phase II)
(*Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª fase*)

between

STATE OF CEARÁ

and

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT

LOAN AGREEMENT

AGREEMENT dated as of the Signature Date between STATE OF CEARÁ ("Borrower") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank"). The Borrower and the Bank hereby agree as follows:

ARTICLE I — GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

- 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to this Agreement) apply to and form part of this Agreement.
- 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Appendix to this Agreement.

ARTICLE II — LOAN

- 2.01. The Bank agrees to lend to the Borrower the amount of one hundred million Dollars (\$100,000,000), as such amount may be converted from time to time through a Currency Conversion ("Loan"), to assist in financing the project described in Schedule 1 to this Agreement ("Project").
- 2.02. The Borrower may withdraw the proceeds of the Loan in accordance with Section III of Schedule 2 to this Agreement. The Borrower's Representative for purposes of taking any action required or permitted to be taken pursuant to this Section is its Governor or its Secretary of Agrarian Development.
- 2.03. The Front-end Fee is one quarter of one percent (0.25%) of the Loan amount.
- 2.04. The Commitment Charge is one quarter of one percent (0.25%) per annum of the Unwithdrawn Loan Balance.
- 2.05. The interest rate is the Reference Rate plus the Variable Spread or such rate as may apply following a Conversion; subject to Section 3.02(e) of the General Conditions.
- 2.06. The Payment Dates are March 15 and September 15 in each year.
- 2.07. The principal amount of the Loan shall be repaid in accordance with Schedule 3 to this Agreement.
- 2.08. The Borrower may request the Conversions of Loan terms, in each case with the prior non-objection of the Guarantor, through its Secretariat of the National Treasury of the Guarantor's Ministry of Economy.
- 2.09. (a) If on any given day, the Total Exposure exceeds the Standard Exposure

Limit (as said terms are defined in sub-paragraphs (b)(ii) and (b)(iii) of this Section), the Borrower shall pay to the Bank a surcharge at the rate of one half of one percent (0.5%) per annum of the Allocated Excess Exposure Amount (as defined in sub-paragraph (b)(i) of this Section) for each said day ("Exposure Surcharge"). The Exposure Surcharge (if any) shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.

- (b) For purposes of this Section the following terms have the meanings set forth below:
 - (i) "Allocated Excess Exposure Amount" means for each day during which the Total Exposure exceeds the Standard Exposure Limit, the product of: (A) the total amount of said excess; and (B) the ratio of all (or, if the Bank so determines), a portion of the Loan to the aggregate amount of all (or the equivalent portions) of the loans made by the Bank to the Borrower, the Guarantor and to other borrowers guaranteed by the Guarantor that are also subject to an exposure surcharge, as said excess and ratio are reasonably determined from time to time by the Bank.
 - (ii) "Standard Exposure Limit" means the standard limit on the Bank's financial exposure to the Guarantor which, if exceeded, would subject the Loan to the Exposure Surcharge, as determined from time to time by the Bank.
 - (iii) "Total Exposure" means for any given day, the Bank's total financial exposure to the Guarantor, as reasonably determined by the Bank.

ARTICLE III — PROJECT

- 3.01. The Borrower declares its commitment to the objectives of the Project. To this end, the Borrower shall carry out the Project through SDA or shall cause the Project Entities to carry out their specific Part of the Project, in accordance with the provisions of Article V of the General Conditions and Schedule 2 to this Agreement.

ARTICLE IV — EFFECTIVENESS; TERMINATION

- 4.01. The Additional Conditions of Effectiveness consist of the following:
 - (a) the Operational Manual has been adopted by the Borrower in a manner and with contents acceptable to the Bank;
 - (b) the Management Agreement has been signed on behalf of the Borrower,

through SDA, and the Project Manager and all conditions precedent to its effectiveness (other than the effectiveness of this Agreement) have been fulfilled, in a manner and with contents acceptable to the Bank;

- (c) the Partnership Agreements have been signed on behalf of the Borrower, through SDA, and the Strategic Partners and all conditions precedent to their effectiveness (other than the effectiveness of this Agreement) have been fulfilled, in a manner and with contents acceptable to the Bank;
- (d) the Auditing Agreements have been signed on behalf of the Borrower, through SDA, and the Project Auditors and all conditions precedent to their effectiveness (other than the effectiveness of this Agreement) have been fulfilled, in a manner and with contents acceptable to the Bank; and
- (e) the Cooperation Agreements have been signed on behalf of the Borrower, through SDA, and the Cooperating Entities and all conditions precedent to their effectiveness (other than the effectiveness of this Agreement) have been fulfilled, in a manner and with contents acceptable to the Bank.

- 4.02. The Effectiveness Deadline is the date one hundred twenty (120) days after the Signature Date.

ARTICLE V — REPRESENTATIVE; ADDRESSES

- 5.01. Except as provided in Section 2.02 of this Agreement, the Borrower's Representative is its Governor.

- 5.02. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions: (a) the Borrower's address is:

Casa Civil - Palácio da Abolição
Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles
60.120-000 – Fortaleza, CE Brasil
E-mail: casacivil@casacivil.ce.gov.br
With copies to:

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Av. Bezerra de Menezes, 1820
São Gerardo - Fortaleza/CE
CEP: 60325-105
E-mail: gabinete.secretario@sda.ce.gov.br

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
Avenida Alberto Nepomuceno, 2 – Centro
60000-050 Fortaleza, CE

Brazil

SAIN - Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 8º andar
Brasília, DF, 70040-906
Brazil
E-mail: seain@planejamento.gov.br

(b) the Borrower's Electronic Address is:

E-mail:
gabinete.secretario@sda.ce.gov.br

5.03. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions: (a) the Bank's address is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America; and

(b) the Bank's Electronic Address is:

Telex:	Facsimile:	E-mail:
248423(MCI) or 64145(MCI)	1-202-477-6391	mraiser@worldbank.org

AGREED as of the Signature Date.

STATE OF CEARÁ

By

**Authorized
Representative**

Name: _____

Title: _____

Date: _____

**INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND
DEVELOPMENT**

By _____

Representative

Authorized

Name: _____

Title: _____

Date: _____

SCHEDULE 1

Project Description

The objective of the Project is to enhance Access to Markets and access to water and sanitation, adopting climate resilient approaches, by targeted beneficiaries in selected areas of the Borrower's territory.

The Project consists of the following parts:

Part 1. Sustainable Economic Inclusion

1.1 Strengthening Organizations for Enhanced Market Access. Support the preparation and implementation of Productive Subprojects by selected Producer Organizations in priority areas through: (i) technical assistance, carrying out pre-investment studies, preparation of business plans, capacity-building activities, *inter alia*; and (ii) the provision of Matching Grants to Producer Organizations for carrying out Productive Subprojects, including, *inter alia*: minor on-farm infrastructure; energy, water and soil conservation and management measures; provision and utilization of inputs, equipment and tools; complementary technical assistance services; support to meet legal environmental and sanitary requirements for market access; implementation of sustainable management plans (especially agro-silvo-pastoral) in areas of Caatinga.

1.2 Improving Social and Productive Inclusion for Vulnerable Groups. Support the preparation and implementation of Investment Subprojects in selected organizations of priority Vulnerable Groups in rural areas through: (i) technical assistance, capacity-building activities and preparation of community development plans; and (ii) the provision of Matching Grants to Vulnerable Groups for carrying out Investment Subprojects to increase food security and income generation initiatives through improved productivity, greater efficiency in water use, and increased resiliency to climate change.

Part 2. Rural Water Supply and Sanitation Access

2.1 Expanding Water and Sanitation Access

- (i) Support the construction or rehabilitation of water supply systems for prioritized communities, including energy supply and the adoption of technological innovation aiming at reducing costs, increasing resilience and improving system operational efficiency.
- (ii) Support the construction or improvement of onsite sanitation structures such as household sanitary kits or treatment units in favor of selected communities who are beneficiaries of water interventions.

2.2 **Increasing Water Security and Resilience.** Support the implementation of water reuse systems for agricultural production purposes in response to Part 1.1 of the Project, and activities aimed at the protection and conservation of water sources surrounding areas for communities who benefited from water supply interventions under Part 2.1 of the Project.

Part 3. Institutional Strengthening and Project Management

3.1 **Institutional Strengthening and Capacity Building.** Strengthen the organizational, management, knowledge, strategic and operational capacity of key implementing institutions, including, *inter alia*, the Project Manager, the Strategic Partners, the Project Auditors and the Cooperating Entities.

3.2 **Project Management and Supervision.** Support overall Project management, coordination and implementation, including *inter alia*: (i) inter-institutional coordination; (ii) activity monitoring, evaluation and impact assessment; (iii) fiduciary administration, internal controls and audits; (iv) environmental and social safeguards management and implementation; (v) a citizen's engagement and grievance redress mechanisms; (vi) studies and pilots supporting Productive Subprojects and Investment Subprojects; and (vii) communication and outreach strategy.

SCHEDULE 2

Project Execution

Section I. Implementation Arrangements

A. Institutional Arrangements.

1. The Borrower shall vest, at all times during the implementation of the Project, the overall responsibility for the implementation of the Project in SDA with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.
2. The Borrower shall create no later than three months after the Effective Date and thereafter maintain, at all times during the implementation of the Project, the UGP to carry out the Project coordination, management, planning, monitoring and evaluation with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.
3. The Borrower shall create no later than one month after the Effective Date and thereafter maintain, at all times during the implementation of the Project, the Steering Committee, with representatives of all entities involved in Project implementation, with regular meetings and sufficient resources, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.
4. The Borrower shall appoint through the Management Agreement and thereafter maintain the Project Manager to assist in the implementation of the Project with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.
5. The Borrower shall appoint through the Auditing Agreements and thereafter maintain the Project Auditors to implement their specific Parts of the Project with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.
6. The Borrower shall appoint through the Partnership Agreements and thereafter maintain the Strategic Partners to implement their specific Parts of the Project with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.

7. The Borrower shall appoint through the Cooperation Agreements and thereafter maintain the Cooperating Entities to implement their specific Parts of the Project with sufficient resources, decision making capacity, competent staff in adequate numbers and responsibilities, all acceptable to the Bank and as set forth in the Operational Manual.

B. Operational Manual.

1. The Borrower shall: (i) adopt and carry out the Project, or/and cause the Project to be carried out, in accordance with the Operational Manual acceptable to the Bank, which shall include the rules, methods, guidelines, standard documents and procedures for the carrying out of the Project, including the following, *inter alia*: (a) the detailed description of Project implementation activities and the detailed institutional arrangements of the Project including for the Project Manager, the Project Auditors, the Strategic Partners and the Cooperating Entities; (b) the Project administrative, accounting, auditing, reporting, financial (including cash flow aspects in relation thereto), procurement and disbursement procedures; (c) the monitoring indicators for the Project and grievance redress mechanisms; and (d) the ESMF, the RPF and the IPPF; and (ii) not amend, suspend, abrogate, repeal or waive any provision of said Operational Manual without the prior written approval of the Bank.
2. In case of any conflict between the terms of the Operational Manual and this Agreement, the terms of this Agreement shall prevail.

C. Management Agreement.

1. To facilitate the carrying out of the Project, the Borrower through SDA shall sign and maintain the Management Agreement with the Project Manager during the implementation of the Project, on terms and conditions acceptable to the Bank, including, *inter alia*: (i) the Project Manager's obligation to adopt and apply an effective and efficient financial management system in form and substance satisfactory to the Bank; and (ii) the Borrower's obligation to make parts of the proceeds of the Loan allocated to Categories (1), (2) and (3) available to the Project Manager in order to assist in the implementation of the Project in accordance with the provisions of this Agreement, the Anti-Corruption Guidelines, the Procurement Regulations, the ESMF, RPF and IPPF, and the Operational Manual.
2. The Borrower shall exercise its rights or carry out its obligations under the Management Agreement in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Project. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate,

waive, terminate or fail to enforce the Management Agreement, or any of its provisions.

D. Auditing Agreements.

1. To facilitate the carrying out of the Project, the Borrower through SDA shall sign and thereafter maintain the Auditing Agreements with the Project Auditors during the implementation of the Project, on terms and conditions acceptable to the Bank, including, *inter alia*: the Borrower's obligation to make parts of the proceeds of the Loan allocated to Category (3) available to the Project Auditors in order to assist in the implementation of their specific Parts of the Project in accordance with the provisions of this Agreement, the Anti-Corruption Guidelines, the Procurement Regulations, the ESMF, RPF and IPPF, and the Operational Manual.
2. The Borrower shall exercise its rights or carry out its obligations under the Auditing Agreements in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Project. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce the Auditing Agreements, or any of their provisions.

E. Partnership Agreements.

1. To facilitate the carrying out of the Project, the Borrower through SDA shall sign and thereafter maintain Partnership Agreements with the Strategic Partners during the implementation of the Project, on terms and conditions acceptable to the Bank, including, *inter alia*: the Borrower's obligation to make parts of the proceeds of the Loan allocated to Categories (1), (2) and (3) available to the Strategic Partners in order to assist in the implementation of their specific Parts of the Project in accordance with the provisions of this Agreement, the Anti-Corruption Guidelines, the Procurement Regulations, the ESMF, RPF and IPPF, and the Operational Manual.
2. The Borrower shall exercise its rights or carry out its obligations under the Partnership Agreements in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Project. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce the Partnership Agreements, or any of their provisions.

F. Cooperation Agreements.

1. To facilitate the carrying out of the Project, the Borrower through SDA shall sign and thereafter maintain the Cooperation Agreement with the Cooperating

Entities during the implementation of the Project, on terms and conditions acceptable to the Bank, including, *inter alia*: the Borrower's obligation to make parts of the proceeds of the Loan allocated to Categories (1), (2) and (3) available to the Cooperating Entities in order to assist in the implementation of their specific Parts of the Project in accordance with the provisions of this Agreement, the Anti-Corruption Guidelines, the Procurement Regulations, the ESMF, RPF and IPPF, and the Operational Manual.

2. The Borrower shall exercise its rights or carry out its obligations under the Cooperation Agreements in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Project. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not assign, amend, abrogate, waive, terminate or fail to enforce the Cooperation Agreements, or any of their provisions.

G. Safeguards.

The Borrower shall:

1. implement the Project in accordance with the provisions of the ESMF, RPF and IPPF;
2. ensure that all measures for carrying out the recommendations of the ESMF, RPF and IPPF are taken in a timely manner and that all necessary plans prepared in accordance with said ESMF, RPF and IPPF have received the Bank's written no-objection prior to the start of any works or services; and
3. ensure that the terms of reference of any consultancy in respect to the Project shall be satisfactory to the Bank following its review thereof and, to that end, such terms of reference shall duly incorporate the requirements of the Bank's Safeguard Policies then in force, as applied to the advice conveyed through such consulting services.

H. Matching Grants.

1. For purposes of carrying out Part 1.1 (ii) and Part 1.2 (ii) of the Project, the Borrower, through SDA, shall enter into contracts (Matching Grant Contracts) respectively with Producer Organizations and Vulnerable Groups; all under the terms and conditions satisfactory to the Bank and set forth in paragraph 2 below.
2. Upon approval of the specific activities under Part 1.1 (ii) and Part 1.2 (ii) of the Project to be financed by Matching Grants, and prior to the carrying out of any said activities by the Producer Organizations or the Vulnerable Groups, as the case may be, the Borrower shall enter into Matching Grant Contracts under the terms and conditions acceptable to the Bank, which shall include *inter alia*:

- (a) The Borrower's right to protect its interests and those of the Bank, including the right to:
 - (i) require Producer Organizations or Vulnerable Groups to:
 - (A) carry out the pertinent activities with due diligence and efficiency and in accordance with: (1) sound technical, economic, financial, and managerial standards acceptable to the Bank; (2) the ESMF, the RPF and the IPPF; and (3) all the relevant terms and conditions of this Agreement (including the provisions of the Anti-Corruption Guidelines);
 - (B) when applicable, provide promptly as needed, the resources required for the purpose of carrying out the pertinent activities;
 - (C) procure the goods, works and consultants' services to be financed out of the pertinent Matching Grant in accordance with the Procurement Regulations;
 - (D) maintain policies and procedures adequate to enable the Borrower to monitor and evaluate the pertinent activities under Parts 1.1 and 1.2 of the Project in accordance with indicators acceptable to the Bank, the progress of the pertinent activity and the achievement of its objectives;
 - (E) (1) maintain a financial management system and prepare financial statements in accordance with consistently applied accounting standards acceptable to the Bank, both in a manner adequate to reflect the operations, resources and expenditures related to the activities under Parts 1.1 and 1.2 of the Project; and (2) at the Bank's or the Borrower's request, have such financial statements audited by independent auditors acceptable to the Bank, in accordance with consistently applied auditing standards acceptable to the Bank, and promptly furnish the statements as so audited to the Borrower and the Bank;
 - (F) enable the Borrower and the Bank to inspect the pertinent activities, its operation and any relevant records and documents; and

- (G) prepare and furnish to the Borrower and the Bank all such information as the Borrower or the Bank shall reasonably request relating to the foregoing; and
 - (ii) suspend or terminate the right of the Producer Organizations or the Vulnerable Groups, as the case may be, to use the proceeds of the Matching Grants, for the carrying out of the activities under Parts 1.1 and 1.2 of the Project, respectively, or obtain a refund of all or any part of the amount of said Matching Grants then withdrawn, upon the Producer Organizations' or the Vulnerable Groups', as the case may be, failure to perform any of their obligations under the pertinent Matching Grant Contract.
- 3. The Borrower shall exercise its rights and carry out its obligations under each Matching Grant Contract in such manner as to protect the interests of the Borrower and the Bank and to accomplish the purposes of the Project.
- 4. Except as the Bank shall otherwise agree, the Borrower shall not amend, terminate, assign, abrogate, waive or fail to enforce any Matching Grant Contract or any provision thereof.
- 5. In the event that any provision of any Matching Grant Contract shall conflict with any of the provisions under this Agreement, the terms of this Agreement shall prevail.

Section II. Project Monitoring Reporting and Evaluation

The Borrower shall furnish to the Bank each Project Report not later than sixty (60) days after the end of each calendar semester, covering the calendar semester, as further detailed in the Operational Manual.

Section III. Withdrawal of Loan Proceeds

A. General.

Without limitation upon the provisions of Article II of the General Conditions and in accordance with the Disbursement and Financial Information Letter, the Borrower may withdraw the proceeds of the Loan to: (a) finance Eligible Expenditures; and (b) pay the Front-end Fee; in the amount allocated and, if applicable, up to the percentage set forth against each Category of the following table:

Category	Amount of the Loan Allocated (expressed in USD)	Percentage of Expenditures to be financed (inclusive of Taxes)
(1) Goods, works, non-consulting services, consulting services, Training, Operating Costs and Matching Grants for Part 1 of the Project	43,540,000	100%
(2) Goods, works, non-consulting services, consulting services, Training, Operating Costs for Part 2 of the Project	35,350,000	100%
(3) Goods, works, non-consulting services, consulting services, Training, Operating Costs for Parts 3 of the Project	20,860,000	100%
(4) Front-end Fee	250,000	Amount payable pursuant to Section 2.03 of this Agreement in accordance with Section 2.07 (b) of the General Conditions
TOTAL AMOUNT	100,000,000	

B. Withdrawal Condition; Withdrawal Period.

- Notwithstanding the provisions of Section III.A above, no withdrawal shall be made for payments made prior to the Signature Date, except that withdrawals up to an aggregate amount not to exceed \$20,000,000 may be made for payments made prior to this date but on or after January 1st, 2019 or the date falling twelve months prior to the Signature Date, for Eligible Expenditures.
- The Closing Date is December 31, 2025. The Bank may grant an extension of the Closing Date only after the Guarantor's Ministry of Economy has informed the Bank that it agrees with such extension.

Section IV. Other Undertakings

1. By June 30, 2022, or such other date as the Bank shall agree upon, the Borrower shall: (i) carry out, jointly with the Bank, a mid-term review of the implementation of the Project, which shall cover the progress achieved in the implementation of the Project; and (ii) following such mid-term review, act promptly and diligently to take any corrective action as shall be agreed by the Bank.

SCHEDULE 3

1. Subject to the provisions of Section 3.03 of the General Conditions, the Borrower shall repay each Disbursed Amount in semiannual installments payable on each March 15 and September 15, the first installment to be payable on the eleventh (11th) Payment Date following the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount and the last installment to be payable on the fiftieth (50th) Payment Date following the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount. Each installment except for the last one shall be equal to one-fortieth ($1/40$) of the Disbursed Amount. The last installment shall be equal to the remaining outstanding amount of the Disbursed Amount.
2. If any one or more installments of principal of the Disbursed Amount would, pursuant to the provisions of paragraph 1 of this Schedule, be payable after September 15, 2050, the Borrower shall also pay on such date the aggregate amount of all such installments.
3. The Bank shall notify the Loan Parties of the amortization schedule for each Disbursed Amount promptly after the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount.

APPENDIX

Definitions

1. "Access to Markets" means the access to markets for family farming producers as referred to in the Part 1.1 to the Project and as further detailed in the Operational Manual.
2. "Anti-Corruption Guidelines" means, for purposes of paragraph 5 of the Appendix to the General Conditions, the "Guidelines on Preventing and Combating Fraud and Corruption in Projects Financed by IBRD Loans and IDA Credits and Grants", dated October 15, 2006 and revised in January 2011 and as of July 1, 2016.
3. "Auditing Agreements" means the agreements referred to in Section I.D of Schedule 2 to this Agreement and signed between on the one hand SDA and respectively with CGE and TCE on the other hand.
4. "Bank's Safeguard Policies" means the Operational Policies (OPs) and Bank Procedures (BPs) of the Bank, namely OP/BP 4.01 (Environmental Assessment), OP/BP 4.03 (Performance Standards for Private Sector Activities), OP/BP 4.04 (Natural Habitats), OP/BP 4.09 (Pest Management), OP/BP 4.10 (Indigenous Peoples), OP/BP 4.11 (Physical Cultural Resources), OP/BP 4.12 (Involuntary Resettlement), OP/BP 4.36 (Forests), OP/BP 4.37 (Safety of Dams), OP/BP 7.50 (International Waterways), OP/BP 7.60 (Disputed Areas); which can be found at <https://policies.worldbank.org>.
5. "Caatinga" means a biome in the Northeastern territory of the Guarantor characterized by semi-arid climate and high biodiversity, which extends over 850.000 km² and is usually characterized a dominant vegetation.
6. "Category" means a category set forth in the table in Section III.A of Schedule 2 to this Agreement.
7. "CGE" means *Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado*, the Borrower's comptroller general's office, as established and operating under the Borrower's Law 13.297, dated March 7, 2003, or any successor thereto acceptable to the Bank.
8. "Cooperation Agreements" means the agreements referred to in Section I.F of Schedule 2 to this Agreement and signed with the Cooperating Entities, as further detailed in the Operational Manual.
9. "Cooperating Entities" means collectively all the entities selected by the Borrower in accordance with the Operational Manual to sign Cooperation Agreements as further detailed in the Operational Manual, and any successor or successors thereto acceptable to the Bank.

10. "ESMF" means the Borrower's environmental and social management framework dated January 31, 2019 acceptable to the Bank, as published and available to the public on <http://www.sda.ce.gov.br>, which contains guidelines for undertaking site-specific environmental and social measures (in relation to environmental assessment, natural habitats, forests, physical cultural resources, and safety of dams) for individual investments under the Project, including: (i) guidelines for the identification of existing environmental and social conditions and potential direct and indirect environmental and social impacts and risks resulting from the carrying out of the Project; (ii) guidelines for the carrying out of environmental assessments and the preparation of environmental management plans, when applicable; (iii) recommendation of mitigation measures for each negative impact identified; (iv) measures for enhancing each identified positive impact; and (v) guidelines for the preparation of environmental and social monitoring plans and environmental and social assessments for tracking the application of the mitigation measures, as said framework may be amended from time to time with the Bank's prior approval and in compliance with the Guarantor's and the Borrower's legal frameworks.
11. "General Conditions" means the "International Bank for Reconstruction and Development General Conditions for IBRD Financing, Investment Project Financing", dated December 14, 2018.
12. "Investment Subprojects" means any or all of the subprojects carried out under Part 1.2 of the Project by Vulnerable Groups, based on community development plans developed under Part 1.2(i) of the Project, as further detailed in the Operational Manual.
13. "IPPF" means Indigenous Peoples Policy Framework, a framework adopted by the Recipient and dated February 5, 2019, acceptable to the Bank, as published and available to the public on the following website <https://www.sda.ce.gov.br/>, which contains the social protection measures under the Project in respect to indigenous peoples, including: (i) guidelines for the identification of existing social conditions and potential direct and indirect social impacts resulting from the carrying out of the Project; (ii) guidelines for the carrying out and the preparation of indigenous peoples plans, when applicable; (iii) the screening procedures and recommendation of mitigation measures for each negative impact identified; and (iv) measures for enhancing each identified positive impact, as said framework may be amended from time to time with the prior written approval of the Bank, and in compliance with the Guarantor's and the Borrower's legal frameworks.
14. "Management Agreement" means the agreements referred to in Section I.C of Schedule 2 to this Agreement and signed with the Project Manager, as further detailed in the Operational Manual.
15. "Matching Grants" means any grant received by Producer Organizations for Productive Subprojects under Part 1.1 of the Project or by Vulnerable Groups for

Investment Subprojects under Part 1.2 of the Project, as referred to in Section I.G of Schedule 2 to this Agreement and further detailed in the Operational Manual.

16. "Matching Grant Contracts" means any or all of the contracts to be signed between SDA on one hand and Producers Organizations or Vulnerable Groups on the other hand for the implementation of Productive Subprojects under Part 1.1(ii) of the Project or Investment Subprojects under Part 1.2(ii) of the Project, all as further detailed in the Operational Manual.
17. "Operating Costs" means the reasonable incremental operational costs related to the Project technical and administrative management, preparation, monitoring and supervision required under the Project, including, *inter alia*, office equipment, supplies, travel costs (including accommodations, transportation costs and *per diem*), bank charges, printing services, communication costs, utilities, maintenance and rental of office equipment and facilities, insurance, licensing, vehicle operation and maintenance costs, local contractual staff working on Project, and logistics services, but excluding the Borrower's regular staff.
18. "Operational Manual" means the manual referred to in Section I B of Schedule 2 to this Agreement, as the same may be amended from time to time in a manner and with contents acceptable to the Bank.
19. "Partnership Agreements" means the agreements referred to in Section I.E of Schedule 2 to this Agreement and signed with the Strategic Partners, as further detailed in the Operational Manual.
20. "Procurement Regulations" means, for purposes of paragraph 85 of the Appendix to the General Conditions, the "World Bank Procurement Regulations for IPF Borrowers", dated July 2016, revised November 2017 and August 2018.
21. "Producer Organizations" means producer organizations in the Borrower's territory who benefit from Matching Grants for Productive Subprojects, under Part 1.1 of the Project, as further detailed in the Operational Manual.
22. "Productive Subprojects" means any or all of the subprojects carried out under Part 1.1(ii) of the Project based on business plans developed under Part 1.2 (i) of the Project by Producer Organizations, as further detailed in the Operational Manual.
23. "Project Auditors" means collectively CGE and TCE, and any successor or successors thereto acceptable to the Bank.
24. "Project Manager" means the entity selected by the Borrower in accordance with the Operational Manual to sign the Management Agreement as further detailed in the Operational Manual, and any successor or successors thereto acceptable to the Bank.

25. "Quilombolas" means ethnic groups in the Guarantor's territory which are made up of descendants of black slaves who, in the process of resistance to slavery, originated social groups that occupy a common territory in rural or suburban communities characterized by subsistence agriculture and share cultural characteristics that have a strong link with the African past.
26. "Resettlement" means the impact of an involuntary taking of land under the Project, which taking causes affected persons to have their: (i) standard of living adversely affected; (ii) right, title or interest in any house, land (including premises, agricultural and grazing land) or any other fixed or movable asset acquired or possessed, adversely affected temporarily or permanently; (iii) access to productive assets adversely affected, temporarily or permanently; or (iv) business, occupation, work or place of residence or habitat adversely affected, temporarily or permanently.
27. "RPF" means the Resettlement Policy Framework prepared by the Borrower dated February 5, 2019, and published and available to the public on <https://www.sda.ce.gov.br/>, which outlines general implementation procedures, mitigation measures and monitoring procedures for Resettlement under the Project, including the procedures for the preparation and implementation of resettlement action plans, as said framework may be amended from time to time with the Bank's prior approval and in compliance with the Guarantor's and the Borrower's legal frameworks.
28. "SDA" means *Secretaria de Desenvolvimento Agrário*, the Borrower's Secretariat of Agrarian Development, as established and operating under the Borrower's Law No. 13,875, dated February 7, 2007, or any successor thereto acceptable to the Bank.
29. "Signature Date" means the later of the two dates on which the Borrower and the Bank signed this Agreement and such definition applies to all references to "the date of the Loan Agreement" in the General Conditions.
30. "Steering Committee" means the committee referred to in Section I.A.3 of Schedule 2 to this Agreement, as further detailed in the Operational Manual.
31. "Strategic Partners" means collectively all the partners selected by the Borrower in accordance with the Operational Manual to sign Partnership Agreements as further detailed in the Operational Manual, and any successor or successors thereto acceptable to the Bank.
32. "TCE" means *Tribunal de Contas do Estado*, the Borrower's State Court of Accounts, as established and operating under the Borrower's Law No. 124, dated September 20, 1935 or any successor thereto acceptable to the Bank.

33. "Training" means reasonable expenditures (other than those for consulting services) incurred in connection with the carrying out of training, seminars, and workshops, including the reasonable travel costs (e.g. accommodations, transportation costs and per diem) of trainees and trainers (if applicable), catering, study tours, technical exchange visits, tuition fees, rental of training facilities and equipment, logistics and printing services, as well as training materials and equipment required under the Project.
34. "UGP" means *Unidade de Gerenciamento do Projeto*, the Project Management Unit, established and operating within SDA and in accordance with the Operational Manual, or any successor thereto acceptable to the Bank.
35. "Vulnerable Groups" means priority vulnerable groups including, *inter alia*, indigenous peoples, *Quilombolas*, artisanal fisherfolks, and youth, who benefit from Matching Grants for Investment Subprojects, under Part 1.2 of the Project, as further detailed in the Operational Manual.

Guarantee Agreement

Legal Department
CONFIDENTIAL DRAFT

Isabella Micali Drossos
May 9, 2019

NEGOTIATED TEXT

LOAN NUMBER _____-BR

Guarantee Agreement

(Ceará Rural Sustainable Development and Competitiveness Project – Phase II)
(*Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª fase*)

between

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

and

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT

-22-

GUARANTEE AGREEMENT

AGREEMENT entered into between FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Guarantor") and INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") ("Guarantee Agreement") in connection with the Loan Agreement of the Signature Date between the Bank and STATE OF CEARÁ ("Borrower"), concerning Loan No. ____-BR ("Loan Agreement"). The Guarantor and the Bank hereby agree as follows:

ARTICLE I – GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

Section 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to the Loan Agreement) apply to and form part of this Agreement.

Section 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Loan Agreement.

ARTICLE II – GUARANTEE

Section 2.01. The Guarantor hereby unconditionally guarantees, as primary obligor and not as surety merely, the due and punctual payment of all Loan Payments payable by the Borrower pursuant to the Loan Agreement.

ARTICLE III – REPRESENTATIVE; ADDRESSES

Section 3.01. The Guarantor's Representative is its Minister of Economy.

Section 3.02. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions: (a) the Guarantor's address is:

Ministério da Economia
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar
70048-900 Brasília, DF
Brazil; and

(b) the Guarantor's Electronic Address is:

Facsimile:	E-mail:
(55-61) 3412-1740	apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br

Section 3.03. For purposes of Section 10.01 of the General Conditions: (a) the Bank's Address is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America; and

(b) the Bank's Electronic Address is:

Telex: 248423(MCI) or 64145(MCI) Facsimile: 1-202-477-6391 E-mail: mraiser@worldbank.org

AGREED as of the later of the two dates written below.

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____

**INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT**

By

Authorized Representative

Name: _____

Title: _____

Date: _____

Disbursement and Financial Information Letter

FIRST LAST NAME (All Caps)
Country Director
Vice Presidency, GP, Unit (Upper/Lower case)

Date: _____

[Recipient Title, Recipient First Name, Recipient Last Name]
[Recipient Job Title]
[Recipient Comp]
[Recipient Full Address]

Re: IBRD Loan ____ - ____ (Ceara Rural Sustainable Development and Competitiveness Project - Phase II)
Additional Instructions: Disbursement and Financial Information Letter

[Salutation]:

I refer to the Loan Agreement between The State of Ceara and the International Bank for Reconstruction and Development (the "Bank") for the above-referenced Project. The General Conditions, as defined in the Loan Agreement, provide that the Borrower may from time to time request withdrawals of Loan Amounts from the Loan Account in accordance with the Disbursement and Financial Information Letter, and such additional instructions as the Bank may specify from time to time by notice to the Borrower. The General Conditions also provide that the Disbursement and Financial Information Letter may set out Project specific financial reporting requirements. This letter constitutes such Disbursement and Financial Information Letter ("DFIL"), and may be revised from time to time.

I. Disbursement Arrangements, Withdrawal of Loan Funds, and Reporting of Uses of Loan Funds

The *Disbursement Guidelines for Investment Project Financing*, dated February 2017, ("Disbursement Guidelines") are available in the Bank's public website at <https://www.worldbank.org> and its secure website "Client Connection" at <https://clientconnection.worldbank.org>. The Disbursement Guidelines are an integral part of the DFIL, and the manner in which the provisions in the Disbursement Guidelines apply to the Loan is specified below.

(i) Disbursement Arrangements

The table in Schedule 1 sets out the disbursement methods which may be used by the Borrower, and conditions, information on registration of authorized signatures, processing of withdrawal applications (including minimum value of applications and processing of advances), instructions on supporting documentation, and frequency of reporting on the Designated Account.

(ii) Electronic Delivery. Section 10.01 (c) of the General Conditions.

The Bank may permit the Borrower to electronically deliver applications (with supporting documents) through the Bank's web-based portal (<https://clientconnection.worldbank.org>) "Client Connection". This option may be effected if the officials designated in writing by the Borrower who are authorized to sign and deliver Applications have registered as users of "Client Connection". The designated officials may deliver Applications electronically by completing the Form 2380, which is accessible through "Client Connection". By signing the Authorized Signatory Letter, the Borrower confirms that it is authorizing such persons to accept Secure Identification Credentials (SIDC) and to deliver the Applications and supporting documents to the Bank by electronic means. The Borrower may continue to exercise the option of preparing and delivering Applications in paper form. The Bank reserves the right and may, in its sole discretion, temporarily or permanently disallow the electronic delivery of Applications by the Borrower. By designating officials to use SIDC and by choosing to deliver the Applications electronically, the Borrower confirms through the authorized signatory letter its agreement to: (a) abide by the Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials in connection with Use of Electronic Means to Process Applications and Supporting Documentation, available in the Bank's public website at <https://worldbank.org> and "Client Connection"; and (b) to cause such official to abide by those terms and conditions.

II. Financial Reports and Audits

(i) *Financial Reports.* The Borrower must prepare and furnish to the Bank not later than sixty (60) days after the end of each calendar quarter, interim unaudited financial reports ("IFR") for the Project covering the quarter.

(ii) *Audits.* Each audit of the Financial Statements must cover the period of one fiscal year of the Borrower, commencing with the fiscal year in which the first withdrawal was made. The audited Financial Statements for each such period must be furnished to the Bank not later than six (6) months after the end of such period.

III. Other Information

For additional information on disbursement arrangements, please refer to the Loan Handbook available on the Bank's website (<http://www.worldbank.org/>) and "Client Connection". The Bank recommends that you register as a user of "Client Connection". From this website you will be able to prepare and deliver Applications, monitor the near real-time status of the Loan, and retrieve related policy, financial, and procurement information. For more information about the website and registration arrangements, please contact the Bank by email at clientconnection@worldbank.org.

If you have any queries in relation to the above, please contact Jose Janeiro, Senior Finance Officer at jjaneiro@worldbank.org, with copy to Patricia Melo, Finance Analyst at pmelo@worldbank.org using the above reference.

Yours sincerely,

[Name]
[RVP / CD]
[Country]

[Region]

Attachments

1. Form of Authorized Signatory Letter
2. Interim Financial Reports (IFRs)

With copies:

[Ministry of Finance]
[street address]
[city], [country]
[email address]

[Project Implementing Entity 1]
[street address]
[city], [country]
[email address]

Schedule 1 : Disbursement Provisions

Basic Information				Closing Date	Section III.B.2. of Schedule 2 to the Loan Agreement.
Loan Number	Country Borrower	Brazil	State of Ceara	Disbursement Deadline Date	Four months after the closing date.
Name of the Project			Ceará Rural Sustainable Development and Competitiveness Project – Phase II	Subsection 3.7 **	
Disbursement Methods and Supporting Documentation					
Disbursement Methods Section 2 (**)	Methods		Supporting Documentation Subsections 4.3 and 4.4 (**)		
Direct Payment	Yes		Copy of records		
Reimbursement	Yes		Statements of Expenditure in the form attached (Attachment 2)		
Designated Account	Yes		Statements of Expenditure in the form attached (Attachment 2)		
Special Commitments	No		N/A		
Designated Account (Sections 5 and 6 **)					
Type	Segregated		Ceiling	Fixed	
Financial Institution - Name	Caixa Economica Federal		Currency	USD	
Frequency of Reporting Subsection 6.3 (**)	Quarterly		Amount	15,000,000	
Minimum Value of Applications (subsection 3.5)					
The minimum value of applications for Direct Payment will be the equivalent to USD 400,000.					
Authorized Signatures (Subsection 3.1 and 3.2 **) The form for Authorized Signatories Letter is provided in Attachment 1 of this letter Withdrawal and Documentation Applications (Subsection 3.3 and 3.4 **)					
Banco Mundial SCN, Quadra 02, Lote A -Edificio Corporate Financial Center 7º andar - 70712-900 Brasilia, DF – Brasil Attention: Loan Operations			Additional Information Instructions For additional information on disbursement arrangements, please refer to the Loan Handbook available on the Bank's website (http://www.worldbank.org/) and "Client Connection". The Bank recommends that you register as a user of "Client Connection". From this website you will be able to prepare and deliver Applications, monitor the near real-time status of the Loan, and retrieve related policy, financial, and procurement information. For more information about the website and registration arrangements, or if you have any queries in relation to the above, please contact the Bank by email at askloans@worldbank.org .		
Other					
Statements of Expenditures will document eligible expenditures based on actual transactions. Eligible expenditures are those incurred and delivered on or before the closing date. Advances will not be made for expenditures to be financed from disbursement categories with unmet disbursement conditions. ** Sections and subsections relate to the "Disbursement Guidelines for Investment Project Financing", dated February 2017.					

[Attachment 1 – Form of Authorized Signatory Letter]^{8/}

[Letterhead]
Ministry of Finance
[Street address]

[DATE]

The World Bank
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America

Attention: [Country Director]

Re: IBRD Loan ____ - ____ [name of [Program] [Operation]]

I refer to the Loan Agreement between the International Bank for Reconstruction and Development (the "World Bank") and [name of borrower] (the "Borrower"), dated _____, providing the above Loan. For the purposes of Section 2.03 of the General Conditions as defined in the Agreement, any ¹[one] of the persons whose authenticated specimen signatures appear below is authorized on behalf of the Borrower to sign applications for withdrawal under this Loan.

For the purpose of delivering Applications to the World Bank, ²[each] of the persons whose authenticated specimen signatures appears below is authorized on behalf of the Borrower, acting ³[individually] ⁴[jointly], to deliver Applications, and evidence in support thereof on the terms and conditions specified by the World Bank.

⁵[This confirms that the Borrower is authorizing such persons to accept Secure Identification Credentials (SIDC) and to deliver the Applications and supporting documents to the World Bank by electronic means. In full recognition that the World Bank shall rely upon such representations and warranties, including without limitation, the representations and warranties contained in the *Terms and Conditions of Use of Secure Identification Credentials in connection with Use of Electronic Means to Process Applications and Supporting Documentation* ("Terms and Conditions of Use of SIDC"), the Borrower represents and

¹ Instruction to the Borrower: Stipulate if more than one person needs to sign Applications, and how many or which positions, and if any thresholds apply. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

² Instruction to the Borrower: Stipulate if more than one person needs to *jointly* sign Applications, if so, please indicate the actual number. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

³ Instruction to the Borrower: Use this bracket if any one of the authorized persons may sign; if this is not applicable, please delete. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

⁴ Instruction to the Borrower: Use this bracket only if several individuals must jointly sign each Application; if this is not applicable, please delete. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

⁵ Instruction to the Borrower: Add this paragraph if the Borrower wishes to authorize the listed persons to accept Secure Identification Credentials and to deliver Applications by electronic means; if this is not applicable, please delete the paragraph. *Please delete this footnote in final letter that is sent to the Bank.*

warrants to the World Bank that it will cause such persons to abide by those terms and conditions.]

This Authorization replaces and supersedes any Authorization currently in the World Bank records with respect to this Agreement.

[Name], [position]

Specimen Signature: _____

[Name], [position]

Specimen Signature: _____

[Name], [position]

Specimen Signature: _____

Yours truly,

/ signed /

[Position]

Attachment 2 – Statement of Expenditures

Financial Terms Worksheet

THE WORLD BANK
IBRD • IDATermos Financeiros de Empréstimos Flexíveis
do BIRD (IFL)

Preencha o formulário eletronicamente. Imprima e assine o formulário preenchido.
(Clique nas áreas sombreadas e digite a informação. Verifique as "Instruções de Preenchimento da Planilha de Opções de Empréstimos".)

INFORMAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO

Nome do país:	Brasil
Nome do projeto ou programa:	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Projeto São José III – 2ª fase)
Mutuário:	Estado do Ceará
Moeda do empréstimo (favor selecionar SOMENTE UMA):	dólar dos EUA
Montante do empréstimo:	US\$ 100,000,000.00
Se o empréstimo for expresso em mais de uma moeda, favor especificar em folha separada o nome e o montante de cada moeda.	

MARGEM SOBRE A TAXA DE REFERÊNCIA

Selecione somente UMA das seguintes opções:



Margem Fixa

OU



Margem Variável

TERMOS DE AMORTIZAÇÃO

Selecione as datas de pagamento 15	de março-setembro	de cada ano.
Período de carência. Especifique o número de anos (de 0-19.5):	Ano(s)	5 Anos
Prazo total de amortização, incluindo o período de carência: Especifique o número de anos (de 0-35):	Ano(s)	25 Anos
Selecione somente UMA das seguintes opções:		
<input type="radio"/> Programa de amortização vinculada ao compromisso <input checked="" type="radio"/> Programa de amortização vinculada aos desembolsos (NOTA: se for escolhido o programa de amortização vinculada ao desembolso, somente há disponibilidade das seguintes perfis de amortização: i. Amortização Constante ou ii. Pagamento constante)		
Selecione somente UM dos seguintes perfis de amortização:		
<input checked="" type="radio"/> i. Amortização Constante <input type="radio"/> ii. Pagamento Constante (Tabela Price) <input type="radio"/> iii. Amortização Única (Bullet) <input type="radio"/> iv. Outras amortizações não padronizadas (especifique as datas programadas de pagamento e montantes de amortização a serem pagos nas datas do pagamento do principal. Se for necessário mais espaço, favor anexar uma folha separada).		

TAXA INICIAL

Selecione somente UMA das seguintes opções:	
<input checked="" type="radio"/> Taxa inicial de financiamento retirada dos fundos de empréstimo (capitalizada).	<input type="radio"/> O mutuário pagará a taxa inicial com os próprios recursos (faturada).

1 of 2

OPÇÕES DE CONVERSÃO

A) Para obter informações detalhadas sobre as opções padrão de conversão da moeda e conversão da taxa de juros, favor consultar a Seção 4.01(b) das Condições Gerais.
Indique se o mutuário não deseja participar de nenhuma opção de conversão. Não deseja participar do seguinte:

- ☐ Conversão da moeda
☐ Conversão da Taxa de Juros
☐ Tetos ou Faixas de Variação da Taxa de Juros

B) NOTA: Utilize esta opção somente se desejar que o BIRD modifique automaticamente a taxa de juros de todos os desembolsos do empréstimo. A opção ARF por montante não está disponibilizada para IFLs com programação de pagamento vinculada ao desembolso.

☐ Fixação Automática da Taxa de Juros (ARF)

Período: (Igual a um ou mais Períodos de Juros): Selecionar período

OU

Montante (mínimo de US\$ 3 milhões ou 10% do empréstimo, ou o que for maior):

C) Se o Mutuário preferir Tetos ou Faixas, selecione somente UMA das seguintes opções:

- ☐ O prêmio do teto/faixa pode ser financiado com os recursos do empréstimo, contanto que haja fundos disponíveis para serem desembolsados.
☒ Prêmio do teto/faixa pago pelo mutuário com recursos próprios.

D) ☐ Conversão Automática em Moeda Nacional

NOTA: Conversão Automática da Moeda a uma Moeda Nacional (ACLC). Esta opção converterá automaticamente todo desembolso do empréstimo e a respectiva moeda de pagamento em moeda nacional. Favor contatar o Departamento de Assessoria Financeira e Bancária (enviar e-mail a FAB@worldbank.org para obter informações sobre moedas, montantes, normas e taxas disponíveis, bem como para obter instruções e formulários específicos relacionadas a esta opção.)

DECLARAÇÃO DAS RAZÕES DO MUTUÁRIO PARA A ESCOLHA DE TERMOS DO EMPRÉSTIMO

Nossa opção pelos termos apresentados, tem fundamentos diversos, face a cada opção. Na opção da mc

DECLARAÇÃO

O mutuário declara que não só tomou suas próprias decisões para obter o Empréstimo em conformidade com os termos contidos neste Formulário bem como declara que o Empréstimo é adequado para ele com base no seu próprio julgamento. O mutuário não recebeu qualquer comunicação (oral ou por escrito) do Banco Mundial com recomendação para tomar o Empréstimo de acordo com os termos selecionados neste documento, ficando entendido que quaisquer informações e explicações relacionadas com os termos e condições do Empréstimo não serão consideradas recomendações para se tomar o Empréstimo. O mutuário declara ainda que compreende e aceita os termos, condições e riscos do Empréstimo. No tocante às opções de conversão, o Mutuário afirma que toda conversão será aceita para fins de gestão prudente da dívida e não para fins especulativos e será solicitada mediante a apresentação de requerimento de conversão distinta, se aplicável. Para obter informação sobre opções de conversão favor consultar o website: World Bank Treasury - Financing and Risk Management website.

ASSINATURA DO MUTUÁRIO E DATA

Assinatura:	Data:
-------------	-------

2 of 2

Amortization Schedule

Amortization Schedule					
Project	P167455-Projeto Ceara Sao Jose III	Region	LATIN AMERICA AND CARIBBEAN	Country	Brazil
TTL	Barbara CristinaNoronha F	Lending Instrument	IPF		
Loan	IBRD T9967-	Financial Product	IFL - Variable Spread Loan	Status	Draft
Amt in CoC	USD 100,000,000.00	Loan Description	CEARA RURAL PROJECT SAO JOSE		
Amortization Schedule					
Borr Ctry	BR-Brazil	Income Category	4	Avg Repay Maturity (Years)	20.00
Amortization Schedule Parameters					
Maturity Profile	CUSTOM	Maturity Type	LEVEL		
Repayment Term	DISBURSEMENT_LINKED	Repay Freq (in months)	006		
Grace Periods (in months)	060	Final Maturity (in months)	300		
First Maturity Dt	11 th Int Pymt Dt	Last Maturity Dt	50 th Int Pymt Dt		
Est Last Dish Dt	31Dec2025	Dish Grouping (in months)	006		
Payment Day / Month	15/03	Annulity Rate (%)	0.00		
Cut-Off Date	15Sep2050				
Version Number: 001					
Repayment Schedule for each disbursed amount					
Repay No	Repay Pct				
001	2.50000				
002	2.50000				
003	2.50000				
004	2.50000				
005	2.50000				
006	2.50000				
007	2.50000				
008	2.50000				
009	2.50000				
010	2.50000				
011	2.50000				
012	2.50000				
013	2.50000				
014	2.50000				
015	2.50000				
016	2.50000				
017	2.50000				
018	2.50000				
019	2.50000				
020	2.50000				
021	2.50000				
022	2.50000				
023	2.50000				
024	2.50000				
025	2.50000				
026	2.50000				
027	2.50000				
028	2.50000				
029	2.50000				
030	2.50000				
031	2.50000				
032	2.50000				
033	2.50000				
034	2.50000				
035	2.50000				
036	2.50000				
037	2.50000				
038	2.50000				

Printed 09May2019, 12:55:21

Amortization Schedule

Source : PRD

Page : 1 of 2

Repayment Schedule for each disbursed amount						
Repay No		Repay Pct				
039		2.50000				
040		2.50000				
Total		100.00000				

Disbursement Schedule						
Undistributed		0.00	0.00			
Disb No	Term End Dt	Disb Amt (USD)	Disb Pct	Maturity Type	Grace Periods	Loan Term
001	14Sep2019	3,370,000.00	3.37	LEVEL	060	300
002	14Mar2020	5,630,000.00	5.63	LEVEL	060	300
003	14Sep2020	5,630,000.00	5.63	LEVEL	060	300
004	14Mar2021	10,630,000.00	10.63	LEVEL	060	300
005	14Sep2021	10,630,000.00	10.63	LEVEL	060	300
006	14Mar2022	15,630,000.00	15.63	LEVEL	060	300
007	14Sep2022	15,630,000.00	15.63	LEVEL	060	300
008	14Mar2023	9,120,000.00	9.12	LEVEL	060	300
009	14Sep2023	9,120,000.00	9.12	LEVEL	060	300
010	14Mar2024	3,120,000.00	3.12	LEVEL	060	300
011	14Sep2024	3,120,000.00	3.12	LEVEL	060	300
012	14Mar2025	1,230,000.00	1.23	LEVEL	060	300
013	14Sep2025	1,230,000.00	1.23	LEVEL	060	300
014	14Mar2026	0.00	0.00	LEVEL	060	300
Total		100,000,000.00	100.00			

Average Repayment Maturity		
Expected Average Disbursement Period (EADP)		1.64
Sub Loan Average Repayment Maturity (ARM)		17.69
ARM Saving		2.11

Printed 09May2019, 12:55:21

Amortization Schedule

Source: PRD

Page: 2 of 2

IBRD Policy

General Conditions for IBRD Financing: Development Policy Financing (2018)

Bank Access to Information Policy Designation
Public

Catalogue Number
LEG5.02-POL.106

Issued
December 14, 2018

Effective
December 14, 2018

Content
General Conditions for IBRD Financing: Development Policy
Financing (2018)

Applicable to
IBRD

Issuer
Senior Vice President and General Counsel, LEGVP

Sponsor
Deputy Gen. Counsel, Operations, LEGVP

International Bank for Reconstruction and Development

General Conditions for IBRD Financing

Development Policy Financing

Dated December 14, 2018

Table of Contents

ARTICLE I Introductory Provisions	1
Section 1.01. <i>Application of General Conditions</i>	1
Section 1.02. <i>Inconsistency with Legal Agreements</i>	1
Section 1.03. <i>Definitions</i>	1
Section 1.04. <i>References; Headings</i>	1
ARTICLE II Withdrawals	1
Section 2.01. <i>Loan Account; Withdrawals Generally; Currency of Withdrawal</i>	1
Section 2.02. <i>Applications for Withdrawal</i>	2
Section 2.03. <i>Deposit of Loan Amounts</i>	2
Section 2.04. <i>Eligible Expenditures and Excluded Expenditures</i>	2
Section 2.05. <i>Refinancing Preparation Advance; Capitalizing Front-end Fee, Interest and Other Charges</i>	2
Section 2.06. <i>Allocation of Loan Amounts</i>	3
ARTICLE III Loan Terms	3
Section 3.01. <i>Front-end Fee; Commitment Charge</i>	3
Section 3.02. <i>Interest</i>	3
Section 3.03. <i>Repayment</i>	4
Section 3.04. <i>Prepayment</i>	6
Section 3.05. <i>Partial Payment</i>	6
Section 3.06. <i>Place of Payment</i>	6
Section 3.07. <i>Currency of Payment</i>	6
Section 3.08. <i>Temporary Currency Substitution</i>	7
Section 3.09. <i>Valuation of Currencies</i>	7
Section 3.10. <i>Manner of Payment</i>	7
ARTICLE IV Conversions of Loan Terms	8
Section 4.01. <i>Conversions Generally</i>	8
Section 4.02. <i>Conversion to a Fixed Rate or Fixed Spread of Loan that Accrues Interest at a Rate Based on the Variable Spread</i>	9
Section 4.03. <i>Interest Payable Following Interest Rate Conversion or Currency Conversion</i>	9
Section 4.04. <i>Principal Payable Following Currency Conversion</i>	9
Section 4.05. <i>Interest Rate Cap; Interest Rate Collar</i>	10
Section 4.06. <i>Early Termination</i>	11

<u>ARTICLE V The Program</u>	11
<u>Section 5.01. Performance under the Loan Agreement, Program Agreement, and Subsidiary Agreement</u>	11
<u>Section 5.02. Provision of Funds and other Resources</u>	12
<u>Section 5.03. Records</u>	12
<u>Section 5.04. Program Monitoring and Evaluation</u>	12
<u>Section 5.05. Cooperation and Consultation</u>	12
<u>Section 5.06. Visits</u>	12
<u>Section 5.07. Disputed Area</u>	13
<u>ARTICLE VI Financial and Economic Data; Negative Pledge; Financial Condition</u>	13
<u>Section 6.01. Financial and Economic Data</u>	13
<u>Section 6.02. Negative Pledge</u>	13
<u>Section 6.03. Financial Condition</u>	14
<u>ARTICLE VII Cancellation; Suspension; Refund; Acceleration</u>	14
<u>Section 7.01. Cancellation by the Borrower</u>	14
<u>Section 7.02. Suspension by the Bank</u>	14
<u>Section 7.03. Cancellation by the Bank</u>	18
<u>Section 7.04. Loan Refund</u>	18
<u>Section 7.05. Cancellation of Guarantee</u>	19
<u>Section 7.06. Events of Acceleration</u>	19
<u>Section 7.07. Acceleration During a Conversion Period</u>	20
<u>Section 7.08. Effectiveness of Provisions After Cancellation, Suspension, Refund, or Acceleration</u>	20
<u>ARTICLE VIII Enforceability; Arbitration</u>	20
<u>Section 8.01. Enforceability</u>	20
<u>Section 8.02. Obligations of the Guarantor</u>	20
<u>Section 8.03. Failure to Exercise Rights</u>	21
<u>Section 8.04. Arbitration</u>	21
<u>ARTICLE IX Effectiveness; Termination</u>	22
<u>Section 9.01. Conditions of Effectiveness of Legal Agreements</u>	22
<u>Section 9.02. Legal Opinions or Certificates; Representation and Warranty</u>	23
<u>Section 9.03. Effective Date</u>	23
<u>Section 9.04. Termination of Legal Agreements for Failure to Become Effective</u>	24
<u>Section 9.05. Termination of Legal Agreements on Performance of All Obligations</u>	24

<u>ARTICLE X Miscellaneous Provisions</u>	24
<u>Section 10.01. Execution of Legal Agreements; Notices and Requests</u>	24
<u>Section 10.02. Action on Behalf of the Loan Parties and the Program Implementing Entity</u>	25
<u>Section 10.03. Evidence of Authority</u>	25
<u>Section 10.04. Disclosure</u>	25
<u>APPENDIX</u>	26

ARTICLE I

Introductory Provisions

Section 1.01. Application of General Conditions

These General Conditions set forth terms and conditions generally applicable to the Legal Agreements, to the extent the Legal Agreements so provide. If the Loan Agreement is between the Member Country and the Bank, references in these General Conditions to the Guarantor and the Guarantee Agreement shall be disregarded. If there is no Program Agreement between the Bank and a Program Implementing Entity or Subsidiary Agreement between the Borrower and the Program Implementing Entity, references in these General Conditions to the Program Implementing Entity, the Program Agreement or the Subsidiary Agreement shall be disregarded.

Section 1.02. Inconsistency with Legal Agreements

If any provision of the Loan Agreement, the Guarantee Agreement, or the Program Agreement is inconsistent with a provision of these General Conditions, the provision of the Loan Agreement, Guarantee Agreement, or Program Agreement shall prevail.

Section 1.03. Definitions

Capitalized terms used in these General Conditions have the meanings set out in the Appendix.

Section 1.04. References; Headings

References in these General Conditions to Articles, Sections and Appendix are to the Articles and Sections of, and the Appendix to, these General Conditions. The headings of the Articles, Sections, Appendix, and the Table of Contents are inserted in these General Conditions for reference only and shall not be taken into consideration in interpreting these General Conditions.

ARTICLE II

Withdrawals

Section 2.01. Loan Account; Withdrawals Generally; Currency of Withdrawal

- (a) The Bank shall credit the amount of the Loan to the Loan Account in the Loan Currency. If the Loan is denominated in more than one currency, the Bank shall divide the Loan Account into multiple sub-accounts, one for each Loan Currency.
- (b) The Borrower may from time to time request withdrawals of Loan amounts from the Loan Account in accordance with the provisions of the Loan Agreement and such additional instructions as the Bank may specify from time to time by notice to the Borrower.
- (c) Each withdrawal of a Loan amount from the Loan Account shall be made in the Loan Currency of such amount. The Bank shall, at the request and acting as an agent of the Borrower, and on such terms and conditions as the Bank shall determine, purchase with the Loan Currency withdrawn from the Loan Account such Currencies as the Borrower shall request pursuant to Section 2.01 (b).

- (d) No withdrawal of any Loan amount from the Loan Account shall be made (other than to repay the Preparation Advance) until the Bank has received from the Borrower payment in full of the Front-end Fee.

Section 2.02. *Applications for Withdrawal*

- (a) When the Borrower wishes to request a withdrawal from the Loan Account, the Borrower shall promptly deliver to the Bank a written application in such form and substance as the Bank shall reasonably request.
- (b) The Borrower shall furnish to the Bank evidence satisfactory to the Bank of the authority of the person or persons authorized to sign such applications and the authenticated specimen signature of each such person.
- (c) The Borrower shall furnish to the Bank such documents and other evidence in support of each such application as the Bank shall reasonably request, whether before or after the Bank has permitted any withdrawal requested in the application.
- (d) Each such application and accompanying documents and other evidence shall be sufficient in form and substance to satisfy the Bank that the Borrower is entitled to withdraw from the Loan Account the amount applied for, and that the amount to be withdrawn from the Loan Account shall be used only for the purposes specified in the Loan Agreement.
- (e) The Bank shall pay the amounts withdrawn by the Borrower from the Loan Account only to, or on the order of, the Borrower.

Section 2.03. *Deposit of Loan Amounts*

- (a) Except as the Bank may otherwise agree, all withdrawals from the Loan Account shall be deposited by the Bank into an account designated by the Borrower and acceptable to the Bank.
- (b) The Borrower shall ensure that upon each deposit of an amount of the Loan into this account, an equivalent amount is accounted for in the Borrower's budget management system, in a manner acceptable to the Bank.

Section 2.04. *Eligible Expenditures and Excluded Expenditures*

The Loan proceeds may be used for any Eligible Expenditures, but the Borrower undertakes to ensure that these proceeds shall not be used for Excluded Expenditures.

Section 2.05. *Refinancing Preparation Advance; Capitalizing Front-end Fee, Interest and Other Charges*

- (a) If the Borrower requests the repayment out of the proceeds of the Loan of an advance made by the Bank or the Association ("Preparation Advance") and the Bank agrees to such a request, the Bank shall, on behalf of the Borrower, withdraw from the Loan Account on or after the Effective Date the amount required to repay the withdrawn and outstanding balance of the advance as at the date of such withdrawal from the Loan Account and to pay all accrued and unpaid charges, if any, on the advance

as at such date. The Bank shall pay the amount so withdrawn to itself or the Association, and shall cancel the remaining unwithdrawn amount of the advance.

(b) If the Borrower requests that the Front-end Fee be paid out of the proceeds of the Loan and the Bank agrees to such request, the Bank shall, on behalf of the Borrower, withdraw from the Loan Account and pay to itself such fee.

(c) If the Borrower requests that interest, Commitment Charge, or other charges on the Loan be paid out of the proceeds of the Loan and the Bank agrees to such request, the Bank shall, on behalf of the Borrower, withdraw from the Loan Account on each of the Payment Dates, and pay to itself the amount required to pay such interest and other charges accrued and payable as at such date, subject to any limit specified in the Loan Agreement on the amount to be so withdrawn.

Section 2.06. *Allocation of Loan Amounts*

If the Bank reasonably determines that in order to meet the purposes of the Loan it is appropriate to reallocate Loan amounts among withdrawal categories or modify the existing withdrawal categories, the Bank may, after consultation with the Borrower, make such modifications, and shall notify the Borrower accordingly.

ARTICLE III Loan Terms

Section 3.01. *Front-end Fee; Commitment Charge*

(a) The Borrower shall pay the Bank a Front-end Fee on the Loan amount at the rate specified in the Loan Agreement. Except as otherwise provided in Section 2.05 (b), the Borrower shall pay the Front-end Fee not later than sixty (60) days after the Effective Date.

(b) The Borrower shall pay the Bank a Commitment Charge on the Unwithdrawn Loan Balance at the rate specified in the Loan Agreement. The Commitment Charge shall accrue from a date sixty (60) days after the date of the Loan Agreement to the respective dates on which amounts are withdrawn by the Borrower from the Loan Account or cancelled. Except as otherwise provided in Section 2.05 (c), the Borrower shall pay the Commitment Charge semi-annually in arrears on each Payment Date.

Section 3.02. *Interest*

(a) The Borrower shall pay the Bank interest on the Withdrawn Loan Balance at the rate specified in the Loan Agreement; provided, however, that the interest rate applicable to any interest period shall in no event be less than zero percent (0%) per annum; and provided further that, if the Loan Agreement provides for Conversions, such rate may be modified from time to time in accordance with the provisions of Article IV. Interest shall accrue from the respective dates on which amounts of the Loan are withdrawn and shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.

(b) If interest on any amount of the Withdrawn Loan Balance is based on a Variable Spread, the Bank shall notify the Loan Parties of the interest rate on such amount for each Interest Period, promptly upon its determination.

(c) If interest on any amount of the Loan is based on LIBOR or EURIBOR, and the Bank determines that such (i) Reference Rate has permanently ceased to be quoted for the relevant Currency, or (ii) the Bank is no longer able, or it is no longer commercially acceptable for the Bank, to continue to use such Reference Rate, for purposes of its asset and liability management, the Bank shall apply such other Reference Rate for the relevant Currency, including any applicable spread, as it may reasonably determine. The Bank shall promptly notify the Loan Parties of such other rate.

(d) If interest on any amount of the Withdrawn Loan Balance is payable at the Variable Rate, then whenever, in light of changes in market practice affecting the determination of the interest rate applicable to such amount, the Bank determines that it is in the interest of its borrowers as a whole and of the Bank to apply a basis for determining such interest rate other than as provided in the Loan Agreement, the Bank may modify the basis for determining such interest rate upon not less than three months' notice to the Loan Parties of the new basis. The new basis shall become effective on the expiry of the notice period unless a Loan Party notifies the Bank during such period of its objection to such modification, in which case the modification shall not apply to such amount of the Loan.

(e) Notwithstanding the provisions of paragraph (a) of this Section, if any amount of the Withdrawn Loan Balance remains unpaid when due and such non-payment continues for a period of thirty days, then the Borrower shall pay the Default Interest Rate on such overdue amount in lieu of the interest rate specified in the Loan Agreement (or such other interest rate as may be applicable pursuant to Article IV as a result of a Conversion) until such overdue amount is fully paid. Interest at the Default Interest Rate shall accrue from the first day of each Default Interest Period and shall be payable semi-annually in arrears on each Payment Date.

Section 3.03. *Repayment*

(a) The Borrower shall repay the Withdrawn Loan Balance to the Bank in accordance with the provisions of the Loan Agreement and, if applicable, as further provided in paragraphs (b), (c), (d), and (e) of this Section 3.03. The Withdrawn Loan Balance shall be repaid on either a Commitment-linked Amortization Schedule or a Disbursement-linked Amortization Schedule.

(b) For Loans with a Commitment-linked Amortization Schedule:

The Borrower shall repay the Withdrawn Loan Balance to the Bank in accordance with the provisions of the Loan Agreement provided that:

- (i) If the proceeds of the Loan have been fully withdrawn as of the first Principal Payment Date specified in the Loan Agreement, the principal amount of the Loan repayable by the Borrower on each Principal Payment Date shall be determined by the Bank by multiplying:
 - (x) the Withdrawn Loan Balance as of the first Principal Payment Date; by
 - (y) the Installment Share specified in the Loan Agreement for each Principal Payment Date, adjusted as necessary, to deduct any amounts to which a Currency Conversion applies in accordance with Section 3.03 (e).
- (ii) If the proceeds of the Loan have not been fully withdrawn as of the first Principal Payment Date, the principal amount of the Loan repayable by the Borrower on each Principal Payment Date shall be determined as follows:

- (A) To the extent that any proceeds of the Loan have been withdrawn as of the first Principal Payment Date, the Borrower shall repay the Withdrawn Loan Balance as of such date in accordance with the Amortization Schedule under the Loan Agreement.
 - (B) Any amount withdrawn after the first Principal Payment Date shall be repaid on each Principal Payment Date falling after the date of such withdrawal in amounts determined by the Bank by multiplying the amount of each such withdrawal by a fraction, the numerator of which is the original Installment Share specified in the Loan Agreement for said Principal Payment Date and the denominator of which is the sum of all remaining Original Installment Shares for Principal Payment Dates falling on or after such date, such amounts repayable to be adjusted, as necessary, to deduct any amounts to which a Currency Conversion applies in accordance with Section 3.03 (e).
- (iii) (A) Amounts of the Loan withdrawn within two calendar months prior to any Principal Payment Date shall, for the purposes solely of calculating the principal amounts payable on any Principal Payment Date, be treated as withdrawn and outstanding on the second Principal Payment Date following the date of withdrawal and shall be repayable on each Principal Payment Date commencing with the second Principal Payment Date following the date of withdrawal.
- (B) Notwithstanding the provisions of this paragraph, if at any time the Bank adopts a due date billing system under which invoices are issued on or after the respective Principal Payment Date, the provisions of this paragraph shall no longer apply to any withdrawals made after the adoption of such billing system.
- (c) For Loans with a Disbursement-linked Amortization Schedule:
- (i) The Borrower shall repay the Withdrawn Loan Balance to the Bank in accordance with the provisions of the Loan Agreement.
 - (ii) The Bank shall notify the Loan Parties of the Amortization Schedule for each Disbursed Amount promptly after the Maturity Fixing Date for the Disbursed Amount.
- (d) If the Withdrawn Loan Balance is denominated in more than one Loan Currency, the provisions of the Loan Agreement and this Section 3.03 shall apply separately to the amount denominated in each Loan Currency (and a separate Amortization Schedule shall be produced for each such amount, as applicable).
- (e) Notwithstanding the provisions in paragraphs (b) (i) and (ii) above and in the Amortization Schedule in the Loan Agreement, as applicable, upon a Currency Conversion of all or any portion of the Withdrawn Loan Balance or Disbursed Amount, as applicable, to an Approved Currency, the amount so converted in the Approved Currency that is repayable on any Principal Payment Date occurring during the Conversion Period, shall be determined by the Bank in accordance with the Conversion Guidelines.

Section 3.04. *Prepayment*

(a) After giving not less than forty-five (45) days' notice to the Bank, the Borrower may repay the Bank the following amounts in advance of maturity, as of a date acceptable to the Bank (provided that the Borrower has paid all Loan Payments due as at such date, including any prepayment premium calculated pursuant to paragraph (b) of this Section): (i) the entire Withdrawn Loan Balance as at such date; or (ii) the entire principal amount of any one or more maturities of the Loan. Any partial prepayment of the Withdrawn Loan Balance shall be applied in the manner specified by the Borrower, or in the absence of any specification by the Borrower, in the following manner: (A) if the Loan Agreement provides for the separate amortization of specified Disbursed Amounts of the principal of the Loan the prepayment shall be applied in the inverse order of such Disbursed Amounts, with the Disbursed Amount which has been withdrawn last being repaid first and with the latest maturity of said Disbursed Amount being repaid first; and (B) in all other cases, the prepayment shall be applied in the inverse order of the Loan maturities, with the latest maturity being repaid first.

(b) The prepayment premium payable under paragraph (a) of this Section shall be an amount reasonably determined by the Bank to represent any cost to it of redeploying the amount to be prepaid from the date of its prepayment to its maturity date.

(c) If, in respect of any amount of the Loan to be prepaid, a Conversion has been effected and the Conversion Period has not terminated at the time of prepayment: (i) the Borrower shall pay a transaction fee for the early termination of the Conversion, in such amount or at such rate as announced by the Bank from time to time and in effect at the time of receipt by the Bank of the Borrower's notice of prepayment; and (ii) the Borrower or the Bank, shall pay an Unwinding Amount, if any, for the early termination of the Conversion, in accordance with the Conversion Guidelines. Transaction fees provided for under this paragraph and any Unwinding Amount payable by the Borrower pursuant to this paragraph shall be paid at the time of the prepayment and in any event, no later than sixty (60) days after the date of prepayment.

(d) Notwithstanding Section 3.04 (a) above and unless the Bank agrees otherwise, the Borrower may not prepay in advance of maturity any portion of the Withdrawn Loan Balance that is subject to a Currency Conversion that has been effected through a Currency Hedge Notes Transaction.

Section 3.05. *Partial Payment*

If the Bank at any time receives less than the full amount of any Loan Payment then due, it shall have the right to allocate and apply the amount so received in any manner and for such purposes under the Loan Agreement as it determines in its sole discretion.

Section 3.06. *Place of Payment*

All Loan Payments shall be paid at such places as the Bank shall reasonably request.

Section 3.07. *Currency of Payment*

(a) The Borrower shall pay all Loan Payments in the Loan Currency; and if a Conversion has been effected in respect of any amount of the Loan, as further specified in the Conversion Guidelines.

(b) If the Borrower so requests and the Bank agrees to such request, the Bank shall, acting as agent of the Borrower, and on such terms and conditions as the Bank shall determine, purchase the Loan Currency for the purpose of paying a Loan Payment upon timely payment by the Borrower of sufficient funds for that purpose in a Currency or Currencies acceptable to the Bank; provided, however, that the Loan Payment shall be deemed to have been paid only when, and to the extent that the Bank has received such payment in the Loan Currency.

Section 3.08. *Temporary Currency Substitution*

(a) If the Bank reasonably determines that an extraordinary situation has arisen under which the Bank shall be unable to provide the Loan Currency at any time for purposes of funding the Loan, the Bank may provide such substitute Currency or Currencies ("Substitute Loan Currency") for the Loan Currency ("Original Loan Currency") as the Bank shall select. During the period of such extraordinary situation: (i) the Substitute Loan Currency shall be deemed to be the Loan Currency for purposes of the Legal Agreements; and (ii) Loan Payments shall be paid in the Substitute Loan Currency, and other related financial terms shall be applied, in accordance with principles reasonably determined by the Bank. The Bank shall promptly notify the Loan Parties of the occurrence of such extraordinary situation, the Substitute Loan Currency and the financial terms of the Loan related to the Substitute Loan Currency.

(b) Upon notification by the Bank under paragraph (a) of this Section, the Borrower may, within thirty (30) days, thereafter notify the Bank of its selection of another Currency acceptable to the Bank as the Substitute Loan Currency. In such case, the Bank shall notify the Borrower of the financial terms of the Loan applicable to said Substitute Loan Currency, which shall be determined in accordance with principles reasonably established by the Bank.

(c) During the period of the extraordinary situation referred to in paragraph (a) of this Section, no premium shall be payable on prepayment of the Loan.

(d) Once the Bank is again able to provide the Original Loan Currency, it shall, at the Borrower's request, change the Substitute Loan Currency to the Original Loan Currency in accordance with principles reasonably established by the Bank.

Section 3.09. *Valuation of Currencies*

Whenever it becomes necessary for the purposes of any Legal Agreement to determine the value of one Currency in terms of another, such value shall be as reasonably determined by the Bank.

Section 3.10. *Manner of Payment*

(a) Any Loan Payment required to be paid to the Bank in the Currency of any country shall be made in such manner, and in the Currency acquired in such manner, as shall be permitted under the laws of such country for the purpose of making such payment and effecting the deposit of such Currency to the account of the Bank with a depository of the Bank authorized to accept deposits in such Currency.

(b) All Loan Payments shall be paid without restrictions of any kind imposed by, or in the territory of, the Member Country and without deduction for, and free from, any Taxes levied by or in the territory of the Member Country.

(c) The Legal Agreements shall be free from any Taxes levied by or in the territory of the Member Country on or in connection with their execution, delivery or registration.

ARTICLE IV **Conversions of Loan Terms**

Section 4.01. Conversions Generally

(a) The Borrower may, at any time, request a Conversion of the terms of the Loan in accordance with the provisions of this Section in order to facilitate prudent debt management. Each such request shall be furnished by the Borrower to the Bank in accordance with the Conversion Guidelines and, upon acceptance by the Bank, the conversion requested shall be considered a Conversion for the purposes of these General Conditions.

(b) Subject to Section 4.01 (e) below, the Borrower may at any time request any of the following Conversions: (i) a Currency Conversion, including Local Currency Conversion and Automatic Conversion into Local Currency; (ii) an Interest Rate Conversion, including Automatic Rate Fixing Conversion; and (iii) an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar. All Conversions shall be effected in accordance with the Conversion Guidelines and may be subject to such additional terms and conditions as may be agreed between the Bank and the Borrower.

(c) Upon acceptance by the Bank of a request for a Conversion, the Bank shall take all actions necessary to effect the Conversion in accordance with the Loan Agreement and the Conversion Guidelines. To the extent that any modification of the provisions of the Loan Agreement providing for withdrawal or repayment of the proceeds of the Loan is required to give effect to the Conversion, such provisions shall be deemed to have been modified as of the Conversion Date. Promptly after the Execution Date for each Conversion, the Bank shall notify the Loan Parties of the financial terms of the Loan, including any revised amortization provisions and modified provisions providing for withdrawal of the proceeds of the Loan.

(d) The Borrower shall pay a transaction fee for each Conversion, in such amount or at such rate as announced by the Bank from time to time and in effect on the date of the Bank's acceptance of the Conversion request. Transaction fees provided for under this paragraph shall be either: (i) payable as a lump sum not later than sixty (60) days after the Execution Date; or (ii) expressed as a percentage per annum and added to the interest rate payable on each Payment Date.

(e) Except as otherwise agreed by the Bank, the Borrower may not request additional Conversions of any portion of the Withdrawn Loan Balance that is subject to a Currency Conversion effected by a Currency Hedge Notes Transaction or otherwise terminate such Currency Conversion, for so long as such Currency Conversion is in effect. Each such Currency Conversion shall be effected on such terms and conditions as may be separately agreed by the Bank and the Borrower and may include transaction fees to cover the underwriting costs of the Bank in connection with Currency Hedge Notes Transaction.

(f) The Bank reserves the right at any time to terminate a Conversion prior to its maturity if: (i) the underlying hedging arrangements undertaken by the Bank in connection with the said Conversion are terminated as a result of it becoming impractical, impossible or unlawful for the Bank or its Counterparty to make a payment or to receive a payment on the terms agreed upon due to the: (A) adoption of, or any change in, any applicable law after the date on which such Conversion is executed; or (B) to the interpretation by any court, tribunal or regulatory authority with competent jurisdiction of any applicable law after such date or any change in any such interpretation; and (ii) the Bank is unable to find a replacement hedging arrangement. Upon any such termination, provisions of Section 4.06 apply.

Section 4.02. Conversion to a Fixed Rate or Fixed Spread of Loan that Accrues Interest at a Rate Based on the Variable Spread

A Conversion to a Fixed Rate or a Variable Rate with a Fixed Spread of all or any amount of the Loan that accrues interest at a rate based on the Variable Spread shall be effected by fixing the Variable Spread applicable to such amount into the Fixed Spread for the Loan Currency, applicable on the date of the Conversion request, and in the case of a Conversion to a Fixed Rate, followed immediately by the Conversion requested by the Borrower.

Section 4.03. Interest Payable Following Interest Rate Conversion or Currency Conversion

(a) *Interest Rate Conversion.* Upon an Interest Rate Conversion, the Borrower shall, for each Interest Period during the Conversion Period, pay interest on the amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Conversion applies at the Variable Rate or the Fixed Rate, whichever applies to the Conversion.

(b) *Currency Conversion of Unwithdrawn Amounts.* Upon a Currency Conversion of all or any amount of the Unwithdrawn Loan Balance to an Approved Currency, the Borrower shall, for each Interest Period during the Conversion Period, pay interest and any applicable charges denominated in the Approved Currency on such amount as subsequently withdrawn and outstanding from time to time at the Variable Rate.

(c) *Currency Conversion of Withdrawn Amounts.* Upon a Currency Conversion of all or any amount of the Withdrawn Loan Balance to an Approved Currency, the Borrower shall, for each Interest Period during the Conversion Period, pay interest denominated in the Approved Currency in accordance with the Conversion Guidelines on such Withdrawn Loan Balance at a Variable Rate or Fixed Rate, whichever applies to the Conversion.

Section 4.04. Principal Payable Following Currency Conversion

(a) *Currency Conversion of Unwithdrawn Amounts.* In the event of a Currency Conversion of an amount of the Unwithdrawn Loan Balance to an Approved Currency, the principal amount of the Loan so converted shall be determined by the Bank by multiplying the amount to be so converted in its Currency of denomination immediately prior to the Conversion by the Screen Rate. The Borrower shall repay such principal amount as subsequently withdrawn in the Approved Currency in accordance with the provisions of the Loan Agreement.

(b) *Currency Conversion of Withdrawn Amounts.* In the event of a Currency Conversion of an amount of the Withdrawn Loan Balance to an Approved Currency, the principal amount of the Loan so converted shall be determined by the Bank by multiplying the amount to be so converted in its Currency of denomination immediately prior to the Conversion by either: (i) the exchange rate that reflects the amounts of principal in the Approved Currency payable by the Bank under the Currency Hedge Transaction relating to the Conversion; or (ii) if the Bank so determines in accordance with the Conversion Guidelines, the exchange rate component of the Screen Rate. The Borrower shall repay such principal amount denominated in the Approved Currency in accordance with the provisions of the Loan Agreement.

(c) *Termination of Conversion Period Prior to Final Loan Maturity.* If the Conversion Period of a Currency Conversion applicable to a portion of the Loan terminates prior to the final maturity of such portion, the principal amount of such portion of the Loan remaining outstanding in the Loan Currency to which such amount shall revert upon such termination shall be determined by the Bank either: (i) by multiplying such amount in the Approved Currency of the Conversion by the spot or forward exchange rate prevailing between the Approved Currency and said Loan Currency for settlement on the last day of the Conversion Period; or (ii) in such other manner as specified in the Conversion Guidelines. The Borrower shall repay such principal amount in the Loan Currency in accordance with the provisions of the Loan Agreement.

Section 4.05. *Interest Rate Cap; Interest Rate Collar*

(a) *Interest Rate Cap.* Upon the establishment of an Interest Rate Cap on the Variable Rate, the Borrower shall, for each Interest Period during the Conversion Period, pay interest on the amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Conversion applies at the Variable Rate, unless on any Reference Rate Reset Date during the Conversion Period: (i) for a Loan that accrues interest at a Variable Rate based on the Reference Rate and the Fixed Spread, the Variable Rate exceeds the Interest Rate Cap, in which case, for the Interest Period to which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to the Interest Rate Cap; or (ii) for a Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread, the Reference Rate exceeds the Interest Rate Cap, in which case, for the Interest Period to which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to the Interest Rate Cap plus the Variable Spread.

(b) *Interest Rate Collar.* Upon the establishment of an Interest Rate Collar on the Variable Rate, the Borrower shall, for each Interest Period during the Conversion Period, pay interest on the amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Conversion applies at the Variable Rate, unless on any Reference Rate Reset Date during the Conversion Period: (i) for a Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Fixed Spread, the Variable Rate: (A) exceeds the upper limit of the Interest Rate Collar, in which case, for the Interest Period to which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to such upper limit; or (B) falls below the lower limit of the Interest Rate Collar, in which case, for the Interest Period to which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to such lower limit; or (ii) for a Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread, the Reference Rate: (A) exceeds the upper limit of the Interest Rate Collar, in which case, for the Interest Period to which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to such upper limit plus the Variable Spread; or (B) falls below the lower limit of the Interest Rate Collar, in which case, for the Interest Period to

which the Reference Rate Reset Date relates, the Borrower shall pay interest on such amount at a rate equal to such lower limit plus the Variable Spread.

(c) *Interest Rate Cap or Collar Premium.* Upon the establishment of an Interest Rate Cap or an Interest Rate Collar, the Borrower shall pay to the Bank a premium on the amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Conversion applies, calculated: (A) on the basis of the premium, if any, payable by the Bank for an interest rate cap or collar purchased by the Bank from a Counterparty for the purpose of establishing the Interest Rate Cap or Interest Rate Collar; or (B) otherwise as specified in the Conversion Guidelines. Such premium shall be payable by the Borrower (i) not later than sixty (60) days after the Execution Date; or (ii) promptly following the Execution Date for an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar for which the Borrower has requested that the premium be paid out of the proceeds of the Loan, the Bank shall, on behalf of the Borrower, withdraw from the Loan Account and pay to itself the amounts required to pay any premium payable in accordance with this Section up to the amount allocated from time to time for that purpose in the Loan Agreement.

Section 4.06. *Early Termination*

(a) The Bank shall have the right to terminate any Conversion effected on such Loan during any period of time in which the Default Interest Rate accrues on the Loan as provided in Section 3.02 (e) above.

(b) Except as otherwise provided in the Conversion Guidelines, upon the early termination of any Conversion by either the Bank as provided in Section 4.01 (f) or Section 4.06 (a), or the Borrower: (i) the Borrower shall pay a transaction fee for the early termination, in such amount or at such rate as announced by the Bank from time to time and in effect at the time of receipt by the Bank of the Borrower's notice of early termination; and (ii) the Borrower or the Bank, shall pay an Unwinding Amount, if any, for the early termination, in accordance with the Conversion Guidelines. Transaction fees provided for under this paragraph and any Unwinding Amount payable by the Borrower pursuant to this paragraph shall be paid not later than sixty (60) days after the effective date of the early termination.

ARTICLE V The Program

Section 5.01. *Performance under the Loan Agreement, Program Agreement, and Subsidiary Agreement*

(a) The Guarantor shall not take or permit to be taken any action which would prevent or interfere with the execution of the Program or the performance of the obligations of the Borrower or the Program Implementing Entity under the Legal Agreement to which it is a party.

(b) The Borrower shall: (i) cause the Program Implementing Entity to perform all of the obligations of the Program Implementing Entity set forth in the Program Agreement or the Subsidiary Agreement in accordance with the provisions of the Program Agreement or Subsidiary Agreement; and (ii) not take or permit to be taken any action which would prevent or interfere with such performance.

Section 5.02. *Provision of Funds and other Resources*

The Borrower shall provide or cause to be provided, promptly as needed, the funds, facilities, services, and other resources: (a) required for the Program; and (b) necessary or appropriate to enable the Program Implementing Entity to perform its obligations under the Program Agreement or the Subsidiary Agreement.

Section 5.03. *Records*

The Borrower and the Program Implementing Entity shall retain all relevant documentation evidencing expenditures made from the Loan proceeds until two years after the Closing Date. Upon the Bank's request, the Borrower and the Program Implementing Entity shall enable the Bank's representatives to examine such records.

Section 5.04. *Program Monitoring and Evaluation*

(a) The Borrower shall maintain or cause to be maintained policies and procedures adequate to enable it to monitor and evaluate on an ongoing basis, in accordance with indicators acceptable to the Bank, the progress of the Program and the achievement of its objectives.

(b) The Borrower shall prepare or cause to be prepared and furnish to the Bank not later than twelve (12) months after the Closing Date, a report of such scope and in such detail as the Bank shall reasonably request, on the execution of the Program, the performance by the Loan Parties and the Bank of their respective obligations under the Legal Agreements and the accomplishment of the purposes of the Loan.

Section 5.05. *Cooperation and Consultation*

The Bank and the Loan Parties shall cooperate fully to assure that the purposes of the Loan and the objectives of the Program will be accomplished. To that end, the Bank and the Loan Parties shall:

(a) from time to time, at the request of any one of them, exchange views on the Program, the Loan, and the performance of their respective obligations under the Legal Agreements, and furnish to the other party all such information related to such matters as it shall reasonably request; and

(b) promptly inform each other of any condition which interferes with, or threatens to interfere with, such matters.

Section 5.06. *Visits*

(a) The Member Country shall afford all reasonable opportunity for representatives of the Bank to visit any part of its territory for purposes related to the Loan or the Program.

(b) The Borrower and the Program Implementing Entity shall enable the Bank's representatives to: (i) visit any facilities and construction sites included in their Respective Parts of the Program; and (ii) to examine the goods financed out of the proceeds of the Loan for their Respective Parts of the Program, and any plants, installations, sites, works, buildings, property, equipment, records and documents relevant to the performance of their obligations under the Legal Agreements.

Section 5.07. *Disputed Area*

In the event that the Program is in an area which is or becomes disputed, neither the Bank's financing of the Program, nor any designation of, or reference to, such area in the Legal Agreements is intended to constitute a judgment on the part of the Bank as to the legal or other status of such area or to prejudice the determination of any claims with respect to such area.

ARTICLE VI

Financial and Economic Data; Negative Pledge; Financial Condition

Section 6.01. *Financial and Economic Data*

(a) The Member Country shall furnish to the Bank all such information as the Bank shall reasonably request with respect to financial and economic conditions in its territory, including its balance of payments and its external debt as well as that of its political or administrative subdivisions and of any entity owned or controlled by, or operating for the account or benefit of, the Member Country or any such subdivision, and of any institution performing the functions of a central bank or exchange stabilization fund, or similar functions, for the Member Country.

(b) The Member Country shall report "long-term external debt" (as defined in the World Bank's Debtor Reporting System Manual ("DRSM"), dated January 2000, as may be revised from time to time), in accordance with the DRSM, and in particular, to notify the Bank of new "loan commitments" (as defined in the DRSM) not later than thirty (30) days after the end of the quarter during which the debt is incurred, and to notify the Bank of "transactions under loans" (as defined in the DRSM) annually, not later than March 31 of the year following the year covered by the report.

(c) The Member Country represents, as at the date of the Loan Agreement, that no defaults exist in respect of any "external public debt" (as defined in the DRSM) except those listed in a notification from the Member Country to the Bank.

Section 6.02. *Negative Pledge*

(a) It is the policy of the Bank, in making loans to, or with the guarantee of its member countries not to seek, in normal circumstances, special security from the member country concerned but to ensure that no other Covered Debt shall have priority over its loans in the allocation, realization or distribution of foreign exchange held under the control or for the benefit of such member country. To that end, if any Lien is created on any Public Assets as security for any Covered Debt, which will or might result in a priority for the benefit of the creditor of such Covered Debt in the allocation, realization or distribution of foreign exchange, such Lien shall, unless the Bank shall otherwise agree, *ipso facto* and at no cost to the Bank, equally and ratably secure all Loan Payments, and the Member Country, in creating or permitting the creation of such Lien, shall make express provision to that effect; provided, however, that if for any constitutional or other legal reason such provision cannot be made with respect to any Lien created on assets of any of its political or administrative subdivisions, the Member Country shall promptly and at no cost to the Bank secure all Loan Payments by an equivalent Lien on other Public Assets satisfactory to the Bank.

(b) The Borrower which is not the Member Country undertakes that, except as the Bank shall otherwise agree:

- (i) if it creates any Lien on any of its assets as security for any debt, such Lien will equally and ratably secure the payment of all Loan Payments and in the creation of any such Lien express provision will be made to that effect, at no cost to the Bank; and
- (ii) if any statutory Lien is created on any of its assets as security for any debt, it shall grant at no cost to the Bank, an equivalent Lien satisfactory to the Bank to secure the payment of all Loan Payments.

(c) The provisions of paragraphs (a) and (b) of this Section shall not apply to: (i) any Lien created on property, at the time of purchase of such property, solely as security for the payment of the purchase price of such property or as security for the payment of debt incurred for the purpose of financing the purchase of such property; or (ii) any Lien arising in the ordinary course of banking transactions and securing a debt maturing not more than one year after the date on which it is originally incurred.

(d) The Member Country represents, as at the date of the Loan Agreement, that no Liens exist on any Public Assets, as security for any Covered Debt, except those listed in a notification from the Member Country to the Bank and those excluded pursuant to paragraph (c) of this Section 6.02.

Section 6.03. Financial Condition

If the Bank has determined that the financial condition of the Borrower, which is not the Member Country, or the Program Implementing Entity, is a material factor in the Bank's decision to lend, the Bank shall have the right, as a condition to lend, to require that such Borrower or Program Implementing Entity provides the Bank with representations and warranties related to its financial and operating conditions, satisfactory to the Bank.

ARTICLE VII

Cancellation; Suspension; Refund; Acceleration

Section 7.01. Cancellation by the Borrower

The Borrower may, by notice to the Bank, cancel any amount of the Unwithdrawn Loan Balance.

Section 7.02. Suspension by the Bank

If any of the events specified in paragraphs (a) through (m) of this Section occurs and is continuing, the Bank may, by notice to the Loan Parties, suspend in whole or in part the right of the Borrower to make withdrawals from the Loan Account. Such suspension shall continue until the event (or events) which gave rise to the suspension has (or have) ceased to exist, unless the Bank has notified the Loan Parties that such right to make withdrawals has been restored.

(a) *Payment Failure.*

- (i) The Borrower has failed to make payment (notwithstanding the fact that such payment may have been made by the Guarantor or a third party) of principal or interest or any other amount due to the Bank or the Association: (A) under the Loan Agreement; or (B) under any other agreement between the Bank and the Borrower; or (C) under any agreement between the Borrower and the Association; or (D) in consequence of any guarantee extended or other financial obligation of any kind assumed by the Bank or the Association to any third party with the agreement of the Borrower.
- (ii) The Guarantor has failed to make payment of principal, interest, or any other amount due to the Bank or the Association: (A) under the Guarantee Agreement; or (B) under any other agreement between the Guarantor and the Bank; or (C) under any agreement between the Guarantor and the Association; or (D) in consequence of any guarantee extended or other financial obligation of any kind assumed by the Bank or the Association to any third party with the agreement of the Guarantor.

(b) *Performance Failure.*

- (i) A Loan Party has failed to perform any other obligation under the Legal Agreement to which it is a party or under any Derivatives Agreement.
- (ii) The Program Implementing Entity has failed to perform any obligation under the Program Agreement or the Subsidiary Agreement.

(c) *Fraud and Corruption.* At any time, the Bank determines that any representative of the Guarantor or the Borrower or the Program Implementing Entity (or any other recipient of any of the proceeds of the Loan) has engaged in corrupt, fraudulent, coercive, or collusive practices in connection with the use of the proceeds of the Loan, without the Guarantor or the Borrower or the Program Implementing Entity (or any other such recipient) having taken timely and appropriate action satisfactory to the Bank to address such practices when they occur.

(d) *Cross Suspension.* The Bank or the Association has suspended in whole or in part the right of a Loan Party to make withdrawals under any agreement with the Bank or with the Association because of a failure by a Loan Party to perform any of its obligations under such agreement or any other agreement with the Bank.

(e) *Extraordinary Situation; Program.*

- (i) As a result of events which have occurred after the date of the Loan Agreement, an extraordinary situation has arisen which makes it improbable that the Program can be carried out or that a Loan Party or the Program Implementing Entity will be able to perform its obligations under the Legal Agreement to which it is a party.
- (ii) An extraordinary situation has arisen under which any further withdrawals under the Loan would be inconsistent with the provisions of Article III, Section 3 of the Bank's Articles of Agreement.

(f) *Event Prior to Effectiveness.* The Bank has determined after the Effective Date that prior to such date but after the date of the Loan Agreement, an event has occurred which would have entitled the Bank to suspend the Borrower's right to make withdrawals from the Loan Account if the Loan Agreement had been effective on the date such event occurred.

(g) *Misrepresentation.* A representation made by a Loan Party in or pursuant to the Legal Agreements, or in or pursuant to any Derivatives Agreement, or any representation or statement furnished by a Loan Party, and intended to be relied upon by the Bank in making the Loan or executing a transaction under a Derivatives Agreement, was incorrect in any material respect.

(h) *Co-financing.* Any of the following events occurs with respect to any financing specified in the Loan Agreement to be provided for the Program ("Co-financing") by a financier (other than the Bank or the Association) ("Co-financier");

(i) If the Loan Agreement specifies a date by which the agreement with the Co-financier providing for the Co-financing ("Co-financing Agreement") is to become effective, the Co-financing Agreement has failed to become effective by that date, or such later date as the Bank has established by notice to the Loan Parties ("Co-financing Deadline"); provided, however, that the provisions of this sub-paragraph shall not apply if the Loan Parties establish to the satisfaction of the Bank that adequate funds for the Program are available from other sources on terms and conditions consistent with the obligations of the Loan Parties under the Legal Agreements.

(ii) Subject to sub-paragraph (iii) of this paragraph: (A) the right to withdraw the proceeds of the Co-financing has been suspended, canceled, or terminated in whole or in part, pursuant to the terms of the Co-financing Agreement; or (B) the Co-financing has become due and payable prior to its agreed maturity.

(iii) Sub-paragraph (ii) of this paragraph shall not apply if the Loan Parties establish to the satisfaction of the Bank that: (A) such suspension, cancellation, termination, or prematuring was not caused by the failure of the recipient of the Co-financing to perform any of its obligations under the Co-financing Agreement; and (B) adequate funds for the Program are available from other sources on terms and conditions consistent with the obligations of the Loan Parties under the Legal Agreements.

(i) *Assignment of Obligations; Disposition of Assets.* The Borrower or the Program Implementing Entity (or any other entity responsible for implementing any part of the Program) has, without the consent of the Bank:

(i) assigned or transferred, in whole or in part, any of its obligations arising under or entered into pursuant to the Legal Agreements; or

(ii) sold, leased, transferred, assigned, or otherwise disposed of any property or assets financed wholly or in part out of the proceeds of the Loan; provided, however, that the provisions of this paragraph shall not apply with respect to transactions in the ordinary course of business which, in the opinion of the Bank: (A) do not materially and adversely affect the ability of the Borrower or of the Program Implementing Entity (or such other entity) to perform any of its obligations arising under or entered into pursuant to the Legal Agreements or to achieve the objectives of the Program; and (B) do not materially and adversely affect the financial

condition or operation of the Borrower (other than the Member Country) or the Program Implementing Entity (or such other entity).

- (j) *Membership.* The Member Country: (i) has been suspended from membership in, or ceased to be, a member of the Bank; or (ii) has ceased to be a member of the International Monetary Fund.
- (k) *Condition of Borrower or Program Implementing Entity.*
- (i) Any material adverse change in the condition of the Borrower (other than the Member Country), as represented by it, has occurred prior to the Effective Date.
 - (ii) The Borrower (other than the Member Country) has become unable to pay its debts as they mature or any action or proceeding has been taken by the Borrower or by others whereby any of the assets of the Borrower shall, or may be distributed among its creditors.
 - (iii) Any action has been taken for the dissolution, disestablishment or suspension of operations of the Borrower (other than the Member Country) or of the Program Implementing Entity (or any other entity responsible for implementing any part of the Program).
 - (iv) The Borrower (other than the Member Country) or the Program Implementing Entity (or any other entity responsible for implementing any part of the Program) has ceased to exist in the same legal form as that prevailing as of the date of the Loan Agreement.
 - (v) In the opinion of the Bank, the legal character, ownership or control of the Borrower (other than the Member Country) or of the Program Implementing Entity (or of any other entity responsible for implementing any part of the Program) has changed from that prevailing as of the date of the Legal Agreements so as to materially and adversely affect the ability of the Borrower or of the Program Implementing Entity (or such other entity) to perform any of its obligations arising under, or entered into, pursuant to the Legal Agreements, or to achieve the objectives of the Program.
- (l) *Ineligibility.* The Bank or the Association has declared the Borrower (other than the Member Country) or the Program Implementing Entity ineligible to receive proceeds of any financing made by the Bank or the Association or otherwise to participate in the preparation or implementation of any project financed in whole or in part by the Bank or the Association, as a result of: (i) a determination by the Bank or the Association that the Borrower or the Program Implementing Entity has engaged in fraudulent, corrupt, coercive, or collusive practices in connection with the use of the proceeds of any financing made by the Bank or the Association; and/or (ii) a declaration by another financier that the Borrower or the Program Implementing Entity is ineligible to receive proceeds of any financing made by such financier or otherwise to participate in the preparation or implementation of any project financed in whole or in part by such financier as a result of a determination by such financier that the Borrower or the Program Implementing Entity has engaged in fraudulent, corrupt, coercive, or collusive practices in connection with the use of the proceeds of any financing made by such financier.
- (m) *Additional Event.* Any other event specified in the Loan Agreement for the purposes of this Section has occurred ("Additional Event of Suspension").

Section 7.03. *Cancellation by the Bank*

If any of the events specified in paragraphs (a) through (e) of this Section occurs with respect to an amount of the Unwithdrawn Loan Balance, the Bank may, by notice to the Loan Parties, terminate the right of the Borrower to make withdrawals with respect to such amount. Upon the giving of such notice, such amount shall be cancelled.

(a) *Suspension.* The right of the Borrower to make withdrawals from the Loan Account has been suspended with respect to any amount of the Unwithdrawn Loan Balance for a continuous period of thirty (30) days.

(b) *Amounts not Required.* At any time, the Bank determines, after consultation with the Borrower, that an amount of the Unwithdrawn Loan Balance will not be required to finance Eligible Expenditures.

(c) *Fraud and Corruption.* At any time, the Bank determines, with respect to any amount of the proceeds of the Loan, that corrupt, fraudulent, collusive, or coercive practices were engaged in by representatives of the Guarantor, the Borrower, or the Program Implementing Entity (or other recipient of the proceeds of the Loan) without the Guarantor, the Borrower or the Program Implementing Entity (or other recipient of the proceeds of the Loan) having taken timely and appropriate action satisfactory to the Bank to address such practices when they occur.

(d) *Closing Date.* After the Closing Date, there remains an Unwithdrawn Loan Balance.

(e) *Cancellation of Guarantee.* The Bank receives notice from the Guarantor pursuant to Section 7.05 with respect to an amount of the Loan.

Section 7.04. *Loan Refund*

(a) If the Bank determines that an amount of the Loan has been used in a manner inconsistent with the provisions of the Legal Agreement, the Borrower shall, upon notice by the Bank to the Borrower, promptly refund such amount to the Bank. Such inconsistent use shall include, without limitation:

- (i) use of such amount to make a payment for any Excluded Expenditure; or
- (ii) engaging in corrupt, fraudulent, collusive, or coercive practices in connection with the use of such amount.

(b) Except as the Bank may otherwise determine, the Bank shall cancel all amounts refunded pursuant to this Section.

(c) If any notice of refund is given pursuant to Section 7.04 (a) during the Conversion Period for any Conversion applicable to a Loan: (i) the Borrower shall pay a transaction fee in respect of any early termination of such Conversion, in such amount or at such rate as announced by the Bank from time to time and in effect on the date of such notice; and (ii) the Borrower shall pay any Unwinding Amount owed by it in respect of any early termination of the Conversion, or the Bank shall pay any Unwinding Amount owed by it in respect of any such early termination (after setting off any amounts owed by the Borrower under the Loan Agreement), in accordance with the Conversion Guidelines.

Transaction fees and any Unwinding Amount payable by the Borrower shall be paid not later than sixty (60) days after the date of the refund.

Section 7.05. *Cancellation of Guarantee*

If the Borrower has failed to pay any required Loan Payment (otherwise than as a result of any act or omission to act of the Guarantor) and such payment is made by the Guarantor, the Guarantor may, after consultation with the Bank, by notice to the Bank and the Borrower, terminate its obligations under the Guarantee Agreement with respect to any amount of the Unwithdrawn Loan Balance as at the date of receipt of such notice by the Bank. Upon receipt of such notice by the Bank, such obligations in respect of such amount shall terminate.

Section 7.06. *Events of Acceleration*

If any of the events specified in paragraphs (a) through (f) of this Section occurs and continues for the period specified (if any), then at any subsequent time during the continuance of the event, the Bank may, by notice to the Loan Parties, declare all or part of the Withdrawn Loan Balance as at the date of such notice to be due and payable immediately together with any other Loan Payments due under the Loan Agreement. Upon any such declaration, such Withdrawn Loan Balance and Loan Payments shall become immediately due and payable.

- (a) *Payment Default.* A default has occurred in the payment by a Loan Party of any amount due to the Bank or the Association: (i) under any Legal Agreement; or (ii) under any other agreement between the Bank and the Loan Party; or (iii) under any agreement between the Loan Party and the Association (in the case of an agreement between the Guarantor and the Association, under circumstances which would make it unlikely that the Guarantor would meet its obligations under the Guarantee Agreement); or (iv) in consequence of any guarantee extended or other financial obligation of any kind assumed by the Bank, or the Association, to any third party with the agreement of the Loan Party; and such default continues in each case for a period of thirty (30) days.
- (b) *Performance Default.*
 - (i) A default has occurred in the performance by a Loan Party of any other obligation under the Legal Agreement to which it is a party or under any Derivatives Agreement, and such default continues for a period of sixty (60) days after notice of such default has been given by the Bank to the Loan Parties.
 - (ii) A default has occurred in the performance by the Program Implementing Entity of any obligation under the Program Agreement or the Subsidiary Agreement, and such default continues for a period of sixty (60) days after notice of such default has been given by the Bank to the Program Implementing Entity and the Loan Parties.
- (c) *Co-financing.* The event specified in sub-paragraph (h) (ii) (B) of Section 7.02 has occurred, subject to the provisions of paragraph (h) (iii) of that Section.
- (d) *Assignment of Obligations; Disposition of Assets.* Any event specified in paragraph (i) of Section 7.02 has occurred.

(e) *Condition of Borrower or Program Implementing Entity.* Any event specified in sub-paragraph (k) (ii) through (k) (v) of Section 7.02 has occurred.

(f) *Additional Event.* Any other event specified in the Loan Agreement for the purposes of this Section has occurred and continues for the period, if any, specified in the Loan Agreement (“Additional Event of Acceleration”).

Section 7.07. Acceleration During a Conversion Period

If the Loan Agreement provides for Conversions, and if any notice of acceleration is given pursuant to Section 7.06 during the Conversion Period for any Conversion applicable to a Loan: (a) the Borrower shall pay a transaction fee in respect of any early termination of the Conversion, in such amount or at such rate as announced by the Bank from time to time and in effect on the date of such notice; and (b) the Borrower shall pay any Unwinding Amount owed by it in respect of any early termination of the Conversion, or the Bank shall pay any Unwinding Amount owed by it in respect of any such early termination (after setting off any amounts owed by the Borrower under the Loan Agreement), in accordance with the Conversion Guidelines. Transaction fees and any Unwinding Amount payable by the Borrower shall be paid not later than sixty (60) days after the date of the effective date of the acceleration.

Section 7.08. Effectiveness of Provisions After Cancellation, Suspension, Refund, or Acceleration

Notwithstanding any cancellation, suspension, refund, or acceleration under this Article, all the provisions of the Legal Agreements shall continue in full force and effect, except as specifically provided in these General Conditions.

ARTICLE VIII **Enforceability; Arbitration**

Section 8.01. Enforceability

The rights and obligations of the Bank and the Loan Parties under the Legal Agreements shall be valid and enforceable in accordance with their terms, notwithstanding the law of any state or political subdivision thereof to the contrary. Neither the Bank nor any Loan Party shall be entitled in any proceeding under this Article to assert any claim that any provision of the Legal Agreements are invalid or unenforceable because of any provision of the Articles of Agreement of the Bank.

Section 8.02. Obligations of the Guarantor

Except as provided in Section 7.05, the obligations of the Guarantor under the Guarantee Agreement shall not be discharged except by performance, and then only to the extent of such performance. Such obligations shall not require any prior notice to, demand upon or action against the Borrower, or any prior notice to, or demand upon the Guarantor with regard to any default by the Borrower. Such obligations shall not be impaired by any of the following: (a) any extension of time, forbearance, or concession given to the Borrower; (b) any assertion of, or failure to assert, or delay in asserting, any right, power, or remedy against the Borrower, or in respect of any security for the Loan; (c) any modification or amplification of the provisions of the Loan Agreement contemplated by its terms; or

(d) any failure of the Borrower, or of the Program Implementing Entity, to comply with any requirement of any law of the Member Country.

Section 8.03. *Failure to Exercise Rights*

No delay in exercising, or omission to exercise, any right, power, or remedy accruing to any party under any Legal Agreement upon any default shall impair any such right, power, or remedy, or be construed to be a waiver thereof, or an acquiescence in such default. No action of such party in respect of any default, or any acquiescence by it in any default, shall affect or impair any right, power, or remedy of such party in respect of any other or subsequent default.

Section 8.04. *Arbitration*

(a) Any controversy between the parties to the Loan Agreement or the parties to the Guarantee Agreement, and any claim by any such party against any other such party arising under the Loan Agreement or the Guarantee Agreement which has not been settled by agreement of the parties, shall be submitted to arbitration by an arbitral tribunal as hereinafter provided ("Arbitral Tribunal").

(b) The parties to such arbitration shall be the Bank on the one side and the Loan Parties on the other side.

(c) The Arbitral Tribunal shall consist of three arbitrators appointed as follows: (i) one arbitrator shall be appointed by the Bank; (ii) a second arbitrator shall be appointed by the Loan Parties or, if they do not agree, by the Guarantor; and (iii) the third arbitrator ("Umpire") shall be appointed by agreement of the parties or, if they do not agree, by the President of the International Court of Justice or, failing appointment by said President, by the Secretary-General of the United Nations. If either side fails to appoint an arbitrator, such arbitrator shall be appointed by the Umpire. In case any arbitrator appointed in accordance with this Section resigns, dies or becomes unable to act, a successor arbitrator shall be appointed in the same manner as prescribed in this Section for the appointment of the original arbitrator and such successor shall have all the powers and duties of such original arbitrator.

(d) An arbitration proceeding may be instituted under this Section upon notice by the party instituting such proceeding to the other party. Such notice shall contain a statement setting forth the nature of the controversy or claim to be submitted to arbitration, the nature of the relief sought and the name of the arbitrator appointed by the party instituting such proceeding. Within thirty (30) days after such notice, the other party shall notify to the party instituting the proceeding the name of the arbitrator appointed by such other party.

(e) If within sixty (60) days after the notice instituting the arbitration proceeding, the parties have not agreed upon an Umpire, any party may request the appointment of an Umpire as provided in paragraph (c) of this Section.

(f) The Arbitral Tribunal shall convene at such time and place as shall be fixed by the Umpire. Thereafter, the Arbitral Tribunal shall determine where and when it shall sit.

(g) The Arbitral Tribunal shall decide all questions relating to its competence and shall, subject to the provisions of this Section and except as the parties shall otherwise agree, determine its procedure. All decisions of the Arbitral Tribunal shall be by majority vote.

(h) The Arbitral Tribunal shall afford to all parties a fair hearing and shall render its award in writing. Such award may be rendered by default. An award signed by a majority of the Arbitral Tribunal shall constitute the award of the Arbitral Tribunal. A signed counterpart of the award shall be transmitted to each party. Any such award rendered in accordance with the provisions of this Section shall be final and binding upon the parties to the Loan Agreement and the Guarantee Agreement. Each party shall abide by, and comply with, any such award rendered by the Arbitral Tribunal in accordance with the provisions of this Section.

(i) The parties shall fix the amount of the remuneration of the arbitrators and such other persons as are required for the conduct of the arbitration proceedings. If the parties do not agree on such amount before the Arbitral Tribunal convenes, the Arbitral Tribunal shall fix such amount as shall be reasonable under the circumstances. The Bank, the Borrower and the Guarantor shall each defray its own expenses in the arbitration proceedings. The costs of the Arbitral Tribunal shall be divided between, and borne equally, by the Bank on the one side and the Loan Parties on the other. Any question concerning the division of the costs of the Arbitral Tribunal or the procedure for payment of such costs shall be determined by the Arbitral Tribunal.

(j) The provisions for arbitration set forth in this Section shall be in lieu of any other procedure for the settlement of controversies between the parties to the Loan Agreement and Guarantee Agreement, or of any claim by any such party against any other such party arising under such Legal Agreements.

(k) If, within thirty (30) days after counterparts of the award have been delivered to the parties, the award has not been complied with, any party may: (i) enter judgment upon, or institute a proceeding to enforce, the award in any court of competent jurisdiction against any other party; (ii) enforce such judgment by execution; or (iii) pursue any other appropriate remedy against such other party for the enforcement of the award and the provisions of the Loan Agreement or Guarantee Agreement. Notwithstanding the foregoing, this Section shall not authorize any entry of judgment or enforcement of the award against the Member Country except as such procedure may be available otherwise than by reason of the provisions of this Section.

(l) Service of any notice or process in connection with any proceeding under this Section or in connection with any proceeding to enforce any award rendered pursuant to this Section may be made in the manner provided in Section 10.01. The parties to the Loan Agreement and the Guarantee Agreement waive any and all other requirements for the service of any such notice or process.

ARTICLE IX

Effectiveness; Termination

Section 9.01. Conditions of Effectiveness of Legal Agreements

The Legal Agreements shall not become effective until the Loan Party and the Program Implementing Entity confirm, and the Bank is satisfied, that the conditions specified in paragraphs (a) through (c) of this Section are met.

(a) The execution and delivery of each Legal Agreement on behalf of the Loan Party or the Program Implementing Entity which is a party to such Legal Agreement have been duly authorized by

all necessary actions and delivered on behalf of such party, and the Legal Agreement is legally binding upon such party in accordance with its terms.

(b) If the Bank so requests, the condition of the Borrower (other than the Member Country) or of the Program Implementing Entity, as represented and warranted to the Bank at the date of the Legal Agreements, has not undergone any material adverse change after such date.

(c) Each condition specified in the Loan Agreement as a condition of its effectiveness ("Additional Condition of Effectiveness") has occurred.

Section 9.02. Legal Opinions or Certificates; Representation and Warranty

For the purpose of confirming that the conditions specified in paragraph (a) of Section 9.01 above have been met:

(a) The Bank may require an opinion or certificate satisfactory to the Bank confirming: (i) on behalf of the Loan Party or the Program Implementing Entity that the Legal Agreement to which it is a party has been duly authorized by, and executed and delivered on behalf of, such party and is legally binding upon such party in accordance with its terms; and (ii) each other matter specified in the Legal Agreement or reasonably requested by the Bank in connection with the Legal Agreements for the purpose of this Section.

(b) If the Bank does not require an opinion or certificate pursuant to Section 9.02 (a), by signing the Legal Agreement to which it is a party, the Loan Party or the Program Implementing Entity shall be deemed to represent and warrant that on the date of such Legal Agreement, the Legal Agreement has been duly authorized by, and executed and delivered on behalf of, such party and is legally binding upon such party in accordance with its terms, except where additional action is required to make such Legal Agreement legally binding. Where additional action is required following the date of the Legal Agreement, the Loan Party or the Program Implementing Entity shall notify the Bank when such additional action has been taken. By providing such notification, the Loan Party or the Program Implementing Entity shall be deemed to represent and warrant that on the date of such notification the Legal Agreement to which it is a party is legally binding upon it in accordance with its terms.

Section 9.03. Effective Date

(a) Except as the Bank and the Borrower shall otherwise agree, the Legal Agreements shall enter into effect on the date upon which the Bank dispatches to the Loan Parties and the Program Implementing Entity notice confirming it is satisfied that the conditions specified in Section 9.01 have been met ("Effective Date").

(b) If, before the Effective Date, any event has occurred which would have entitled the Bank to suspend the right of the Borrower to make withdrawals from the Loan Account if the Loan Agreement had been effective, or the Bank has determined that an extraordinary situation provided for under Section 3.08 (a) exists, the Bank may postpone the dispatch of the notice referred to in paragraph (a) of this Section until such event (or events) or situation has (or have) ceased to exist.

Section 9.04. *Termination of Legal Agreements for Failure to Become Effective*

The Legal Agreements and all obligations of the parties under the Legal Agreements shall terminate if the Legal Agreements have not entered into effect by the date ("Effectiveness Deadline") specified in the Loan Agreement for the purpose of this Section, unless the Bank, after consideration of the reasons for the delay, establishes a later Effectiveness Deadline for the purpose of this Section. The Bank shall promptly notify the Loan Parties and Program Implementing Entity of such later Effectiveness Deadline.

Section 9.05. *Termination of Legal Agreements on Performance of All Obligations*

(a) Subject to the provisions of paragraphs (b) and (c) of this Section, the Legal Agreements and all obligations of the parties under the Legal Agreements shall forthwith terminate upon full payment of the Withdrawn Loan Balance and all other Loan Payments due.

(b) If the Loan Agreement specifies a date by which certain provisions of the Loan Agreement (other than those providing for payment obligations) shall terminate, such provisions and all obligations of the parties under them shall terminate on the earlier of: (i) such date; and (ii) the date on which the Loan Agreement terminates in accordance with its terms.

(c) If the Program Agreement specifies a date on which the Program Agreement shall terminate, the Program Agreement and all obligations of the parties under the Program Agreement shall terminate on the earlier of: (i) such date; and (ii) the date on which the Loan Agreement terminates in accordance with its terms. The Bank shall promptly notify the Program Implementing Entity if the Loan Agreement terminates in accordance with its terms prior to the date so specified in the Program Agreement.

ARTICLE X

Miscellaneous Provisions

Section 10.01. *Execution of Legal Agreements; Notices and Requests*

(a) Each Legal Agreement executed by Electronic Means shall be deemed an original, and in the case of any Legal Agreement not executed by Electronic Means in several counterparts, each counterpart shall be an original.

(b) Any notice or request required or permitted to be made or given under any Legal Agreement or any other agreement between the parties contemplated by the Legal Agreement shall be in writing. Except as otherwise provided in Section 9.03 (a), such notice or request shall be deemed to have been duly given or made when it has been delivered by hand, mail, or Electronic Means, to the party to which it is to be given or made at such party's address or Electronic Address specified in the Legal Agreement or at such other address or Electronic Address as such party shall have designated by notice to the party giving such notice or making such request. Any notice or request delivered by Electronic Means shall be deemed dispatched by the sender from its Electronic Address when it leaves the Electronic Communications System of the sender and shall be deemed received by the other party at

its Electronic Address, when such notice or request becomes capable of being retrieved in machine readable format by the Electronic Communications System of the receiving party.

(c) Unless the Parties otherwise agree, Electronic Documents shall have the same legal force and effect as information contained in a Legal Agreement or a notice or request under a Legal Agreement that is not executed or transmitted by Electronic Means.

Section 10.02. Action on Behalf of the Loan Parties and the Program Implementing Entity

(a) The representative designated by a Loan Party in the Legal Agreement to which it is a party (and the representative designated by the Program Implementing Entity in the Program Agreement or the Subsidiary Agreement) for the purpose of this Section, or any person authorized by such representative for that purpose, may take any action required or permitted to be taken pursuant to such Legal Agreement, and execute any documents or dispatch any Electronic Document required or permitted to be executed pursuant to such Legal Agreement, on behalf of such Loan Party (or the Program Implementing Entity).

(b) The representative so designated by the Loan Party or person so authorized by such representative may agree to any modification or amplification of the provisions of such Legal Agreement on behalf of such Loan Party by Electronic Document or by written instrument executed by such representative or authorized person; provided that, in the opinion of such representative, the modification or amplification is reasonable in the circumstances and will not substantially increase the obligations of the Loan Parties under the Legal Agreements. The Bank may accept the execution by such representative or other authorized person of any such instrument as conclusive evidence that such representative is of such opinion.

Section 10.03. Evidence of Authority

The Loan Parties and the Program Implementing Entity shall furnish to the Bank: (a) sufficient evidence of the authority of the person or persons who will, on behalf of such party, take any action or execute any documents, including Electronic Documents, required or permitted to be taken or executed by it under the Legal Agreement to which it is a party; and (b) the authenticated specimen signature of each such person as well as the Electronic Address referred to in Section 10.01(b).

Section 10.04. Disclosure

The Bank may disclose the Legal Agreements to which it is a party and any such information related to the Legal Agreements in accordance with its policy on access to information, in effect at the time of such disclosure.

APPENDIX

Definitions

1. “Additional Condition of Effectiveness” means any condition of effectiveness specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 9.01 (c).
2. “Additional Event of Acceleration” means any event of acceleration specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 7.06 (f).
3. “Additional Event of Suspension” means any event of suspension specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 7.02 (m).
4. “Amortization Schedule” means the schedule for repayment of principal amount specified in the Loan Agreement for purposes of Section 3.03.
5. “Approved Currency” means, for a Currency Conversion, any Currency approved by the Bank, which, upon the Conversion, becomes the Loan Currency.
6. “Arbitral Tribunal” means the arbitral tribunal established pursuant to Section 8.04.
7. “Association” means the International Development Association.
8. “Automatic Conversion to Local Currency” means, with respect to any portion of the Withdrawn Loan Balance, a Currency Conversion from the Loan Currency to a Local Currency for either the full maturity or the longest maturity available for the Conversion of such amount with effect from the Conversion Date upon withdrawals of amounts of the Loan from the Loan Account.
9. “Automatic Rate Fixing Conversion” means an Interest Rate Conversion whereby either: (a) the initial Reference Rate component of the interest rate for a Loan based on a Variable Spread is converted to a Fixed Reference Rate; or (b) the initial Variable Rate for a Loan with a Fixed Spread is converted to a Fixed Rate, in either case for the aggregate principal amount of the Loan withdrawn from the Loan Account during any Interest Period or any of the two or more consecutive Interest Periods that equals or exceeds a specified threshold, and for the full maturity of such amount, as specified in the Loan Agreement or in a separate request from the Borrower.
10. “Bank” means the International Bank for Reconstruction and Development.
11. “Borrower” means the party to the Loan Agreement to which the Loan is extended.
12. “Borrower’s Representative” means the Borrower’s representative specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 10.02.
13. “Closing Date” means the date specified in the Loan Agreement (or such other date as the Bank shall establish, upon a request from the Borrower, by notice to the Loan Parties) after which the Bank may, by notice to the Loan Parties, terminate the right of the Borrower to withdraw from the Loan Account.

14. "Co-financier" means the financier (other than the Bank or the Association) referred to in Section 7.02 (h) providing the Co-financing. If the Loan Agreement specifies more than one such financier, "Co-financier" refers separately to each of such financiers.
15. "Co-financing" means the financing referred to in Section 7.02 (h) and specified in the Loan Agreement provided or to be provided for the Program by the Co-financier. If the Loan Agreement specifies more than one such financing, "Co-financing" refers separately to each of such financings.
16. "Co-financing Agreement" means the agreement referred to in Section 7.02 (h) providing for the Co-financing.
17. "Co-financing Deadline" means the date referred to in Section 7.02 (h) (i) and specified in the Loan Agreement by which the Co-financing Agreement is to become effective. If the Loan Agreement specifies more than one such date, "Co-financing Deadline" refers separately to each of such dates.
18. "Commitment Charge" means the commitment charge specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 3.01(b)."
19. "Commitment-linked Repayment Amortization Schedule" means an Amortization Schedule in which timing and amount of principal repayments is determined by reference to the date of approval of the Loan by the Bank and calculated as a portion of the Withdrawn Loan Balance, as specified in the Loan Agreement.
20. "Conversion" means any of the following modifications of the terms of all or any portion of the Loan that has been requested by the Borrower and accepted by the Bank: (a) an Interest Rate Conversion; (b) a Currency Conversion; or (c) the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar on the Variable Rate; each as provided in the Loan Agreement and in the Conversion Guidelines.
21. "Conversion Date" means, for a Conversion, such date as the Bank shall determine on which the Conversion enters into effect, as further specified in the Conversion Guidelines; provided that if the Loan Agreement provides for Automatic Conversions to Local Currency the Conversion Date shall be the date of withdrawal from the Loan Account of the amount in respect of which the Conversion has been requested.
22. "Conversion Guidelines" means, for a Conversion, the Directive "Conversion of Financial Terms of IBRD and IDA Loans and Financing Instruments" issued, and revised from time to time by the Bank and the Association, in effect at the time of the Conversion.
23. "Conversion Period" means, for a Conversion, the period from and including the Conversion Date to and including the last day of the Interest Period in which the Conversion terminates by its terms; provided, that solely for the purpose of enabling the final payment of interest and principal under a Currency Conversion to be made in the Approved Currency, such period shall end on the Payment Date immediately following the last day of said final applicable Interest Period.

24. "Counterparty" means a party with whom the Bank enters into a hedging arrangement for purposes of executing a Conversion.
25. "Covered Debt" means any debt which is or may become payable in a Currency other than the Currency of the Member Country.
26. "Currency" means the currency of a country and the Special Drawing Right of the International Monetary Fund. "Currency of a country" means the currency which is legal tender for the payment of public and private debts in that country.
27. "Currency Conversion" means a change of the Loan Currency of all or any amount of the Unwithdrawn Loan Balance or the Withdrawn Loan Balance to an Approved Currency.
28. "Currency Hedge Notes Transaction" means one or more notes issues by the Bank and denominated in an Approved Currency for purposes of executing a Currency Conversion.
29. "Currency Hedge Transaction" means either: (a) a Currency Hedge Swap Transaction; or (b) a Currency Hedge Notes Transaction.
30. "Currency Hedge Swap Transaction" means one or more Currency derivatives transactions entered into by the Bank with a Counterparty as of the Execution Date for purposes of executing a Currency Conversion.
31. "Default Interest Period" means for any overdue amount of the Withdrawn Loan Balance, each Interest Period during which such overdue amount remains unpaid; provided, however, that the first such Default Interest Period shall commence on the 31st day following the date on which such amount becomes overdue, and the final such Default Interest Period shall end on the date at which such amount is fully paid.
32. "Default Interest Rate" means for any Default Interest Period: (a) in respect of any amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Default Interest Rate applies and for which interest was payable at a Variable Rate immediately prior to the application of the Default Interest Rate: the Default Variable Rate plus one half of one percent (0.5%); and (b) in respect of any amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Default Interest Rate applies and for which interest was payable at a Fixed Rate immediately prior to the application of the Default Interest Rate: Default Reference Rate plus the Fixed Spread plus one half of one percent (0.5%).
33. "Default Reference Rate" means the Reference Rate for the relevant Interest Period; it being understood that for the initial Default Interest Period, Default Reference Rate shall be equal to Reference Rate for the Interest Period in which the amount referred to in Section 3.02 (e) first becomes overdue.
34. "Default Variable Rate" means the Variable Rate for the relevant Interest Period; provided that: (a) for the initial Default Interest Period, Default Variable Rate shall be equal to the Variable Rate for the Interest Period in which the amount referred to in Section 3.02 (d) first becomes overdue; and (b) for an amount of the Withdrawn Loan Balance to which the Default Interest Rate applies and for which interest was payable at a Variable Rate based on a Fixed Reference Rate and the Variable Spread immediately prior to the application of the Default Interest Rate, "Default Variable Rate" shall be equal to the Default Reference Rate plus the Variable Spread.

35. "Derivatives Agreement" means any derivatives agreement between the Bank and a Loan Party (or any of its sub-sovereign entities) for the purpose of documenting and confirming one or more derivatives transactions between the Bank and such Loan Party (or any of its sub-sovereign entities), as such agreement may be amended from time to time. "Derivatives Agreement" includes all schedules, annexes and agreements supplemental to the Derivatives Agreement.
36. "Disbursed Amount" means, for each Interest Period, the aggregate principal amount of the Loan withdrawn from the Loan Account during such Interest Period, in Section 3.03(c)
37. "Disbursement-Linked Amortization Schedule" means an Amortization Schedule in which principal amount repayments are determined by reference to the date of disbursement and the Disbursed Amount and calculated as a portion of the Withdrawn Loan Balance, as specified in the Loan Agreement.
38. "Dollar", "\$" and "USD" each means the lawful currency of the United States of America.
39. "Effective Date" means the date on which the Legal Agreements enter into effect pursuant to Section 9.03 (a).
40. "Effectiveness Deadline" means the date referred to in Section 9.04 after which the Legal Agreements shall terminate if they have not entered into effect as provided in that Section.
41. "Electronic Address" means the designation of a party that uniquely identifies a person within a defined electronic communications system for purposes of authenticating the dispatch and receipt of electronic documents.
42. "Electronic Communications System" means the collection of computers, servers, systems, equipment, network elements and other hardware and software used for the purposes of generating, sending, receiving or storing or otherwise processing electronic documents, acceptable to the Bank and in accordance with any such additional instructions as the Bank may specify from time to time by notice to the Borrower.
43. "Electronic Document" means information contained in a Legal Agreement or a notice or request under a Legal Agreement that is transmitted by Electronic Means.
44. "Electronic Means" means the generation, sending, receiving, storing or otherwise processing of an electronic document by electronic, magnetic, optical or similar means, including, but not limited to, electronic data interchange, electronic mail, telegram, telex or telecopy, acceptable to the Bank.
45. "Eligible Expenditure" means any use to which the Loan is put in support of the Program, other than to finance Excluded Expenditures.
46. "EURIBOR" means for any Interest Period, the EUR interbank offered rate for deposits in EUR for six months, expressed as a percentage per annum, that appears on the Relevant Rate Page as of 11:00 a.m., Brussels time, on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period.

47. “Euro”, “€” and “EUR” each means the lawful currency of the Euro Area.
48. “Euro Area” means the economic and monetary union of member states of the European Union that adopt the single currency in accordance with the Treaty establishing the European Community, as amended by the Treaty on European Union.
49. “Execution Date” means, for a Conversion, the date on which the Bank has undertaken all actions necessary to effect the Conversion, as reasonably determined by the Bank.
50. “Excluded Expenditure” means any expenditure:

(a) for goods or services supplied under a contract which any national or international financing institution or agency other than the Bank or the Association has financed or agreed to finance, or which the Bank or the Association has financed or agreed to finance under another loan, credit, or grant;

(b) for goods included in the following groups or sub-groups of the Standard International Trade Classification, Revision 3 (SITC, Rev.3), published by the United Nations in Statistical Papers, Series M, No. 34/Rev.3 (1986) (the SITC), or any successor groups or subgroups under future revisions to the SITC, as designated by the Bank by notice to the Borrower:

Group	Sub-group	Description of Item
112		Alcoholic beverages
121		Tobacco, un-manufactured, tobacco refuse
122		Tobacco, manufactured (whether or not containing tobacco substitutes)
525		Radioactive and associated materials
667		Pearls, precious and semiprecious stones, unworked or worked
718	718.7	Nuclear reactors, and parts thereof; fuel elements (cartridges), non-irradiated, for nuclear reactors
728	728.43	Tobacco processing machinery
897	897.3	Jewelry of gold, silver or platinum group metals (except watches and watch cases) and goldsmiths' or silversmiths' wares (including set gems)
971		Gold, non-monetary (excluding gold ores and concentrates)

(c) for goods intended for a military or paramilitary purpose or for luxury consumption;

(d) for environmentally hazardous goods, the manufacture, use or import of which is prohibited under the laws of the Borrower or international agreements to which the Borrower is a party, and any other goods designated as environmentally hazardous by agreement between the Borrower and the Bank;

(e) on account of any payment prohibited by a decision of the United Nations Security Council taken under Chapter VII of the Charter of the United Nations; and

- (f) with respect to which the Bank determines that corrupt, fraudulent, collusive or coercive practices were engaged in by representatives of the Borrower or other recipient of the Loan proceeds, without the Borrower (or other such recipient) having taken timely and appropriate action satisfactory to the Bank to address such practices when they occur.
51. "Financial Center" means: (a) for a Currency other than EUR, the principal financial center for the relevant Currency; and (b) for the EUR, the principal financial center of the relevant member state in the Euro Area.
52. "Fixed Rate" means a fixed rate of interest applicable to the amount of the Loan to which a Conversion applies, as determined by the Bank in accordance with the Conversion Guidelines and notified to the Borrower pursuant to Section 4.01 (c).
53. "Fixed Reference Rate" means a fixed reference rate component of the interest applicable to the amount of the Loan to which a Conversion applies, as determined by the Bank in accordance with the Conversion Guidelines and notified to the Borrower pursuant to Section 4.01 (c).
54. "Fixed Spread" means the Bank's fixed spread for the initial Loan Currency in effect at 12:01 a.m. Washington, D.C. time, one calendar day prior to the date of the Loan Agreement and expressed as a percentage per annum; provided, that: (a) for purposes of determining the Default Interest Rate, pursuant to Section 3.02(e), that is applicable to an amount of the Withdrawn Loan Balance on which interest is payable at a Fixed Rate, the "Fixed Spread" means the Bank's fixed spread in effect at 12:01 a.m. Washington, D.C. time, one calendar day prior to the date of the Loan Agreement, for the Currency of denomination of such amount; (b) for purposes of a Conversion of the Variable Rate based on a Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Spread, and for purposes of fixing the Variable Spread pursuant to Section 4.02, "Fixed Spread" means the Bank's fixed spread for the Loan Currency as reasonably determined by the Bank on the Conversion Date; and (c) upon a Currency Conversion of all or any amount of the Unwithdrawn Loan Balance, the Fixed Spread shall be adjusted on the Execution Date in the manner specified in the Conversion Guidelines.
55. "Front-end Fee" means the fee specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 3.01 (a).
56. "Guarantee Agreement" means the agreement between the Member Country and the Bank providing for the guarantee of the Loan, as such agreement may be amended from time to time. "Guarantee Agreement" includes these General Conditions as applied to the Guarantee Agreement, and all appendices, schedules and agreements supplemental to the Guarantee Agreement.
57. "Guarantor" means the Member Country which is a party to the Guarantee Agreement.
58. "Guarantor's Representative" means the Guarantor's representative specified in the Loan Agreement for the purpose of Section 10.02.
59. "Installment Share" means the percentage of the total principal amount of the Loan payable on each Principal Payment Date as specified in a Commitment-linked Amortization Schedule.

60. "Interest Hedge Transaction" means, for an Interest Rate Conversion, one or more interest rate swap transactions entered into by the Bank with a Counterparty as of the Execution Date and in accordance with the Conversion Guidelines, in connection with the Interest Rate Conversion.
61. "Interest Period" means the initial period from and including the date of the Loan Agreement to but excluding the first Payment Date occurring thereafter, and after the initial period, each period from and including a Payment Date to but excluding the next following Payment Date.
62. "Interest Rate Cap" mean, with respect to all or any amount of the Withdrawn Loan Balance, a ceiling that sets an upper limit: (a) in respect of any portion of the Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Fixed Spread, for the Variable Rate; or (b) in respect of any portion of the Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread, for the Reference Rate.
63. "Interest Rate Collar" means, with respect to all or any amount of the Withdrawn Loan Balance, a combination of a ceiling and a floor that sets an upper and a lower limit: (a) in respect of any portion of the Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Fixed Spread, for the Variable Rate; or (b) in respect of any portion of the Loan that accrues interest at a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread, for the Reference Rate.
64. "Interest Rate Conversion" means a change of the interest rate basis applicable to all or any amount of the Withdrawn Loan Balance: (a) from the Variable Rate to the Fixed Rate or vice versa; (b) from a Variable Rate based on a Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Spread; (c) from a Variable Rate based on a Reference Rate and the Variable Spread to a Variable Rate based on a Fixed Reference Rate and the Variable Spread or vice versa; or (d) Automatic Rate Fixing Conversion.
65. "Legal Agreement" means any of the Loan Agreement, the Guarantee Agreement, the Program Agreement, or the Subsidiary Agreement. "Legal Agreements" means collectively, all of such agreements.
66. "LIBOR" means for any Interest Period, the London interbank offered rate for deposits in the relevant Loan Currency for six months, expressed as a percentage per annum, that appears on the Relevant Rate Page as of 11:00 a.m. London time on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period.
67. "Lien" includes mortgages, pledges, charges, privileges and priorities of any kind.
68. "Loan" means the loan provided for in the Loan Agreement.
69. "Loan Account" means the account opened by the Bank in its books in the name of the Borrower to which the amount of the Loan is credited.
70. "Loan Agreement" means the loan agreement between the Bank and the Borrower providing for the Loan, as such agreement may be amended from time to time. "Loan Agreement" includes these General Conditions as applied to the Loan Agreement, and all appendices, schedules and agreements supplemental to the Loan Agreement.

71. "Loan Currency" means the Currency in which the Loan is denominated; provided that if the Loan Agreement provides for Conversions, "Loan Currency" means the Currency in which the Loan is denominated from time to time. If the Loan is denominated in more than one currency, "Loan Currency" refers separately to each of such Currencies.
72. "Loan Party" means the Borrower or the Guarantor. "Loan Parties" means collectively, the Borrower and the Guarantor.
73. "Loan Payment" means any amount payable by the Loan Parties to the Bank pursuant to the Legal Agreements, including (but not limited to) any amount of the Withdrawn Loan Balance, interest, the Front-end Fee, the Commitment Charge, interest at the Default Interest Rate (if any), any prepayment premium, any transaction fee for a Conversion or early termination of a Conversion, any premium payable upon the establishment of an Interest Rate Cap or Interest Rate Collar, and any Unwinding Amount payable by the Borrower.
74. "Local Currency" means an Approved Currency that is not a major currency, as reasonably determined by the Bank.
75. "London Banking Day" means any day on which commercial banks are open for general business (including dealings in foreign exchange and foreign Currency deposits) in London.
76. "Maturity Fixing Date" means, for each Disbursed Amount, the first day of the Interest Period next following the Interest Period in which the Disbursed Amount is withdrawn.
77. "Member Country" means the member of the Bank which is the Borrower or the Guarantor.
78. "Original Loan Currency" means the currency of denomination of the Loan as defined in Section 3.08.
79. "Payment Date" means each date specified in the Loan Agreement occurring on or after the date of the Loan Agreement on which interest and Commitment Charge are payable.
80. "Preparation Advance" means the advance referred to in the Loan Agreement and repayable in accordance with Section 2.05 (a).
81. "Principal Payment Date" means each date specified in the Loan Agreement on which all or any portion of the principal amount of the Loan is payable.
82. "Program" means the program referred to in the Loan Agreement in support of which the Loan is made.
83. "Program Agreement" means the agreement between the Bank and the Program Implementing Entity relating to the implementation of all or part of the Program, as such agreement may be amended from time to time. "Program Agreement" includes these General Conditions as applied to the Program Agreement, and all appendices, schedules and agreements supplemental to the Program Agreement.

84. “Program Implementing Entity” means a legal entity (other than the Borrower or the Guarantor) which is responsible for implementing all or a part of the Program and which is a party to the Program Agreement or the Subsidiary Agreement.
85. “Program Implementing Entity’s Representative” means the Program Implementing Entity’s representative specified in the Program Agreement for the purpose of Section 10.02 (a).
86. “Public Assets” means assets of the Member Country, of any of its political or administrative subdivisions and of any entity owned or controlled by, or operating for the account or benefit of, the Member Country or any such subdivision, including gold and foreign exchange assets held by any institution performing the functions of a central bank or exchange stabilization fund, or similar functions, for the Member Country.
87. “Reference Rate” means, for any Interest Period:
- (a) for USD, JPY and GBP, LIBOR for the relevant Loan Currency. If such rate does not appear on the Relevant Rate Page, the Bank shall request the principal London office of each of four major banks to provide a quotation of the rate at which it offers six-month deposits in the relevant Loan Currency to leading banks in the London interbank market at approximately 11:00 a.m. London time on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period. If at least two such quotations are provided, the rate for the Interest Period shall be the arithmetic mean (as determined by the Bank) of the quotations. If less than two quotations are provided as requested, the rate for the Interest Period shall be the arithmetic mean (as determined by the Bank) of the rates quoted by four major banks selected by the Bank in the relevant Financial Center, at approximately 11:00 a.m. in the Financial Center, on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period for loans in the relevant Loan Currency to leading banks for six months. If less than two of the banks so selected are quoting such rates, the Reference Rate for the relevant Loan Currency for the Interest Period shall be equal to the respective Reference Rate in effect for the Interest Period immediately preceding it;
 - (b) for EUR, EURIBOR. If such rate does not appear on the Relevant Rate Page, the Bank shall request the principal Euro Area office of each of four major banks to provide a quotation of the rate at which it offers six-month deposits in EUR to leading banks in the Euro Area interbank market at approximately 11:00 a.m. Brussels time on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period. If at least two such quotations are provided, the rate for the Interest Period shall be the arithmetic mean (as determined by the Bank) of the quotations. If less than two quotations are provided as requested, the rate for the Interest Period shall be the arithmetic mean (as determined by the Bank) of the rates quoted by four major banks selected by the Bank in the relevant Financial Center, at approximately 11:00 a.m. in the Financial Center, on the Reference Rate Reset Date for the Interest Period for loans in EUR to leading banks for six months. If less than two of the banks so selected are quoting such rates, the Reference Rate for EUR for the Interest Period shall be equal to the Reference Rate in effect for the Interest Period immediately preceding it;
 - (c) if the Bank determines that (i) LIBOR (in respect of USD, JPY and GBP) or EURIBOR (in respect of Euro) has permanently ceased to be quoted for such currency, or (ii) the Bank is no longer able, or it is no longer commercially acceptable for the Bank, to continue to use such Reference Rate, for purposes of its asset and liability management, such other comparable

reference rate for the relevant currency, including any applicable spread, as the Bank shall determine, and notify to the Borrower pursuant to Section 3.02 (c); and

(d) for any currency other than USD, EUR or JPY: (i) such reference rate for the initial Loan Currency as shall be specified or referred to in the Loan Agreement; or (ii) in the case of a Currency Conversion to such other currency, such reference rate as shall be determined by the Bank in accordance with the Conversion Guidelines and notice thereof given to the Borrower in accordance with Section 4.01 (c).

88. "Reference Rate Reset Date" means:

(a) for USD, JPY and GBP the day two London Banking Days prior to the first day of the relevant Interest Period (or: (i) in the case of the initial Interest Period, the day two London Banking Days prior to the first or fifteenth day of the month in which the Loan Agreement is signed, whichever day immediately precedes the date of the Loan Agreement; provided that if the date of the Loan Agreement falls on the first or fifteenth day of such month, the Reference Rate Reset Date shall be the day two London Banking Days prior to the date of the Loan Agreement; and (ii) if the Conversion Date for a Currency Conversion of an amount of the Unwithdrawn Loan Balance to any of USD, JPY or GBP falls on a day other than a Payment Date, the initial Reference Rate Reset Date for the Approved Currency shall be the day two London Banking Days prior to the first or fifteenth day of the month in which the Conversion Date falls, whichever day immediately precedes the Conversion Date; provided, that if the Conversion Date falls on the first or fifteenth day of such month, the Reference Rate Reset Date for the Approved Currency shall be the day two London Banking Days prior to the Conversion Date);

(b) for EUR, the day two TARGET Settlement Days prior to the first day of the relevant Interest Period (or: (i) in the case of the initial Interest Period the day two TARGET Settlement Days prior to the first or fifteenth day of the month in which the Loan Agreement is signed, whichever day immediately precedes the date of the Loan Agreement; provided that if the date of the Loan Agreement falls on the first or fifteenth day of such month, the Reference Rate Reset Date shall be the day two TARGET Settlement Days prior to the date of the Loan Agreement; and (ii) if the Conversion Date of a Currency Conversion of an amount of the Unwithdrawn Loan Balance to EUR falls on a day other than a Payment Date, the initial Reference Rate Reset Date for the Approved Currency shall be the day two TARGET Settlement Days prior to the first or fifteenth day of the month in which the Conversion Date falls, whichever day immediately precedes the Conversion Date; provided that if the Conversion Date falls on the first or fifteenth day of such month, the Reference Rate Reset Date for the Approved Currency shall be the day two TARGET Settlement Days prior to the Conversion Date);

(c) if, for a Currency Conversion to an Approved Currency, the Bank determines that market practice for the determination of the Reference Rate Reset Date is on a date other than as set forth in sub-paragraphs (a) or (b) of this Section, the Reference Rate Reset Date shall be such other date as provided in the Conversion Guidelines, or, as agreed by the Bank and the Borrower for such Conversion.

(d) for any currency other than USD, EUR, JPY and GBP: (i) such day for the initial Loan Currency as shall be specified or referred to in the Loan Agreement; or (ii) in the case of a

Currency Conversion to such other currency, such day as shall be determined by the Bank and notice thereof given to the Borrower in accordance with Section 4.01(c).

89. "Relevant Rate Page" means the display page designated by an established financial market data provider selected by the Bank as the page for the purpose of displaying the Reference Rate for the Loan Currency.
90. "Respective Part of the Program" means, for the Borrower and for any Program Implementing Entity, the part of the Program specified in the Legal Agreements to be implemented by it.
91. "Screen Rate" means with respect to a Conversion, such rate as determined by the Bank on the Execution Date taking into account the applicable interest rate, or a component thereof, and market rates displayed by established information vendors in accordance with the Conversion Guidelines.
92. "Sterling", "£" or "GBP" each means the lawful currency of the United Kingdom.
93. "Subsidiary Agreement" means the agreement that the Borrower enters into with the Program Implementing Entity setting forth the respective obligations of the Borrower and the Program Implementing Entity with respect to the Program.
94. "Substitute Loan Currency" means the substitute currency of denomination of a Loan as defined in Section 3.08.
95. "TARGET Settlement Day" means any day on which the Trans European Automated Real-Time Gross Settlement Express Transfer system is open for the settlement of EUR.
96. "Taxes" includes imposts, levies, fees and duties of any nature whether in effect at the date of the Legal Agreements or imposed after that date.
97. "Umpire" means the third arbitrator appointed pursuant to Section 8.04 (c).
98. "Unwinding Amount" means, for the early termination of a Conversion: (a) an amount payable by the Borrower to the Bank equal to the net aggregate amount payable by the Bank under transactions undertaken by the Bank to terminate the Conversion, or if no such transactions are undertaken, an amount determined by the Bank on the basis of the Screen Rate, to represent the equivalent of such net aggregate amount; or (b) an amount payable by the Bank to the Borrower equal to the net aggregate amount receivable by the Bank under transactions undertaken by the Bank to terminate the Conversion, or if no such transactions are undertaken, an amount determined by the Bank on the basis of the Screen Rate, to represent the equivalent of such net aggregate amount.
99. "Unwithdrawn Loan Balance" means the amount of the Loan remaining unwithdrawn from the Loan Account from time to time.
100. "Variable Rate" means: (a) a variable rate of interest equal to the sum of: (1) the Reference Rate for the initial Loan Currency; plus (2) the Variable Spread, if interest accrues at a rate based on the Variable Spread, or the Fixed Spread if interest accrues at a rate based on the Fixed Spread; and (b) in case of a Conversion, such variable rate as determined by the Bank in

accordance with the Conversion Guidelines and notified to the Borrower pursuant to Section 4.01 (c).

101. "Variable Spread" means, for each Interest Period: (a) (1) the Bank's standard lending spread for Loans in effect at 12:01 a.m. Washington, D.C. time, one calendar day prior to the date of the Loan Agreement; (2) minus (or plus) the weighted average margin, for the Interest Period, below (or above) the Reference Rate for six-month deposits, in respect of the Bank's outstanding borrowings or portions thereof allocated by it to fund loans that carry interest at a rate based on the Variable Spread; and (3) plus a maturity premium, as applicable; as reasonably determined by the Bank and expressed as a percentage per annum; and (b) in case of Conversions, the variable spread, as applicable, as determined by the Bank in accordance with Conversion Guidelines and notified to the Borrower pursuant to Section 4.01(c). In the case of a Loan denominated in more than one Currency, "Variable Spread" applies separately to each of such Currencies.
102. "Withdrawn Loan Balance" means the amounts of the Loan withdrawn from the Loan Account and outstanding from time to time.
103. "Yen", "¥" and "JPY" each means the lawful currency of Japan.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m
whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

EU, NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES, abaixo assinado, TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL, por nomeação legal da MM JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, sob a matrícula de N° TP- 047.0511 / 2011, residente na Cidade de Fortaleza e com exercício no supramencionado Estado, atesto que recebi um contrato exarado no idioma inglês, com o fim de traduzi-lo para o Vernáculo, o que fiz, em razão do meu ofício, na forma seguinte:

**ATA DO ACORDO DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, O ESTADO DO CEARÁ E O BANCO
INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)
REFERENTE AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - PROJETO SÃO JOSÉ III - 2ª FASE**

09 DE MAIO DE 2019.

1. **Introdução.** As negociações para um empréstimo do BIRD proposto no valor de cem milhões de dólares (US\$ 100.000.000,00) para a Fase II do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará (o Projeto) foram realizadas entre representantes do Estado do Ceará (o Tomador), a República Federativa do Brasil (avalista), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN / ME), a Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais e a Secretaria do Tesouro Nacional (coletivamente denominada “Delegação de Avalistas” e a “Delegação do Tomador”) e o BIRD (a “Delegação do Banco Mundial”) na sede do Banco em Brasília, em 9 de maio de 2019, com videoconferência na sede do Banco, em Washington DC. Os membros das Delegações do Tomador, do Avalista e do Banco estão listados no



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

**Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m
whatsapp).**

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 1 desta Minuta. Esta ata registra e esclarece os principais entendimentos em relação ao projeto proposto.

2. **Condições de Negociações.** As seguintes ações foram definidas como Condições de Negociações: (i) o plano de aquisições incluído no sistema STEP; (ii) um esboço do Manual Operacional; e (iii) a Estratégia de Aquisições do Projeto para o Desenvolvimento (PPSD). Todas as condições foram cumpridas. O Banco revisou e aprimorou o esboço do Manual Operacional em 8 de maio de 2019.

3. **Documentos discutidos.** A minuta do Acordo de Empréstimo (LA), de 9 de maio de 2019, o Acordo de Garantia (GA), de 9 de maio de 2019, e a minuta da Carta de Desembolso e Informações Financeiras (DFIL) foram revisados. Esta ata não é um registro completo dessas Negociações, mas destina-se a estabelecer certos acordos importantes firmados entre o Tomador e o Banco e consta na versão revisada do Acordo de Empréstimo LA (Anexo 2), no GA (Anexo 3) e no DFIL (Anexo 4). Tais alterações e entendimentos são indicados nos parágrafos abaixo.

4. **Nome do projeto** As partes concordaram que o nome do projeto em inglês permanecerá o mesmo e o nome em português será “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase”.

5. **Documento de Avaliação de Projeto (PAD):** O PAD, datado de 6 de maio de



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

2019, foi revisado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), tendo sido acordadas pequenas alterações. Durante as negociações, as mudanças acordadas no LA, no GA e no DFIL foram inseridas no PAD revisado. No entanto, durante os processos internos de aprovação do Banco antes da aprovação do Conselho, alguns ajustes para fins de consistência e clareza podem ser necessários.

6. **Termos Financeiros do Empréstimo.** Os termos financeiros do Empréstimo do Projeto, conforme a Planilha de Termos Financeiros apresentada pelo Tomador (Anexo 5 à presente Ata), estão resumidos na tabela abaixo. O Tomador confirmou que concorda com estes termos financeiros.

Produto Financeiro do BIRD	Empréstimo flexível do BIRD com spread variável
Moeda e montante	100.000.000,00 de dólares americanos
Comissão inicial	Vinte e cinco centésimos por cento (0,25%) do valor do empréstimo do projeto. Capitalizados
Comissão de compromisso	Vinte e cinco centésimos por cento (0,25%) por ano do saldo do empréstimo do projeto não desembolsado. Incorre a partir de 60 dias após a assinatura do empréstimo e pagamento devido duas vezes por ano.
Prazos de	Programa de amortização vinculado a desembolso - Amortização



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Pagamento:	vinculada a 25 anos de vencimento final, incluindo um período de 5 anos, e pagamento em 15 de março e 15 de setembro de cada ano.
Sobretaxa do Limite Único do Tomador	Cinco décimos por cento (0,5%) por ano do “Valor Alocado de Exposição a Excesso” para cada dia (“Sobretaxa de Exposição”) conforme definido no Acordo de Empréstimo, pagável semestralmente sobre atraso de cada data de pagamento.

7. **Sobretaxa de exposição.** A equipe do Banco esclareceu as condições adicionais do empréstimo aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 11 de fevereiro de 2014. Aplicam-se a empréstimos contendo a cláusula que prevê situações em que a Exposição Total excede o Limite de Exposição Padrão (como os referidos termos estão definidos nas alíneas (a) e (b) da Seção 2.09 do Artigo II do Acordo de Empréstimo). Para qualquer quantia de empréstimo superior ao Limite Único de Tomador de US\$ 16,5 bilhões, o Tomador pagará ao Banco uma sobretaxa à taxa de cinco décimos por cento (0,5%) ao ano do valor da exposição excedente multiplicada pela proporção de empréstimos elegíveis com base no peso relativo do montante desembolsado dos referidos empréstimos elegíveis. A delegação do Banco explicou as possíveis implicações do Limite de Exposição Padrão e como isso foi estabelecido pelo Conselho de Administração do Banco para administrar os empréstimos do Banco aos maiores tomadores de empréstimos em mercados emergentes, incluindo a República Federativa do Brasil. As Delegações concordaram em discutir a maneira sistemática de comoinformar a Secretaria do Tesouro Nacional do Avalista e o Tomador sobre a situação da Exposição Total.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

**Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m
whatsapp).**

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

8. **Cronograma de Amortização** O Tomador confirmou o cronograma de amortização anexo (Anexo 6 à presente Ata) e o inseriu no Anexo 2 do LA. O cronograma de amortização é válido para uma Data de Conselho marcada para 18 de julho de 2019. Caso haja uma mudança na Data do Conselho, o cronograma de amortização pode precisar ser atualizado e o Tomador será devidamente informado.

9. **Desembolso dos Fundos do Empréstimo.** A tabela de categorias de desembolso e as condições de desembolso do Projeto foram discutidas e acordadas com o Tomador, conforme indicado na Seção IV do Anexo 2 ao LA. O termo “até” foi removido da coluna de porcentagem, pois o valor especificado na tabela indica o valor máximo a ser financiado pelo Banco, portanto, não é necessário incluir este termo.

10. **Disposições de desembolso:** o DFIL e os aspectos relevantes sobre os acordos de desembolso sob o LA foram discutidos e acordados com a Delegação do Tomador e a Delegação de Avalistas.

11. **Condições de assinatura.** Durante as negociações, também foi acordado que o Tomador acompanharia de perto a aprovação do Projeto com o Senado brasileiro, a fim de submeter a assinatura do LA exclusivamente ao cumprimento das condições de efetividade.

12. **Condições de Efetividade.** As condições específicas de efetividade devem ser



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

**Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m
whatsapp).**

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

lidas conforme a Seção 4.01 do LA e são: (a) a adoção do Manual Operacional; (b) a assinatura do Acordode Gestão; c) a assinatura dos Acordos de Parceria; (d) a assinatura dos Acordos de Auditoria; e (e) a assinatura dos Acordos de Colaboração. O prazo efetividade é atualmente de 120 dias após a assinatura do LA. Se este prazo precisar ser estendido, o Tomador, em consulta com o Avalista, solicitará uma prorrogação. O prazo máximo para concluir a assinatura e o início da efetividadeé de 18 meses após a aprovação do Conselho do Banco (atualmente prevista para 18 de julho de 2019). Os acordos legais para um Empréstimo Bancário terminam se as condições para sua efetivação, se houver, não forem atendidas até a data especificada nos Acordos. Quando justificado, a Administração pode decidir estender o prazo do início da efetividade; normalmente, o prazo não é estendido além de 18 meses após a aprovação do Banco. A Procuradoria Geral do Ministério da Economia do Avalista (*Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN / ME*) confirmou que todas as condições de efetividade devem ser satisfeitas antes de autorizar a assinatura dos acordos legais. O Banco concordou que seu departamento jurídico analisará cada condição e fornecerá uma confirmação à PGFN antes da cerimônia de assinatura.

13. Gestora de Projeto. Qualquer instituição a ser selecionada como Gestora do Projeto será submetida a uma avaliação fiduciária e técnica aprovada pelo Banco para prosseguir com a assinatura do Contrato de Gestão.

14. Data de Encerramento A data de encerramento do projeto é 31 de dezembro de 2025. O Avalista informou que uma prorrogação da Data de Encerramento ou qualquer alteração no Acordo de Empréstimo exigiria a aprovação da*Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)* através do GTEC, e será formalmente solicitada



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m
whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

pelo Tomador à COFIEEX.

15. **Alterações Significativas.** Nenhuma mudança significativa no projeto foi discutida durante as negociações.

16. **Comitê Estatutário.** De acordo com o Artigo III, Seção 4 (iii) do Estatuto do Banco, um projeto proposto para ser financiado ou Garantido pelo Banco será acompanhado de um relatório / recomendação (“Relatório do Comitê Estatutário”) a ser emitido por um comitê competente (“Comitê Estatutário”), cujos membros deverão incluir um perito selecionado pelo Governo representando o membro em cujo território a operação em questão está localizada. O Governo do Avalista, através de carta datada de 8 de novembro de 2014, confirmou que a assinatura oficial desta Ata em nome do Avalista será considerada como a assinatura do perito da República Federativa do Brasil no Comitê Estatutário, e que a assinatura de tal representante oficial nesta Ata será considerada como a assinatura do Relatório do Comitê Estatutário. As partes reconhecem que o Departamento Jurídico do Ministério da Economia (PGFN / ME) deve ser nomeado para assinar esta Ata de Negociações com relação ao financiamento para este Projeto.

17. **Acesso à Informação.** O Documento de Avaliação do Projeto (PAD) foi revisado e atualizado para considerar os comentários e observações feitos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) durante as negociações. De acordo com a Política do Banco Mundial sobre Acesso à Informação, o Banco divulgará o PAD, os



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

acordos legais relacionados e outras informações relacionadas ao Projeto e aos acordos legais e respectivos documentos. As Delegações do Tomador e do Avalista confirmaram que o Banco pode liberar publicamente o PAD assim que a operação for aprovada pela Diretoria Executiva do Banco.

18. **Aceitação de Documentos Negociados.** As Delegações do Tomador e do Avalista confirmaram sua concordância com os acordos legais negociados, documentos correlatos e a presente Ata, que constituem o acordo total e final do Tomador e do Avalista com os documentos acima mencionados. Nenhuma confirmação adicional neste momento ou evidência de aceitação destes documentos é requerida antes da submissão do Projeto proposto à consideração da Diretoria Executiva do Banco.

19. **Próximos Passos.** (a) A delegação do Banco informou que a operação proposta deverá ser submetida à consideração do Conselho de Administração em 21 de junho de 2019; (b) paralelamente à aprovação da Diretoria do Banco, o Tomador e o Avalista acelerarão as medidas processuais e administrativas necessárias para apresentar o Projeto ao Senado Brasileiro para aprovação e subsequente assinatura do LA e do GA.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Constam as seguintes assinaturas:

Paulo Magaldi Netto
Procurador Geral do Ministério da Economia

Barbara Farinelli
TTL e Economista Agrícola do Banco Mundial

Francisco Deassis Diniz
Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado
do Ceará

Rommel Barroso da Frota
Procurador Geral do Estado do Ceará

Lilia Maya Cavalcante
Secretaria de Relações Econômicas Internacionais

Ruy Takeo Takahashi
Secretario do Tesouro Nacional

Paulo Sergio Rocha
Secretaria de Finanças do Estado do Ceará

Andrea Guimarães Cerqueira dos Santos
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

Lista de anexos:

Anexo 1: Membros do Tomador, Avalista e Delegações do Banco.

Anexo 2: Acordo de Empréstimo

Anexo 3: Acordo de Garantia

Anexo 4: Carta de Desembolso e Informações Financeiras

Anexo 5: Planilha de Termos Financeiros

Anexo 6: Cronograma de Amortização



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 1

Membros da Delegação do Tomador

Francisco Deassis Diniz, Secretário de Estado, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, SDA

Wilson Vasconcelos Brandão Júnior, Secretário Executivo, SDA

Lafayette Almeida de Oliveira Mesquita, SDA

Ilo Pinheiro Cavalcante, SDA

Viviany Macedo Peixoto Silva, SDA

Ana Karina Cavalcante Holanda, SDA

Francisco Humberto de Carvalho Neto, SDA

Regis de Albuquerque Silva, Orientador de Célula, Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)

Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos, Orientador de Célula, SEPLAG

Rommel Barroso da Frota, Procurador do Estado, Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Paulo Sérgio Rocha, Coordenador, Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Fábio Silva Duarte, Orientador de Célula, SEFAZ

Membros da Delegação do Avalista

Vitor de Lima Magalhães, Secretaria de Relações Econômicas Internacionais, Ministério da Economia

Lilia Maya Cavalcante, Secretaria de Relações Econômicas Internacionais, Ministério da Economia



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Paulo Magaldi Netto, Procurador-Geral do Ministério da Economia

Juliana Diniz Coelho Arruda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Economia

Ruy Takeo Takahashi, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Economia

Membros da Delegação do Banco Mundial

Brasília, Brasil

Doina Petrescu, Gerente, Operações, LCC5C

Paul Procee, Líder de Programa, LCC5C

Paula Freitas, Especialista Sênior em Gestão de Recursos Hídricos, LCC5C

Barbara Farinelli, Economista Agrícola, GFA04

Isabella Micali-Drossos, Conselheiro Sênior, LEGLE

Susana Amaral, Especialista Sênior em Gestão Financeira, GGOLF

Tania Lettieri, Oficial de Operações, LCC5C

Alexandra Leao, Consultor Jurídico, LCC5C

Julia Conter, Analista Operacional, LCC5C

Washington, DC

Miguel Navarro-Martin, Gerente, FABBK

James Seward, Gerente de Programa, GGEPM

Webex

Jose Janeiro, Oficial Sênior em Finanças, WFACS



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos

Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m)

whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 2.

Departamento Jurídico

ESBOÇO CONFIDENCIAL

Isabella Micali Drossos

09 de maio de 2019.

TEXTO NEGOCIADO

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO _____ - BR

Acordo de Empréstimo

**(Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III - 2ª
Fase)**

entre

ESTADO DO CEARÁ

e o

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO.**



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO _____ - BR

ACORDO DE EMPRÉSTIMO

ACORDO CELEBRADO na data de assinatura abaixo entre o ESTADO DO CEARÁ

("Tomador") e BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco"). Assim, de forma justa e conveniente, o Tomador e o Banco acordam o seguinte:

ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

- 1.01. As Condições Gerais (conforme definido no Apêndice deste Acordo) aplicam-se e fazem parte deste Acordo.
- 1.02. Exceto se o contexto exigir diferentemente, os termos em maiúsculas usados neste Acordo têm os significados atribuídos a eles nas Condições Gerais ou no Apêndice deste Acordo.

ARTIGO II - EMPRÉSTIMO

- 2.01. O Banco concorda em emprestar ao Tomador o montante de cem milhões de dólares (US\$ 100.000.000), sendo estabelecido que este valor poderá ser periodicamente convertido por meio de uma Conversão de Moeda

13



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

("Empréstimo"), para ajudar no financiamento do projeto descrito no Anexo 1 deste Acordo ("Projeto").

- 2.02. O Tomador poderá sacar os recursos do Empréstimo em conformidade com a Seção III do Anexo 2 deste Acordo. O Representante do Tomador para fins de tomar qualquer medida necessária ou permitida nos termos desta Seção é seu Governador ou seu Secretário de Desenvolvimento Agrário.
- 2.03. A Taxa Inicial [Front-end Fee] é de vinte e cinco centésimos por cento (0,25%) do valor do Empréstimo.
- 2.04. A Comissão de Compromisso [Commitment Fee] é de vinte e cinco centésimos por cento (0,25%) por ano do saldo de empréstimo não desembolsado
- 2.05. A taxa de juros é a Taxa de Referência mais o Spread Variável ou a taxa que pode ser aplicada após uma Conversão; sujeito à Seção 3.02 (e) das Condições Gerais.
- 2.06. As datas de pagamento são os dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano.
- 2.07. O valor principal do Empréstimo deverá ser pago de acordo com o Anexo 3 deste Acordo.
- 2.08. O Tomador poderá solicitar os termos das Conversões de Empréstimo, em cada caso, com a prévia aprovação do Avalista, por meio de sua Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Avalista.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- 2.09. (a) Se em qualquer dia, a Exposição Total exceder o Limite de Exposição Padrão (como os referidos termos estão definidos nas alíneas (b) (ii) e (b) (iii) desta Seção), o Tomador pagará ao Banco uma sobretaxa à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) por ano do Valor de Exposição Adicional Alocado (conforme definido na alínea (b) (i) desta Seção) para cada dia ("Sobretaxa de Exposição"). A Sobretaxa de Exposição (se houver) deve ser paga semestralmente sobre atrasos em cada Data de Pagamento.
- (b) Para os fins desta Seção, os seguintes termos têm os significados definidos abaixo:
- (i) "Montante de Exposição Excedente Alocado" significa para cada dia durante o qual a Exposição Total exceder o Limite de Exposição Padrão, o produto de: (A) a quantidade total do referido excesso; e (B) a razão de todos (ou, se o Banco assim o determinar), uma parte do Empréstimo para a quantia agregada de todos (ou as parcelas equivalentes) os empréstimos feitos pelo Banco ao Tomador, ao Avalista e a outros Tomadores garantidos pelo Avalista que também estão sujeitos a uma sobretaxa de exposição, uma vez que tais excesso e razão sejam razoavelmente determinados, periodicamente, pelo Banco.
 - (ii) "Limite Padrão de Exposição" significa o limite padrão da exposição financeira do Banco ao Avalista que, se excedido, sujeitaria o Empréstimo à Sobretaxa de Exposição, conforme determinado periodicamente pelo Banco.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- (iii) “Exposição total” significa, para qualquer dia, a exposição financeira total do Banco ao Avalista, conforme razoavelmente determinado pelo Banco.

ARTIGO III - PROJETO

- 3.01. O Tomador declara seu comprometimento com os objetivos do Projeto. Para esse fim, o Tomador realizará o Projeto por meio da SDA ou fará com que as Entidades do Projeto executem sua Parte específica do Projeto, de acordo com as disposições do Artigo V das Condições Gerais e do Anexo 2 deste Acordo.

ARTIGO IV - EFETIVIDADE; RESOLUÇÃO

- 4.01. As Condições Adicionais de Efetividade consistem no seguinte:

- a) que o Manual Operacional seja devidamente adotado pelo Tomador com forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco;
- b) que o Contrato de Gestão tenha sido assinado em nome do Tomador através da SDA, e o que o Gestor do Projeto e todas as condições precedentes à sua efetividade (além da própria efetividade deste Acordo) tenham sido satisfeitas com forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco);
- c) que os Acordos de Parceria tenham sido assinados em nome do Tomador através da SDA, e que os Parceiros Estratégicos e todas condições precedentes à sua efetividade (além da própria efetividade deste Acordo) tenham sido satisfeitas com forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco);
- d) que os Acordos de Auditoria tenham sido assinados em nome do Tomador através da SDA, e o Auditores do Projeto e todas as condições precedentes à sua efetividade (além da própria efetividade deste Acordo) tenham sido satisfeitas com forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco); e



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- e) Os Acordos de Colaboração tenham sido assinados em nome do Tomador através da SDA, e as Entidades Colaboradoras e todas as condições precedentes à sua efetividade (além da própria efetividade deste Acordo) tenham sido satisfeitas com forma e conteúdo aceitáveis pelo Banco).

4.02 O Prazo da Efetividade é até a data de cento e vinte dias (120) após a Data de Assinatura.

ARTIGO V - REPRESENTANTE; ENDEREÇOS

5.01. Exceto conforme disposto na Seção 2.02 deste Acordo, o Representante do Tomador é seu Governador.

5.02. Para fins da Cláusula 10.01 das Condições Gerais: (a) o endereço do Tomador é:

Casa Civil - Palácio da Abolição
Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles
60.120-000 – Fortaleza, CE Brasil
E-mail: casacivil@casacivil.ce.gov.br
Com cópias para:

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Av. Bezerra de Menezes, 1820
São Gerardo - Fortaleza/CE
CEP: 60325-105
E-mail: gabinete.secretario@sda.ce.gov.br



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

Avenida Alberto Nepomuceno, 2 – Centro

60000-050 Fortaleza, CE

Brasil

SAIN - Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do

Ministério da Economia

Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 8º andar

Brasília, DF, 70040-906

Brazil

E-mail: seain@planejamento.gov.br

(b) o Endereço Eletrônico do Tomador é:

E-mail:

gabinete.secretario@sda.ce.gov.br

5.03. Para os fins da Seção 10.01 das Condições Gerais: (a) o endereço do Banco é:

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

1818 H Street, NW

Washington , DC 20433

Estados Unidos da América;

(b) o endereço eletrônico do Banco é:

Telex: Fac-símile: E-mail:

248423 (MCI) ou 1-202-477-6391 mraiser@worldbank.org

64145 (MCI)



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

ACORDADO a partir da data da assinatura.

NOTA DO TRADUTOR: assinaturas em branco

ESTADO DO CEARÁ

Por

Representante Autorizado

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Por

Representante Autorizado

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

CRONOGRAMA 1

Descrição do Projeto

O objetivo do projeto é melhorar o Acesso aos Mercados e acesso a água e saneamento, adotando abordagens resilientes ao clima pelos beneficiários-alvo em áreas selecionadas do território do Tomador.

O projeto consiste nas seguintes partes:

Parte 1. Inclusão Econômica Sustentável

1.1 Fortalecimento das Organizações para um Melhor Acesso ao Mercado. Apoiar a preparação e implementação de Subprojetos Produtivos por Organizações de Produtores selecionadas em áreas prioritárias através de: (i) assistência técnica, realização de estudos de pré-investimento, preparação de planos de negócios, atividades de capacitação, entre outros; e (ii) provisão de Subsídios Equivalentes às Organizações de Produtores para a execução de Subprojetos Produtivos, incluindo, *entre outros*: pequena infraestrutura na fazenda; medidas de conservação e gestão de energia, água e solo; fornecimento e utilização de insumos, equipamentos e ferramentas; serviços complementares de assistência técnica; apoio para atender às exigências legais ambientais e sanitárias para acesso a mercados; implementação de planos de manejo sustentável (especialmente agro-silvo-pastoril) em áreas da Caatinga.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

1.2 Melhoria da Inclusão Social e Produtiva para Grupos Vulneráveis. Apoiar a preparação e implementação de Subprojetos de Investimento em organizações selecionadas de Grupos Vulneráveis prioritários em áreas rurais por meio de: (i) assistência técnica, atividades de capacitação e preparação de planos de desenvolvimento comunitário; e (ii) provisão de Subsídios Equivalentes a Grupos Vulneráveis para a execução de Subprojetos de Investimento a fim de aumentar as iniciativas de segurança alimentar e geração de renda por meio de maior produtividade, maior eficiência no uso da água, e maior resiliência às mudanças climáticas.

Parte 2. Abastecimento Rural de Água e Acesso a Saneamento

2.1 Expansão do acesso a água e saneamento

- (i) Apoiar a construção ou reabilitação de sistemas de abastecimento de água para as comunidades priorizadas, incluindo o fornecimento de energia e a adoção de inovação tecnológica com o objetivo de reduzir custos, aumentar a resiliência e melhorar a eficiência operacional do sistema.
- (ii) Apoiar a construção ou melhoria de estruturas de saneamento no local, como kits sanitários domésticos ou unidades de tratamento em favor de comunidades selecionadas que sejam beneficiárias de intervenções de água.

2.2 Aumentar a segurança hídrica e a resiliência. Apoiar a implementação de sistemas de reutilização de água para fins de produção agrícola em resposta à Parte 1.1 do Projeto, e atividades voltadas para a proteção e conservação de áreas



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

adjacentes a fontes de água para as comunidades que se beneficiaram de intervenções de abastecimento de água na Parte 2.1 do Projeto.

Parte 3. Fortalecimento Institucional e Gerenciamento de Projetos

3.1 Fortalecimento Institucional e Capacitação. Fortalecer a capacidade organizacional, de gestão, de conhecimento, estratégica e operacional das principais instituições de implementação, *entre outros*, a Gestora do Projeto, os Parceiros Estratégicos, os Auditores do Projeto e as Entidades Colaboradoras.

3.2 Gerenciamento e Supervisão de Projetos. Apoiar o gerenciamento, coordenação e implementação geral do projeto, incluindo, entre outros: (i) coordenação interinstitucional; (ii) monitoramento de atividades, análise e avaliação de impacto; (iii) administração fiduciária, controles internos e auditorias; (iv) gestão e implementação de salvaguardas ambientais e sociais; (v) mecanismos de engajamento do cidadão e reparação de reclamações; (vi) estudos e pilotos, bem como Subprojetos Produtivos e Subprojetos de Investimento; e (vii) estratégia de comunicação e divulgação.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

CRONOGRAMA 2

Execução de Projetos

Seção I. Arranjos de Implementação

A. Arranjos Institucionais.

1. O Tomador deverá exercer, durante todo o período da implementação do Projeto, a responsabilidade geral pela implementação do Projeto na SDA com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisões, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.
2. O Tomador criará, em até três meses após a Data de Efetividade e, posteriormente, manterá, durante toda a implementação do Projeto, a UGP para realizar a coordenação, gestão, planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisão, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.
3. O Tomador criará, em até um mês após a Data de Efetividade e, posteriormente, manterá durante toda a implementação do Projeto, o Comitê Gestor, com representantes de todas as entidades envolvidas na implementação do Projeto, com reuniões regulares e recursos suficientes, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

4. O Tomador celebrará Contrato de Gestão e, posteriormente, manterá a Gestora do Projeto para assessorar na implementação do Projeto com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisão, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.
5. O Tomador celebrará Acordos de Auditoria e, posteriormente, manterá os Auditores do Projeto para implementar suas Partes específicas do Projeto com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisões, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.
6. O Tomador celebrará Acordos de Parceria e, posteriormente, manterá os Parceiros Estratégicos para implementar suas Partes específicas do Projeto com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisões, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.
7. O Tomador celebrará Acordos de Colaboração e, posteriormente, manterá as Entidades Colaboradoras para implementar suas Partes específicas do Projeto com recursos suficientes, capacidade de tomada de decisões, pessoal competente em número e responsabilidade adequados, todos aceitáveis para o Banco e conforme estabelecido no Manual Operacional.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

B. Manual Operacional do Projeto

1. O Tomador: (i) adotará e conduzirá o Projeto e/ou determinará que o Projeto seja conduzido, em conformidade com o Manual Operacional aceitável para o Banco, o qual incluirá regras, métodos, diretrizes, documentos padronizados e procedimentos para a condução do Projeto, incluindo o seguinte, entre outros: (a) a descrição detalhada das atividades de implementação do Projeto e os arranjos institucionais detalhados incluindo aqueles para a Gestora do Projeto, os Auditores do Projeto, os Parceiros Estratégicos, e as Entidades Colaboradoras; (b) os procedimentos administrativos, contábeis, de auditoria, de relatoria, financeiros (incluindo os respectivos aspectos de fluxo de caixa) de aquisições e desembolsos do Projeto; (c) os indicadores de monitoramento para o Projeto e os mecanismos de reparação de queixas; (d) a ESMF, a RPF e a IPPF; e (ii) não emendar, suspender, ab-rogar, revogar ou renunciar qualquer cláusula do dito Manual Operacional sem uma aprovação prévia do Banco.
2. Em caso de qualquer conflito entre os termos do Manual Operacional e este Acordo, os termos deste Acordo prevalecerão.

C. Contrato de Gestão

1. Para facilitar a execução do Projeto, o Tomador, através da SDA, deverá assinar e manter o Contrato de Gestão com a Gestora do Projeto durante a implementação do Projeto, em termos e condições aceitáveis para o Banco, incluindo, entre outros: (i) obrigação da Gestora do Projeto de adotar e aplicar um sistema eficaz e eficiente de gestão financeira de forma e substância satisfatória ao Banco; e (ii) obrigação do Tomador de disponibilizar parte dos recursos do Empréstimo

25



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

alocados para Categorias (1), (2) e (3) para a Gestora do Projeto com a finalidade de apoiar a implementação do Projeto em conformidade com as disposições deste Acordo, com as Diretrizes Anticorrupção, Regulamentos de Aquisições, ESMF, RPF e IPPF, e com o Manual Operacional.

- 2.0 Tomador exercerá seus direitos ou cumprirá suas obrigações de acordo com o Contrato de Gestão, de maneira a proteger os interesses do Tomador e do Banco e a cumprir as finalidades do Projeto. Exceto se o Banco concordar diferentemente, o Tomador não poderá ceder, alterar, revogar, renunciar, rescindir ou deixar de aplicar o Contrato de Gestão, ou qualquer de suas disposições.

D. Acordos de Auditoria

- 1 Para facilitar a execução do Projeto, o Tomador, através da SDA, deverá assinar e, doravante, manter os Acordos de Auditoria com os Auditores do Projeto durante a implementação do Projeto, nos termos e condições aceitáveis pelo Banco, incluindo, *entre outros*: a obrigação do Tomador de disponibilizar parte dos recursos do Empréstimo alocada à Categoria 3 aos Auditores do Projeto a fim de auxiliar na implementação de suas Partes específicas do Projeto, de acordo com as cláusulas deste Acordo, com as Diretrizes Anticorrupção, o Regulamento de Aquisições, a ESMF, RPF e IPPF e o Manual Operacional.
2. O Tomador exercerá seus direitos ou cumprirá suas obrigações nos termos dos Acordos de Auditoria de maneira a proteger os interesses do Tomador e do

26



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Banco e a realizar os propósitos do Projeto. Exceto se o Banco concordar diferentemente, o Tomador não poderá ceder, alterar, revogar, renunciar, rescindir ou deixar de aplicar os Acordos de Auditoria, ou quaisquer de suas disposições.

E. Acordos de Parceria

- 1 Para facilitar a execução do Projeto, o Tomador, através da SDA, assinará e, doravante, manterá Acordos de Parceria com os Parceiros Estratégicos durante a implementação do Projeto, em termos e condições aceitáveis para o Banco, incluindo, *entre outros*: a obrigação do Tomador de disponibilizar parte dos recursos do Empréstimo alocado às Categorias 1, 2 e 3 aos Parceiros Estratégicos a fim de auxiliar na implementação de suas Partes específicas do Projeto, de acordo com as cláusulas deste Acordo, com as Diretrizes de Combate à Corrupção, o Regulamento de Aquisições, a ESMF, o RPF e a IPPF, e o Manual Operacional.
2. O Tomador exercerá seus direitos ou cumprirá suas obrigações nos termos dos Acordos de Parceria de maneira a proteger os interesses do Tomador e do Banco e a realizar as finalidades do Projeto. Exceto se o Banco concordar diferentemente, o Tomador não poderá ceder, alterar, revogar, renunciar, rescindir ou deixar de aplicar os Acordos de Parceria ou quaisquer de suas disposições.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

F. Acordos de Colaboração

1. Para facilitar a execução do Projeto, o Tomador, através da SDA, assinará e, doravante, manterá Acordos de Colaboração com as Entidades Colaboradoras durante a implementação do Projeto, em termos e condições aceitáveis para o Banco, incluindo, *entre outros*: a obrigação do Tomador de disponibilizar parte dos recursos do Empréstimo alocado às Categorias 1, 2 e 3 às Entidades Colaboradoras a fim de auxiliar na implementação de suas Partes específicas do Projeto, de acordo com as cláusulas deste Acordo, com as Diretrizes de Combate à Corrupção, o Regulamento de Aquisições, a ESMF, o RPF e a IPPF, e o Manual Operacional.

2. O Tomador exercerá seus direitos ou cumprirá suas obrigações nos termos dos Acordos de Colaboração de maneira a proteger os interesses do Tomador e do Banco e a realizar as finalidades do Projeto. Exceto se o Banco concordar diferentemente, o Tomador não poderá ceder, alterar, revogar, renunciar, rescindir ou deixar de aplicar os Acordos de Colaboração ou quaisquer de suas disposições.

Salvaguardas

O Tomador:

1. implementará o Projeto em conformidade com as disposições de ESMF, RPF e IPPF;



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

2. assegurar que todas as medidas para a execução das recomendações do ESMF, RPF e IPPF sejam tomadas em tempo hábil e que todos os planos necessários preparados em conformidade com ESMF, RPF e IPPF tenham recebido o consentimento por escrito do Banco antes do início de qualquer obra ou serviço; e
3. assegurar que os termos de referência de qualquer consultoria em relação ao Projeto deverão ser satisfatórios para o Banco após sua análise e, para tanto, tais termos de referência deverão incorporar devidamente os requisitos vigentes das Políticas de Salvaguarda do Banco, conforme aplicado às orientações repassadas através de tais serviços de consultoria.

H. Subsídios Equivalentes

1. Para fins da execução da Parte 1.1 (ii) e Parte 1.2 (ii) do Projeto, o Tomador, através da SDA, celebrará instrumentos (Instrumentos de Subsídios Equivalentes), respectivamente com Organizações de Produtores e Grupos Vulneráveis; tudo nos termos e condições satisfatórios ao Banco e previstos no parágrafo 2 abaixo.
2. Mediante a aprovação das atividades específicas sob a Parte 1.1 (ii) e Parte 1.2 (ii) do Projeto a ser financiado por Subsídios Equivalentes e antes da realização de quaisquer atividades pelas Organizações de Produtores ou Grupos

29



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Vulneráveis, conforme o caso, o Tomador terá celebrado Instrumentos de Subsídios Equivalentes, de acordo com os termos e condições aceitáveis pelo Banco, que incluirão: *entre outros*:

- (a) O direito do Tomador de proteger seus interesses e os interesses do Banco, incluindo o direito de:
 - (i) exigir que Organizações de Produtores ou Grupos Vulneráveis:
 - (A) realizem as atividades pertinentes com a devida diligência e eficiência e de acordo com: (1) sólidos padrões técnicos, econômicos, financeiros e gerenciais aceitos pelo Banco; (2) a ESMF, o RPF e a IPPF; e (3) todos os termos e condições relevantes deste Acordo (incluindo as disposições das Diretrizes Anticorrupção);
 - (B) quando aplicável, fornecer prontamente, quando necessário, os recursos necessários para o propósito de realizar as atividades pertinentes;
 - (C) obter os serviços de bens, obras e consultores a serem financiados pelos subsídios pertinentes, de acordo com os Regulamentos de Aquisições;



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- (D) manter políticas e procedimentos adequados para permitir que o Tomador monitore e avalie as atividades pertinentes das Partes 1.1 e 1.2 do Projeto, de acordo com indicadores aceitáveis pelo Banco, o progresso da atividade pertinente e a consecução de seus objetivos;
- (E) (1) manter um sistema de gestão financeira e preparar demonstrações contábeis de acordo com os padrões contábeis consistentemente aplicados e aceitáveis pelo Banco, de maneira adequada para refletir as operações, recursos e despesas relacionados às atividades das Partes 1.1 e 1.2 do o projeto; e (2) a pedido do Banco ou do Tomador, que tais demonstrações financeiras sejam auditadas por auditores independentes aceitáveis para o Banco, de acordo com normas de auditoria consistentemente aplicadas aceitáveis pelo Banco, e prontamente forneçam as declarações assim auditadas ao Tomador e ao Banco;
- (F) permitir que o Tomador e o Banco inspecionem as atividades pertinentes, sua operação e quaisquer registros e documentos relevantes; e



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- (G) preparar e fornecer ao Tomador e ao Banco todas as informações que o Tomador ou o Banco, razoavelmente, solicitarem em relação ao exposto acima; e
 - (ii) suspender ou extinguir o direito das Organizações de Produtores ou dos Grupos Vulneráveis, conforme o caso, de usar os recursos dos Subsídios Equivalentes para a execução das atividades das Partes 1.1 e 1.2 do Projeto, respectivamente; ou obter o reembolso de todo ou qualquer parte do valor dos Subsídios Equivalentes Subsequentes retirados, mediante as Organizações de Produtores ou nos Grupos Vulneráveis, conforme o caso, pelo não cumprimento de quaisquer de suas obrigações do Instrumento de Subsídio Equivalente.
3. O Tomador exercerá seus direitos e cumprirá suas obrigações sob cada Instrumento de Subsídio Equivalente de maneira a proteger os interesses do Tomador e do Banco, e a realizar as finalidades do Projeto.
 4. Exceto se Banco concordar diferentemente, o Tomador não poderá alterar, rescindir, ceder, revogar, renunciar ou deixar de executar qualquer Instrumento de Subsídio Equivalente ou qualquer disposição do mesmo.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

5. No caso de qualquer disposição de qualquer Instrumento de Subsídio Equivalente entrar em conflito com qualquer das disposições deste Acordo, os termos deste Acordo prevalecerão.

Seção II. Relatório e Avaliação do Monitoramento do Projeto

O Tomador fornecerá ao Banco cada Relatório de Projeto, no mais tardar, sessenta (60) dias após o final de cada semestre, cobrindo o semestre do calendário, conforme detalhamento presente no Manual Operacional.

Seção III. Saque dos Recursos do Empréstimo

A. Geral

Sem limitar-se às disposições do Artigo II das Condições Gerais e de acordo com a Carta de Desembolso e Informações Financeiras, o Tomador poderá sacar o recurso do Empréstimo para: (a) financiar despesas elegíveis; e (b) pagar a Taxa Inicial; no valor alocado e, se aplicável, até a porcentagem estabelecida contra cada Categoria presente na tabela abaixo:



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Categoria	Valor do Empréstimo Alocado (expresso em USD)	Porcentagem de Despesas a financiar (impostos inclusos)
(1) Bens, obras, serviços não relacionados a consultoria, serviços de consultoria, treinamento, custos operacionais e subsídios equivalentes para a Parte 1 do Projeto	43.540.000,00	100%
(2) Bens, obras, serviços não relacionados a consultoria, serviços de consultoria, treinamento, custos operacionais para a parte 2 do projeto	35.350.000,00	100%
(3) Bens, obras, serviços não relacionados a consultorias, serviços de consultoria, treinamento, custos operacionais para a parte 3 do projeto.	20.860.000,00	100%



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

(4) Taxa inicial	250.000,00	Montante a pagar nos termos da Seção 2.03 do presente Acordo, de acordo com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
VALOR TOTAL	100.000.000,00	

B. Condições de Saque; Período de saque.

- 1 Não obstante as disposições da Seção III A acima, nenhum saque será feita para pagamentos feitos antes da Data de Assinatura, exceto que os saques de um valor agregado que não exceda US\$ 20.000.000,00 podem ser feitos para pagamentos feitos antes desta data, mas a partir de 1º de janeiro de 2019 ou a data que cair doze meses antes da Data de Assinatura, para fins de Despesas Elegíveis.
- 2 Resta estabelecida a data de 30 de dezembro de 2025 como Data de Encerramento. O Banco somente poderá conceder uma prorrogação da Data de Encerramento após o Ministério da Economia do Avalista ter informado ao Banco que concorda com tal prorrogação.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.



TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Seção IV Outras Realizações

1. Até 30 de junho de 2022, ou em qualquer outra data acordada pelo Banco, o Tomador deverá: (i) realizar, em conjunto com o Banco, uma avaliação intermediária da implementação do Projeto, a qual deverá cobrir os progressos alcançados na implementação do Projeto; e (ii) após tal revisão intermediária, agir prontamente e diligentemente para tomar qualquer providência corretiva conforme acordado pelo Banco.

CRONOGRAMA 3

1. Observado o disposto na Cláusula 3.03 das Condições Gerais, o Tomador deverá pagar cada Quantia Desembolsada em parcelas semestrais pagas em cada dia 15 de março e 15 de setembro, sendo a primeira parcela devida na décima-primeira (11ª) Data de Pagamento após a Data de Fixação do Vencimento do Montante Desembolsado, e a última prestação será devida na quinquagésima (50ª) Data de Pagamento após a Data de Fixação do Vencimento para o Montante Desembolsado. Cada parcela, exceto a última, deverá ser igual a um quarenta-avos (1/40) do Valor Desembolsado. A última parcela será igual ao montante remanescente do Valor Desembolsado.
2. Se qualquer uma ou mais parcelas do principal do Valor Desembolsado, de acordo com as disposições do parágrafo 1 deste Cronograma, forem pagas após 15 de setembro de 2050, o Tomador também pagará, em tal data, o valor total de tais parcelas.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.



TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

3. O Banco notificará as Partes do Empréstimo do cronograma de amortização para cada Quantia Desembolsada imediatamente após a Data de Fixação do Vencimento para o Valor Desembolsado.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

APÊNDICE

Definições

1. “Acesso a Mercados” significa o acesso a mercados para produtores da agricultura familiar, conforme mencionado na Parte 1.1 do Projeto e conforme detalhado no Manual Operacional.
2. “Diretrizes Anticorrupção” significa, para fins do parágrafo 5 do Apêndice das Condições Gerais, as “Diretrizes para Prevenir e Combater a Fraude e a Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Subsídios IDA”, de 15 de outubro de 2006 e revisado em janeiro de 2011 e em 1º de julho de 2016.
3. “Acordos de Auditoria” significa os acordos mencionados na Seção I.D do Cronograma 2 deste Acordo e assinados entre, por um lado, a SDA e, respectivamente, a CGE e a TCE. “Políticas de Salvaguarda do Banco” significa as Políticas Operacionais (OPs) e os Procedimentos do Banco (BPs), OP/BP 4.01 (Avaliação Ambiental), OP/BP 4.03 (Padrões de Desempenho para Atividades do Setor Privado), OP/BP 4.04 (Habitats Naturais), OP/BP 4.09 (Gestão de Praga), OP/BP 4.10 (Povos Indígenas), OP/BP 4.11 (Recursos Físicos e Culturais), OP/BP 4.12 (Reassentamento Involuntário), OP/BP 4.36 (Florestas), OP/BP 4.37 (Segurança de Barragens), OP/BP 7.50 (Hidroviás Internacionais), OP/BP 7.60 (Áreas em Disputa); que podem ser acessadas em <https://policies.worldbank.org>.
4. “Caatinga” significa um bioma localizado na região nordeste do Avalista, caracterizado por clima semiárido e alta biodiversidade, que se estende por mais de 850.000 km² e é usualmente caracterizado por uma vegetação dominante.
5. “Categoria” significa uma categoria definida na tabela da Seção III.A do Cronograma 2 deste Acordo.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

6. "CGE" significa *Controladoria Geral do Estado*, o gabinete do controlador financeiro do Tomador, conforme estabelecido e em operação, de acordo com a Lei do Tomador 13.297, de 7 de março de 2003, ou qualquer sucessor deste aceitável pelo Banco.
7. "Acordos de Colaboração" significa os acordos mencionados na Seção I.F do Cronograma 2 deste Acordo e assinados respectivamente com as Entidades Colaboradoras, conforme detalhado no Manual Operacional.
8. "Entidades Colaboradoras" significa, coletivamente, todas as entidades selecionadas pelo Tomador em concordância com o Manual Operacional para firmar Acordos de Colaboração, conforme detalhado no Manual Operacional, e qualquer sucessor ou sucessores seus aceitáveis pelo Banco.
9. "ESMF" significa a estrutura de gestão social e ambiental do Tomador, a partir de 31 de janeiro de 2019, aceitável pelo Banco, conforme publicado e disponível ao público em <http://www.sda.ce.gov.br>, que contém as diretrizes para a realização de medidas ambientais e sociais (em relação à avaliação ambiental, habitats naturais, florestas, recursos físicos e culturais e segurança de barragens) para investimentos individuais sob o Projeto, incluindo: (i) diretrizes para a identificação de condições ambientais e sociais atuais, e potenciais impactos ambientais diretos e indiretos e impactos e riscos sociais e resultantes da realização do Projeto; (ii) diretrizes para realização de avaliações ambientais e a preparação para planos de gestão ambiental, quando aplicável; (iii) recomendações de medidas de mitigação para cada impacto negativo identificado; (iv) medidas para melhorar cada impacto positivo identificado; (v) diretrizes para preparação de planos de monitoramento ambiental e social e avaliações ambientais e sociais para acompanhamento da aplicação das medidas de mitigação, visto que tal estrutura pode ser, periodicamente, alterada com aprovação prévia do Banco e em conformidade com as estruturas legais do Avalista e do Banco.

39



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

10. "Condições Gerais" significa as " Condições Gerais do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento para Financiamento, Financiamento de Projetos de Investimento do BIRD", de 14 de dezembro de 2018.
11. "Subprojetos de Investimento" significa qualquer um ou todos os subprojetos executados na Parte 1.2 do Projeto por Grupos Vulneráveis, com base nos planos de desenvolvimento da comunidade desenvolvidos sob a Parte 1.2 (i) do Projeto, conforme detalhado no Manual Operacional.
12. "IPPF" significa a Estrutura de Políticas dos Povos Indígenas, uma estrutura adotada pelo Destinatário em 05 de fevereiro de 2019, aceitável pelo Banco, conforme publicada e disponível ao público em <https://www.sda.ce.gov.br>, que contém as medidas de proteção social sob o Projeto referentes aos povos indígenas, incluindo: (i) diretrizes para identificação de condições sociais atuais e potenciais impactos sociais diretos e indiretos resultantes da realização do projeto; (ii) diretrizes para a realização e preparação de planos dos povos indígenas, quando aplicável; (iii) os procedimentos de avaliação e recomendação de medidas de mitigação para cada impacto negativo identificado; e (iv) medidas para melhorar cada impacto positivo identificado, visto que tal estrutura pode ser, periodicamente, alterada com a aprovação prévia do Banco e em conformidade com as estruturas legais do Avalista e do Tomador.
13. "Contrato de Gestão" significa o Acordo referido na Seção I.C do Cronograma 2 deste Acordo e assinado com a Gestora do Projeto, conforme detalhado no Manual Operacional.
14. "Subsídios Equivalentes" significa qualquer subsídio recebido pelas Organizações de Produtores para Subprojetos Produtivos sob a Parte 1.1 do Projeto ou por Grupos Vulneráveis para Subprojetos de Investimento sob a Parte 1.2 do Projeto, conforme mencionado na Seção IG do Cronograma 2 deste Acordo e detalhado no Manual Operacional.

40



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

15. "Instrumentos de Subsídios Equivalentes" significa qualquer ou todos os Acordos a serem assinados entre a SDA, por um lado, e a Organizações de Produtores ou Grupos Vulneráveis, por outro lado, para a implementação de Subprojetos Produtivos sob a Parte 1.1 (ii) do Projeto ou Subprojetos de Investimento sob Parte. 1.2 (ii) do Projeto, conforme detalhado no Manual Operacional.
16. "Custos Operacionais" significa os custos operacionais incrementais razoáveis relacionados à gestão técnica e administrativa do Projeto, preparação, monitoramento e supervisão exigidos pelo Projeto, incluindo, *entre outros*, equipamento de escritório, suprimentos, custos de viagem (incluindo acomodações, custos de diárias), despesas bancárias, serviços de impressão, custos de comunicação, serviços públicos, manutenção e aluguel de equipamentos e instalações de escritório, seguro, licenciamento, custos de operação e manutenção de veículos, equipe contratual local trabalhando no Projeto e serviços de logística, mas excluindo a equipe regular do Tomador.
17. "Manual Operacional" significa o manual mencionado na Seção I.B do Cronograma 2 deste Acordo, pois o mesmo pode ser alterado de tempos em tempos de uma maneira e com conteúdo aceitável pelo Banco.
18. "Acordos de Parceria" significa os acordos mencionados na Seção I.E do Cronograma 2 deste Acordo e firmado entre os Parceiros Estratégicos, conforme detalhado no Manual Operacional.
19. "Regulamento de Aquisições" significa, para fins do parágrafo 85 do Apêndice das Condições Gerais, o "Regulamento de Aquisições do Banco Mundial para Tomadores de IPF", datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018.
20. "Organizações de Produtores" significa organizações de produtores no território do Tomador que se beneficiam de Subsídios Equivalentes para Subprojetos Produtivos, conforme a Parte 1.1 do Projeto, conforme detalhado no Manual Operacional.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

21. "Subprojetos Produtivos" significa qualquer um ou todos os subprojetos executados nos termos da Parte 1.1 (ii) do Projeto com base nos planos de negócios desenvolvidos sob a Parte 1.2 (i) do Projeto pelas Organizações de Produtores, conforme detalhado no Manual Operacional.
22. "Auditores do Projeto" significa, coletivamente, CGE e TCE, e quaisquer sucessor ou sucessores seus aceitáveis para o Banco.
23. "Gestora do Projeto" significa a entidade selecionada pelo Tomador em conformidade com o Manual Operacional para assinar o Contrato de Gestão, conforme detalhado no Manual Operacional, e quaisquer sucessor ou sucessores seus aceitáveis para o Banco.
24. "Quilombolas" significa grupos étnicos no território do Avalista que são constituídos por descendentes de escravos negros que, no processo de resistência à escravidão, originaram grupos sociais que ocupam um território comum em comunidades rurais ou suburbanas caracterizadas pela agricultura de subsistência e compartilham características culturais com uma forte ligação com o passado africano.
25. "Reassentamento" significa o impacto de uma tomada de terra involuntária sob o Projeto, o que faz com que as pessoas afetadas tenham: (i) padrão de vida afetado negativamente; (ii) direito, título ou interesse em qualquer casa, terreno (incluindo instalações, terras agrícolas e pastagens) ou qualquer outro ativo fixo ou móvel adquirido ou possuído, prejudicado temporária ou permanentemente; (iii) acesso a ativos produtivos prejudicados, temporariamente ou permanentemente; ou (iv) negócios, ocupação, trabalho ou local de residência ou habitat afetados adversamente, temporariamente ou permanentemente.
26. "RPF" significa a Estrutura de Política de Reassentamento preparada pelo Tomador, datada de 5 de fevereiro de 2019, publicada e disponível ao público em <https://www.sda.ce.gov.br>, que descreve os procedimentos gerais de implementação, medidas de mitigação e procedimentos de monitoramento para



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- o Reassentamento no âmbito do Projeto, incluindo os procedimentos para a preparação e implementação de planos de ação de reinstalação, uma vez que o referido quadro pode ser, periodicamente, alterado com a aprovação prévia do Banco e em conformidade com as estruturas legais do Avalista e do Tomador.
27. "SDA" significa *Secretaria do Desenvolvimento Agrário*, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Tomador, conforme estabelecido e em operação de acordo com a Lei No. 13.875 do Tomador, datada de 7 de fevereiro de 2007, ou qualquer sucessor do mesmo aceitável para o Banco.
 28. "Data de Assinatura" significa a última das duas datas em que o Tomador e o Banco assinaram este Acordo e tal definição se aplica a todas as referências à "data do Acordo de Empréstimo" nas Condições Gerais.
 29. "Comitê Gestor" significa o comitê mencionado na Seção I.A.3 do Cronograma 2 deste Acordo, conforme detalhado no Manual Operacional.
 30. "Parceiros Estratégicos" significa, coletivamente, todos os parceiros selecionados pelo Tomador em conformidade com o Manual Operacional para assinar os Acordos de Parceria, conforme detalhado no Manual Operacional, e quaisquer sucessor ou sucessores seus aceitáveis para o Banco.
 31. "TCE" significa *Tribunal de Contas do Estado*, o Tribunal de Contas do Estado do Tomador, conforme estabelecido e em operação, de acordo com a Lei No. 124 do Tomador, datada de 20 de setembro de 1935 ou qualquer sucessor deste aceitável pelo Banco.
 32. "Capacitação" significa despesas razoáveis (para além das relativas a serviços de consultoria) incorridas em ligação com a realização de sessões de capacitação, seminários e workshops, incluindo os custos de deslocamentos razoáveis (por exemplo, acomodações, custos de transporte e diárias) de alunos e instrutores (se aplicável), catering, visitas de estudo, visitas técnicas de intercâmbio, mensalidades, aluguel de instalações e equipamento de treinamento, serviços



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES
Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English
NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES
Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English
nicolasayres@gmail.com
CPF: 438.389.873-49
Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015
– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).
60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- de logística e impressão, bem como materiais e equipamento de capacitação requeridos no âmbito do Projeto.
33. "UGP" significa *Unidade de Gerenciamento do Projeto*, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, estabelecida e em operação dentro do SDA, de acordo com o Manual Operacional, ou qualquer outro sucessor seu aceitável para o Banco.
34. "Grupos Vulneráveis" significa grupos vulneráveis prioritários, incluindo, *entre outros*, indígenas, *quilombolas*, pescadores artesanais e jovens, que se beneficiam de Subsídios Equivalentes para Subprojetos de Investimento, sob a Parte 1.2 do Projeto, conforme detalhado no Manual Operacional.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 3

ACORDO DE GARANTIA

Departamento Jurídico

ESBOÇO CONFIDENCIAL

Isabella Micali Drossos

09 de maio de 2019.

TEXTO NEGOCIADO

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO _____ - BR

Acordo de Garantia

(Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III- 2ª Fase)

entre

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO**

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO _____ - BR

ACORDO DE GARANTIA

45



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

ACORDO firmado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ("Avalista") e o BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco") ("Acordo de Garantia") referente ao Acordo de Empréstimo assinado na Data de Assinatura entre o Banco e o ESTADO DO CEARÁ ("Tomador"), referente ao nº de empréstimo ____ - BR ("Acordo de Empréstimo"). O Avalista e o Banco concordam com o seguinte:

ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

Seção 1.01: As Condições Gerais (conforme definido no Apêndice do Acordo de Empréstimo) aplicam-se e fazem parte deste Acordo.

Seção 1.02. Exceto se o contexto exigir diferentemente, os termos em maiúsculas usados neste Acordo têm os significados atribuídos a eles nas Condições Gerais ou no Acordo de Empréstimo.

ARTIGO II – DO AVAL

Seção 2.01. O Avalista, por meio deste, garante, incondicionalmente, como devedor primário e não como avalista unicamente, o pagamento devido e pontual de todos os Pagamentos de Empréstimos a serem pagos pelo Tomador nos termos do Acordo de Empréstimo.

ARTIGO III - REPRESENTANTE; ENDEREÇOS

Seção 3.01. O representante do avalista é o seu Ministro da Economia.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Seção 3.02. Para os fins da Seção 10.01 das Condições Gerais: (a) o endereço do Avalista é o seguinte:

Ministério da Economia. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”- 8º andar. 70048-900, Brasília, DF. Brasil; e

(b) endereço eletrônico do avalista:

Fac-símile: (55-61) 3412-1740 E-mail: apoioconf.df.pgfn@pgfn.gov.br

Seção 3.03. Para fins da Seção 10.01 das Condições Gerais: (a) o endereço do Banco é:

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
1818 H Street, NW. Washington, D.C. 20433. Estados Unidos da America;

(b) endereço eletrônico do Banco:

Telex:

248423(MCI) ou 64145(MCI). Fac-símile: 1-202-477-6391 E-mail: mraiser@worldbank.org

ACORDADO na última de ambas as datas abaixo.

NOTA DO TRADUTOR: ASSINATURAS EM BRANCO



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por

Representante Autorizado

Nome _____

Cargo _____

Data: _____

**BANCO INTERNACIONAL PARA
RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Por

Representante Autorizado

Nome _____

Cargo _____

Data: _____



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 4.

Carta de Desembolso e Informações Financeiras

Primeiro e último nome (maiúsculas). Diretor do país. Vice-Presidência, GP, Unidade (maiúscula/minúscula).

Data: ———

Nome, endereço e Cargo do Destinatário: ———

Re: Empréstimo do BIRD ——— (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará).

Instruções adicionais: Carta de Desembolso e Informações Financeiras.

[Saudações]

Faço referência ao Acordo de Empréstimo entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento para o projeto supramencionado. As Condições Gerais, conforme definidas no Acordo de Empréstimo, estabelecem que o Tomador, poderá, periodicamente, solicitar saques do Valor do Empréstimo da Conta do Empréstimo, em conformidade com a Carta de Desembolso e Informações Financeiras bem como as instruções adicionais, conforme o Banco poderá, periodicamente, especificar através de aviso ao Tomador. As Condições Gerais também estabelecem que a Carta de Desembolso e Informações Financeiras poderá

49



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

estabelecer requerimentos específicos de relatoria financeira do Projeto. Esta carta constitui a referida Carta de Desembolso e Informações Financeiras ("DFIL"), e poderá ser revisada periodicamente.

I. Arranjos para o Desembolso, Saque de Fundos do Empréstimo e Relatoria dos Usos dos Fundos dos Empréstimos

As Diretrizes de Desembolso para Financiamento de Projetos de Investimentos, de fevereiro de 2017 ("Diretrizes de Desembolso") estão disponíveis no site aberto ao público do Banco em <http://www.worldbank.org> e em seu site seguro "Conexão do Cliente" em <http://clientconnection.worldbank.org>. As Diretrizes de Desembolso são partes integrais da DFIL. Abaixo, apresentamos a forma como as cláusulas nas Diretrizes de Desembolso se aplicam sobre o Empréstimo.

(i) Arranjos de Desembolso

A tabela presente no Cronograma 1 estabelece os métodos de desembolso que poderão ser utilizados pelo Tomador além das condições, informações no registro de assinaturas autorizadas, processamento de solicitações de saque (incluindo valor mínimo de solicitações e processamento de adiantamentos), instruções sobre a documentação de apoio e a frequência da relatoria sobre a Conta Designada.

(ii) Entrega Eletrônica. Seção 10.01 (c) das Condições Gerais.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

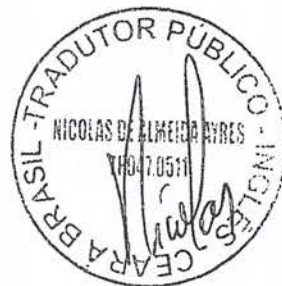
60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

O Banco Mundial pode permitir que o Tomador realize Solicitações de saque eletronicamente (com a documentação de apoio), através da “Conexão do Cliente” do Banco Mundial, via portal web(<http://clientconnection.worldbank.org>). Esta opção pode ser realizada se os representantes oficiais indicados por escrito pelo Tomador com autorização expressa para assinar e fazer Solicitações tenham se registrado como usuários da “Conexão do Cliente”. Tais representantes oficiais poderão, então, realizar solicitações eletronicamente depois de preencherem o Formulário 2380, disponível na “Conexão do Cliente”. Ao assinar a Carta de Assinatura Autorizada (SDIC), o Tomador confirma que autoriza tais pessoas a aceitar as Credenciais de Identificação Segura (SIDC) e realizar as Solicitações e entregar os documentos de apoio ao Banco por meios eletrônicos. O Tomador pode continuar exercendo a opção de preparar e entregar Solicitações em papel. O Banco se reserva o direito, e pode, a seu exclusivo critério, deixar de aceitar, de forma temporária ou permanente, a entrega eletrônica de Solicitações de saque pelo Tomador. Ao indicar pessoas autorizadas para usar as SDIC e ao optar por entregar as Solicitações de saque de forma eletrônica, o Tomador, através da carta de signatário autorizado, confirma sua concordância em: (a) cumprir com os Termos e Condições de Uso de Dispositivos de Identificação Segura em vinculação com o Uso de Meio Eletrônico para Processar Solicitações e Documentação de Apoio, disponível no site aberto ao público do Banco em <http://worldbank.org> e na “Conexão do Cliente”; e (b) fazer com que essas pessoas cumpram esses termos e condições.

II. Relatórios Financeiros e Auditorias

- (i) Relatórios Financeiros.** O Tomador preparará e entregará ao Banco, em até sessenta (60) dias após o final de cada trimestre anual, relatórios financeiros provisórios não-auditados (“IFR”) referente ao respectivo trimestre do Projeto.



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

**Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015
– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).
60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.**

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

- (ii) Auditorias. Cada auditoria das Declarações Financeiras cobrirá o período de um ano fiscal do Tomador, iniciando-se com o ano fiscal no qual o primeiro saque tiver sido realizado. As Declarações Financeiras auditadas referentes a cada um destes períodos serão encaminhadas ao Banco em até seis (6) meses após o final de tal período.

III. Outras Informações

Para mais informações sobre os arranjos de desembolso, gentileza, ver a Cartilha de Empréstimo disponível no site do Banco (<http://worldbank.org>) e na "Conexão do Cliente". O Banco recomenda que faça o cadastro como usuário da "Conexão do Cliente". Neste site, o usuário poderá preparar e encaminhar Solicitações, monitorar o estado do Empréstimo em tempo quase real e acessar as respectivas informações sobre políticas, financeiras e de aquisição. Para mais informações sobre o site e o cadastro, gentileza, contatar o Banco através do seguinte email: clientconnection@worldbank.org.

Caso tenha dúvidas sobre o material acima, gentileza, contatar Jose Janeiro, chefe de finanças: jjaneiro@worldbank.org, com cópia para Patricia Melo, analista financeira: pmelo@worldbank.org usando a referência acima.
Atenciosamente,

Nome

[RVP/CD]

[País]

[Região]

Anexos:



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

1. Formulário de Carta de Assinatura Autorizada
2. Relatório Financeiros Provisórios (IFRs)

Com cópias para: Ministério da Economia [endereço]; Entidade de Implementação do Projeto [endereço]

Cronograma 1: Provisões de Desembolso

Informações Básicas					
Nº do Empréstimo		País	Brasil	Data de Encerramento	Seção IV.B.2. Cronograma 2 do Acordo de Empréstimo.
		Tomador	Estado do Ceará		
			Nome do Projeto	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Fase II	Data do prazo de desembolso Subseção 3.7 **
Métodos de Desembolso e Documentação de Apoio					
Métodos de Desembolso Seção 2 (**)		Métodos	Documentação de Apoio Subseções 4.3 e 4.4 (**)		
Pagamento direto		Sim	Cópia dos registros		
Reembolso		Sim	Extratos de Despesas no formulário anexo (Anexo 2)		
Conta designada		Sim	Extratos de Despesas no formulário anexo (Anexo 2)		
Compromissos especiais		Não	N/A		
Conta Designada (Seções 5 e 6 **)					
Tipo		Segregado		Teto	Fixo
Inst. Financeira - Nome		Caixa Econômica Federal		Moeda	USD
Frequência de Relatoria da Subseção 6.3 (**)		Trimestralmente		Valor	15.000.000,00
Valor Mínimo de Solicitações (subseção 3.5)					
O valor mínimo de solicitações para Pagamento Direto será o equivalente a US\$ 400.000,00					
Assinaturas autorizadas (Subseção 3.1 e 3.2 **) o formulário para Carta de Signatários Autorizados está disponível no Anexo 1 deste carta. Solicitações de Saque e Documentação (Subseção 3.3 e 3.4 **)					
Banco Mundial SCN, Quadra 02, Lote A -Edifício Corporate Financial Center 7º andar - 70712-900 Brasília, DF – Brasil Atenção: Operação de Empréstimo					



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Informações / Instruções Adicionais

Para mais informações sobre os arranjos de desembolso, gentileza, ver a Cartilha de Empréstimo disponível no site do Banco (<http://worldbank.org>) e na "Conexão do Cliente". O Banco recomenda que faça o cadastro como usuário da "Conexão do Cliente". Neste site, o usuário poderá preparar e encaminhar Solicitações, monitorar o estado do Empréstimo em tempo quase real e acessar as respectivas informações sobre políticas, financeiras e de aquisição. Para mais informações sobre o site e o cadastro, gentileza, contatar o Banco através do seguinte email: clientconnection@worldbank.org.

Outros

Extratos de despesas documentarão despesas elegíveis baseadas em transações reais.

Despesas elegíveis são aquelas incorridas e realizadas até a data de encerramento.

Não serão Adiantamentos feitos por despesas que serão financiadas a partir das categorias de desembolso com condições de desembolso não satisfeitas.

**** Seções e subseções relativas a "Diretrizes de Desembolso para Financiamento de Projetos de Investimentos", de fevereiro de 2017.**

Anexo 1

Formulário de Carta de Signatário Autorizado

[Cabeçalho] Ministério da Economia

[Endereço]

[Cidade] [País]

Banco Mundial

1818 H. Street, N.W. Washington, D.C. 20433. Estados Unidos da América.

Att: Diretor do País



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015 – Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Re: Empréstimo BIRD —[nome do Programa / Operação]

Faço referência ao Acordo de Empréstimo entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ("Banco Mundial") e o xxxox ("Tomador") para o Empréstimo supramencionado, com data de [Data da Assinatura do Acordo], fornecendo o Empréstimo Programa e Empréstimo Projeto acima. Para os objetivos da Seção 2.03 das Condições Gerais do Projeto, conforme definido no Acordo, qualquer¹ [uma] das pessoas cujas amostras de assinatura autenticadas aparecem abaixo estão autorizadas, em nome do Tomador, a assinar Solicitações de saque nos termos deste Empréstimo.

Para objetivo de entrega de Solicitações de saque ao Banco Mundial, ² [cada] uma das pessoas cuja amostra de assinatura autenticada aparece abaixo está autorizada, em nome do Tomador, atuando ³ [individualmente] ⁴ [conjuntamente], para

¹ Instrução ao Tomador: Estipular se mais de uma pessoa precisa assinar as Solicitações, e quantos ou quais posições, e se quaisquer limites são aplicáveis. *Favor deletar esta nota de rodapé na carta final enviada ao Banco Mundial.*

² Instrução ao Tomador: Estipular se mais de uma pessoa precisa assinar Solicitações conjuntamente, em caso afirmativo, favor indicar o número real. *Favor deletar esta nota de rodapé na carta final enviada ao Banco Mundial.*

³ Instrução ao Tomador: Use este colchete se qualquer uma das pessoas autorizadas puder assinar; se isso não for aplicável, por favor, delete. *Favor deletar esta nota de rodapé na carta final enviada ao Banco Mundial.*

⁴ Instrução ao Tomador: Use este colchete apenas se várias pessoas devem assinar conjuntamente cada Solicitação; se isso não for aplicável, por favor, delete. *Favor deletar esta nota de rodapé na carta final enviada ao Banco Mundial.*



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

entregar Solicitações de saque, e evidências em seu apoio, nos termos e condições especificados pelo Banco Mundial.

⁵ [Isso confirma que o Tomador está autorizando tais pessoas a aceitar Chaves Eletrônicas (SIDC) e entregar as Solicitações de saque e documentos de apoio ao Banco Mundial por meio eletrônico. Em pleno reconhecimento de que o Banco Mundial deverá confiar em tais representações e garantias, incluindo, sem limitação, as representações e garantias contidas nos *Termos e Condições de Uso de Dispositivos de Identificação Segura em vinculação com o Uso de Meio Eletrônico para Processar Solicitações e Documentação de Apoio* ("Termos e Condições de Uso de Chaves Eletrônicas"), o Tomador declara e garante ao Banco Mundial que tais pessoas cumprirão tais termos e condições].

Esta Autorização substitui e se sobrepõe a qualquer Autorização atualmente nos registros do Banco Mundial relacionada com este Acordo.

Anexo 2: Extrato de Despesas

Anexo 5: Planilha de Termos Financeiros

⁵ Instrução ao Tomador: Adicione este parágrafo se o Tomador deseja autorizar as pessoas listadas a aceitar Chaves Eletrônicas e entregar Solicitações por meio eletrônico; se isso não for aplicável, por favor, delete o parágrafo. *Favor deletar esta nota de rodapé na carta final enviada ao Banco Mundial.*



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Anexo 06

Cronograma de Amortização

Projeto: P167455-Projeto Ceará São José III. Região: América Latina e Caribe. País: Brasil. TTL: Barbara Cristina Noronha F. Instrumento de empréstimo: IPF.

Empréstimo: IBRD T9967-. Produto financeiro: IFL – Empréstimo com Spread Variável. Situação: esboço. Valor em CoC: USD 100.000.000,00 Descrição do empréstimo: Projeto Ceará Rural São José.

Cronograma de Amortização

País tomador: BR-Brasil. Categoria de renda: 4. Vencimento pgto médio (em anos): 20.00.

Parâmetros do Cronograma de Amortização

Perfil de vencimento	CUSTOM	Tipo de vencimento	Nível
Prazo de pagamento	Vinculado ao desembolso	Frequência de pgto (em meses)	006
Período de carência	060	Vencimento final (em meses)	300
1a. data de vencimento	11° data de pgto de juros	Última data de vencimento	50° data de pgto de juros

57



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Est. de última data de desembolso	31 dez 2025	Agrupamento de desembolso (em meses)	006
Dia de pgto /mês	15/03	Taxa de anuidade(%)	0.00
Data de encerramento	15 set 2050		
Versão 001			

Cronograma de Pagamento para cada valor desembolsado

N° do pgto	Pct Pgto
001	2.50000
002	2.50000
003	2.50000
004	2.50000
005	2.50000
006	2.50000
007	2.50000
008	2.50000
009	2.50000
010	2.50000
011	2.50000
012	2.50000
013	2.50000
014	2.50000



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

015	2.50000
016	2.50000
017	2.50000
018	2.50000
019	2.50000
020	2.50000
021	2.50000
022	2.50000
023	2.50000
024	2.50000
025	2.50000
026	2.50000
027	2.50000
028	2.50000
029	2.50000
030	2.50000
031	2.50000
032	2.50000
033	2.50000
034	2.50000
035	2.50000
036	2.50000
037	2.50000
038	2.50000
039	2.50000
040	2.50000
Total	100.00000



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Cronograma de Desembolso						
Não desembolsado						
N° do Desembolso	Data do Fim do Semestre	Valor do Desembolso (USD)	Pct Desembolso	Tipo de Vencimento	Períodos de Carência	Prazo do Empréstimo
001	14 set 2019	3.270.000,00	3.27	Nível	060	300
002	14 mar2020	8.620.000,00	8.62	Nível	060	300
003	14 set 2020	8.610.000,00	8.61	Nível	060	300
004	14 mar 2021	10.630.000,00	10.63	Nível	060	300
005	14 set 2021	10.630.000,00	10.63	Nível	060	300
006	14 mar 2022	15.630.000,00	15.63	Nível	060	300
007	14 set 2022	15.630.000,00	15.63	Nível	060	300
008	14 mar 2023	9.120.000,00	9.12	Nível	060	300
009	14 set 2023	9.120.000,00	9.12	Nível	060	300
010	14 mar 2024	3.120.000,00	3.12	Nível	060	300
011	14 set 2024	3.120.000,00	3.12	Nível	060	300
012	14 mar 2025	1.250.000,00	1.25	Nível	060	300
013	14 set 2025	1.250.000,00	1.25	Nível	060	300
014	14 mar 2026	0,00	0.00	Nível	060	300
Total		100.000.000,00	100.00			
Média do vencimento de pagamento						
Período médio do pagamento esperado (EADP)			2.64			
Vencimento médio do sub-empréstimo (ARM)			17.89			



NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

NÍCOLAS DE ALMEIDA AYRES

Tradutor Público – Inglês / Public Sworn Translator - English

nicolasayres@gmail.com

CPF: 438.389.873-49

Home Office: Av. Rogaciano Leite, 1060, apto 504. 60810.001. Escritório: Rua Carlos Vasconcelos, 3015

– Tel: 55 85 3271 2869 / 55 85 9 9989 0019(m) / 55 85 98623 4791(m whatsapp).

60.115.171. FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL.

TRADUÇÃO N° 1632. Fortaleza, 27 de maio de 2019.

Economia ARM	2.11

Impresso em 09 de maio de 2019, às 12:55:21 Cronograma de Amortização. Fonte: PRD.

Nada mais de importante continha o referido documento que traduzi nesta cidade de Fortaleza, aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezenove, para todos os efeitos legais. EM TESTEMUNHO DO QUE, esta tradução leva a minha assinatura para constar onde convier.

Nícolas de Almeida Ayres

International Language Consultants

Tradutor Público Juramentado & Intérprete Comercial

nicolasayres@gmail.com

55 85 9 9989.0019

55 85 9 8623.4791

55 85 3271.2869

Nícolas Ayres

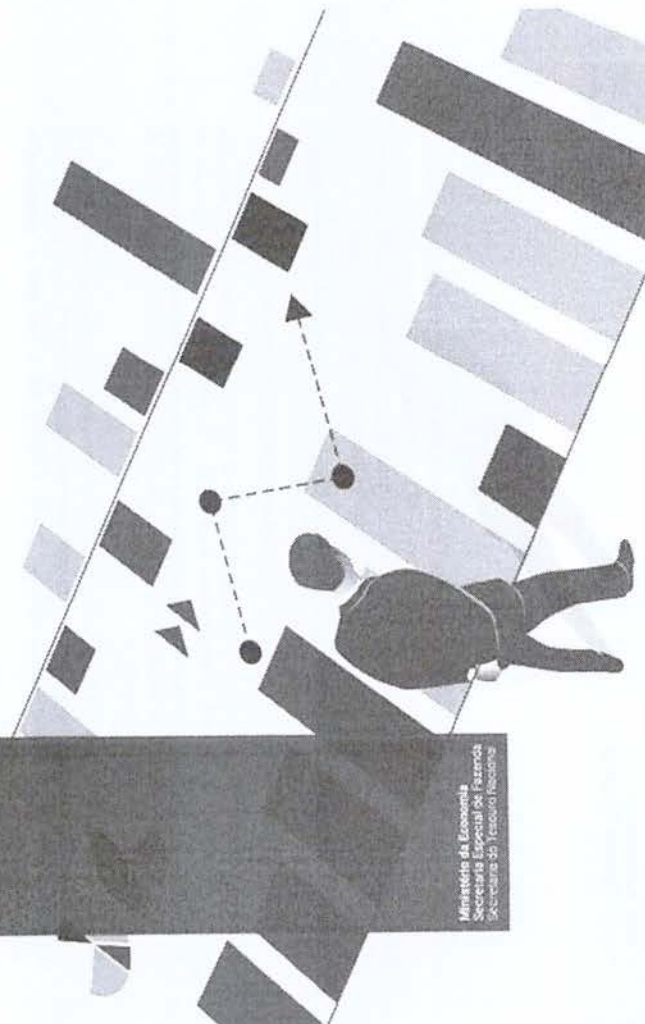
JUCEC - 047.0011

**Rua Carlos Vasconcelos, 3015
Fortaleza-Ce, Br.**



Resultado do Tesouro Nacional

Boletim – Vol. 25, N.9



RTN Resultado do
2019
Tesouro Nacional

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guimarães

Secretário Especial da Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário do Tesouro Nacional

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

Gildenora Batista Dantas Milhomem

José Franco Medeiros de Moraes

Pedro Jucá Maciel

Pricilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Fábio Felipe Daquilha Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalcivici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Marcus Vinicius Magalhães de Lima

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional – v. 25, n. 9 (Setembro 2019). –
 Brasília : STN, 1995.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.
 1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Introdução – Guia de Leitura

Com vistas a oferecer à sociedade informações mais claras e objetivas, está sendo apresentado o boletim Resultado do Tesouro Nacional em novo formato. A diretriz principal foi alterar estruturas e eliminar informações redundantes a fim de proporcionar maior agilidade na localização dos conteúdos buscados. Não houve nenhuma alteração metodológica nos indicadores fiscais apresentados no boletim.

A principal alteração foi apresentar apenas uma tabela abrangente para cada período de comparação, acompanhada de notas explicativas sobre as variações mais relevantes identificadas a cada período. Quando necessário para auxiliar no esclarecimento, podem ser apresentadas tabelas complementares.

Para as notas explicativas foi criada uma escala de cor de acordo com o impacto real da variação da rubrica sobre o resultado. A cor azul indica impacto superavitário (aumento de receitas ou redução de transferências/despesas) enquanto a vermelha indica impacto deficitário (redução de receitas ou aumento de transferências/despesas). A intensidade da cor está associada ao impacto absoluto da variação da rubrica entre os períodos comparados.

Para promover a análise integrada da programação financeira com sua execução, foi criada seção específica ("Acompanhamento da Programação Orçamentária-Financeira do Governo Central"), a qual apresenta uma comparação do resultado primário do Governo Central realizado até o mês com a programação orçamentária-financeira anual.

Para facilitar a navegação de leitura no relatório, algumas informações saíram dos anexos e continuarão sendo disponibilizadas apenas na planilha de série histórica disponível no site. São elas:

- Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central;
- Dívida Líquida do Tesouro Nacional;
- Receita Administrada pela RFB – Valores Brutos;

A planilha de séries históricas está disponível nos seguintes links:

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/resultado-do-tesouro-nacional>

<http://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-transparencia/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>

Na mesma linha de modificação, foi descontinuada no anexo do RTN a publicação do Boletim FPM/FPE/IFI-Exportação, o qual continuará sendo publicado na página web de transferências legais e constituições, a qual – vale destacar – disponibiliza um rico conjunto de outras informações complementares sobre o assunto. Segue abaixo o link:

<http://tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/transferencias-constitucionais-e-legais>

Também foram retratadas do anexo as tabelas a preços constantes, as quais continuarão disponíveis na planilha de séries históricas. Não obstante, todas as tabelas do corpo e do anexo do relatório passam a apresentar taxas de variação real¹, além das variações em unidades monetárias e taxas de variação a preços correntes, de modo a continuar permitindo a compreensão da dinâmica real dos indicadores fiscais. O critério de escolha das rubricas que terão notas explicativas a cada edição do boletim baseia-se na relevância do impacto fiscal real da sua variação.

¹ Variação corrente descontada da inflação medida pelo IPCA.

Panorama Geral do Resultado do Governo Central
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Discriminação	R\$ milhões - e preços correntes			Variação (2019/2018)	Variação Nominal	% Real (IPCA)
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real	
I. Receita Total	111.617,1	120.746,0	9.128,9	8,2%		5,1%
II. Transf. por Repartição de Receita	15.009,2	17.723,8	2.714,6	18,1%		14,8%
III. Receita Líquida (I-II)	96.607,9	103.022,1	6.414,3	6,6%		3,6%
IV. Despesa Total	119.633,6	123.394,3	3.760,7	3,1%		0,2%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-		-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-23.025,8	-20.372,2	2.653,6	-11,5%		-14,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	8.446,0	13.147,5	4.701,5	55,7%		-6,0%
Previdência Social (RGPS)	-31.471,8	-33.519,6	-2.047,9	6,5%		-64,2%
Memorando:						
Resultado do Tesouro Nacional	8.501,2	13.242,0	4.740,8	55,8%		-23,5%
Resultado do Banco Central	-55,2	-94,6	-39,3	71,2%		66,4%
Resultado da Previdência Social	-31.471,8	-33.519,6	-2.047,9	6,5%		-64,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Em setembro de 2019 o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 20,4 bilhões contra déficit de R\$ 23 bilhões em setembro de 2018. Essa melhora é explicada pelo aumento real da receita líquida de R\$ 3,6 bilhões (3,6%) em comparação a evolução real aproximadamente estável da despesa total de R\$ 299 milhões (0,2%).

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

Discriminação	Nota	R\$ milhões - A Preços Correntes			Variação Nominal	Variação Real	Var. %
		2018	2019	2019	R\$ milhões	R\$ milhões	
I. RECEITA TOTAL		111.617,1	120.746,0	9.128,9	8,2%	5.899,3	5,1%
II.1 - Receita Administrada pela RFB		67.411,4	67.565,2	153,8	0,2%	-1.796,7	-2,6%
II.1.1 Imposto de Importação		3.529,9	3.862,6	332,8	9,4%	220,6	6,4%
II.1.2 IP		4.646,8	4.854,8	208,0	4,5%	73,6	1,5%
II.1.3 Imposto sobre a Renda	1	23.388,4	23.117,2	-281,2	-1,2%	-958,2	-4,0%
II.1.4 IOF		3.196,5	3.593,7	397,1	12,4%	304,7	9,3%
II.1.5 COFINS	2	19.988,6	19.501,4	-487,2	-2,4%	-1.065,5	-5,2%
II.1.6 PIS/PASEP	3	5.861,1	5.761,9	-99,1	-1,8%	-254,2	-4,6%
II.1.7 CSLL	4	5.621,9	4.019,0	-1.602,9	-28,5%	-1.180,2	-22,7%
II.1.8 CDE Combustíveis		324,7	213,6	-111,1	-34,2%	-17,6	-5,4%
II.1.9 Outras Administradas pela RFB	4	2.032,6	3.160,9	1.128,4	55,5%	1.070,1	51,7%
II.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5	30.032,2	32.577,2	2.545,0	8,5%	1.689,4	5,5%
II.4 - Receita Não Administrada pela RFB		14.166,4	20.662,6	6.496,2	46,2%	6.086,7	41,2%
II.4.1 Concessões e Permissões	6	2.507,7	2.573,6	65,9	2,6%	-418,2	-16,0%
II.4.2 Dividendos e Participações		124,5	5.160,6	5.036,1	4.036,1%	5.032,5	4.032,5%
II.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.066,6	1.052,4	-14,2	-1,3%	-24,5	-2,3%
II.4.4 Exatidão de Recursos Naturais		2.676,8	2.835,7	158,9	5,9%	62,4	2,3%
II.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		983,9	1.126,5	142,6	14,5%	114,1	11,3%
II.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.437,0	1.688,3	-748,7	-30,7%	-819,2	-32,7%
II.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		641,8	489,8	-152,0	-23,7%	-34,2	-5,3%
II.4.8 Operações com Ativos	7	85,7	86,3	0,7	0,8%	-1,6	-1,8%
II.4.9 Demais Receitas		3.482,5	5.609,3	2.126,8	61,1%	2.026,1	58,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		15.009,2	17.723,8	2.714,6	18,1%	2.800,3	18,6%
II.1 FPM / FPE / FPF / FPF-E	8	11.283,9	14.306,6	3.022,7	26,8%	2.696,2	23,2%
II.1.1 Repasse Total		749,1	742,2	-6,9	-0,9%	-30,6	-4,0%
II.1.2 Supl. dos Fundos		77,5	872,9	795,4	1.032,9%	181,8	26,3%
II.1.3 Contribuição do Salário Educação		980,9	948,8	-32,1	-3,3%	-212,4	-21,6%
II.1.4 Exploração de Recursos Naturais		1.910,5	1.615,9	-294,6	-15,4%	-349,9	-18,3%
II.1.5 CDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.1.6 Demais		104,8	112,3	7,5	7,2%	-4,5	-4,2%
II.2 Fundos Constitucionais		3.670,7	103.022,1	99.351,4	2.706,2%	3.619,0	98,1%
II.2.1 FPM		749,1	742,2	-6,9	-0,9%	-30,6	-4,0%
II.2.2 FPE		77,5	872,9	795,4	1.032,9%	181,8	26,3%
II.2.3 FPF		980,9	948,8	-32,1	-3,3%	-212,4	-21,6%
II.2.4 FPF-E		1.910,5	1.615,9	-294,6	-15,4%	-349,9	-18,3%
II.3 FPM / FPE / FPF / FPF-E		11.283,9	14.306,6	3.022,7	26,8%	2.696,2	23,2%
II.4 FPM / FPE / FPF / FPF-E		11.283,9	14.306,6	3.022,7	26,8%	2.696,2	23,2%
IV. DESPESA TOTAL		119.633,6	123.394,3	3.760,7	3,1%	2.876,6	2,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	9	61.097,0	68.096,8	6.999,8	11,5%	5.713,5	9,2%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários		22.097,7	23.662,2	1.564,5	7,1%	1.564,5	7,1%
IV.1.2 Pensão e Encargos Sociais		14.860,5	13.222,4	-1.638,1	-11,0%	-2.068,1	-13,5%
IV.1.3 Outras Despesas Obrigatórias		3.891,3	4.476,9	585,5	15,0%	473,0	11,8%
IV.1.4 Abono e Seguro Desemprego	10	12,3	12,3	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.1.5 Anistias		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.1.6 Apco Fin. EE/MM		53,5	56,2	2,8	5,2%	1,2	2,2%
IV.1.7 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		4.646,8	5.046,6	399,8	8,6%	233,4	4,9%
IV.1.8 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RAW		441,8	489,8	48,0	10,9%	35,2	7,8%
IV.1.9 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		1.765,2	1.714,5	-50,7	-2,9%	-1.765,2	-97,2%
IV.1.10 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	11	985,8	685,8	-300,0	-30,5%	-328,5	-33,4%
IV.1.11 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		69,3	75,7	6,4	9,3%	4,4	6,2%
IV.1.12 Fabricação de Cédulas e Moedas		963,9	1.016,2	52,3	5,4%	28,3	2,9%
IV.1.13 Fundo de Fundos - Complementação da União		125,0	157,9	32,9	26,3%	29,3	22,8%
IV.1.14 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		1.014,4	886,7	-127,7	-12,6%	-127,7	-12,6%
IV.1.15 Legislativo/Judiciário/MPU/DFPU (Custeio e Capital)		159,2	0,0	-159,2	-100,0%	-163,8	-100,0%
IV.1.16 Lei Kandir e FEX		154,5	147,3	-7,2	-4,6%	-11,6	-7,3%
IV.1.17 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		478,612	113,6	-364,9	-76,3%	-378,9	-79,9%
IV.1.18 Subsídios, Subvenções e Proagro		29,5	28,8	-0,7	-2,5%	-1,6	-5,4%
IV.1.19 Transferências ANA		65,6	69,9	4,3	6,6%	2,4	3,6%
IV.1.20 Impacto Primário do FIES		3,7	-60,5	-64,2	-17,4%	-64,2	-17,4%
IV.1.21 Impacto Primário do FIES		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.1.22 Financiamento de Campanha Eleitoral		20.784,4	20.412,9	-371,5	-1,8%	-972,9	-4,5%
IV.1.23 Despesas do Poder Executivo Supletas a Progr. Financeiro	12	11.237,7	12.376,5	1.138,8	10,1%	878,0	7,7%
IV.1.24 Outras Despesas	13	9.560,6	8.036,4	-1.524,3	-15,9%	-1.800,9	-18,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-23.025,8	-20.372,2	2.653,6	-11,5%	3.318,8	-14,0%

Nota 1 - Imposto sobre a Renda (-R\$ 958,2 milhões / -4,0 %): resultado principalmente da queda de R\$ 1.703,1 milhões (-21,7%) no IRPJ, parcialmente compensada pelo aumento na arrecadação do Imposto Retido na fonte relacionado aos rendimentos do Trabalho (R\$ 637,5 milhões) e do Trabalho (R\$ 155,6 milhões). Resultado decorrente da queda real de arrecadação referente a estimativa mensal.

Nota 2 - COFINS (-R\$ 1.065,5 milhões / -5,2%): influenciou a arrecadação negativa maior montante de compensações e variação negativa de 1,40% no volume de serviços (PMI-IBGE).

Nota 3 - CSLL (-R\$ 1.180,2 milhões / +22,7%): mesma explicação do IRPJ, ver Nota 1.

Nota 4 - Outras Administradas pela RFB (R\$ 1.070,1 milhões / 51,7%): efeito devido a reclassificação de parcelamentos em setembro de 2018 sem contrapartida em agosto de 2019.

Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 1.689,4 milhões / +5,5%): efeito combinado do (i) crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18; e (ii) um saldo positivo de 593,467 até o mês de agosto de 2019 (CAGED/MTE).

Nota 6 - Dividendos de Participações (R\$ 5.032,5 milhões): Decorrente principalmente da distribuição de dividendos do Banco do Brasil (R\$ 210,7 milhões) BNDES (R\$ 1.819, 6 milhões) e da CEF (R\$ 3.000 milhões).

Nota 7 - Demais Receitas (+R\$ 2.026,1 milhões / +14,8%): incorporação de recursos resultante de acordo celebrado entre a empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e autoridades norte-americanas no montante de R\$ 2.669,1 milhões.

Nota 8 - FPM / FPE / IPI-EE (+R\$ 2.696,2 milhões / +23,2%): reflexo da elevação conjunta, em agosto-setembro de 2019, dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Nota 9 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 2.826,6 milhões / +4,5%): crescimento de 527,4 mil (1,8%) no número benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 27,46 (2,1%).

Nota 10 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 473,0 / -11,8%): redução de R\$ 385,6 milhões no seguro desemprego e de R\$ 87,39 milhões no abono.

Nota 11 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (-R\$ 1.765,6 / -97,2%): Redução na execução das despesas por meio da abertura de créditos extraordinários.

Nota 11 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+ R\$ 828,0 milhões / +7,2%): o crescimento das despesas obrigatórias com Controle de Fluxo decorrem principalmente da função saúde (R\$ 812,0 milhões / +12,4%) e Demais (R\$ 331,6/+123,2%) parcialmente compensadas pela redução no Bolsa Família (R\$ -137,9/-5,3%) e Educação (-R\$ 223,7 milhões/-22%).

Nota 12 - Discricionárias (-R\$ 1.800,9 milhões / -18,3%): houve redução na execução e despesas discricionárias da maioria das funções parcialmente compensadas pela elevação de R\$ 134,3 milhões (6,5%) na função saúde.

Panorama Geral do Resultado do Governo Central – Acumulado no Ano

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Set		Variação (2019/2018)			
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	
I. Receita Total	1.083.411,1	1.139.613,2	56.202,1	5,2%	1,3%	
I. Transf. por Repartição de Receita	186.769,8	203.562,0	16.792,2	9,0%	4,9%	
II. Receita Líquida (I-II)	896.641,3	936.051,2	39.409,9	4,4%	0,5%	
V. Despesa Total	982.426,9	1.008.520,2	26.093,4	2,7%	-1,1%	
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	4.021,0	0,0	-4.021,0	-	-	
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-81.764,6	-72.469,0	9.295,6	-11,4%	-14,5%	
Tesouro Nacional e Banco Central	73.350,4	92.785,4	19.435,0	26,5%	21,4%	
Previdência Social (RGPS)	-155.115,0	-165.254,4	-10.139,4	6,5%	2,7%	
VII. Resultado Primário/PIB	-1,6%	-1,4%	-	-	-	
Memorandos:						
Resultado do Tesouro Nacional	73.854,7	93.166,3	19.311,6	26,1%	21,0%	
Resultado do Banco Central	-504,2	-380,9	123,4	-24,5%	-45,9%	
Resultado da Previdência Social	-155.115,0	-165.254,4	-10.139,4	6,5%	2,7%	

Fonte: Tesouro Nacional

Comparativamente ao acumulado até setembro, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 81,8 bilhões em 2018 para déficit de R\$ 72,5 bilhões em 2019. A redução real do déficit primário no acumulado até setembro deste ano ante o mesmo período do ano passado decorreu principalmente da diminuição das despesas discricionárias, que até setembro de 2019 foram R\$ 14,98 bilhões inferiores às do mesmo período de 2018. Já a receita líquida anotou elevação real de R\$ 1,0 bilhão.



Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

Nota	Descrição	R\$ Milhões - A Preços Correntes			
		2018	2019	Variação Nominal	Variação Real
				R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL		1.081.441,1	1.119.613,2	38.172,1	3,5%
I.1 - Receita Administrada pelo RFB		872.903,5	795.452,2	-77.451,3	-8,9%
I.1.1 - Imposto de Importação		30.517,9	31.669,8	1.151,9	3,8%
I.1.2 - IPI		308.755,9	291.618,2	-17.137,7	-5,6%
I.1.3 - Imposto sobre a Renda		268.461,2	255.509,9	-12.951,3	-4,8%
I.1.4 - IOF		37.342,7	29.837,1	-7.505,6	-20,1%
I.1.5 - COFINS		354.272,8	378.997,0	24.724,2	7,0%
I.1.6 - PIS/PASEP		48.901,1	48.544,7	-356,4	-0,7%
I.1.7 - CSLL		60.633,8	61.985,5	1.351,7	2,2%
I.1.8 - CIDE Combustíveis		3.216,1	2.081,1	-1.135,0	-35,3%
I.1.9 - Outras Contribuições pelo RFB		10.057,8	18.213,9	8.156,1	81,1%
I.2 - Receita Fiscal		-12,2	-47,8	-35,6	-293,5%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS		273.710,2	292.429,5	18.719,3	6,8%
I.4 - Receitas Administradas pelo RFB		135.004,5	141.866,4	6.861,9	5,1%
I.4.1 - Contribuições e Participações		13.144,1	12.125,4	-1.018,7	-7,7%
I.4.2 - Dividendos e Participações		6.389,7	12.614,7	6.225,0	97,4%
I.4.3 - Cont. para a Segur. Social do Servidor		9.567,7	9.643,4	75,7	0,8%
I.4.4 - Exploração de Recursos Naturais		41.974,2	48.437,3	6.463,1	15,4%
I.4.5 - Recursos de Recuperação Ambiental		10.954,2	11.858,3	904,1	8,2%
I.4.6 - Contribuição para o FGC		16.483,6	15.917,7	-565,9	-3,4%
I.4.7 - Contribuição para o FGC (LC nº 110/01)		3.854,7	4.237,7	383,0	9,9%
I.4.8 - Operações com Ativos		841,4	865,5	24,1	2,8%
I.4.9 - Demais Receitas		31.647,9	30.153,3	-1.494,6	-4,7%
II. TRANSFERÊNCIAS PARA O RGPS		186.769,8	203.562,0	16.792,2	9,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)		894.641,3	919.051,2	24.409,9	2,7%
IV. DESPESA TOTAL		992.426,9	1.008.520,2	16.093,3	1,6%
IV.1 - Benefícios Previdenciários		428.823,2	457.682,9	28.859,6	6,7%
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais		216.449,9	227.229,1	10.779,2	4,9%
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias		153.811,8	150.689,7	-3.122,1	-2,0%
IV.3.1 - Aluguel e Seguro Desemprego		40.913,5	41.821,9	908,4	2,2%
IV.3.2 - Anistias		136,6	119,7	-16,9	-12,4%
IV.3.3 - Apoio Fin. E/ou M		60	60	0	0,0%
IV.3.4 - Benefício de Legislação Especial e Indenizações		452,8	372,5	-80,3	-17,7%
IV.3.5 - Benefício de Prestação Continuada da LOAS/PMV		4.962,6	4.632,8	-329,8	-6,6%
IV.3.6 - Complemento para o FGC (LC nº 110/01)		3.854,7	4.237,7	383,0	9,9%
IV.3.7 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)		10.954,2	11.858,3	904,1	8,2%
IV.3.8 - Contribuição para o FGC (LC nº 110/01)		16.483,6	15.917,7	-565,9	-3,4%
IV.3.9 - Contribuição para o FGC (LC nº 110/01)		3.854,7	4.237,7	383,0	9,9%
IV.3.10 - Fundo (Fundo) - Complementação da União		10.954,2	11.858,3	904,1	8,2%
IV.3.11 - Fundo (Fundo) - Complementação da União		10.954,2	11.858,3	904,1	8,2%
IV.3.12 - Instituto de Previdência (Instituto e Capital)		1.435,5	0	-1.435,5	-100,0%
IV.3.13 - Lei de Renda e PEX		13.371,8	14.691,0	1.319,2	9,9%
IV.3.14 - Sentenças Judiciais e Precatórios (Capital e Capital)		12.751,866	10.023,1	-2.728,7	-21,4%
IV.3.15 - Subvenções, Subsídios e Projeção		210,1	144,5	-65,6	-31,2%
IV.3.16 - Transferências ANA		641,9	627,0	-14,9	-2,3%
IV.3.17 - Transferências ANA		2.087,7	1.226,0	-861,7	-41,3%
IV.3.18 - Imposto Primário do RFB		1.715,2	-	-1.715,2	-100,0%
IV.3.19 - Imposto Primário do RFB		172.947,5	-	-172.947,5	-100,0%
IV.4 - Despesas do Poder Executivo		102.940,9	102.940,9	0	0,0%
IV.4.1 - Despesas do Poder Executivo		99.564,3	102.940,9	3.376,6	3,4%
IV.4.2 - Despesas do Poder Executivo		81.966,6	71.273,3	-10.693,3	-12,9%
IV.5 - Despesas do Poder Legislativo		4.001,0	4.001,0	0	0,0%
IV.6 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.7 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.8 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.9 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.10 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.11 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.12 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.13 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.14 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.15 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.16 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.17 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.18 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.19 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.20 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.21 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.22 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.23 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.24 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.25 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.26 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.27 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.28 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.29 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.30 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.31 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.32 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.33 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.34 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.35 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.36 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.37 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.38 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.39 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.40 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.41 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.42 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.43 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.44 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.45 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.46 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.47 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.48 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.49 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.50 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.51 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.52 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.53 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.54 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.55 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.56 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.57 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.58 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.59 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.60 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.61 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.62 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.63 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.64 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.65 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.66 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.67 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.68 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.69 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.70 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.71 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.72 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.73 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.74 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.75 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.76 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.77 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.78 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.79 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.80 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.81 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.82 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.83 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.84 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.85 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.86 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.87 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.88 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.89 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.90 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.91 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	-5,3%
IV.92 - Despesas do Poder Judiciário		81.764,4	77.469,0	-4.295,4	<

Nota 12 - Demais Receitas (-R\$ 3.845,2 milhões / -11,3%): ingresso em abril de 2018 de R\$ 1,6 bilhão de recursos da Redi-BC sem contrapartida em 2019, além de uma devolução de depósito judicial no valor de R\$ 1,6 bilhão efetuada por meio de restituição de receita em junho de 2019, em favor do Banco Central.

Nota 13 - FPM / FPE / IPI-EE (+R\$ 7.138,1 milhões / +4,7%): reflexo do aumento do conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Nota 14 - Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 2.636,7 milhões / +10,0%): devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais (ver Nota 11).

Nota 15 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 12.501,4 milhões / +2,8%): desta elevação R\$ 1,88 bilhões diz respeito ao aumento nas despesas com sentenças judiciais e precatórios. Além disto houve crescimento de 577,9 mil (2,0%) no número médio de benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 15,93 (1,1%).

Nota 16 - Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 2.035,1 milhões / +0,9%): reajuste de diversas categorias do funcionalismo público.

Nota 17 - Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (-R\$ 2.928,0 milhões / -26,2%): devido à reoneração parcial da folha (Lei 13.670/18) cujo efeito econômico começou no segundo semestre de 2018.

Nota 18 - Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital) (-R\$ 1.426,9 milhões / -15,2%): redução concentrada nas despesas discricionárias do Legislativo/Judiciário/MPU/DPU.

Nota 19 - Lei Kandir e FEX (-R\$ 1.497,5): em 2019 a Lei Kandir não foi regulamentada não havendo, portanto, transferência.

Nota 20 - Subsídios, Subvenções e Proagro (-R\$ 3.221,8 milhões / -24,1%): apesar da redução ser concentrada no Programa de Sustentação ao Investimento - PSI (-R\$ 1,95 bilhão) que deixou de ter novos contratos em 2015, quase todos os programas de subsídio vêm apresentando redução. Esse resultado decorre, principalmente, da redução da taxa básica de juros.

Nota 21 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (-R\$ 2.143,3 milhões / -2,12%): variação concentrada nas despesas obrigatórias com controle do grupo Demais (R\$ 1.226 milhões/-33,5%) seguido das despesas de saúde (-R\$ 442,1 milhões/0,7%).

Nota 22 - Discricionárias (-R\$ 14.984,4 milhões / -17,3%): redução explicada pela programação orçamentária e financeira de 2019, que prevê um nível mais baixo de discricionárias do que no ano passado, além da capitalização da Emgepron em 2018. Na abertura por funções, as discricionárias com educação tiveram a maior redução (-R\$ 3,4 bilhões / -19,7%) seguidas pela função defesa (-R\$ 3,1 bilhões / -34,1%) e saúde (-R\$ 3,0 bilhões / -13,8%)

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Mensal

Distribuição	R\$ Milhões - A Preços Correntes			
	2018	Setembro	Variação Nominal R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL	111.617,1	120.746,0	9.128,9	8,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.411,4	67.563,2	152,8	0,2%
I.1.1 Imposto de Importação	3.529,9	3.852,6	322,8	9,2%
I.1.2 IPI	4.646,8	4.854,8	208,0	4,5%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	23.398,4	23.117,2	-281,2	-1,2%
I.1.4 IOF	3.196,5	3.593,7	397,1	12,4%
I.1.5 COFINS	19.988,6	19.501,4	-487,2	-2,4%
I.1.6 PIS/PASEP	5.361,1	5.261,9	-99,1	-1,8%
I.1.7 CSLL	5.052,9	4.019,0	-1.034,0	-20,5%
I.1.8 CIDE Combustíveis	224,7	213,6	-11,1	-4,9%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.012,6	3.140,9	1.128,4	56,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.019,2	32.577,2	2.558,0	8,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	14.186,4	20.603,6	6.417,2	45,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.907,7	2.573,6	-334,1	-11,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	134,5	5.160,6	5.026,1	3.740,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.046,6	1.052,4	5,8	0,5%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.676,8	2.816,7	139,9	5,2%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	983,9	1.126,5	142,6	14,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.417,0	1.888,3	-528,7	-21,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	441,8	489,8	48,0	10,9%
I.4.8 Operações com Ativos	85,7	86,3	0,7	0,8%
I.4.9 Demais Receitas	3.482,5	5.059,3	2.126,8	61,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.009,2	17.723,8	2.714,6	18,1%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.283,9	14.306,6	3.022,7	26,8%
II.2 Fundos Constitucionais	749,1	740,2	-8,9	-1,2%
II.2.1 Repasse Total	671,7	872,9	201,2	30,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	77,5	-132,7	-210,1	-271,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	960,9	948,8	-12,0	-1,3%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	1.910,5	1.615,9	-294,6	-15,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	104,8	112,3	7,5	7,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (II-III)	96.607,9	103.022,1	6.414,3	6,6%
IV. DESPESA TOTAL	119.633,6	123.394,3	3.760,7	3,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	61.491,0	66.096,8	4.605,8	7,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.497,7	23.662,2	1.164,4	5,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.860,5	13.224,4	-1.636,1	-11,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.891,3	4.476,9	585,5	15,0%
IV.3.2 Anistados	12,3	12,7	0,4	3,1%
IV.3.3 Apoio Fin. FE/MEM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	53,5	56,2	2,8	5,2%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RNAV	4.646,8	5.014,6	367,8	7,9%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	441,8	489,8	48,0	10,9%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.765,2	50,7	-1.714,5	-97,1%
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	985,8	685,8	-300,0	-30,4%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	69,3	75,7	6,4	9,3%
IV.3.10 Fundo/Findeb - Complementação da União	963,9	1.016,2	52,2	5,4%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	125,0	157,9	32,9	26,3%
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.014,4	886,7	-127,7	-12,6%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	359,2	0,0	-359,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	154,5	147,3	-7,2	-4,6%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	478,612	113,6	-365,0	-76,3%
IV.3.16 Transferências ANA	29,5	28,8	-0,7	-2,5%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	65,6	69,9	4,3	6,6%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	3,7	-60,5	-64,2	-1.735,1%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira	20.284,4	20.412,9	128,5	0,6%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.233,7	12.376,5	1.152,8	10,3%
IV.4.2 Discricionárias	9.560,6	8.036,4	-1.524,3	-15,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-23.025,8	-20.372,2	2.653,6	-11,5%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAPIU	134,6			
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CHUVA - COMPETÊNCIA	-612,2			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-788,5			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-24.291,9			
X. JUROS NOMINAIS	-9.155,1			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-33.446,9			

Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central - Mensal				R\$ Milhões - A Preço Corrente			
Discriminação	Setembro 2019	Setembro 2018	Variação Nominal	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
RECEITA TOTAL	111.617,1	120.746,0	9.128,9	8.2%	5.896,3	5,1%	6,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.411,4	67.585,2	173,8	0,2%	-1.796,7	-6,4%	-2,6%
I.1.1 Imposto de Importação	3.579,9	3.862,6	332,8	9,4%	230,0	6,4%	4,3%
I.1.2 IPI	4.666,8	4.854,8	208,0	4,5%	79,6	1,5%	1,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	436,5	455,2	114,8	26,3%	102,1	22,7%	2,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	13,2	13,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	4.760,0	4.717,7	-42,3	-0,9%	12,4	0,3%	2,2%
I.1.2.4 IPI - Veículos de importação	1.815,8	1.899,1	83,3	4,6%	116,1	6,4%	5,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	23.988,4	23.121,2	-867,2	-3,6%	-958,2	-4,0%	-4,0%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	2.755,7	2.840,2	84,5	3,1%	4,8	0,2%	0,2%
I.1.3.1 IR - Pessoa Física	7.638,5	6.156,4	-1.482,1	-19,4%	-1.708,1	-27,2%	-2,2%
I.1.3.1.1 IR - Rendimentos do Trabalho	11.004,2	14.120,6	3.116,4	8,6%	740,1	5,5%	5,5%
I.1.3.1.2 IR - Rendimentos do Capital	6.466,3	7.295,9	829,6	12,8%	637,5	9,6%	9,6%
I.1.3.1.3 IR - Rendimentos do Exterior	3.353,5	3.459,1	105,6	3,2%	155,6	4,5%	4,5%
I.1.3.1.4 IR - Outros Rendimentos	2.174,0	2.151,9	-22,1	-1,0%	-85,0	-3,8%	-3,8%
I.1.3.2 IR - Outros	1.010,4	1.071,6	61,2	6,1%	30,9	3,0%	3,0%
I.1.4 IGF	3.196,5	3.593,7	397,2	12,4%	308,3	9,7%	9,7%
I.1.4.1 IGF - Contribuintes	3.196,5	3.593,7	397,2	12,4%	308,3	9,7%	9,7%
I.1.4.2 IGF - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.5 Cofins	3.833,6	3.561,9	-271,7	-7,2%	-1.264,2	-3,6%	-3,6%
I.1.5.1 Cofins - Contribuintes	3.833,6	3.561,9	-271,7	-7,2%	-1.264,2	-3,6%	-3,6%
I.1.5.2 Cofins - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.6 PIS/PASEP	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.6.1 PIS/PASEP - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.6.2 PIS/PASEP - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.7 COTR	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.7.1 COTR - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.7.2 COTR - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.1.8 IRRF - Rendimentos do Trabalho	11.004,2	14.120,6	3.116,4	8,6%	740,1	5,5%	5,5%
I.1.8.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	11.004,2	14.120,6	3.116,4	8,6%	740,1	5,5%	5,5%
I.1.8.2 IRRF - Rendimentos do Capital	6.466,3	7.295,9	829,6	12,8%	637,5	9,6%	9,6%
I.1.8.3 IRRF - Rendimentos do Exterior	3.353,5	3.459,1	105,6	3,2%	155,6	4,5%	4,5%
I.1.8.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.174,0	2.151,9	-22,1	-1,0%	-85,0	-3,8%	-3,8%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2 - Receita Fiscal	30.019,2	32.572,2	2.558,0	8,5%	1.689,4	5,9%	5,9%
I.2.1 Urbanos	29.232,2	31.861,7	2.629,5	9,0%	1.783,6	5,9%	5,9%
I.2.1.1 IPTU	787,0	715,5	-71,5	-9,1%	-84,2	-10,8%	-10,8%
I.2.1.2 IPTU - Contribuintes	787,0	715,5	-71,5	-9,1%	-84,2	-10,8%	-10,8%
I.2.1.3 IPTU - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.2 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.2.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.2.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.3 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.3.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.3.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.4 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.4.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.4.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.5 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.5.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.5.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.6 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.6.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.6.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.7 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.7.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.7.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.8 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.8.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.8.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.9 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.9.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.9.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.10 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.10.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.10.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.11 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.11.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.11.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.12 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.12.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.12.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.13 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.13.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.13.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.14 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.14.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.14.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.15 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.15.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.15.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.16 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.16.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.16.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.17 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.17.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.17.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.18 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.18.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.18.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.19 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.19.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.19.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.20 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.20.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.20.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.21 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.21.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.21.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.22 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.22.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.22.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.23 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.23.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.23.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.24 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.24.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.24.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.25 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.25.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.25.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.26 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.26.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.26.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.27 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.27.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.27.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.28 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.28.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.28.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.29 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.29.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.29.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.30 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.30.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.30.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.31 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.31.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.31.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.32 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.32.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.32.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.33 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.33.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.33.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.34 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.34.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.34.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.35 Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.35.1 Contribuintes - Contribuintes	2.021,9	2.021,9	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I.2.35.2 Contribuintes - Outros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
I							

Tabela 2.1. Resultado Primário do Governo Central - Acum. Ano

Despesa		Jan/Set		Variação Nominal		Variação Real	
		2018	2019	RS Milhões	Var. %	RS Milhões	Var. %
RS Milhões - A Preços Correntes							
I. RECEITA TOTAL		1.083.411,1	1.139.613,2	56.202,1	5,2%	14.295,2	1,3%
I.1 - Receita Administrada pelo RFB		672.005,5	705.345,2	33.339,7	4,7%	5.253,0	0,7%
I.1.1 Imposto de Importação		30.517,9	31.869,8	1.351,9	4,4%	199,9	0,6%
I.1.2 IPI		40.932,9	39.118,8	-1.814,1	-4,4%	-3.424,6	-8,0%
I.1.3 Imposto sobre a Renda		268.120,4	294.102,4	26.000,0	9,9%	16.202,2	5,8%
I.1.4 IOF		27.183,7	27.183,7	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.1.5 CONTRIBUIÇÃO DE EMPLREGADOS		384.377,8	376.970,0	-7.407,8	-1,9%	-14.611,9	-3,8%
I.1.6 CONTRIBUIÇÃO DE EMPLREGADOS		48.901,1	48.901,1	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.1.7 CSLL		60.033,8	63.900,5	3.866,7	6,4%	993,1	1,6%
I.1.8 CIDE Combustíveis		3.214,1	3.214,1	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.1.9 Outras Administradas pelo RFB		10.057,8	10.057,8	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.2 - Receitas Fiscais		422,2	422,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGP		272.710,2	292.429,5	19.719,3	7,2%	8.205,9	3,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pelo RFB		135.004,5	141.806,4	6.801,9	5,0%	8.715,1	6,4%
I.4.1 Concessões e Permissões		13.144,1	13.144,1	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.2 Dividendos e Participações		6.389,7	12.614,7	6.225,0	97,4%	5.956,7	93,0%
I.4.3 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.5 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.6 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.7 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.8 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.9 Exploração de Recursos Naturais		10.904,2	10.904,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II. TRANSFERÊNCIAS PARA O RGP		186.709,8	203.520,2	16.810,4	9,0%	9.828,0	5,3%
II.1 FPM / FPE / FPF		186.709,8	203.520,2	16.810,4	9,0%	9.828,0	5,3%
II.2 Fundos Constitucionais		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.1 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.2 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.3 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.4 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.5 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.6 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.7 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.8 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.9 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.10 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.11 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.12 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.13 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.14 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.15 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.16 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.17 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.18 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.19 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.20 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.21 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.22 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.23 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.24 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.25 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.26 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.27 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.28 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.29 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.30 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.31 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.32 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.33 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.34 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.35 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.36 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.37 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.38 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.39 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.40 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.41 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.42 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.43 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.44 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.45 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.46 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.47 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.48 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.49 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.50 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.51 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.52 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.53 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.54 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.55 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.56 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.57 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.58 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.59 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.60 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.61 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.62 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.63 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.64 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.65 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.66 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.67 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.68 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.69 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.70 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.71 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.72 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.73 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.74 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.75 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.76 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.77 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.78 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.79 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.80 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.81 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.82 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.83 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.84 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.85 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.86 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.87 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.88 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.89 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.90 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.91 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.92 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.93 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.94 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.95 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.96 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.97 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.98 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.99 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.100 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.101 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.102 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.103 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.104 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.105 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.106 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.107 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.108 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.109 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.110 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.111 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.112 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.113 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.114 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.115 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.116 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.117 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.118 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.119 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.120 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.121 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.122 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.123 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.124 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.125 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.126 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.127 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.128 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.129 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
II.2.130 Superar os Fundos		0,0	0,0	0,0	0,0%	0	

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Mensal				R\$ Milhões - A Preços Correntes			
Discriminação		2019		Variação Nominal		Variação Real	
		Agosto	Setembro	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
I. RECEITA TOTAL		117.314,9	127.746,0	3.431,1	2,9%	3.476,0	3,0%
I.1 - Receita Administrada pelo RFB		73.518,3	62.565,2	-5.953,1	-8,1%	-5.923,8	-8,1%
I.1.1 Imposto de Importação		3.786,6	3.862,6	76,0	2,0%	77,5	2,0%
I.1.2 IPI		4.503,1	4.854,8	351,7	7,8%	353,5	7,9%
I.1.3 Imposto sobre a Renda		25.391,2	23.117,2	-2.274,0	-9,0%	-2.263,8	-8,9%
I.1.4 IOF		3.562,8	3.593,7	30,9	0,9%	32,3	0,9%
I.1.5 COFINS		22.251,9	19.501,4	-2.750,5	-12,4%	-2.741,6	-12,3%
I.1.6 PIS/PASEP		5.838,7	5.261,9	-576,8	-9,9%	-574,5	-9,8%
I.1.7 CSUL		5.901,7	4.019,0	-1.882,8	-31,9%	-1.880,4	-31,9%
I.1.8 CIDE Combustíveis		246,4	213,6	-32,8	-13,3%	-32,7	-13,3%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB		2.035,9	3.140,9	1.105,1	54,3%	1.105,9	54,3%
I.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Liquidada para o RGPS		32.883,5	32.577,2	-306,3	-1,2%	-393,1	-1,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		10.813,1	20.603,6	9.790,5	90,5%	9.794,8	90,6%
I.4.1 Concessões e Permissões		439,1	2.573,6	2.134,5	486,1%	2.140,9	486,3%
I.4.2 Dividendos e Participações		751,0	5.150,6	4.409,6	587,2%	4.409,9	587,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.072,2	1.052,4	-24,8	-2,3%	-24,4	-2,3%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais		2.688,9	2.816,7	127,7	4,7%	128,8	4,8%
I.4.5 Recreitas Próprias e de Convênios		1.155,8	1.126,5	-29,3	-2,5%	-28,9	-2,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.717,7	1.688,3	-29,4	-1,7%	-28,7	-1,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		489,8	489,8	0,0	0,0%	0,0	0,0%
I.4.8 Operações com Ativos		86,5	86,3	-2,2	-2,4%	-2,1	-2,4%
I.4.9 Demais Receitas		2.404,9	5.609,3	3.204,4	133,2%	3.205,3	133,3%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		23.112,5	17.733,6	-5.378,9	-23,3%	-5.379,5	-23,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE		15.923,6	14.306,6	-1.617,0	-10,2%	-1.616,6	-10,1%
II.2 Fundos Constitucionais		755,5	740,2	-15,3	-2,5%	-15,0	-2,5%
II.2.1 Repasse Total		993,6	872,9	-120,8	-12,2%	-120,4	-12,1%
II.2.2 Superf. dos Fundos		-234,2	-132,7	101,5	-43,3%	101,4	-43,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação		932,1	948,8	16,8	1,8%	17,1	1,8%
II.4 Contribuição de Recursos Naturais		5.476,7	1.615,9	-3.860,8	-70,5%	-3.856,6	-70,5%
II.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais		20,7	122,3	91,6	442,5%	91,6	442,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)		94.202,3	103.022,1	8.819,8	9,4%	8.857,4	9,4%
IV. DESPESA TOTAL		111.020,3	123.394,3	12.367,6	11,1%	12.412,0	11,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários		53.610,4	66.096,8	12.486,4	23,3%	12.507,8	23,3%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários		23.624,6	23.662,2	37,6	0,2%	47,0	0,2%
IV.1.2 Pessoal e Encargos Sociais		13.437,9	13.222,4	-215,5	-1,6%	-210,2	-1,6%
IV.1.3 Outras Despesas Obrigatórias		4.599,6	4.476,9	-122,7	-2,7%	-120,9	-2,6%
IV.1.4 Anistias		12,1	12,7	0,6	5,3%	0,6	5,3%
IV.1.5 Apelo Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.1.6 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		55,0	56,2	1,2	2,2%	1,2	2,2%
IV.1.7 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		4.947,7	5.014,6	66,9	1,4%	68,9	1,4%
IV.1.8 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		110,0	489,8	379,8	345,3%	379,8	345,3%
IV.1.9 Créditos Extraordinários (exceto PAC)		692,9	685,8	-7,1	-1,0%	-6,8	-1,0%
IV.1.10 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		97,1	75,7	-21,4	-22,0%	-21,3	-22,0%
IV.1.11 Fundo/Findeb - Complementação da União		1.016,2	1.016,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.1.12 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		138,0	157,9	19,9	14,4%	19,9	14,4%
IV.1.13 Legislação/Judicial/MPI/DPJ (Custeio e Capital)		891,6	886,7	-4,9	-0,6%	-4,6	-0,5%
IV.1.14 Lei Kandir e FEX		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.1.15 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		154,4	147,3	-7,0	-4,6%	-7,0	-4,5%
IV.1.16 Subsídios, Subvenções e Proalago		109,817	113,6	3,8	3,4%	3,8	3,5%
IV.1.17 Transferências ANA		24,1	28,8	4,7	19,7%	4,7	19,7%
IV.1.18 Transferências ANA		74,6	69,9	-4,7	-6,3%	-4,7	-6,2%
IV.1.19 Impacto Primário do FES		25,0	-40,5	-65,5	-262,0%	-65,5	-262,0%
IV.1.20 Financiamento de Campanha Eleitoral		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.2 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		20.353,7	20.412,9	59,2	0,3%	67,3	0,3%
IV.2.1 Obrigações com Controle de Fluxo		11.676,5	12.376,5	700,1	6,0%	704,7	6,0%
IV.2.2 Despesas de Investimento		8.677,3	8.036,4	-640,9	-7,4%	-637,4	-7,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-16.824,3	-20.372,2	-3.547,8	21,1%	-3.554,5	21,1%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO ITAPIU		446,6	-459,7	-906,3	-203,0%	-906,3	-203,0%
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA		378,1	-16.459,4	-16.837,5	-4.453,3%	-16.837,5	-4.453,3%
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)		-16.459,4	-20.831,3	-4.371,9	26,5%	-4.371,9	26,5%
X. JUROS NOMINAIS		-45.375,9	-45.375,9	0,0	-	0,0	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)		-61.835,2	-66.207,2	-4.372,0	7,1%	-4.372,0	7,1%

Tabela 2.3. Despesas Primárias do Governo Central - Anual, Ano				R\$ Milhões - A Preços Correntes			
Discriminação		Variação Nominal		Variação Real (PPI)		Var. %	
		2018	2019	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
IV. DESPESA TOTAL		982.426,9	1.009.520,2	26.093,4	2,7%	26.093,4	2,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários		318.171,7	362.559,2	44.387,5	14,0%	44.387,5	14,0%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano		9.018,5	11.890,3	2.871,8	31,8%	2.871,8	31,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural		2.597,5	3.185,9	588,4	22,7%	588,4	22,7%
IV.1.3 Benefícios Previdenciários - Precatórios		216.484,9	227.279,1	10.794,2	5,0%	10.794,2	5,0%
IV.1.4 Benefícios Previdenciários - Outros		6.102,9	5.922,7	-180,2	-3,0%	-180,2	-3,0%
IV.2 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		153.491,8	150.659,7	-2.832,1	-1,9%	-2.832,1	-1,9%
IV.2.1 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		40.915,5	41.821,9	906,4	2,2%	906,4	2,2%
IV.2.2 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		112.576,3	108.837,8	-3.738,5	-3,3%	-3.738,5	-3,3%
IV.2.3 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.721,0	2.863,4	142,4	5,2%	142,4	5,2%
IV.2.4 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.5 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.6 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.7 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.8 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.9 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.10 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.11 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.12 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.13 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.14 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.15 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.16 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.17 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.18 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.19 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.20 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.21 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.22 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.23 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.24 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.25 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.26 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.27 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.28 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.29 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.30 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.31 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.32 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.33 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.34 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.35 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.36 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.37 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.38 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.39 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.40 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.41 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.42 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.43 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.44 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.45 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.46 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.47 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.48 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.49 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.50 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.51 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.52 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.53 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.54 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.55 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.56 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.57 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.58 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.59 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.60 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.61 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.62 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.63 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.64 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.65 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.66 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.67 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.68 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.69 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.70 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.71 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.72 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.73 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.74 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.75 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.76 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.77 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.78 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.79 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.80 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.81 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.82 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.83 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.84 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.85 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.86 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.87 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.88 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.89 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.90 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.91 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.92 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.93 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.94 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.95 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.96 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.97 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.98 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.99 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.100 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.101 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.102 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.103 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.104 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.105 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.106 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.107 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.108 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.109 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.110 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.111 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.112 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.113 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.114 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.115 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.116 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.117 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.118 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.119 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.120 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.121 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.122 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.123 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.124 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.125 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.126 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.127 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.128 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.129 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.130 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.131 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.2.132 Despesas de Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		2.863,4	2.863,4	0,0			

Tabela 3.2. Receitas Primárias do Governo Central - Mensal

Discriminação	2019				R\$ Milhões - A Preços Correntes			
	Agosto	Semestre	Variação Nominal	Var. %	Agosto	Semestre	Variação Nominal	Var. %
I. RECEITA TOTAL	117.314,9	120.746,0	3.431,1	2,9%	5.999,3	5.999,3	0,0	0,0%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	73.518,3	67.565,2	-5.953,1	-8,1%	-1.762,7	-1.762,7	0,0	-2,4%
I.1.1 Imposto de Importação	3.786,6	3.862,6	76,0	2,0%	230,6	6,7%		
I.1.2 IPI	4.503,1	4.854,8	351,7	7,8%	73,6	1,5%		
I.1.2.1 IPI - Fumo	474,6	551,2	76,6	16,1%	102,1	21,7%		
I.1.2.2 IPI - Bebidas	272,1	285,0	12,9	4,8%	17,4	6,4%		
I.1.2.3 IPI - Automóveis	505,7	471,7	-34,1	-6,7%	-18,1	-3,7%		
I.1.2.4 IPI - Veículos a Importação	1.633,7	1.677,7	44,1	2,7%	21,8	1,3%		
I.1.2.5 IPI - Outros	1.617,0	1.869,1	252,1	15,6%	-116,1	-7,3%		
I.1.3 Imposto sobre a Renda	25.391,2	23.117,2	-2.274,0	-9,0%	-958,2	-4,0%		
I.1.3.1 IR (Cedentes e Titulares)	3.154,8	2.840,2	-314,6	-10,0%	-93,1	-3,0%		
I.1.3.2 IR - Retido na Fonte	7.869,8	6.136,6	-1.733,2	-22,1%	-1.701,1	-21,7%		
I.1.3.3 IRPF - Rendimentos do Trabalho	14.586,5	14.560,4	-26,1	-0,2%	740,1	5,1%		
I.1.3.3.1 IRPF - Rendimentos do Trabalho	3.720,8	3.720,8	0,0	0,0%	637,5	17,1%		
I.1.3.3.2 IRPF - Rendimentos do Trabalho	3.556,9	3.159,9	-397,0	-11,3%	-326,6	-9,2%		
I.1.3.3.3 IRPF - Rendimentos do Trabalho	2.953,1	2.151,9	-801,2	-27,1%	-314,6	-10,7%		
I.1.3.3.4 IRPF - Rendimentos do Trabalho	1.095,2	1.071,6	-23,6	-2,2%	32,0	3,1%		
I.1.4 IOF	3.562,8	3.593,7	30,9	0,9%	304,7	8,5%		
I.1.5 Gólos	22.219,9	19.501,4	-2.718,5	-12,2%	-1.265,2	-5,7%		
I.1.5.1 Gólos	5.818,7	5.261,9	-556,8	-9,6%	-254,5	-4,3%		
I.1.6 CONTRANEP	0,0	4.019,0	4.019,0	-	-1.180,2	-22,7%		
I.1.7 CSLL	246,4	213,6	-32,8	-13,3%	-17,6	-7,6%		
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.035,9	3.140,9	1.105,1	54,3%	1.070,1	51,7%		
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	32.983,5	32.577,2	-406,3	-1,2%	1.689,4	5,3%	0,0	0,0%
I.3.1 Urbana	32.333,7	31.861,7	-472,0	-1,5%	1.883,6	5,9%		
I.3.2 Rural	659,8	715,5	55,7	8,6%	-94,2	-14,6%		
I.3.3 Outras Não Administradas pela RFB	10.813,1	20.603,6	9.790,5	90,5%	6.006,7	41,2%		
I.3.3.1 Contribuições e Permissões	439,1	2.573,6	2.134,5	486,1%	-418,2	-14,0%		
I.3.3.2 Dividendos e Participações	751,0	5.160,6	4.409,6	587,2%	5.032,5	668,8%		
I.3.2.1 Banco do Brasil	648,5	338,6	-309,9	-47,8%	210,7	154,8%		
I.3.2.2 BNB	102,2	0,0	-102,2	-100,0%	0,0	0,0		
I.3.2.3 BNCES	0,0	1.819,6	1.819,6	-	1.819,6	-		
I.3.2.4 Caixa	0,0	3.000,0	3.000,0	-	3.000,0	-		
I.3.2.5 FENOC	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
I.3.2.6 Exterbols	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
I.3.2.7 BB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
I.3.2.8 Pernambuco	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
I.3.2.9 Demais	0,3	2,4	2,1	783,9%	2,1	878,5%		
I.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.077,2	1.057,4	-24,8	-2,3%	-24,5	-2,3%		
I.3.4 Exploração de Recursos Naturais	2.668,9	2.816,7	147,7	4,7%	62,5	2,3%		
I.3.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.155,8	1.126,5	-29,3	-2,5%	114,1	10,3%		
I.3.6 Contribuição do Salário Educação	1.717,7	1.688,3	-29,4	-1,7%	219,2	12,7%		
I.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	489,8	489,3	0,0	0,0%	35,2	7,8%		
I.3.8 Operações para o FGTS	88,5	86,3	-2,2	-2,5%	-1,8	-2,1%		
I.3.9 Demais Receitas	2.404,9	5.620,3	3.215,4	133,2%	2.026,1	56,5%		
II. TRANSF. POR REPATRIÇÃO DE RECEITA	11.921,5	17.712,8	5.791,3	48,6%	2.312,5	2.312,5	0,0	0,0%
II.1 PMU / PPI / PPI-EE	15.923,6	14.305,6	-1.617,9	-10,2%	2.696,2	2.696,2	0,0	0,0%
II.1.1 Recursos Constitucionais	759,5	740,2	-19,3	-2,5%	-30,6	-4,0%		
II.1.2 Recursos do Fundo	991,6	87,9	-1.203,8	-122,2%	131,8	16,3%		
II.2 Superávit dos Fundos	294,2	131,7	-162,5	-55,3%	212,4	72,2%		
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.424,2	1.668,8	-755,4	-31,2%	1.668	68,0%		
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.847,6	1.611,9	-4.235,7	-72,6%	-3.903,9	-17,8%		
II.5 CDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%		
II.6 Demais	70,7	112,3	41,6	42,5%	4,5	4,2%		
II.8 RECEITA LÍQUIDA (I-II)	94.202,3	103.022,1	8.819,8	9,5%	3.619,0	3,6%		

Tabela 3.1. Despesas Primárias do Governo Central - Mensal

Despesa 225 - Despesas Primárias do Governo Central - Integral		Discriminação		2019		Variação Nominal		R\$ Milhões		Variação Real	
		Agosto	Semestre	12.991,3	12.991,3	12.991,3	12.991,3	12.991,3	12.991,3	12.991,3	12.991,3
IV. DESPESA TOTAL		111.026,7	66.096,8	22.486,4	22.486,4	22.486,4	22.486,4	22.486,4	22.486,4	22.486,4	22.486,4
IV.1 Benefícios Previdenciários		73.518,3	40.345,5	13.992,4	13.992,4	13.992,4	13.992,4	13.992,4	13.992,4	13.992,4	13.992,4
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano		4.503,1	4.854,8	519,994	519,994	519,994	519,994	519,994	519,994	519,994	519,994
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural		272,610	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0	12.177,0
IV.1.3 Benefícios Previdenciários - Outros		6.927,6	274,5	274,5	274,5	274,5	274,5	274,5	274,5	274,5	274,5
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais		189,1	103,6	22.622,2	22.622,2	22.622,2	22.622,2	22.622,2	22.622,2	22.622,2	22.622,2
IV.2.1 Pessoal e Encargos Sociais - Urbano		189,1	103,6	103,6	103,6	103,6	103,6	103,6	103,6	103,6	103,6
IV.2.2 Pessoal e Encargos Sociais - Rural		13.937,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9	4.276,9
IV.2.3 Pessoal e Encargos Sociais - Outros		4.599,6	1.395,3	3.414,6	3.414,6	3.414,6	3.414,6	3.414,6	3.414,6	3.414,6	3.414,6
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias		2.953,1	3.121,3	218,8	218,8	218,8	218,8	218,8	218,8	218,8	218,8
IV.3.1 Outras Despesas Obrigatórias - Urbano		14.586,5	14.560,4	-26,1	-26,1	-26,1	-26,1	-26,1	-26,1	-26,1	-26,1
IV.3.2 Outras Despesas Obrigatórias - Rural		3.720,8	3.720,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.3 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		12,1	12,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.4 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		35,0	36,2	1,2	2,2%	1,2	2,2%	1,2	2,2%	1,2	2,2%
IV.3.6 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		5.014,6	66,9	1,4%	66,9	1,4%	66,9	1,4%	66,9	1,4%	66,9
IV.3.7 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		99,7	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8
IV.3.8 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		489,8	59,3	59,3	59,3	59,3	59,3	59,3	59,3	59,3	59,3
IV.3.9 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		110,0	90,7	90,7	90,7	90,7	90,7	90,7	90,7	90,7	90,7
IV.3.10 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		692,9	68,8	71,1	71,1	71,1	71,1	71,1	71,1	71,1	71,1
IV.3.11 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1.016,2	1.016,2	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.12 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		19,9	19,9	19,9	19,9	19,9	19,9	19,9	19,9	19,9	19,9
IV.3.13 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		891,5	886,7	-4,9	-0,5%	-4,9	-0,5%	-4,9	-0,5%	-4,9	-0,5%
IV.3.14 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.15 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		147,3	17,3	-7,0	-4,6%	-7,0	-4,6%	-7,0	-4,6%	-7,0	-4,6%
IV.3.16 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		113,6	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
IV.3.17 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		28,3	-0,2	-1,0%	-1,0%	-0,2	-1,0%	-0,2	-1,0%	-0,2	-1,0%
IV.3.18 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,3	-15,6	-98,3%	-98,3%	-15,6	-98,3%	-15,6	-98,3%	-15,6	-98,3%
IV.3.19 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1,8	24,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6
IV.3.20 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		48,244	3,4	-41,1	-85,2%	-41,1	-85,2%	-41,1	-85,2%	-41,1	-85,2%
IV.3.21 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		37,2	37,2	37,2	37,2	37,2	37,2	37,2	37,2	37,2	37,2
IV.3.22 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,1	-8,0	-98,9%	-98,9%	-8,0	-98,9%	-8,0	-98,9%	-8,0	-98,9%
IV.3.23 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		34,6	33,2	33,2	33,2	33,2	33,2	33,2	33,2	33,2	33,2
IV.3.24 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1,5	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
IV.3.25 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,9	0,1	10,4%	10,4%	0,1	10,4%	0,1	10,4%	0,1	10,4%
IV.3.26 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.27 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	-0,9	-100,0%	-100,0%	-0,9	-100,0%	-0,9	-100,0%	-0,9	-100,0%
IV.3.28 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.29 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		2,8	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
IV.3.30 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		24,1	28,8	4,7	19,7%	4,7	19,7%	4,7	19,7%	4,7	19,7%
IV.3.31 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		69,9	-4,7	-6,3%	-6,3%	-4,7	-6,3%	-4,7	-6,3%	-4,7	-6,3%
IV.3.32 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		-60,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5	-85,5
IV.3.33 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.34 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		20.812,9	99,2	6,1%	99,2	6,1%	99,2	6,1%	99,2	6,1%	99,2
IV.3.35 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		13.376,5	70,1	6,0%	70,1	6,0%	70,1	6,0%	70,1	6,0%	70,1
IV.3.36 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1.145,6	-75,4	-6,2%	-75,4	-6,2%	-75,4	-6,2%	-75,4	-6,2%	-75,4
IV.3.37 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1.221,0	5,1	1,4%	5,1	1,4%	5,1	1,4%	5,1	1,4%	5,1
IV.3.38 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		6.166,8	6.020,2	-146,6	-2,4%	-146,6	-2,4%	-146,6	-2,4%	-146,6	-2,4%
IV.3.39 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		672,4	793,6	321,3	18,9%	321,3	18,9%	321,3	18,9%	321,3	18,9%
IV.3.40 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		5.932,3	6.007	68,5	12,9%	68,5	12,9%	68,5	12,9%	68,5	12,9%
IV.3.41 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		8.677,3	8.036,4	-640,9	-7,4%	-640,9	-7,4%	-640,9	-7,4%	-640,9	-7,4%
IV.3.42 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		2.987,3	2.191,0	-796,3	-21,3%	-796,3	-21,3%	-796,3	-21,3%	-796,3	-21,3%
IV.3.43 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		1.376,0	1.274,5	-101,5	-7,4%	-101,5	-7,4%	-101,5	-7,4%	-101,5	-7,4%
IV.3.44 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		964,2	717,0	-247,2	-25,6%	-247,2	-25,6%	-247,2	-25,6%	-247,2	-25,6%
IV.3.45 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		717,8	746,6	28,7	4,0%	28,7	4,0%	28,7	4,0%	28,7	4,0%
IV.3.46 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		2.426,2	3.217,5	791,3	32,6%	791,3	32,6%	791,3	32,6%	791,3	32,6%
IV.3.47 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		260,7	221,6	-39,1	-14,9%	-39,1	-14,9%	-39,1	-14,9%	-39,1	-14,9%
IV.3.48 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		298,4	244,3	-54,1	-18,1%	-54,1	-18,1%	-54,1	-18,1%	-54,1	-18,1%
IV.3.49 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		160,0	90,8	-69,2	-43,3%	-69,2	-43,3%	-69,2	-43,3%	-69,2	-43,3%
IV.3.50 Outras Despesas Obrigatórias - Outros		2.028,4	432,6	25,5%	432,6	25,5%	432,6	25,5%	432,6	25,5%	432,6

Tabela 5.1. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Mensal				R\$ Milhões - A Preços Correntes			
	2018	2019	Variação Nominal R\$ Milhões	Var. %		2018	2019
I. DESPESA TOTAL	126.411,63	141.272,17	14.860,55	11,8%		1.166.231,25	1.211.968,90
I.1 Poder Executivo	121.855,00	136.542,02	14.687,02	12,1%		1.124.221,80	1.167.447,64
I.2 Poder Legislativo	834,94	896,95	62,00	7,4%		7.997,81	8.579,17
I.2.1 Câmara dos Deputados	390,53	433,02	42,49	10,9%		3.786,98	4.035,79
I.2.2 Senado Federal	302,05	306,74	4,68	1,5%		2.868,65	3.096,36
I.2.3 Tribunal de Contas da União	142,35	157,19	14,83	10,4%		1.342,18	1.446,82
I.3 Poder Judiciário	3.221,27	3.316,31	95,04	3,0%		29.287,57	30.908,16
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,27	53,14	7,86	17,4%		484,01	59,41
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	100,63	122,40	21,78	21,6%		958,40	1.014,56
I.3.3 Justiça Federal	785,43	836,30	50,87	6,5%		7.525,15	7.937,89
I.3.4 Justiça Militar da União	42,75	39,54	-3,22	-7,5%		349,18	374,81
I.3.5 Justiça Eleitoral	674,45	573,10	-101,36	-15,0%		5.017,62	5.235,63
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.379,94	1.484,56	104,62	7,6%		13.161,85	13.849,81
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	182,45	195,52	13,07	7,2%		1.769,82	1.900,62
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,35	11,76	1,40	13,6%		89,94	110,83
I.4. Defesa Nacional da União	44,05	38,78	-5,27	-12,0%		388,30	379,41
I.5 Ministério Público da União	456,36	483,12	26,76	5,9%		4.341,78	4.654,32
I.5.1 Ministério Público da União	450,42	476,16	25,74	5,7%		4.289,99	4.594,04
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,95	6,96	1,01	17,0%		51,79	60,48
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	102.276,77	122.185,50	19.908,73	19,5%		900.454,31	990.708,75
II.1 Poder Executivo	103.780,14	117.459,21	13.679,07	13,2%		918.668,78	946.307,09
II.2 Poder Legislativo	834,94	896,95	62,00	7,4%		7.997,81	8.579,17
II.2.1 Câmara dos Deputados	390,53	432,61	42,07	10,8%		3.786,98	4.032,71
II.2.2 Senado Federal	302,05	306,74	4,68	1,5%		2.868,65	3.096,36
II.2.3 Tribunal de Contas da União	142,35	157,19	14,83	10,4%		1.342,18	1.446,82
II.3 Poder Judiciário	3.111,27	3.307,86	196,59	6,3%		29.057,65	30.791,65
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,27	53,14	7,86	17,4%		424,60	484,01
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	100,63	122,40	21,78	21,6%		957,92	1.014,56
II.3.3 Justiça Federal	785,43	836,30	50,87	6,5%		7.525,04	7.937,89
II.3.4 Justiça Militar da União	42,75	39,54	-3,22	-7,5%		349,15	374,81
II.3.5 Justiça Eleitoral	564,46	564,65	0,19	0,0%		4.788,81	5.119,12
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.379,94	1.484,56	104,62	7,6%		13.161,37	13.849,81
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	182,45	195,52	13,07	7,2%		1.769,82	1.900,62
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,35	11,76	1,40	13,6%		89,94	110,83
II.4. Defesa Nacional da União	44,05	38,78	-5,27	-12,0%		388,30	379,41
II.5 Ministério Público da União	456,36	483,12	26,76	5,9%		4.341,78	4.654,32
II.5.1 Ministério Público da União	450,42	476,16	25,74	5,7%		4.289,99	4.594,04
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,95	6,96	1,01	17,0%		51,79	60,48

Tabela 5.2. Transf. e despesas primárias do Gov. Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Anual				R\$ Milhões - A Preços Correntes			
	2018	2019	Variação Nominal R\$ Milhões	Var. %		2018	2019
I. DESPESA TOTAL	126.411,63	141.272,17	14.860,55	11,8%		1.166.231,25	1.211.968,90
I.1 Poder Executivo	121.855,00	136.542,02	14.687,02	12,1%		1.124.221,80	1.167.447,64
I.2 Poder Legislativo	834,94	896,95	62,00	7,4%		7.997,81	8.579,17
I.2.1 Câmara dos Deputados	390,53	433,02	42,49	10,9%		3.786,98	4.035,79
I.2.2 Senado Federal	302,05	306,74	4,68	1,5%		2.868,65	3.096,36
I.2.3 Tribunal de Contas da União	142,35	157,19	14,83	10,4%		1.342,18	1.446,82
I.3 Poder Judiciário	3.221,27	3.316,31	95,04	3,0%		29.287,57	30.908,16
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,27	53,14	7,86	17,4%		484,01	59,41
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	100,63	122,40	21,78	21,6%		958,40	1.014,56
I.3.3 Justiça Federal	785,43	836,30	50,87	6,5%		7.525,15	7.937,89
I.3.4 Justiça Militar da União	42,75	39,54	-3,22	-7,5%		349,18	374,81
I.3.5 Justiça Eleitoral	674,45	573,10	-101,36	-15,0%		5.017,62	5.235,63
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.379,94	1.484,56	104,62	7,6%		13.161,85	13.849,81
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	182,45	195,52	13,07	7,2%		1.769,82	1.900,62
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,35	11,76	1,40	13,6%		89,94	110,83
I.4. Defesa Nacional da União	44,05	38,78	-5,27	-12,0%		388,30	379,41
I.5 Ministério Público da União	456,36	483,12	26,76	5,9%		4.341,78	4.654,32
I.5.1 Ministério Público da União	450,42	476,16	25,74	5,7%		4.289,99	4.594,04
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,95	6,96	1,01	17,0%		51,79	60,48
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	102.276,77	122.185,50	19.908,73	19,5%		900.454,31	990.708,75
II.1 Poder Executivo	103.780,14	117.459,21	13.679,07	13,2%		918.668,78	946.307,09
II.2 Poder Legislativo	834,94	896,95	62,00	7,4%		7.997,81	8.579,17
II.2.1 Câmara dos Deputados	390,53	432,61	42,07	10,8%		3.786,98	4.032,71
II.2.2 Senado Federal	302,05	306,74	4,68	1,5%		2.868,65	3.096,36
II.2.3 Tribunal de Contas da União	142,35	157,19	14,83	10,4%		1.342,18	1.446,82
II.3 Poder Judiciário	3.111,27	3.307,86	196,59	6,3%		29.057,65	30.791,65
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	45,27	53,14	7,86	17,4%		424,60	484,01
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	100,63	122,40	21,78	21,6%		957,92	1.014,56
II.3.3 Justiça Federal	785,43	836,30	50,87	6,5%		7.525,04	7.937,89
II.3.4 Justiça Militar da União	42,75	39,54	-3,22	-7,5%		349,15	374,81
II.3.5 Justiça Eleitoral	564,46	564,65	0,19	0,0%		4.788,81	5.119,12
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.379,94	1.484,56	104,62	7,6%		13.161,37	13.849,81
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	182,45	195,52	13,07	7,2%		1.769,82	1.900,62
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,35	11,76	1,40	13,6%		89,94	110,83
II.4. Defesa Nacional da União	44,05	38,78	-5,27	-12,0%		388,30	379,41
II.5 Ministério Público da União	456,36	483,12	26,76	5,9%		4.341,78	4.654,32
II.5.1 Ministério Público da União	450,42	476,16	25,74	5,7%		4.289,99	4.594,04
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,95	6,96	1,01	17,0%		51,79	60,48

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by CAMILO SOBREIRA DE SANTANA:28958527315
Date: 2019.10.09 17:55:47 BRT
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: Ceará
Cargo: Governador

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Processo nº 17944.101410/2019-38

Dados básicos**Tipo de Interessado:** Estado**Interessado:** Ceará**UF:** CE**Número do PVL:** PVL02.000641/2019-62**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 27/08/2019**Data Limite de Conclusão:** 10/09/2019**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Desenvolvimento rural**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 100.000.000,00**Analista Responsável:** Duilio Itacarambi Reis Canedo**Vínculos****PVL:** PVL02.000641/2019-62**Processo:** 17944.101410/2019-38**Situação da Dívida:****Data Base:**

Processo nº 17944.101410/2019-38

Checklist**Legenda:** AD Adequado (35) - IN Inadequado (2) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Indeterminada	
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	
IN	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	
AD	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
AD	Certidão do Tribunal de Contas	Indeterminada	
AD	Encaminhamento das Contas Anuais	-	
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
AD	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	

Processo nº 17944.101410/2019-38

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
AD	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
AD	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEX	-	
AD	Consulta a outros PVL's do ente	-	
AD	Consulta ao CAUC	-	

Observações sobre o PVL

Informações sobre o interessado

Processo nº 17944.101410/2019-38

Outros lançamentos

COFIEX

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

Registro de Operações Financeiras ROF

Nº do ROF:

PAF e refinanciamentos

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.

Processo nº 17944.101410/2019-38

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:**

Operação de crédito**Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?**

Capacidade de pagamento**Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:**

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.

Processo nº 17944.101410/2019-38

Processo nº 17944.101410/2019-38

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase**Taxa de Juros:** LIBOR semestral + margem variável, a ser determinada periodicamente pelo BIRD**Demais encargos e comissões (discriminar):** Comissão de crédito (Front-end Fee) de 0,25% sobre o valor do empréstimo. Comissão de compromisso (Commitment Charge) de 0,25%a.a. sobre o valor não desembolsado. Sobre taxa de exposição do banco ao país (Exposure Surcharge) de 0,5%a.a. sobre o montante que exceder ao limite de exposição do país, calculado diariamente, nos termos do contrato e juros de mora de 0,5%**Indexador:**

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 66**Prazo de amortização (meses):** 306**Prazo total (meses):** 372**Ano de início da Operação:** 2019**Ano de término da Operação:** 2050

Processo nº 17944.101410/2019-38

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	2.580,78	3.268.839,68	0,00	250.000,00	250.000,00
2020	8.747.419,22	17.231.160,32	0,00	357.959,03	357.959,03
2021	10.625.000,00	21.250.000,00	0,00	646.837,38	646.837,38
2022	15.625.000,00	31.250.000,00	0,00	999.938,69	999.938,69
2023	10.625.000,00	18.250.000,00	0,00	1.536.521,50	1.536.521,50
2024	3.125.000,00	6.250.000,00	0,00	1.852.640,87	1.852.640,87
2025	1.250.000,00	2.500.000,00	378.831,49	1.959.089,92	2.337.921,41
2026	0,00	0,00	1.290.625,00	1.992.403,16	3.283.028,16
2027	0,00	0,00	2.478.125,00	3.797.059,66	6.275.184,66
2028	0,00	0,00	3.878.125,00	3.685.691,06	7.563.816,06
2029	0,00	0,00	4.640.625,00	3.526.281,10	8.166.906,10
2030	0,00	0,00	4.906.250,00	3.343.093,09	8.249.343,09
2031	0,00	0,00	5.000.000,00	3.151.412,92	8.151.412,92
2032	0,00	0,00	5.000.000,00	2.957.306,42	7.957.306,42
2033	0,00	0,00	5.000.000,00	2.763.199,92	7.763.199,92
2034	0,00	0,00	5.000.000,00	2.569.093,42	7.569.093,42
2035	0,00	0,00	5.000.000,00	2.374.986,92	7.374.986,92
2036	0,00	0,00	5.000.000,00	2.180.880,42	7.180.880,42
2037	0,00	0,00	5.000.000,00	1.986.773,92	6.986.773,92
2038	0,00	0,00	5.000.000,00	1.792.667,42	6.792.667,42
2039	0,00	0,00	5.000.000,00	1.598.560,92	6.598.560,92
2040	0,00	0,00	5.000.000,00	1.404.454,42	6.404.454,42
2041	0,00	0,00	5.000.000,00	1.210.347,92	6.210.347,92
2042	0,00	0,00	5.000.000,00	1.016.241,42	6.016.241,42
2043	0,00	0,00	5.000.000,00	822.134,92	5.822.134,92

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2044	0,00	0,00	5.000.000,00	628.028,42	5.628.028,42
2045	0,00	0,00	4.621.168,51	435.508,17	5.056.676,68
2046	0,00	0,00	3.709.375,00	264.470,11	3.973.845,11
2047	0,00	0,00	2.521.875,00	130.779,25	2.652.654,25
2048	0,00	0,00	1.121.875,00	48.041,36	1.169.916,36
2049	0,00	0,00	359.375,00	13.344,82	372.719,82
2050	0,00	0,00	93.750,00	2.426,36	96.176,36
Total:	50.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	51.298.174,91	151.298.174,91

Processo nº 17944.101410/2019-38

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.101471/2019-03**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Multissetorial**Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 139.880.000,00**Status:** Processo pendente de distribuição

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	0,00	3.154.590,40	0,00	250.000,00	250.000,00
2020	1.748.500,00	15.217.409,60	0,00	602.457,85	602.457,85
2021	6.994.000,00	39.576.000,00	0,00	1.376.357,87	1.376.357,87
2022	8.742.500,00	34.604.000,00	0,00	2.432.819,19	2.432.819,19
2023	8.742.500,00	31.984.000,00	0,00	3.019.632,83	3.019.632,83
2024	5.245.500,00	10.884.000,00	0,00	3.573.690,55	3.573.690,55
2025	3.497.000,00	4.460.000,00	347.947,14	3.760.230,25	4.108.177,39
2026	0,00	0,00	1.413.300,00	3.817.547,00	5.230.847,00
2027	0,00	0,00	3.329.950,00	5.333.829,33	8.663.779,33
2028	0,00	0,00	5.027.400,00	5.187.764,19	10.215.164,19
2029	0,00	0,00	6.362.850,00	4.977.073,23	11.339.923,23
2030	0,00	0,00	6.826.750,00	4.724.777,48	11.551.527,48



Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2031	0,00	0,00	6.994.000,00	4.457.589,89	11.451.589,89
2032	0,00	0,00	6.994.000,00	4.186.073,72	11.180.073,72
2033	0,00	0,00	6.994.000,00	3.914.557,54	10.908.557,54
2034	0,00	0,00	6.994.000,00	3.643.041,37	10.637.041,37
2035	0,00	0,00	6.994.000,00	3.371.525,20	10.365.525,20
2036	0,00	0,00	6.994.000,00	3.100.009,03	10.094.009,03
2037	0,00	0,00	6.994.000,00	2.828.492,85	9.822.492,85
2038	0,00	0,00	6.994.000,00	2.556.976,68	9.550.976,68
2039	0,00	0,00	6.994.000,00	2.285.460,51	9.279.460,51
2040	0,00	0,00	6.994.000,00	2.013.944,34	9.007.944,34
2041	0,00	0,00	6.994.000,00	1.742.428,17	8.736.428,17
2042	0,00	0,00	6.994.000,00	1.470.911,99	8.464.911,99
2043	0,00	0,00	6.994.000,00	1.199.395,82	8.193.395,82
2044	0,00	0,00	6.994.000,00	927.879,65	7.921.879,65
2045	0,00	0,00	6.646.052,86	657.894,29	7.303.947,15
2046	0,00	0,00	5.580.700,00	407.270,38	5.987.970,38
2047	0,00	0,00	3.664.050,00	209.825,24	3.873.875,24
2048	0,00	0,00	1.966.600,00	84.374,21	2.050.974,21
2049	0,00	0,00	631.150,00	23.549,00	654.699,00
2050	0,00	0,00	167.250,00	4.328,57	171.578,57
Total:	34.970.000,00	139.880.000,00	139.880.000,00	78.141.708,22	218.021.708,22

Taxas de câmbio

Foi identificado o uso de moedas estrangeiras nas operações informadas. Para fins de cálculos de limites e condições todos os valores serão transformados para Reais do Brasil. As taxas de câmbio podem ser visualizadas e atualizadas na aba de Resumo.

Processo nº 17944.101410/2019-38

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2019	491.548.269,08	0,00	866.063.115,73	1.357.611.384,81
2020	329.578.777,45	0,00	701.334.901,03	1.030.913.678,48
2021	202.897.752,93	0,00	221.450.611,81	424.348.364,74
2022	200.000.000,00	0,00	99.851.930,00	299.851.930,00
2023	200.000.000,00	0,00	33.201.860,00	233.201.860,00
Total:	1.424.024.799,46	0,00	1.921.902.418,57	3.345.927.218,03

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2019	1.011.935.471,78	611.850.535,98	11.569.702,56	11.158.710,78	1.023.505.174,34	623.009.246,76
2020	981.831.889,00	566.444.757,55	161.160.898,48	79.812.634,71	1.142.992.787,48	646.257.392,26
2021	951.686.725,37	519.960.198,08	145.313.473,22	114.980.508,91	1.097.000.198,59	634.940.706,99
2022	1.053.794.402,55	485.265.398,69	171.445.398,88	132.760.990,94	1.225.239.801,43	618.026.389,63
2023	1.082.436.149,78	418.817.311,53	169.471.399,48	147.015.797,51	1.251.907.549,26	565.833.109,04
2024	999.546.928,28	368.893.195,09	171.182.048,34	150.243.323,90	1.170.728.976,62	519.136.518,99

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2025	939.658.307,01	322.328.598,42	166.683.500,33	141.236.255,36	1.106.341.807,34	463.564.853,78
2026	788.100.049,61	279.901.685,12	149.202.897,76	132.369.641,77	937.302.947,37	412.271.326,89
2027	738.870.235,05	245.404.425,49	158.010.733,05	124.280.691,42	896.880.968,10	369.685.116,91
2028	595.949.511,47	214.360.670,45	135.971.881,60	116.507.098,87	731.921.393,07	330.867.769,32
2029	588.307.494,26	191.062.778,22	147.269.550,61	109.044.946,67	735.577.044,87	300.107.724,89
2030	553.462.693,61	168.443.676,94	152.823.841,38	101.197.923,47	706.286.534,99	269.641.600,41
2031	548.496.696,00	147.241.105,94	152.772.225,57	93.215.763,86	701.268.921,57	240.456.869,80
2032	518.421.723,48	126.240.264,97	158.060.799,17	85.158.172,05	676.482.522,65	211.398.437,02
2033	485.060.939,74	106.011.906,76	152.491.030,42	76.985.476,40	637.551.970,16	182.997.383,16
2034	395.146.479,72	88.774.174,13	124.611.463,10	69.835.525,57	519.757.942,82	158.609.699,70
2035	316.837.240,00	75.083.503,68	117.242.621,19	63.680.954,80	434.079.861,19	138.764.458,48
2036	294.334.398,50	63.472.307,23	112.003.269,48	57.509.732,63	406.337.667,98	120.982.039,86
2037	274.529.752,93	52.597.680,28	106.930.639,53	51.444.847,24	381.460.392,46	104.042.527,52
2038	275.904.559,83	42.231.140,04	98.472.674,40	45.577.211,81	374.377.234,23	87.808.351,85
2039	184.788.172,23	32.505.877,08	95.946.945,40	40.244.613,00	280.735.117,63	72.750.490,08
2040	172.161.895,76	25.285.892,92	95.967.186,25	34.964.990,09	268.129.082,01	60.250.883,01
2041	151.376.948,18	18.390.179,00	79.586.620,47	29.627.705,38	230.963.568,65	48.017.884,38
2042	115.055.718,24	12.406.234,88	75.989.051,89	24.927.534,45	191.044.770,13	37.333.769,33
2043	71.170.396,59	8.386.724,41	53.918.591,88	20.201.658,26	125.088.988,47	28.588.382,67
2044	64.478.652,81	6.515.952,74	37.705.183,84	16.155.913,46	102.183.836,65	22.671.866,20
2045	66.296.853,95	4.675.023,91	37.729.897,86	12.458.354,53	104.026.751,81	17.133.378,44
2046	68.189.131,40	2.759.092,81	37.755.618,76	8.759.776,11	105.944.750,16	11.518.868,92
2047	61.633.784,34	779.465,24	37.666.514,67	5.060.331,92	99.300.299,01	5.839.797,16
2048	19.850.953,65	595.528,61	30.971.558,46	1.402.704,72	50.822.512,11	1.998.233,33
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	14.369.314.155,12	5.206.685.286,19	3.345.927.218,03	2.097.819.790,59	17.715.241.373,15	7.304.505.076,78

Processo nº 17944.101410/2019-38

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13850	30/08/2019
Euro	4,54820	30/08/2019
Direito Especial - SDR	5,66270	30/08/2019
Iene	0,03894	30/08/2019

Processo nº 17944.101410/2019-38

Informações Contábeis**Balanço Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2018**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 908.064.839,15**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 3.891.066.738,84

Balanço Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2019**Período:** 4º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 4.559.772.943,10

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2019**Período:** 4º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 20.599.450.852,11

Processo nº 17944.101410/2019-38

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)

Demonstrativo: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2019**Período:** 2º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 14.218.233.983,83**Deduções:** 4.435.575.544,31**Dívida consolidada líquida (DCL):** 9.782.658.439,52**Receita corrente líquida (RCL):** 20.599.450.852,11**% DCL/RCL:** 47,49

Processo nº 17944.101410/2019-38

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não

Processo nº 17944.101410/2019-38

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Sim

Processo nº 17944.101410/2019-38

Relacione as despesas que não serão computadas como despesas de capital, na forma do § 2º do art. 6º da RSF nº 43/2001

Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)

Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte
25.856.343,24

Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Sim

Relacione as despesas que não serão computadas como despesas de capital, na forma do § 2º do art. 6º da RSF nº 43/2001

Inciso I - Despesas previstas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)

Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte
30.000.000,00

Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Processo nº 17944.101410/2019-38

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2019

2º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO						
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TC DO ESTADO	TC DOS MUNICÍPIOS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	9.379.843.422,47	354.931.687,46	190.887.791,02	0,00	1.060.863.206,83	343.549.541,61
Despesas não computadas	1.917.624.363,64	67.694.949,46	49.831.461,42	0,00	165.151.683,80	61.089.855,71
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	1.055.692.432,36	26.821.797,47	30.863.904,32	0,00	185.568.120,52	64.667.998,90
Contribuições patronais						
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	647.764.199,15	24.152.281,88	6.396.822,90	0,00	51.195.713,39	17.752.798,25
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	9.165.675.690,34	338.210.817,35	178.317.056,82	0,00	1.132.475.356,94	364.880.483,05
Receita Corrente Líquida (RCL)	20.596.819.996,17	20.596.819.996,17	20.596.819.996,17	0,00	20.596.819.996,17	20.596.819.996,17
TDP/RCL	44,50	1,64	0,87		5,50	1,77
Limite máximo	48,60	2,34	1,05	0,01	6,00	2,00

Declaração sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

16.795

Data da LOA

Processo nº 17944.101410/2019-38

27/12/2018

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34451 - PSJ III - 2ª Fase - Comp I - Inclusão Econômica
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34454 - PSJ III - 2ª Fase - Comp III - Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34455 - PSJ III - 2ª Fase - Contrato de Regime de Cogestão
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34456 - PSJ III - 2ª Fase - Apoio ao Contrato de Regime de Cogestão
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34452 - PSJ III - 2ª Fase - Comp II - Serviços de Água (Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado)
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34457 - PSJ III - 2ª Fase - Contrato de Regime de Cogestão
2.48.58 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	34458 - PSJ III - 2ª Fase - Apoio ao Contrato de Regime de Cogestão

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

15929

Data da Lei do PPA

29/12/2015

Ano de início do PPA

2016

Processo nº 17944.101410/2019-38

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento da Pobreza Rural	34451 - PSJ III - 2ª Fase - Comp I - Inclusão Econômica
031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento da Pobreza Rural	34454 - PSJ III - 2ª Fase - Comp III - Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto
031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento da Pobreza Rural	34455 - PSJ III - 2ª Fase - Contrato de Regime de Cogestão
031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento da Pobreza Rural	34456 - PSJ III - 2ª Fase - Apoio ao Contrato de Regime de Cogestão
032 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	34452 - PSJ III - 2ª Fase - Comp II - Serviços de Água (Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado)
032 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	34457 - PSJ III - 2ª Fase - Contrato de Regime de Cogestão
032 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	34458 - PSJ III - 2ª Fase - Apoio ao Contrato de Regime de Cogestão

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2018 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Sim

Processo nº 17944.101410/2019-38

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Sim

Declaro que as despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP), publicadas no "Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas" do último RREO exigível, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei 11.079/2004."

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim

Processo nº 17944.101410/2019-38

Notas Explicativas**Observação:**

* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

Nota 8 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 07/10/2019**18:44:40**

Compatibilidade da Dívida Consolidada com o Exercício Anterior.

O valor total das amortizações da coluna Dívida Consolidada no Cronograma de Pagamentos da Aba Operações Contratadas é de R\$ 14.369.314.155,12, que é compatível com o valor apresentado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da LRF do final do exercício anterior (2018), onde o valor da Dívida Consolidada (DC) totaliza R\$ 13.865.126.013,10. A diferença apresentada de R\$ 504.188.142,02 é explicada em grande parte pela variação cambial positiva do dólar em 6,81%, que passou de US\$/R\$ 3,8748 em 31/12/2018 para US\$/R\$ 4,1385 em 30/08/2019, visto que o Estoque de Dívida em dólares norte-americanos representa em torno de 52% do Estoque Total da Dívida Pública Estadual.

Observação aos Limites da Despesa de Pessoal de Cada Poder.

No item Limites da Despesa com Pessoal, as despesas com o IRRF e Inativos estão computadas na linha Despesa Bruta com Pessoal. Na linha Inativos e Pensionistas está inserido apenas os valores dos Pensionistas. Entretanto, as despesas com Pensionistas não estão computadas na Despesa Bruta com Pessoal, no Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, do 2º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução nº 2230/10 (Processo nº 03052/2008-0) do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Em virtude desta última informação, a relação TDP/RCL apresentada no quadro Limite da despesa com pessoal, da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo encontra-se diferente do publicado nos RGFs de cada Poder, referente ao 2º quadrimestre de 2019.

Considerações sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) referente ao RREO do 4º bimestre de 2019 para o cálculo dos Limites da

Despesa de Pessoal de cada Poder, na Declaração do Chefe do Poder Executivo.

O valor da RCL do 4º bimestre de 2019, excluído os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (R\$ 2.630.855,94), conforme disciplina o Parágrafo 13, art. 166 da Constituição Federal, é de R\$ 20.596.819.996,17. Referida RCL ajustada foi considerada na aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, no item Limite da Despesa com Pessoal, no SADIPEM.

Nota 7 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 07/10/2019**18:44:15**

Considerações sobre a Resolução TCE/CE nº 2.582/2009.

Informamos que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, incluindo a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público não computam os valores pagos a título de abono de permanência na Despesa Bruta com Pessoal, nos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução TCE/CE nº 2.582/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Quadro da despesa de pessoal, semelhante àquele constante da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, do SADIPEM, com linha adicional denominada Abono de Permanência, está anexado na aba Documentos, do SADIPEM.

Declaração do Chefe do Poder Executivo - Despesa de Pessoal - E-Serviços do Tesouro Nacional para o chamado CH201712048 no SADIPEM

Na Aba: Declaração do Chefe do Poder Executivo, na Despesas de Pessoal, verifica-se todos os poderes. No Poder Legislativo o quadro do SADIPEM está composto por: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado-TCE e Tribunal de Contas do Município-TCM. Ocorre que no Estado do Ceará o TCM foi extinto e incorporado pelo TCE tendo como base a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 92, DE 16.08.17 (D.O.E 21.08.17). Dessa forma ao tentar "zerar" os valores do extinto TCM ocorre o seguinte erro no SADIPEM: Os campos da linha 'Limite máximo' (tabela de Limites da despesa com pessoal) são obrigatórios e não podem ser negativos ou nulos.

Diante desse fato, e através do Fale Conosco do SADIPEM, fomos orientados através chamado CH201712048, que, como esta alteração levará algum tempo para ser implementada, a fim de dar agilidade no processo, preenchemos o campo "Limite máximo" do TCM com o valor 0,01 e, por consequência, ajustamos o Limite Máximo do TCE para 1,05, de modo que, o Limite máximo do Poder Legislativo, já incluído a Assembleia Legislativa (2,34%) mantenha-se em 3,40%.

Nota 6 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 13/08/2019**10:44:04**

Processo 17944.104420/2018-44

Processo nº 17944.101410/2019-38

Informamos que a operação de crédito referente ao processo supracitado foi contratada em 26/06/2019. Portanto, sua previsão do cronograma de liberações e cronograma de pagamentos estão contemplados na aba Operações Contratada.

Compatibilidade da Dívida Consolidada com o Exercício Anterior.

O valor total das amortizações da coluna Dívida Consolidada no Cronograma de Pagamentos da Aba Operações Contratadas é de R\$ 13.790.082.804,71, que é compatível com o valor apresentado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da LRF do final do exercício anterior (2018), onde o valor da Dívida Consolidada (DC) totaliza R\$ 13.865.126.013,10. A diferença apresentada de R\$ 75.043.208,39 é explicada em grande parte pela variação cambial negativa do dólar em 1,10%, que passou de US\$/R\$ 3,8748 em 31/12/2018 para US\$/R\$ 3,8322 em 28/06/2019, visto que o Estoque de Dívida em dólares norte-americanos representa em torno de 52% do Estoque Total da Dívida Pública Estadual.

Observação aos Limites da Despesa de Pessoal de Cada Poder.

No item Limites da Despesa com Pessoal, as despesas com o IRRF e Inativos estão computadas na linha Despesa Bruta com Pessoal. Na linha Inativos e Pensionistas está inserido apenas os valores dos Pensionistas. Entretanto, as despesas com Pensionistas não estão computadas na Despesa Bruta com Pessoal, no Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, do 1º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução nº 2230/10 (Processo nº 03052/2008-0) do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Em virtude desta última informação, a relação TDP/RCL apresentada no quadro Limite da despesa com pessoal, da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo encontra-se diferente do publicado nos RGFs de cada Poder, referente ao 1º quadrimestre de 2019.

Considerações sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) referente ao RREO do 2º bimestre de 2019 para o cálculo dos Limites da Despesa de Pessoal de cada Poder, na Declaração do Chefe do Poder Executivo.

O valor da RCL do 2º bimestre de 2019, excluído os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (R\$ 9.655.095,47), conforme disciplina o Parágrafo 13, art. 166 da Constituição Federal, é de R\$ 19.791.272.245,39. Referida RCL ajustada foi considerada na aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, no item Limite da Despesa com Pessoal, no SADIPEM.

Nota 5 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 13/08/2019 10:43:15

Considerações sobre a Resolução TCE/CE nº 2.582/2009.

Informamos que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, incluindo a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público não computam os valores pagos a título de abono de permanência na Despesa Bruta com Pessoal, nos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução TCE/CE nº 2.582/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Quadro da despesa de pessoal, semelhante àquele constante da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, do SADIPEM, com linha adicional denominada Abono de Permanência, está anexado na aba Documentos, do SADIPEM.

Declaração do Chefe do Poder Executivo - Despesa de Pessoal - E-Serviços do Tesouro Nacional para o chamado CH201712048 no SADIPEM

Na Aba: Declaração do Chefe do Poder Executivo, na Despesas de Pessoal, verifica-se todos os poderes. No Poder Legislativo o quadro do SADIPEM está composto por: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado-TCE e Tribunal de Contas do Município-TCM. Ocorre que no Estado do Ceará o TCM foi extinto e incorporado pelo TCE tendo como base a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 92, DE 16.08.17 (D.O.E 21.08.17). Dessa forma ao tentar "zerar" os valores do extinto TCM ocorre o seguinte erro no SADIPEM: Os campos da linha 'Limite máximo' (tabela de Limites da despesa com pessoal) são obrigatórios e não podem ser negativos ou nulos.

Diante desse fato, e através do Fale Conosco do SADIPEM, fomos orientados através chamado CH201712048, que, como esta alteração levará algum tempo para ser implementada, a fim de dar agilidade no processo, preenchemos o campo "Limite máximo" do TCM com o valor 0,01 e, por consequência, ajustamos o Limite Máximo do TCE para 1,05, de modo que, o Limite máximo do Poder Legislativo, já incluído a Assembleia Legislativa (2,34%) mantenha-se em 3,40%.

Nota 4 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 04/07/2019 14:05:01

Compatibilidade da Dívida Consolidada com o Exercício Anterior.

O valor total das amortizações da coluna Dívida Consolidada no Cronograma de Pagamentos da Aba Operações Contratadas é de R\$ 14.003.836.035,57, que é compatível com o valor apresentado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da LRF do final do exercício anterior (2018), onde o valor da Dívida Consolidada (DC) totaliza R\$ 13.865.126.013,10. A diferença apresentada de R\$ 138.710.022,47 é explicada em grande parte pela variação cambial positiva do dólar em 1,82%, que passou de US\$/R\$ 3,8748 em 31/12/2018 para US\$/R\$ 3,9453 em 30/04/2019, visto que o Estoque de Dívida em dólares norte-americanos representa em torno de 52% do Estoque Total da Dívida Pública Estadual.

Observação aos Limites da Despesa de Pessoal de Cada Poder.

No item Limites da Despesa com Pessoal, as despesas com o IRRF e Inativos estão computadas na linha Despesa Bruta com Pessoal. Na linha Inativos e Pensionistas está inserido apenas os valores dos Pensionistas. Entretanto, as despesas com

Processo nº 17944.101410/2019-38

Pensionistas não estão computadas na Despesa Bruta com Pessoal, no Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, do 1º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução nº 2230/10 (Processo nº 03052/2008-0) do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Em virtude desta última informação, a relação TDP/RCL apresentada no quadro Limite da despesa com pessoal, da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo encontra-se diferente do publicado nos RGFs de cada Poder, referente ao 1º quadrimestre de 2019.

Considerações sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) referente ao RREO do 2º bimestre de 2019 para o cálculo dos Limites da Despesa de Pessoal de cada Poder, na Declaração do Chefe do Poder Executivo.

O valor da RCL do 2º bimestre de 2019, excluído os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (R\$ 9.655.095,47), conforme disciplina o Parágrafo 13, art. 166 da Constituição Federal, é de R\$ 19.791.272.245,39. Referida RCL ajustada foi considerada na aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, no item Limite da Despesa com Pessoal, no SADIPEM.

Considerações sobre a Resolução TCE/CE nº 2.582/2009.

Informamos que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, incluindo a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público não computam os valores pagos a título de abono de permanência na Despesa Bruta com Pessoal, nos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2019, amparado pela Resolução TCE/CE nº 2.582/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Quadro da despesa de pessoal, semelhante àquele constante da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, do SADIPEM, com linha adicional denominada Abono de Permanência, está anexado na aba Documentos, do SADIPEM.

Nota 3 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 04/07/2019**14:03:44**

Declaração do Chefe do Poder Executivo - Despesa de Pessoal - E-Serviços do Tesouro Nacional para o chamado CH201712048 no SADIPEM

Na Aba: Declaração do Chefe do Poder Executivo, na Despesas de Pessoal, verifica-se todos os poderes. No Poder Legislativo o quadro do SADIPEM está composto por: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado-TCE e Tribunal de Contas do Município-TCM. Ocorre que no Estado do Ceará o TCM foi extinto e incorporado pelo TCE tendo como base a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 92, DE 16.08.17 (D.O.E 21.08.17). Dessa forma ao tentar "zerar" os valores do extinto TCM ocorre o seguinte erro no SADIPEM: Os campos da linha 'Limite máximo' (tabela de Limites da despesa com pessoal) são obrigatórios e não podem ser negativos ou nulos.

Diante desse fato, e através do Fale Conosco do SADIPEM, fomos orientados através chamado CH201712048, que, como esta alteração levará algum tempo para ser implementada, a fim de dar agilidade no processo, preenchemos o campo "Limite máximo" do TCM com o valor 0,01 e, por consequência, ajustamos o Limite Máximo do TCE para 1,05, de modo que, o Limite máximo do Poder Legislativo, já incluído a Assembleia Legislativa (2,34%) mantenha-se em 3,40%.

Nota 2 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 18/04/2019**15:04:32**

Compatibilidade da Dívida Consolidada com o Exercício Anterior.

O valor total das amortizações da coluna Dívida Consolidada no Cronograma de Pagamentos da Aba Operações Contratadas é de R\$ 13.611.218.828,19, que é compatível com o valor apresentado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida da LRF do final do exercício anterior (2018), onde o valor da Dívida Consolidada (DC) totaliza R\$ 13.865.126.013,10. A diferença apresentada de R\$ 253.907.184,91 é explicada em grande parte pela variação cambial negativa do dólar em 3,52%, que passou de US\$/R\$ 3,8748 em 31/12/2018 para US\$/R\$ 3,7385 em 28/02/2019, visto que o Estoque de Dívida em dólares norte-americanos representa em torno de 52% do Estoque Total da Dívida Pública Estadual.

Nota 1 - Inserida por Marcio Cardeal Queiroz Da Silva | CPF 66646375453 | Perfil Operador de Ente | Data 18/04/2019**15:04:14**

Observação aos Limites da Despesa de Pessoal de Cada Poder.

No item Limites da Despesa com Pessoal, as despesas com o IRRF e Inativos estão computadas na linha Despesa Bruta com Pessoal. Na linha Inativos e Pensionistas está inserido apenas os valores dos Pensionistas. Entretanto, as despesas com Pensionistas não estão computadas na Despesa Bruta com Pessoal, no Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, do 3º quadrimestre de 2018, amparado pela Resolução nº 2230/10 (Processo nº 03052/2008-0) do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Em virtude desta última informação, a relação TDP/RCL apresentada no quadro Limite da despesa com pessoal, da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo encontra-se diferente do publicado nos RGFs de cada Poder, referente ao 3º quadrimestre de 2018.

Considerações sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) referente ao RREO do 6º bimestre de 2018 para o cálculo dos Limites da Despesa de Pessoal de cada Poder, na Declaração do Chefe do Poder Executivo.

O valor da RCL do 6º bimestre de 2018, excluído os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (R\$ 11.682.992,00), conforme disciplina o Parágrafo 13, art. 166 da Constituição Federal, é de R\$ 19.174.512.116,18. Referida RCL ajustada foi considerada na aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, no item Limite da Despesa com Pessoal, no SADIPEM.

Considerações sobre a Resolução TCE/CE nº 2.582/2009.

Informamos que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, incluindo a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o Poder

Processo nº 17944.101410/2019-38

Judiciário e o Ministério Público não computam os valores pagos a título de abono de permanência na Despesa Bruta com Pessoal, nos Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 3º quadrimestre de 2018, amparado pela Resolução TCE/CE nº 2.582/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Quadro da despesa de pessoal, semelhante àquele constante da aba Declaração do Chefe do Poder Executivo, do SADIPEM, com linha adicional denominada Abono de Permanência, está anexado na aba Documentos, do SADIPEM.

Declaração do Chefe do Poder Executivo - Despesa de Pessoal - E-Serviços do Tesouro Nacional para o chamado CH201712048 no SADIPEM

Na Aba: Declaração do Chefe do Poder Executivo, na Despesas de Pessoal, verifica-se todos os poderes. No Poder Legislativo o quadro do SADIPEM está composto por: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado-TCE e Tribunal de Contas do Município-TCM. Ocorre que no Estado do Ceará o TCM foi extinto e incorporado pelo TCE tendo como base a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 92, DE 16.08.17 (D.O.E 21.08.17). Dessa forma ao tentar "zerar" os valores do extinto TCM ocorre o seguinte erro no SADIPEM: Os campos da linha 'Limite máximo' (tabela de Limites da despesa com pessoal) são obrigatórios e não podem ser negativos ou nulos.

Diante desse fato, e através do Fale Conosco do SADIPEM, fomos orientados através chamado CH201712048, que, como esta alteração levará algum tempo para ser implementada, a fim de dar agilidade no processo, preenchemos o campo "Limite máximo" do TCM com o valor 0,01 e, por consequência, ajustamos o Limite Máximo do TCE para 1,05, de modo que, o Limite máximo do Poder Legislativo, já incluído a Assembleia Legislativa (2,34%) mantenha-se em 3,40%.

Processo nº 17944.101410/2019-38

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	16.348	26/09/2017	Dólar dos EUA	100.000.000,00	18/04/2019	DOC00.036150/2019-70

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	Anexo 1	27/12/2018	18/04/2019	DOC00.036159/2019-81
Certidão do Tribunal de Contas	Certidao TCE nº 1087_2019	09/10/2019	09/10/2019	DOC00.063873/2019-41
Certidão do Tribunal de Contas	Certidao TCE nº 0844_2019	16/08/2019	21/08/2019	DOC00.053776/2019-41
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão TCE	21/06/2019	04/07/2019	DOC00.047496/2019-01
Certidão do Tribunal de Contas	Certidao TCE nº 0295_2019	04/04/2019	18/04/2019	DOC00.036152/2019-69
Documentação adicional	DeclaracaoSobretaxaExposicao	08/10/2019	09/10/2019	DOC00.063830/2019-66
Documentação adicional	DeclaracaoDespesaPessoal	08/10/2019	09/10/2019	DOC00.063829/2019-31
Documentação adicional	Declaração de Despesa com Pessoal	01/07/2019	04/07/2019	DOC00.047500/2019-23
Documentação adicional	Declaração do Governador_Art 11 da Lei Complementar 101	01/07/2019	04/07/2019	DOC00.047499/2019-37
Documentação adicional	DeclaracaoDespesaPessoal	18/04/2019	18/04/2019	DOC00.036241/2019-13
Documentação adicional	MinutaContratoContragarantia	07/02/2019	18/04/2019	DOC00.036161/2019-50
Documentação adicional	Of_SEAIN_22980	19/03/2018	18/04/2019	DOC00.036158/2019-36
Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	MinutaContratoEmprestimoNegociada_Tr adJuramentada	27/05/2019	21/08/2019	DOC00.053779/2019-84
Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	MinutaContratoEmprestimoNegociada	09/05/2019	21/08/2019	DOC00.053777/2019-95
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Juridico 18abr2019	18/04/2019	18/04/2019	DOC00.036238/2019-91
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Juridico 18abr2019	18/04/2019	18/04/2019	DOC00.036240/2019-61
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico 03_jul_2019	03/07/2019	04/07/2019	DOC00.047502/2019-12
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico 18abr2019	18/04/2019	18/04/2019	DOC00.036239/2019-36



Processo nº 17944.101410/2019-38

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Recomendação da COFIEIX	Recomendacao_COFIEIX_1223	10/12/2010	18/04/2019	DOC00.036153/2019-11

Minutas

Não há tramitações de documentos.

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 03/10/2019

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	25440	02/10/2019

Em retificação pelo interessado - 22/07/2019

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1592	22/07/2019

Em retificação pelo interessado - 30/05/2019

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1054	30/05/2019

Processo pendente de distribuição - 21/05/2019

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	30	20/05/2019

Encaminhado para agendamento da negociação - 30/04/2019

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	25	29/04/2019
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	715	29/04/2019

Processo nº 17944.101410/2019-38

Processo nº 17944.101410/2019-38

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13850	30/08/2019

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2019	13.528.093,02	1.370.666.657,18	1.384.194.750,20
2020	71.311.156,98	1.093.890.928,11	1.165.202.085,09
2021	87.943.125,00	588.133.640,74	676.076.765,74
2022	129.328.125,00	443.060.584,00	572.388.709,00
2023	75.527.625,00	365.567.644,00	441.095.269,00
2024	25.865.625,00	45.043.434,00	70.909.059,00
2025	10.346.250,00	18.457.710,00	28.803.960,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2019	1.034.625,00	1.647.549.046,10	1.648.583.671,10
2020	1.481.413,45	1.791.743.451,55	1.793.224.865,00
2021	2.676.936,50	1.737.636.962,62	1.740.313.899,12
2022	4.138.246,27	1.853.334.413,28	1.857.472.659,55
2023	6.358.894,23	1.830.237.408,77	1.836.596.302,99
2024	7.667.154,24	1.704.655.213,95	1.712.322.368,19
2025	9.675.487,76	1.596.908.353,25	1.596.583.841,00

Processo nº 17944.101410/2019-38

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2026	13.586.812,04	1.371.222.134,57	1.384.808.946,61
2027	25.969.851,72	1.302.421.135,77	1.328.390.987,48
2028	31.302.852,76	1.105.064.619,39	1.136.367.472,15
2029	33.798.740,89	1.082.615.042,05	1.116.413.782,94
2030	34.139.906,38	1.023.734.131,88	1.057.874.038,25
2031	33.734.622,37	989.118.196,13	1.022.852.818,50
2032	32.931.312,62	934.149.694,76	967.081.007,38
2033	32.128.002,87	865.694.418,70	897.822.421,57
2034	31.324.693,12	722.389.038,23	753.713.731,35
2035	30.521.383,37	615.742.045,71	646.263.429,08
2036	29.718.073,62	569.093.764,21	598.811.837,83
2037	28.914.763,87	526.153.306,64	555.068.070,51
2038	28.111.454,12	501.712.303,07	529.823.757,19
2039	27.308.144,37	391.888.655,03	419.196.799,40
2040	26.504.834,62	365.659.342,67	392.164.177,29
2041	25.701.524,87	315.137.161,01	340.838.685,88
2042	24.898.215,12	263.410.577,73	288.308.792,85
2043	24.094.905,37	187.585.739,74	211.680.645,11
2044	23.291.595,62	157.640.401,78	180.931.997,40
2045	20.927.056,44	151.387.515,53	172.314.571,97
2046	16.445.757,99	142.244.834,50	158.690.592,49
2047	10.978.009,61	121.172.128,85	132.150.138,46
2048	4.841.698,86	61.308.702,21	66.150.401,06
2049	1.542.500,98	2.709.471,81	4.251.972,79
2050	398.025,87	710.077,91	1.108.103,78
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00

Processo nº 17944.101410/2019-38

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001**Exercício anterior****Despesas de capital executas do exercício anterior** 3.891.066.738,84

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 25.856.34

3,24
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada 3.865.210.395,60

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 908.064.839,15

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada 908.064.839,15

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001**Exercício corrente****Despesas de capital previstas no orçamento** 4.559.772.943,10

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 30.000.00

0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas 4.529.772.943,10

Liberações de crédito já programadas 1.370.666.657,18

Liberação da operação pleiteada 13.528.093,02

Liberações ajustadas 1.384.194.750,20

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2019	13.528.093,02	1.370.666.657,18	20.637.782.853,75	6,71	41,92
2020	71.311.156,98	1.093.890.928,11	20.753.207.365,05	5,61	35,09
2021	87.943.125,00	588.133.640,74	20.869.277.431,05	3,24	20,25
2022	129.328.125,00	443.060.584,00	20.985.996.662,26	2,73	17,05
2023	75.527.625,00	365.567.644,00	21.103.368.689,39	2,09	13,06
2024	25.865.625,00	45.043.434,00	21.221.397.163,42	0,33	2,09
2025	10.346.250,00	18.457.710,00	21.340.085.755,80	0,13	0,84
2026	0,00	0,00	21.459.438.158,47	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	21.579.458.084,05	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	21.700.149.265,90	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	21.821.515.458,28	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	21.943.560.436,43	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	22.066.287.996,73	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	22.189.701.956,75	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	22.313.806.155,46	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	22.438.604.453,27	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	22.564.100.732,19	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	22.690.298.895,93	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	22.817.202.870,06	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	22.944.816.602,07	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	23.073.144.061,56	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	23.202.189.240,31	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	23.331.956.152,44	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	23.462.448.834,51	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	23.593.671.345,66	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	23.725.627.767,73	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	23.858.322.205,39	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	23.991.758.786,27	0,00	0,00

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2047	0,00	0,00	24.125.941.661,08	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	24.260.875.003,75	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	24.396.563.011,56	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	24.533.009.905,25	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2019	1.034.625,00	1.647.549.046,10	20.637.782.853,75	7,99
2020	1.481.413,45	1.791.743.451,55	20.753.207.365,05	8,64
2021	2.676.936,50	1.737.636.962,62	20.869.277.431,05	8,34
2022	4.138.246,27	1.853.334.413,28	20.985.996.662,26	8,85
2023	6.358.894,23	1.830.237.408,77	21.103.368.689,39	8,70
2024	7.667.154,24	1.704.655.213,95	21.221.397.163,42	8,07
2025	9.675.487,76	1.586.908.353,25	21.340.085.755,80	7,48
2026	13.586.812,04	1.371.222.134,57	21.459.438.158,47	6,45
2027	25.969.851,72	1.302.421.135,77	21.579.458.084,05	6,16
2028	31.302.852,76	1.105.064.619,39	21.700.149.265,90	5,24
2029	33.798.740,89	1.082.615.042,05	21.821.515.458,28	5,12
2030	34.139.906,38	1.023.734.131,88	21.943.560.436,43	4,82
2031	33.734.622,37	989.118.196,13	22.066.287.996,73	4,64
2032	32.931.312,62	934.149.694,76	22.189.701.956,75	4,36
2033	32.128.002,87	865.694.418,70	22.313.806.155,46	4,02
2034	31.324.693,12	722.389.038,23	22.438.604.453,27	3,36
2035	30.521.383,37	615.742.045,71	22.564.100.732,19	2,86
2036	29.718.073,62	569.093.764,21	22.690.298.895,93	2,64
2037	28.914.763,87	526.153.306,64	22.817.202.870,06	2,43

Processo nº 17944.101410/2019-38

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2038	28.111.454,12	501.712.303,07	22.944.816.602,07	2,31
2039	27.308.144,37	391.888.655,03	23.073.144.061,56	1,82
2040	26.504.834,62	365.659.342,67	23.202.189.240,31	1,69
2041	25.701.524,87	315.137.161,01	23.331.956.152,44	1,46
2042	24.898.215,12	263.410.577,73	23.462.448.834,51	1,23
2043	24.094.905,37	187.585.739,74	23.593.671.345,66	0,90
2044	23.291.595,62	157.640.401,78	23.725.627.767,73	0,76
2045	20.927.056,44	151.387.515,53	23.858.322.205,39	0,72
2046	16.445.757,99	142.244.834,50	23.991.758.786,27	0,66
2047	10.978.009,61	121.172.128,85	24.125.941.661,08	0,55
2048	4.841.698,86	61.308.702,21	24.260.875.003,75	0,27
2049	1.542.500,98	2.709.471,81	24.396.563.011,56	0,02
2050	398.025,87	710.077,91	24.533.009.905,25	0,00
Média até 2027:				7,85
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				68,29
Média até o término da operação:				3,83
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				33,30

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Processo nº 17944.101410/2019-38

Receita Corrente Líquida (RCL)	20.599.450.852,11
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	9.782.658.439,52
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	3.924.820.598,03
Valor da operação pleiteada	413.850.000,00

Saldo total da dívida líquida	14.121.329.037,55
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,69
Limite da DCL/RCL	2,00

Percentual do limite de endividamento	34,28%
---------------------------------------	--------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 09/10/2019

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 09/10/2019

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2018	Atualizado e homologado	01/02/2019 15:51:59



PARECER JURÍDICO

Parecer nº 02 /2019

Processo nº 9615311/2018

EMENTA: CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PROJETO SÃO JOSÉ III. BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD). São válidas e exigíveis as obrigações contidas nos instrumentos contratuais negociados, os quais condizem com a ordem jurídica nacional.

RELATÓRIO

Cuida-se de processo em que se objetiva a análise jurídica de minuta de contrato de crédito externo pertinente ao **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III - 2ª fase**, a ser obtido junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Consta também aos autos a minuta do contrato de garantia a ser firmada entre o BIRD e a União.



FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Estadual confere ao Governador do Estado competência para, desde que autorizado pela Assembleia Legislativa, contrair empréstimo em nome do Estado do Ceará¹.

No caso, a Lei Estadual nº 16.348/2017, cópia à fl. 03 – SEPLAG, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao BIRD até o limite de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares). Referido limite verifica-se observado na minuta do contrato (cláusula 2.01, Artigo II).

Tal norma legal também autorizou a vinculação, como contragarantia à garantia da União, das **"cotas da Repartição das Receitas Tributárias estabelecidas no art. 157, incisos I e II, e no art. 159, inciso I, alínea "a" e inciso II, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III, nos termos do art. 167, parágrafo 4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas"** (art. 2º).

Finalmente, restou ordenado no mesmo texto legal que o **"Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras resultantes da operação autorizada por esta Lei, durante o prazo que vier a ser estabelecido no contrato correspondente"** (art. 4º).

A seu turno, figura aos autos a Recomendação da COFLEX nº 1.223, de 10 de dezembro de 2010 e o Ofício n.º 22980/2018 – MP, de 19 de março de 2018, deste último constante manifestação favorável **"a que o Estado dê continuidade à contratação do empréstimo relativo à 2ª fase do Projeto, dando por cumprida a ressalva (a) da Recomendação COFLEX n.º 1.223, de 10 de dezembro de 2010."**

Uma vez restrito o presente exame a aspectos essencialmente jurídicos, verifica-se, ante o arcabouço normativo referido, não haver indício pertinente de violação a comando constitucional, legal ou regulamentar que represente óbice

¹Artigo 49. É da competência da Assembleia Legislativa: ...

XXV - autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos e a referendar convênios e acordos celebrados por entidades públicas ou particulares dos quais resultem encargos não previstos no orçamento"



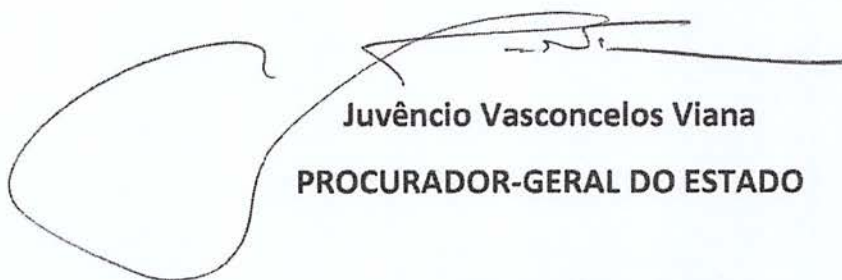
à validade ou a exigibilidade, nos limites das normas aplicáveis, das obrigações contidas nos instrumentos em análise.

CONCLUSÕES

Nessas condições, conclui-se pela validade e exigibilidade das obrigações assumidas nos instrumentos em exame ante a ordem jurídica brasileira.

É o Parecer.

Fortaleza, 03 de junho de 2019.



Juvêncio Vasconcelos Viana
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

**PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO PARA OPERAÇÃO DE
CRÉDITO EXTERNO COM GARANTIA DA UNIÃO**

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do **Estado do Ceará** para realizar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD no valor de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), destinada ao financiamento do **“Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Projeto São José III – 2ª fase)”**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) Existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei nº 16.348, de 26 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 28 de setembro de 2017.
- b) Inclusão na lei orçamentária para o exercício de 2019 (Lei nº 16.795, de 27/12/2018), das dotações necessárias e suficientes à execução do Projeto relativo à operação pleiteada, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos;
- c) Atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) Observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

CONCLUSÃO

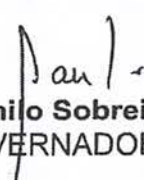
Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Fortaleza, 18 de abril de 2019



Juvêncio Vasconcelos Viana

PROCURADOR GERAL DO ESTADO – OAB-CE: nº 6883



Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



PARECER TÉCNICO OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

1. OBJETO

O presente documento apresenta as justificativas técnicas para a contratação de operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, de modo a atender ao disposto no art. 32 da LRF e no inciso I, do Art. 21, da Resolução Nº 43/2001 do Senado Federal.

A operação de financiamento se destina a promover atividade econômica sustentável da Agricultura Familiar e ampliar acesso aos serviços de água em áreas prioritárias no meio rural.

2. PROPOSTA DE INVESTIMENTO

2.1 Relação Custo-Benefício

O Projeto está orçado em US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), conforme a Tabela 1 Quadro de Usos e Fontes a seguir:

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2a FASE em US\$	VALOR TOTAL	BIRD	ESTADO	% NO TOTAL DO INVESTIMENTO
Componente 1 - Inclusão Econômica Sustentável	65.310.000,00	43.540.000,00	21.770.000,00	43,54%
Subcomponente 1.1: Fortalecimento das Organizações para um Melhor Acesso ao Mercado	57.810.000,00	38.540.000,00	19.270.000,00	38,54%
Subcomponente 1.2: Melhoramento da Inclusão Social e Produtiva para Grupos Vulneráveis	7.500.000,00	5.000.000,00	2.500.000,00	5,00%
Componente 2 - Abastecimento Rural de Água e Acesso a Saneamento	53.025.000,00	35.350.000,00	17.675.000,00	35,35%
Subcomponente 2.1: Expansão do acesso a água e saneamento	51.525.000,00	34.350.000,00	17.175.000,00	34,35%
Subcomponente 2.2: Aumentar a segurança e resiliência da água	1.500.000,00	1.000.000,00	500.000,00	1,00%
Componente 3 - Fortalecimento Institucional Gestão do Projeto	31.415.000,00	20.860.000,00	10.555.000,00	20,94%
Subcomponente 3.1: Fortalecimento Institucional e Capacitação	15.710.000,00	10.430.000,00	5.280.000,00	10,47%
Subcomponente 3.2: Gerenciamento e Supervisão de Projetos	15.705.000,00	10.430.000,00	5.275.000,00	10,47%
Taxa Front & Fee	250.000,00	250.000,00	0,00	0,17%
TOTAL	150.000.000,00	100.000.000,00	50.000.000,00	100,00%
PARTICIPAÇÃO (%)	100,00%	66,67%	33,33%	

Tabela 1 – Usos e Fontes de Discriminação dos Investimentos.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

No Quadro de Usos e Fontes, sob o ponto de vista da análise horizontal observa-se que para os componentes do Projeto, o BIRD e o Tesouro Estadual participam com US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares) e US\$50.000.000,00 (milhões de dólares) correspondendo, respectivamente, a 66,67% e 33,33% da participação de cada Fonte nos Investimentos Totais. Sob o aspecto da análise vertical os componentes Inclusão Econômica Sustentável, Abastecimento Rural de Água e Acesso a Saneamento e Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto correspondem, respectivamente, a 43,54%, 35,35% e 20,94% do Total dos Investimentos.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2a FASE em R\$	VALOR TOTAL	BIRD	ESTADO
Componente 1 - Inclusão Econômica Sustentável	278.143.650,00	185.429.100,00	92.714.550,00
Subcomponente 1.1: Realizar investimentos nas Cadeias Produtivas Estratégicas para a Geração de Renda e Resiliência Climática	218.964.150,00	145.976.100,00	72.988.050,00
Subcomponente 1.2: Realizar investimentos produtivos e sociais para grupos Prioritários	29.589.750,00	19.726.500,00	9.863.250,00
Subcomponente 1.3: Fortalecer a capacidade de Gestão da organização, da produção e do empreendimento	29.589.750,00	19.726.500,00	9.863.250,00
Componente 2 - Serviços de Água	207.128.250,00	138.085.500,00	69.042.750,00
Subcomponente 2.1: Ampliar infraestrutura de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário Simplificado	201.210.300,00	134.140.200,00	67.070.100,00
Subcomponente 2.2: Aumentar a resiliência das famílias para a convivência com o semiárido por meio de reuso e conservação hidroambiental.	5.917.950,00	3.945.300,00	1.972.650,00
Componente 3 - Fortalecimento Institucional Gestão do Projeto	106.523.100,00	71.015.400,00	35.507.700,00
Subcomponente 3.1: Gestão do Projeto	59.179.500,00	39.453.000,00	19.726.500,00
Subcomponente 3.3: Fortalecer a Capacidade de Organização, Gestão e Operação das Entidades Coexecutoras, Colaboradoras e Parceiros.	47.343.600,00	31.562.400,00	15.781.200,00
TOTAL	591.795.000,00	394.530.000,00	197.265.000,00

Tabela 2 – Usos e Fontes de Discriminação dos Investimentos.

Cotação R\$3,9453 de 30/04/2019.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2a FASE em US\$	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
BIRD	3.268.839,68	17.231.160,32	21.250.000,00	31.250.000,00	18.250.000,00	6.250.000,00	2.500.000,00	100.000.000,00
ESTADO	2.580,78	8.747.419,22	10.625.000,00	15.625.000,00	10.625.000,00	3.125.000,00	1.250.000,00	50.000.000,00
VALOR TOTAL	3.271.420,46	25.978.579,54	31.875.000,00	46.875.000,00	28.875.000,00	9.375.000,00	3.750.000,00	150.000.000,00
% DESEMBOLSO	2,18%	17,32%	21,25%	31,25%	19,25%	6,25%	2,50%	100,00%

Tabela 3 – Cronograma de Desembolso por Fonte de Recursos.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2a FASE em R\$	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
BIRD	12.896.553,19	67.982.096,81	83.837.625,00	123.290.625,00	72.001.725,00	24.658.125,00	9.863.250,00	394.530.000,00
ESTADO	10.181,95	34.511.193,05	41.918.812,50	61.645.312,50	41.918.812,50	12.329.062,50	4.931.625,00	197.265.000,00
VALOR TOTAL	12.906.735,14	102.493.289,86	125.756.437,50	184.935.937,50	113.920.537,50	36.987.187,50	14.794.875,00	591.795.000,00

d.

A



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



% DESEMBOLSO	2,18%	17,32%	21,25%	31,25%	19,25%	6,25%	2,50%	100,00%
--------------	-------	--------	--------	--------	--------	-------	-------	---------

Tabela 4 – Cronograma de Desembolso por Fonte de Recursos.

Cotação R\$3,9453 de 30/04/2019.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

O Detalhamento do Cronograma por Componente/Subcomponente estão no ANEXO I - Cronograma de Desembolso Componentes e Subcomponentes por Fonte de Recursos em US\$ e ANEXO II - Cronograma de Desembolso Componentes e Subcomponentes por Fonte de Recursos em R\$.

O Investimento visa contribuir com o fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas, ampliar o acesso a serviços de água em áreas prioritárias contribuindo com as ações do Estado para universalização e fortalecer a capacidade de organização, gestão, conhecimento e operação do Projeto e de sua integração com as instituições parceiras, incluindo:

- Ampliar a Capacidade de Produção dos Empreendimentos apoiados;
- Aumentar o volume de vendas (em reais) dos Empreendimentos apoiados;
- Mulheres e Jovens protagonistas nos empreendimentos no âmbito do Projeto;
- Grupos Prioritários com empreendimentos implantados;
- Promover o uso de Inovações Tecnológicas Sustentáveis;
- Ampliar o Acesso a Mercados dos Empreendimentos apoiados;
- Facilitar o Acesso a Fontes de Financiamento por parte dos Produtores/Organizações Apoiadas;
- Melhoria na Gestão das Organizações;
- Aumentar o número de Famílias com acesso a água (Sistemas novos ou requalificados) e esgotamento sanitário simplificado;
- Sistema de abastecimento de água implantados e geridos com a adoção de tecnologias inovadoras;
- Sistema de esgotamento sanitário simplificado implantados com gestão do tratamento;
- Fortalecer os beneficiários para a realização do controle social do serviço e conservação das instalações;
- Implantar sistemas de reuso de água para a produção agropecuária; e
- Promover atividades que visem a recuperação e conservação hidroambiental.

O Projeto consiste em realizar investimentos produtivos e sociais para agricultura familiar do Ceará, de forma sustentável e inovadora, além de ampliação o acesso a água e esgotamento sanitário para famílias em situação de vulnerabilidade hídrica e pretende contribuir para: (I) Fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas (II) Ampliar o acesso a serviços de água em áreas prioritárias contribuindo com as ações do estado para universalização, buscando também (III) Apoiar o fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto. O Projeto atenderá agricultores e agricultoras familiares que estejam inseridos em atividades produtivas e famílias em situação de fragilidade hídrica e social situados na zona rural do Estado do Ceará.

J. «

A

Para comprovar os resultados dos objetivos do Projeto será realizado o estudo de Avaliação de Impacto, por meio de pesquisa de amostra dos Beneficiários, envolvendo grupos tratamento (que representarão as famílias a serem beneficiadas), e grupos controle (que representarão famílias que não serão atendidas), sendo composto por 02 momentos temporais: Linha de Base, a ser realizada para identificação da situação inicial dos Beneficiários; no ano 3 será feita a nova coleta às mesmas famílias da linha de base, (grupo tratamento e controle), de modo a permitir uma análise comparativa para aferição do impacto das intervenções do Projeto.

O projeto tem os seguintes Resultados Esperados:

- Atividades produtivas no meio rural desenvolvidas e implantadas de forma sustentável e ampliação da renda;
- Ampliar o acesso à água para consumo humano e produção;
- Ampliar o número de Famílias com acesso a Módulos Sanitários;
- Implantar ações mitigadoras para o enfrentamento a desertificação;
- Organizações dos beneficiários, assistidas tecnicamente, fortalecidas e atuantes como instrumentos de replicação, agregação de valor e de acesso aos mercados e
- Capacidades individuais e coletivas de mulheres, jovens e Comunidades Tradicionais reforçadas e propiciando maiores oportunidades.

Seus impactos poderão ser avaliados por meio dos Indicadores de Resultados Intermediários:

Indicadores de Resultados Intermediários	Unidade de Medida
Componente 1 - Contribuir para o fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas	
Investimento produtivos implantados	número
Projetos protagonizados por jovens e/ou mulheres	número
Projetos acessando canais de comercialização	número
Inovações tecnológicas sustentáveis implantadas	número
Componente 2 - Ampliar o Acesso a Serviços de Água em Áreas Prioritárias contribuindo com as ações do Estado para Universalização	
Entidades beneficiadas com projetos integrados	número
Pessoas beneficiadas com sistema de reuso de Água	número
Áreas conservadas	hectare
Componente 3 - Fortalecer a capacidade de organização, gestão, conhecimento e operação do Projeto e de sua integração com as instituições parceiras.	
Jovens capacitados sobre empreendedorismo	número
Pessoas capacitadas em boas práticas em uso e conservação das instalações	número
Estudos estratégicos e documentos de comunicação/divulgação realizados	número
Beneficiários, Técnicos da SDA, entidades coexecutoras, colaboradoras e parceiras capacitados	número

Tabela 4 – Indicadores de Resultados.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

Quanto à sustentabilidade financeira dos projetos no longo prazo, preconiza-se que o aporte da totalidade dos investimentos iniciais (não-reembolsáveis) apoiados com



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



capacitação e orientação técnica dos beneficiários dará condições de viabilidade operacional e suporte ao crescimento vegetativo por meio de autofinanciamento dos custos operacionais e dos reinvestimentos.

A estimativa de empregos ou postos de trabalho diretos e estáveis gerados pelos projetos do componente de inclusão econômica sustentável é de 2.500 empregados/ano e 5.000 de empregos indiretos por tratar-se de empreendimentos adensados em cadeias produtivas. Assim, o custo de geração de um emprego ou posto de trabalho é de R\$ 29.600,00 de investimento, sendo bem menor que o valor de R\$ 50.000,00 verificado nas agroindústrias de médio e grande portes do Estado do Ceará (Fonte IPECE).

Em termos de impacto econômico na economia cearense, o retorno desta operação se observará no curto, médio e longo prazos. Para a estimativa dos impactos assumiu-se a hipótese de que 80% do total dos recursos, ou seja, R\$ 448,62 milhões tem impacto direto na demanda da economia do Ceará. Uma parcela de 76% desse total, o que corresponde a R\$ 340,95 milhões, é destinada ao uso em obras diretamente absorvida pela atividade da “construção civil”. Os 24% restantes, ou seja, o equivalente a R\$ 107,67 milhões são gastos na prestação de serviços especializados que repercutem na atividade de “serviços prestados às empresas”.

Neste contexto, considera-se que haja um choque inicial de demanda, a partir das atividades de “construção civil” e de “serviços prestados às empresas”, os quais se distribuem por toda a economia, afetando, no curto prazo, a produção e a arrecadação tributária no Estado, cujos impactos poderão ser estimados através da aplicação da Matriz de Insumo Produto¹.

No tocante ao total da Produção (ou Valor Bruto da Produção) o impacto é de R\$ 1.034,77 milhões considerando todo o período de aplicação. Este montante equivale a aproximadamente 2,3 vezes o valor gasto inicialmente. É importante ressaltar que, neste caso, os efeitos incluem as repercussões sobre o consumo intermediário, que são os gastos necessários para a efetivação do processo produtivo.

Em termos de Arrecadação Tributária, o impacto é estimado em R\$ 111,97 milhões. Segundo a Matriz de Insumo-Produto (MIP) utilizada, esta arrecadação corresponde à soma dos tributos, como o COFINS, ICMS, Imposto de Importação, PIS/PASEP, IPI, CSSL, IRPJ e outros pagamentos que incidem sobre a produção. Considera, portanto, não apenas os tributos de competência estadual e sim todos aqueles arrecadados em território cearense. De todo modo, parte dos gastos realizados deve retornar aos cofres públicos e contribuir para ampliar a capacidade de pagamento do Estado, melhorando o fluxo de caixa do tesouro estadual.

Como os resultados acima sugerem, os investimentos realizados dinamizam a economia, estimulando, no curto prazo, a demanda agregada e com ela a produção, o emprego e a geração de renda. No médio e longo prazo, o efeito é a melhoria das condições de oferta da economia, reduzindo custos e aumentando a eficiência do sistema econômico. Tais

¹ Desenvolvida para o Nordeste e seus Estados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Maiores informações em GUILHOTO, J. J. M. et al. Matriz de Insumo Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

[Assinatura]

[Assinatura]

investimentos tornam a economia do Estado mais competitiva e possibilitam taxas sustentáveis de crescimento.

2.2 Análise das Fontes Alternativas de Financiamento

A operação de crédito externo, junto ao o BIRD, será firmada em Dólares Americanos (USD), os juros serão pagos semestralmente sobre o valor desembolsado, com a taxa de juros variáveis baseada na Libor(London InterBank Offered Rate) de 6 (seis) meses e spread do Banco Mundial variável a cada seis meses, período de carência de 5 anos e prazo total de amortização de 25 anos. A título indicativo, a atual fase em implantação possui taxa de juros líquida 3,2% a.a. Comparativamente com outras opções de financiamento, podemos demonstrar que é bastante atrativa face ao praticado pelo BNDES, atualmente em de 6,84%a.a. estipulada para o ano de 2018 (Fonte www.bndes.gov.br).

Ademais, o Governo do Estado objetiva contratar esta operação de crédito de forma a usufruir dos benefícios desta linha de financiamento, uma vez que as condições de prazo, carência e encargos são bastante atrativos se comparadas às condições vigentes em outras instituições financeiras.

Além dos benefícios supracitados, esse Plano de Investimentos assegurará o permanente aperfeiçoamento do nível de prestação de serviços à população cearense e fomentará áreas estratégicas para a continuidade do desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

2.3. Interesse Econômico e Social da Operação

As ações do Governo estão estruturadas em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA, ou seja, 4 anos. Dessa forma o PPA 2016-2019 contemplará Programas, os quais estarão subdivididos em três grandes grupos de ações, ou seja, Programas Finalísticos, Administrativos e Especiais, todos organizados por Eixo de Governo e Temas, oriundos a partir da proposta do Plano de Governo denominado de 7 Cearás.

A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará requereu seu desdobramento em 7 (sete) perspectivas, os sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico. Para pensar o desenvolvimento de forma integrada e intersetorial, as temáticas abordadas foram inseridas em 7 (sete) Cearás:

- 01 – Ceará da Gestão Democrática por Resultado: Planejamento Participativo; Gestão Pública e Economia e Finanças;
- 02 – Ceará Acolhedor: Gestão de Pessoas; Assistência Social (SUAS); Política Habitacional; Políticas de Inclusão; Política Sobre Drogas e Direitos Humanos;
- 03 – Ceará de Oportunidades: Indústria; Comércio; Empreendedorismo; Turismo; Nova Economia; Trabalho e Renda; Agricultura Familiar; Reforma Agrária; Agronegócio (agricultura irrigada, floricultura, fruticultura, aquicultura e pesca) e Artesanato;
- 04 – Ceará Sustentável: Recursos Hídricos; Meio Ambiente; Infraestrutura e Energia;





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



- 05 – Ceará do Conhecimento: Educação; Cultura; Ciência, Tecnologia e Inovação e Educação Superior;
06 – Ceará Saudável: Saúde; Esporte e Saneamento;
07 – Ceará Pacífico: Segurança Pública; Política Sobre Drogas; Desenvolvimento Urbano; Justiça e Direitos Humanos.

No Sistema Estadual de Agricultura é observado a participação nos seguintes Cearás: 01 – Ceará da Gestão Democrática por Resultado (Comum a todas as Secretarias e Vinculadas); 02 – Ceará Acolhedor; 03 – Ceará de Oportunidades e 04 – Ceará Sustentável e 06 – Ceará Saudável.

EIXO	TEMA	PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA
3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES	3.06 - TRABALHO E RENDA	031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo	031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.
3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES	3.06 - TRABALHO E RENDA	031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo	031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.
6 - CEARÁ SAUDÁVEL	6.03 SANEAMENTO BÁSICO	032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	032.1 - Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	032.1.08 - Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado.
6 - CEARÁ SAUDÁVEL	6.03 SANEAMENTO BÁSICO	032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	032.1 - Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	032.1.01 - Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.
6 - CEARÁ SAUDÁVEL	6.03 SANEAMENTO BÁSICO	032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	032.1 - Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	032.1.02 - Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.

Tabela 5 – Matriz de Integração do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – 2ª Fase com os Instrumentos de Planejamento.

Fonte: Governo do Estado do Ceará

O Ceará, a despeito do crescimento de sua economia nas últimas décadas, ainda é um estado pobre, com renda “*per capita*” muito inferior à de outros estados. Não obstante a comprovada melhoria nos indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará persiste a necessidade de expansão de investimentos, notadamente para beneficiar a população em suas diversas áreas temáticas.

J. E.

A.

Os impactos dos períodos prolongados de seca são frequentemente concentrados nas comunidades rurais carentes que vivem no semiárido. Segundo a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH, os níveis de água nos açudes encontram-se perigosamente baixos e continuam a cair, o que coloca em risco a possibilidade de manter reservas adequadas de água para o abastecimento humano das comunidades, bem como outros usos. Impactos dificultam e até inviabilizam o desenvolvimento econômico, social e humano destas regiões e colocam muitas comunidades em risco de desenvolvimento. O mais grave nesta situação é que as áreas mais atingidas pela seca são também aquelas, mais pobres, com baixo IDH, com estruturas econômicas e sociais frágeis, tornando ainda mais difíceis a adoção de medidas que gerem mudanças estruturais capazes de acelerar o processo de desenvolvimento sustentável.

É importante frisar que o meio rural é constituído de diversos tipos de comunidades, com especificidades de cada território, exigindo formas particulares de intervenção em saneamento básico, tanto no que diz respeito às questões ambientais, tecnológicas e educativas, como de gestão e sustentabilidade das ações. Os desafios apresentados invocam soluções urgentes, conclamam que todos os entes federativos se unam numa busca de soluções que possam reduzir as desigualdades, gerar desenvolvimento sustentável, garantindo o florescer concreto de uma verdadeira cidadania para a população mais sofrida e carente do semiárido do Estado do Ceará.

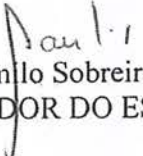
3. CONCLUSÃO

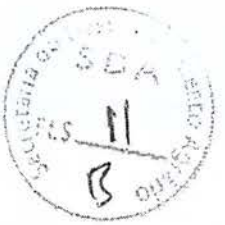
Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal no 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Fortaleza, 03 de *junho* de 2019.


Francisco de Assis Diniz
SECRETARIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

De acordo:


Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I - Cronograma de Desemboço Componentes e Subcomponentes por Fonte de Recursos em US\$.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2ª FASE em US\$	2019			2020			2021			2022			2023			2024			2025		
	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO	TOTAL	BRD	ESTADO
Componente 1 - Inclusão Econômica Sustentável	775.162	774.354	809	5.703.412	3.782.979	1.920.434	7.388.990	4.925.993	2.462.997	25.612.141	17.074.761	8.537.380	18.131.748	11.459.893	6.671.855	5.381.459	3.587.640	1.793.820	2.317.087	1.544.725	772
Subcomponente 1.1: Fortalecimento das Organizações para um Melhor Acesso ao Mercado	709.398	708.642	757	5.319.847	3.528.566	1.791.281	5.383.345	3.588.897	1.794.448	22.245.706	14.830.471	7.415.235	16.453.156	10.398.965	6.054.192	5.381.459	3.587.640	1.793.820	2.317.087	1.544.725	772
Subcomponente 1.2: Melhoramento da Inclusão Social e Produtiva para Grupos Vulneráveis	65.764	65.712	52	383.565	254.412	129.153	2.005.645	1.337.097	668.548	3.366.435	2.244.290	1.122.145	1.678.592	1.060.928	617.664	0	0	0	0	0	0
Componente 2 - Abastecimento Rural de Água e Acesso a Saneamento	344.127	343.856	271	12.219.099	8.104.725	4.114.374	16.441.934	10.961.290	5.480.645	16.325.486	10.883.657	5.441.829	6.886.072	4.352.236	2.533.836	808.282	538.854	269.427	0	0	0
Subcomponente 2.1: Expansão do acesso a água e saneamento	344.127	343.856	271	12.120.655	8.039.429	4.081.226	16.127.253	10.751.502	5.375.751	15.986.905	10.657.937	5.328.968	6.450.753	4.077.100	2.373.654	495.308	330.205	165.103	0	0	0
Subcomponente 2.2: Aumentar a segurança e resiliência da água	0	0	0	98.445	65.297	33.148	314.681	209.788	104.894	338.581	225.721	112.860	435.319	275.136	160.182	312.974	208.649	104.325	0	0	0
Componente 3 - Fortalecimento Institucional Geral do Projeto	1.902.131	1.900.630	1.501	8.056.068	5.343.456	2.712.612	8.044.076	5.362.717	2.681.359	4.937.373	3.291.582	1.645.791	3.857.180	2.437.871	1.419.309	3.185.259	2.123.506	1.061.753	1.432.913	955.275	477
Subcomponente 3.1: Fortalecimento Institucional e Capacitação	1.062.052	1.061.214	838	3.523.396	2.337.010	1.186.386	3.481.680	2.321.120	1.160.560	2.597.701	1.731.801	865.900	2.251.090	1.422.767	825.323	1.891.003	1.260.669	630.334	903.079	602.052	301
Subcomponente 3.2: Gerenciamento e Supervisão de Projetos	840.079	839.416	663	4.532.672	3.006.446	1.526.226	4.562.396	3.041.597	1.520.799	2.339.672	1.559.781	779.891	1.606.090	1.015.105	590.986	1.294.256	862.837	431.419	529.834	353.223	176
Taxa Front & Fee	250.000	250.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3.271.420	3.268.840	2.581	25.978.580	17.231.160	8.747.419	31.875.000	21.250.000	10.625.000	46.875.000	31.250.000	15.625.000	28.875.000	18.250.000	10.625.000	9.375.000	6.250.000	3.125.000	3.750.000	2.500.000	1.250

Fonte: Governo do Estado do Ceará

Fonte: Governo do Estado do Ceará

[Handwritten signature]



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO II - Cronograma de Desemboiso Componentes e Subcomponentes por Fonte de Recursos em R\$.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2ª FASE em R\$	2019			2020			2021			2022			2023			2024			2025		
	TOTAL	BIRD	ESTA DO	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTA
Componente 1 - Incluído Econômica Sustentável	3.058.248	3.055.058	3.191	22.501.672	14.924.985	7.576.687	29.151.781	19.434.521	9.717.260	101.047.581	67.365.054	33.682.527	71.535.185	45.212.715	26.322.471	21.231.472	14.154.314	7.077.157	9.141.605	6.094.403	3.047
Subcomponente 1.1: Fortalecimento das Organizações para Melhor Acesso ao Mercado	2.798.790	2.795.804	2.986	20.988.394	13.921.253	7.067.141	21.238.911	14.159.274	7.079.637	87.765.984	58.510.656	29.255.328	64.912.638	41.027.035	22.885.603	21.231.472	14.154.314	7.077.157	9.141.605	6.094.403	3.047
Subcomponente 1.2: Melhoramento da Inclusão Social e Produtiva para Grupos Vulneráveis	259.459	259.254	205	1.513.278	1.003.732	509.546	7.912.871	5.275.247	2.637.624	13.281.597	8.854.398	4.427.199	6.622.547	4.185.679	2.436.868	0	0	0	0	0	0
Componente 2 - Abastecimento Rural de Água e Acesso a Saneamento	1.357.684	1.356.613	1.071	48.208.012	31.975.573	16.232.438	64.868.364	43.245.576	21.622.788	64.408.940	42.939.293	21.469.647	27.167.620	17.170.877	9.996.743	3.188.914	2.125.943	1.062.971	0	0	0
Subcomponente 2.1: Expansão do acesso a água e saneamento	1.357.684	1.356.613	1.071	47.819.618	31.717.958	16.101.660	63.626.851	42.417.901	21.208.950	63.073.136	42.048.757	21.024.379	25.450.157	16.085.381	9.364.777	1.954.137	1.302.758	651.379	0	0	0
Subcomponente 2.2: Aumentar a segurança e resiliência da água	0	0	0	388.394	257.615	130.779	1.241.512	827.675	413.837	1.335.804	890.536	445.268	1.717.463	1.085.496	631.967	1.234.777	823.185	411.592	0	0	0
Componente 3 - Fortalecimento Institucional Gerêdo do Projeto	7.504.477	7.498.557	5.920	31.783.606	21.081.538	10.702.068	31.736.293	21.157.528	10.578.764	19.479.417	12.986.278	6.493.139	15.217.732	9.618.134	5.599.598	12.566.802	8.377.466	4.188.934	5.653.271	3.768.847	1.884
Subcomponente 3.1: Fortalecimento Institucional e Capacitação	4.190.114	4.186.808	3.306	13.900.855	9.220.206	4.680.649	13.736.271	9.157.514	4.578.757	10.248.709	6.832.473	3.416.236	8.881.223	5.613.241	3.267.983	7.460.574	4.973.716	2.486.858	3.562.916	2.375.278	1.187
Subcomponente 3.2: Gerenciamento e Supervisão de Projetos	3.314.364	3.311.749	2.615	17.882.751	11.861.332	6.021.419	18.000.021	12.000.014	6.000.007	9.230.708	6.153.805	3.076.903	6.336.509	4.004.893	2.331.616	5.106.228	3.404.152	1.702.076	2.090.354	1.393.569	696
Taxa Front & Fee	986.325	986.325	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12.906.735	12.896.553	10.182	102.493.290	67.092.097	34.511.193	125.756.437	83.837.625	41.916.812	184.235.938	123.290.625	61.645.313	113.920.537	72.001.725	41.918.812	36.987.187	24.658.125	12.329.062	14.794.475	9.862.250	4.931

Cotação R\$3.9453 de 30/04/2019.

Fonte: Governo do Estado do Ceará



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIEX

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 29 DE MAIO DE 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME, no uso de suas atribuições e conferidas pelo Art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 junho de 2017, e Art. 21, da Resolução COFIEX nº 1, de 29 de maio de 2019,

Resolve:

Que o prazo de validade das Recomendações ou Resoluções para a preparação de projetos ou programas multifásicos aplica-se apenas à primeira fase do projeto/programa. Que as negociações relativas às demais fases somente podem ocorrer quando tenham sido cumpridas as condicionalidades constantes das respectivas Recomendações ou Resoluções. Que a presente Resolução se aplica também às Recomendações ou Resoluções já expedidas.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Lampert Costa, Secretário-Executivo da COFIEX Substituto(a)**, em 10/06/2019, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Prado Troyjo, Presidente da COFIEX**, em 19/06/2019, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2517626** e o código CRC **3D14DA74**.

Reinaldo Augusto Hugo Ruiz Pegoraro

De: Mariana Cunha Eleuterio Rodrigues
Enviado em: quinta-feira, 25 de abril de 2019 09:50
Para: Reinaldo Augusto Hugo Ruiz Pegoraro
Cc: Daniel Maniezo Barboza
Assunto: ENC: Eficácia de Recomendação Projeto São José 2ª fase - Ceará e BIRD

Bom dia, Reinaldo,

Recebemos a resposta da SAIN em relação ao Projeto São José 2ª fase do Ceará com o BIRD.

Podemos finalizar nossa análise.

Obrigada.

Atenciosamente,



Mariana Cunha Eleutério Rodrigues

Auditora Federal de Finanças e Controle

Gerência de Análise de Operações de Crédito Externo - GEPEX/COPEM

Tel/Fax: +55 61 3412-3168

De: Lilia Lucia Genu Maya Cavalcante <lilia.cavalcante@planejamento.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 24 de abril de 2019 19:14

Para: Renato da Motta Andrade Neto <renato.andrade@tesouro.gov.br>

Cc: Marcus Cesar Ribeiro Barretto <marcus.barretto@planejamento.gov.br>; Marcelo Callegari Hoertel <marcelo.hoertel@tesouro.gov.br>; Mariana Cunha Eleuterio Rodrigues <mariana.rodrigues@tesouro.gov.br>; Carlos Eduardo Lampert Costa <carlos.lampert@planejamento.gov.br>; Marcelo Moises de Paula <marcelo.paula@planejamento.gov.br>

Assunto: Re: Eficácia de Recomendação Projeto São José 2ª fase - Ceará e BIRD

Prezado Renato,

Informo que o entendimento desta SAIN é de que neste caso, a Recomendação deverá estar válida até a negociação da primeira fase, sendo que continua válida, automaticamente, para a negociação da fase seguinte, desde que cumpridas as ressalvas estabelecidas, inclusive quanto ao posicionamento favorável do GTEC, conforme informado pelo Ofício 22980-2018-MP.

Atenciosamente,

LÍLIA LÚCIA GENÚ MAYA CAVALCANTE

COORDENADORA

Coordenação Geral de Financiamentos Externos/SAIN/ME

 (61) 2020-4637



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br

De: Renato da Motta Andrade Neto <renato.andrade@tesouro.gov.br>

Enviado: terça-feira, 23 de abril de 2019 17:35

Para: Lilia Lucia Genu Maya Cavalcante

Cc: Marcus Cesar Ribeiro Barretto; Marcelo Callegari Hoertel; Mariana Cunha Eleuterio Rodrigues; Carlos Eduardo Lampert Costa

Assunto: Eficácia de Recomendação Projeto São José 2ª fase - Ceará e BIRD

Boa tarde, Lilia.

Conforme conversado, escrevo para esclarecer dúvida desta STN acerca da eficácia da Recomendação COFIEIX nº 1223, de 10 de dezembro de 2010 (em anexo), que autorizou projeto do Estado do Ceará junto ao BIRD.

Copio aqui o Lampert para ciência e manifestação, se for o caso, dado que é o signatário do Ofício nº 22980/2018-MP (em anexo).

O Estado do Ceará submeteu à análise desta Copem pedido para realização de operação de crédito externo (com garantia da União) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento no valor de US\$ 100.000.000,00, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase.

Durante o processo de análise para autorização da negociação, verificamos que a recomendação da Cofix para autorização da operação ocorreu em 10 de Dezembro de 2010 (Recomendação nº 1223, encaminhada em anexo) e que uma nota a essa Recomendação estabeleceu que *"A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação da Recomendação no Diário Oficial da União"*.

Entretanto, o Estado encaminhou junto ao Processo o Ofício nº 22980/2018-MP, que informa que o Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC manifestou-se favoravelmente a que o Estado dê continuidade à contratação do empréstimo relativo à 2ª fase do Projeto.

Tendo em vista a decorrência de prazo superior aos 24 meses inicialmente estipulados para perda de eficácia da recomendação, questionamos se tal prazo refere-se somente à primeira fase do Projeto, de modo que a autorização continua válida em relação à 2ª fase, ou se tal prazo deve ser aplicado também à segunda fase, o que implicaria perda de eficácia da Recomendação.

Agradeço o esclarecimento.

Estamos à disposição.

Att,





TESOURO NACIONAL

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM

 +55 61 3412-3168/6635

 renato.andrade@tesouro.gov.br



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS
COFIE X

89ª Reunião

RECOMENDAÇÃO Nº 1223, de 10 de dezembro de 2010

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIE X, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

Ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto abaixo mencionado, nos seguintes termos:

1. Nome: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III
2. Mutuário: Governo do Estado do Ceará
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 200.000.000,00 BIRD
6. Valor da Contrapartida: pelo equivalente a até US\$ 100.000.000,00 Governo do Estado do Ceará

1ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 100.000.000,00 - BIRD
2. Valor da Contrapartida: pelo equivalente a até US\$ 50.000.000,00 Governo do Estado do Ceará

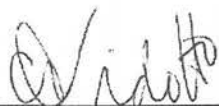
2ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 100.000.000,00 - BIRD
2. Valor da Contrapartida: pelo equivalente a até US\$ 50.000.000,00 Governo do Estado do Ceará

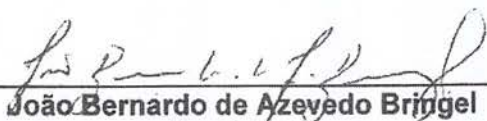
Ressalva(s):

- a) A preparação do Programa deverá contemplar sua execução em duas fases, sendo que a negociação referente à segunda operação de crédito externo fica condicionada ao posicionamento favorável do Grupo Técnico da COFIE X – GTEC quanto:
 - i) ao comprometimento de pelo menos 75% dos recursos do empréstimo e ao desembolso de, pelo menos, 50% daqueles recursos; e
 - ii) à continuidade do Programa na forma proposta, tendo em vista o desempenho da primeira fase.
- b) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

- c) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal;



Carlos Augusto Vidotto
Secretário-Executivo



João Bernardo de Azevedo Bríngel
Presidente

De acordo. Em 27 de dezembro de 2010.



Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Nota: A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação da Recomendação no Diário Oficial da União.



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 28 de setembro de 2017 | SÉRIE 3 | ANO IX Nº183 | Caderno 1/2 | Preço: R\$ 15,78

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.347, 26 de setembro de 2017.
(Autoria: Joaquim Noronha)

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE FIXAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DE PROPAGANDA EM POSTES, ÁRVORES E BENS PÚBLICOS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a fixação de material gráfico de propaganda em postes, árvores, muros e bens públicos.

§ 1º Entende-se por material gráfico os panfletos, cartazes, banners, faixas, placas de madeira, alumínio ou de metal e similares.

§ 2º A fixação de qualquer material de divulgação/publicidade nos locais expressos no caput deste artigo só poderá ser realizada desde que se obtenha autorização prévia do Poder Público.

Art. 2º Em caso de infração do disposto no art. 1º do presente dispositivo legal, ficam os infratores sujeitos às seguintes sanções:

I - notificação para regularização da irregularidade em 30 (trinta) dias;

II - em caso de reincidência, será aplicada multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como será concedido novo prazo de 30 (trinta) dias para regularização;

III - a partir da 3ª (terceira) notificação e as subsequentes, a multa aplicada passará a ser de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2017.
Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº16.348, 26 de setembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), destinada ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o inciso II do § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para garantia da operação de que trata o art. 1º desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, as cotas da Repartição das Receitas Tributárias estabelecidas no art. 157, incisos I e II, e no art. 159, inciso I, alínea "a" e inciso II, complementadas pelas receitas próprias estabelecidas no art. 155, incisos I, II e III, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo autorizado a vincular outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado, mediante prévia informação à Assembleia Legislativa desse valor, assim como mediante prévia aceitação da instituição financiadora.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais e as transferências de recursos financeiros por meio de instrumento de repasse para pessoas físicas e jurídicas do setor privado, conforme disposto no Manual de Operação do Projeto e que indica, nos termos da Lei Orçamentária do respectivo exercício da liberação do recurso.

Art. 4º O Poder Executivo consignará, nos orçamentos anuais do Estado, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras resultantes da operação autorizada por esta Lei, durante o prazo que vier a ser estabelecido no contrato correspondente.

Art. 5º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias após a lavratura do contrato de que trata o art. 1º, cópia do respectivo contrato e das garantias assumidas pelo Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2017.
Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº16.349, 26 de setembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, e para a Secretaria das Cidades - SCIDADES, com valor de R\$ 1.221.182,86 (um milhão, duzentos e vinte e um mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos), na forma dos anexos III e IV e tabela abaixo.

ÓRGÃO	SIGLA	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	RS 1,00
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	ETICE	500.000,00	500.000,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	SCIDADES	721.182,86	721.182,86	
TOTAL		1.221.182,86	1.221.182,86	

Art. 2º Os recursos para atender às despesas previstas nesta Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, e da Secretaria das Cidades - SCIDADES, conforme os anexos I e II.

Art. 3º A inclusão dos valores consignados aos programas e ações na forma dos anexos III e IV desta Lei ficam incorporados ao Plano Plurianual 2016 - 2019, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar em até 25% (vinte e cinco por cento) o crédito especial aprovado nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2017.
Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO